Sara Krieger do Amaral

# MUITOS CAMINHOS PARA A AÇÃO:
## Culturas de classe entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau (1968-1978)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amaral, Sara Krieger do
Muitos caminhos para a ação : culturas de classe entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau (1968-1978) / Sara Krieger do Amaral ; orientador, Adriano Luiz Duarte, 2016.
255 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

Inclui referências.

1. História. 2. Trabalhadores metalúrgicos. 3. Blumenau. 4. Ditadura civil-militar. I. Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

# Muitos caminhos para a ação: culturas de classe entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau (1968-1978)

**Sara Krieger do Amaral**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Presidente e Orientador) - PPGH/UFSC

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller - Depto Sociologia e Ciência Política/UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - PPGH/UFSC

Profa. Dra. Cristina Ferreira - Depto História e Geografia/FURB

Prof. Dr. Márcio Voigt - PPGH/UFSC (Suplente interno)

**Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff**
**Coordenadora do PPGH/UFSC**
**Florianópolis, 18 de março de 2016.**

*Dedico este trabalho ao meu opa, Conrado. Dedico também ao meu companheiro Eder, à minha mãe, Marilin, ao meu pai, Amaral, e à minha oma Ildigarte.*

## AGRADECIMENTOS

Escrever sobre a história dos trabalhadores é um desafio e uma grande responsabilidade, mas também um prazer. Neta de operário metalúrgico e filha de professor, encontrei no curso de história a possibilidade de unir essas duas faces da minha biografia. Essas expressões da minha personalidade ganharam forma quando iniciei a pesquisa de iniciação científica, orientada pela professora Cristina, e se fortaleceram quando passei a dividir a vida com um metalúrgico e professor, militante e grande companheiro. Claro que esse esforço em apreciar a história dos meus só cresceu e ganhou sentido pelo exemplo que tive de duas mulheres fortes, dedicadas e corajosas, minha mãe e minha oma, que me ensinaram que os desafios nos fortalecem, para conquistarmos nossos objetivos. Assim, tornar-me professora e cursar o mestrado em história, para esclarecer parte do cotidiano dos trabalhadores da cidade onde cresci, foi um sonho alcançado somente graças à colaboração de diversas pessoas, a quem agradeço sinceramente.

O trabalho do historiador é um ofício solitário, de leitura, interpretação e escrita, mas que evolui muito quando dividido entre os pares. Por isso, agradeço aos professores do Mestrado em História da UFSC, principalmente aos que colaboraram diretamente com a minha formação, através dos diálogos nas disciplinas, com os Professores Adriano Duarte e Ricardo Müller e as Professoras Cristina Wolff e Amy Chazkel; dos debates nos seminários da linha de pesquisa *Política, sociedade e cultura no mundo contemporâneo*, com os Professores Alexandre Valim, Waldir Rampinelli e Márcio Voigt, e das contribuições na banca de qualificação, com os Professores Paulo P. Machado e Ricardo Müller, que felizmente aceitaram retomar esse tema na banca final, junto com a Professora Cristina Ferreira, a quem também sou grata por compartilhar suas reflexões.

Em especial um agradecimento ao Professor Adriano Duarte pela orientação, com suas colocações hábeis e precisas. Professor, meu aprendizado com nosso convívio vai além da construção desta dissertação, suas falas durante as duas disciplinas, os seminários de linha, o estágio docente e as orientações contribuíram muito para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Além dos professores, agradeço aos colegas da turma do mestrado e das disciplinas pelo companheirismo e pelas conversas construtivas ao longo do curso. Obrigada aos queridos Vanessa e André por compartilharem suas experiências e me apoiarem no momento desafiador da seleção do mestrado. À CAPES, muito obrigada pela bolsa concedida, que possibilitou maior dedicação ao curso e minha estadia em Florianópolis.

Ao decidir escrever sobre a história recente do Brasil, estava claro que os documentos a serem consultados não seriam encontrados somente nos arquivos públicos, pois grande parte dessas fontes ainda permanece com aqueles que viveram nesse tempo e as informações estão, muitas vezes, apenas nas suas memórias. Agradeço, portanto, ao Dr. Waldyr Del Prá Netto e ao Sr. Rubens Vansuit, que passaram horas conversando comigo, me concederam entrevistas, cederam documentos e não pouparam esforços para que suas experiências e interpretações esclarecessem minhas dúvidas. Agradeço aos demais entrevistados por exporem suas vivências e ajudarem nesta pesquisa e ao Claudio que se esforçou para facilitar as minhas tarefas e o contato com algumas dessas pessoas.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público de São Paulo, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, do IBGE de Florianópolis e do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, sobretudo à Professora Sueli Petry, que, com sua atenção e dedicação, acessou os documentos, sugeriu caminhos e trouxe informações importantes sobre a história que eu desejava escrever. Agradeço profundamente à Cristina Ferreira, professora e amiga, que acompanha minha formação e minha vida e que me conhece tão bem que adivinha as minhas preocupações e angústias e sempre sabe como contribuir. Cris, espero que você saiba o quanto é querida.

Sou grata à oma e ao opa que, desde criança, me ensinaram a ser classe, e que, quando decidi meu tema, sentaram ao meu lado por horas para dividirem suas lembranças. Opa, nunca vou esquecer o cheiro da fundição no teu macacão, quando me colocavas no teu colo e repartias o bife que a oma tinha guardado pra ti, depois que chegavas cansado e com fome do trabalho. Gabriel e Paula, obrigada pelo companheirismo, pelos momentos divertidos e por serem irmãos tão queridos. À Dona Meri, agradeço por me acolher na sua casa e na família, por me possibilitar ter tempo e espaço para concluir essa pesquisa.

Muito obrigada ao meu pai e à minha mãe, que tanto amo, que me ensinaram a importância do conhecimento e do ensino, que continuamente apoiaram as minhas opções e fizeram escolhas nem sempre fáceis para me oferecer uma vida tranquila, com condições subjetivas e materiais para que eu chegasse até aqui. O amor de vocês me dá segurança e confiança, os valores que vocês ensinaram me dão coragem de buscar construir um mundo melhor.

Ao Eder sou grata por tudo. Companheiro em casa, no trabalho, na militância, no ofício, na política, enfim, cúmplice de uma vida. Obrigada pela ajuda nesta pesquisa, ela seria outra coisa sem as tuas contribuições. Obrigada por compartilhar o teu conhecimento, pela paciência, pelas conversas, pelos silêncios, pela companhia, por ser tão gentil, carinhoso, amoroso. Amo-te, meu Capitão, e vou contigo, sempre.

*As classes acontecem quando homens e mulheres vivem suas relações de produção e ao experimentarem suas situações determinadas, dentro "do conjunto de relações sociais", com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar estas experiências em formas culturais. De modo que, nenhum modelo pode proporcionar o que deve ser a "verdadeira" formação de classe em uma determinada "etapa" do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita da história é mais verdadeira ou mais real que outra, a classe se define a si mesma em seu efetivo acontecer.*

*E P. Thompson, 1979.*

## RESUMO

Esta dissertação tem como principal proposta estudar as "culturas de classe" dos trabalhadores metalúrgicos de Blumenau entre 1968 e 1978, período mais arbitrário da ditadura civil-militar. Tem-se como objetivo investigar a disputa pela manutenção e ampliação dos direitos e da qualidade de vida dos metalúrgicos, através de vários caminhos encontrados e criados para que pudessem agir durante o governo autoritário. Esta categoria de trabalhadores em Blumenau se constituiu a partir vários fluxos migratórios de pessoas que se instalaram principalmente na região geoeconômica do Norte da cidade, onde também está a maior concentração das indústrias nas quais eram empregados. A política estava presente no cotidiano e a economia nacional interferia diretamente nas vidas destes operários, que reagiam e participavam dos debates tanto quanto lhes fossem acessíveis. Estes trabalhadores buscavam resolver seus problemas em nível local, mas também estavam atentos às pautas mais globais, que foram discutidas durante o VI Congresso Nacional da categoria, que ocorreu em Blumenau, em 1968. As preocupações se transformavam em ações, elaboradas e expressas nas diversas instituições. Sua atuação, tanto nas fábricas, quanto no sindicato, nas associações e demais redes de solidariedade e sociabilidade, demonstra que manifestavam certa crença no diálogo entre as classes, pois muitas das suas reivindicações buscavam a criação ou recuperação de leis que mediassem os conflitos sociais e melhorassem as condições de vida nas comunidades.



**Palavras-chave**: Blumenau, Trabalhadores Metalúrgicos, Ditadura Civil-militar.

## ABSTRACT

This dissertation has as a main proposal, to study the "class cultures" of the metallurgical workers of Blumenau between 1968 and 1978, the most arbitrary period of the civil-military dictatorship. The objective is to investigate the dispute for the maintenance and ampliation of the rights and the life quality of the metallurgics, through the many ways found and created, so they could act during the authoritarian government. This category of workers in Blumenau is constituted from many migration flows of people that settled mainly in the geoeconomic region of the north of the city, where it is also the largest concentration of the industries which they were employed. The politics was present in their daily life and the national economy interfered directly in their lives They reacted and participated in the discussions as much as it was possible. These workers were trying to solve their problems in a local level, but they also were aware to the global guidelines, that were discussed during the VI National Congress of the category, which ocurred in Blumenau, in 1968. The concerns have turned into actions, elaborated and expressed in several institutions. Their performance, both in the factories and in the sindicate, in the associations and other solidarity and sociability networks demonstrates that they expressed a certain belief in the dialogue between classes, because many of their claims looked for the creation or recovery of laws that would mediate the social conflicts and improve the life conditions in the communities.



**Keywords**: Blumenau, Metallurgical Workers, Civil-Militarity Dictatorship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Urbano de Blumenau, de julho de 2012, com o número de registros de associados ao SINDTIMMMEB, entre julho de 1976 e dezembro de 1978, em cada Bairro ..... 56

Figura 2: Capa dos anais do VI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil 108

Figura 3: 1ª Feijoada no terreno da Sede da Sociedade Recreativa e Esportiva Lyra – 1964 ..... 203

Figura 4: Foto do desfile de Carnaval de 1977..... 223

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de associações registradas nos cartórios de Blumenau, entre 1968 e 1978, divididas por blocos temáticos ..... 185

## LISTA DE SIGLAS

ABAM - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos
AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
AI – Ato Institucional
APPR – Arquivo Público do Paraná
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNH - Banco Nacional de Habitação
CCEF – Centro Comunitário e Esportivo Fortaleza
CEC – Comissão Executiva Central
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEP – Centro de Ensino Profissional
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIA – Central Intelligence Agency
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EFSC – Estrada de Ferro Santa Catarina
FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar
FETIESC – Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina
FTIMMMESC - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Catarina
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FITIM - Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IADESIL - Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAP – Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, do Ministério da Educação e Cultura
MSD - Movimento Sindical Democrático
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
NEPEMOS - Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais
OSM/OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEBE – Programa Especial de Bolsas de Estudos
PIB – Produto Interno Bruto
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau
SESI – Serviço Social da Indústria
SIMMMEB - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau
SINDTIMMMEB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau
STI – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
STM – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UDN – União Democrática Nacional
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
USAID – United States Agency of International Development

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO ..... 25

CAPÍTULO I – Trabalho, política e cultura dos metalúrgicos de Blumenau ..... 39
1.1. Política e cultura entre os trabalhadores de Blumenau ..... 39
1.2. Moradia, transporte e os desafios diários dos metalúrgicos 53
1.3. Os operários metalúrgicos e seu ofício: trabalho e política dentro das fábricas ..... 72

CAPÍTULO II - Os debates do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico, Blumenau-SC, 1968..... 89
2.1. Organização e preparativos para o Congresso ..... 91
2.2. Delegações..... 97
2.3. Sessão preparatória e conflitos entre as delegações ..... 100
2.4. Divulgação e abertura ..... 106
2.5. Comissões e teses ..... 109
2.5.1. Comissão Técnica de Legislação Trabalhista e Judiciária ..... 110
2.5.2. Comissão Técnica de Legislação Previdenciária 116
2.5.3. Comissão Técnica de Problemas Nacionais ..... 119
2.5.4. Comissão Técnica de Organização Sindical ..... 121
2.5.5. Comissão Técnica de Proposições e Mensagens 123
2.6. Carta de Blumenau e Encerramento ..... 126

CAPÍTULO III - O sindicalismo metalúrgico de Blumenau durante a ditadura civil-militar..... 130
3.1. O SINDTIMMMEB e a ditadura civil-militar..... 131
3.2. O A administração sindical..... 137
3.3. O SINDTIMMMEB e suas relações com outras entidades ..... 141
3.4. O Sindicato se estrutura: a aquisição de bens e as possibilidades de assistência..... 151
3.4.1. Assistência ..... 156
3.4.1. Assistência educacional ..... 159

3.5. Reivindicações .....169

CAPÍTULO IV - Cultura associativa, lazer e política entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau .....177
4.1. Os trabalhadores se organizam.....177
4.2. Associações desportivas e de lazer vinculadas às empresas .....188
4.3. Os clubes de caça e tiro .....195
4.4. Centro Comunitário Esportivo Fortaleza e Sociedade Protegidos do Galeão: duas associações do Bairro Fortaleza ...214

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....227

FONTES .....237

BIBLIOGRAFIA .....247

# INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal proposta estudar as "culturas de classe" dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico de Blumenau entre 1968 e 1978. O período iniciou com grandes protestos nacionais contra a ditadura e com a promulgação do AI-5 e encerrou com sua extinção e novas manifestações de trabalhadores. Busca-se compreender as práticas políticas e culturais destes operários, a forma como apreendiam simbolicamente o contexto em que viviam e como responderam à instabilidade da vida e à tentativa de controle e de exclusão política e econômica, exercida pelos patrões e pelo Estado.

A análise das experiências destes trabalhadores considera a inteligibilidade das suas atitudes, porque os vê como pessoas que compreendiam e interpretavam a realidade, expressavam seus interesses e elaboravam ações para construir direitos e ampliar a cidadania. Suas "culturas de classe" se construíram pelo "processo de reelaboração de experiências que assumem a forma de uma identidade de classe"[1]. A partir do diálogo entre os modos de produção, a organização social e os significados que possuíam para tal comunidade, eram formuladas ações e organizações que envolveram diversas esferas das suas vidas, estabelecidas de forma racional por sujeitos que "realizaram escolhas políticas e reinterpretaram discursos, deles se utilizando em suas sempre renovadas lutas"[2].

Apesar da tentativa de afastamento das classes populares do cenário político e da busca em tutelar suas práticas, os pobres encontravam caminhos para produzir sua própria cultura, manifesta em ações, normas, ritos e costumes engendrados na sociedade em que viviam e "ingressaram com projetos próprios nas relações mais

[1] BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 12.

[2] GOMES, Ângela de C. A política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.), SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da Vida Privada do Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (vol. 4), p. 555.

microscópicas e capilares da industrialização, precisamente as que estavam ao alcance de suas mãos"[3].

As observações apresentadas ao longo do texto admitem a pluralidade dos atores sociais nas camadas populares e ampliam a percepção das experiências dos operários metalúrgicos. Para estes, a militância, principalmente sindical, aparecia como palco de negociação e disputa por melhorias nas condições de vida. Mas sua atuação não se limitava à oposição e às reivindicações explícitas, as ultrapassavam, utilizando as brechas em que as classes dominantes não chegavam a intervir, e englobavam uma série de instituições e práticas para diminuir a "insegurança estrutural", uma vez que, "na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária"[4]. Através da averiguação das suas das atividades sindicais, associativas e nos movimentos sociais, das manifestações identitárias, artísticas e culturais, da criação das redes de solidariedade e das culturas políticas, é possível negar que fossem submissos e passivos frente ao Estado e aos empresários.

Em oposição a um olhar superficial, que pode apontar a imobilidade dos trabalhadores diante dos problemas enfrentados, investigam-se os seus movimentos para perceber a "diversidade das atitudes sociais de acordo com sua variabilidade no tempo, sem deixar de abordar também os mecanismos inte(g)rativos que dão forma e conteúdo a valores culturais compartilhados"[5]. Para isso, várias dimensões das suas vidas foram estudadas, considerando tanto os ambientes que serviam de contestação, mesmo que não explícita, quanto as lacunas de tempo e de espaço, em que a liberdade e a autonomia eram possíveis.

Assim, a "classe" e a "cultura" não são consideradas de forma homogênea e estável, mas discutidas e problematizadas na multiplicidade de manifestações geradas por seus atores sociais. Aqui a classe é entendida, não como condição estrutural ou de pertencimento, mas como "categoria histórica", em que se observa o comportamento das pessoas ao longo do tempo. "A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e, no final, esta é sua única

[3] NEGRO, Antônio L. *Linhas de Montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 13.
[4] SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.
[5] BATALHA; SILVA; FORTES, op. cit., p. 15.

definição"[6]. É uma categoria histórica, orientada pelos processos sociais, e existe porque as pessoas agem de forma classista, com alguma regularidade de respostas a situações análogas, em um "fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos", num processo que é cultural e político, tanto quanto econômico[7].

A "cultura" das classes populares abrange diversas dimensões das suas vidas e para estudá-la é preciso investigar, vasculhar, interrogar as várias atividades relacionadas às experiências destas pessoas

> "e examinar com [...] cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho"[8].

Consequentemente, esta proposta de examinar um setor da classe trabalhadora não objetiva observar apenas os operários metalúrgicos nos locais de trabalho, mas também suas famílias, as redes sociais e de solidariedade, os locais de moradia, as sociabilidades, porque "classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais. [...] A pesquisa sobre classe deve, portanto, envolver o resto da sociedade da qual ela é parte"[9].

Por entender a classe como movimento e apostar na capacidade dos sujeitos de reelaborar sentidos, estuda-se o período marcado pela ditadura civil-militar, iniciada com o golpe de 1964 e caracterizada pela redução de "todas as conquistas que já haviam sido obtidas pelos trabalhadores no campo material, político e simbólico"[10], em que as ações governamentais e empresariais pretendiam desenvolver o

---

[6] THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I* – A árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, p. 12.
[7] Ibidem, p. 9-12.
[8] THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.
[9] HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 99.
[10] LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 462.

capitalismo brasileiro, sem incluir e valorizar os verdadeiros construtores do "progresso".

Diante deste contexto, foram investigadas as possibilidades de ação apreciadas pelos metalúrgicos, suas famílias e demais grupos com quem se relacionavam e as suas atividades institucionalizadas, quando se vinculavam aos sindicatos, às associações, aos partidos políticos etc., ou independentes. Essa variedade de direções abordadas ocorreu porque as frentes de mobilização não eram excludentes e poderiam conviver entre os mesmos grupos de pessoas, que, por sua vez, não eram únicos, homogêneos e totalmente identificados, já que havia diferenças e conflitos nos quais as sociedades se estruturaram e que criaram manifestações culturais múltiplas[11].

O espaço para a investigação é o município de Blumenau, localizado no Vale do Itajaí, no Nordeste do Estado de Santa Catarina. Hermann Bruno Otto Blumenau instalou-se na região em 1850, acompanhado de 17 imigrantes germânicos. Durante o século XIX, tinham uma economia baseada na agricultura em pequenos lotes, nos quais os colonos produziam o essencial para a sua subsistência. Para estes europeus que habitavam o Vale do Itajaí era necessário criar um modo de vida que conciliasse os conhecimentos do Velho Mundo com uma nova realidade, pois acabavam de chegar a uma terra desconhecida, sem infraestrutura e praticamente isolada dos centros urbanos brasileiros. Por isso, entre o final do século XIX e início do XX, os moradores de Blumenau cultivaram elementos de sua cultura principalmente através da conservação da língua alemã, nas escolas mantidas pela comunidade e na celebração de cultos em igrejas luteranas, religião que predominava na cidade.

Ainda que a separação das classes fosse incipiente neste período, as divisões, tanto étnicas, quanto sociais e de trabalho geravam conflitos, pois, apesar da aparente "homogeneidade social", pregada por seus administradores, Blumenau contava com grupos diversos, como italianos, negros, indígenas e luso-brasileiros[12], além de indivíduos não adaptados à ordem e à disciplina impostas pelo discurso de progresso dos teuto-brasileiros[13], o que demonstra a ausência de horizontalidade e harmonia, mesmo nos primeiros anos da colônia.

---

[11] BATALHA; SILVA; FORTES, op. cit., p. 11-13.

[12] OLIVEIRA, Mariana L. *A Construção da Ordem na Colônia Blumenau*: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional de Blumenau, 2009, p. 57.

[13] Ibidem, p. 77.

A partir de pequenos comércios, algumas pessoas acumularam capital para iniciar a industrialização, com destaque para o setor têxtil, que passou a crescer no início do século XX, sobretudo durante as duas grandes guerras mundiais. Uma maior diferenciação de classes ocorre, mas a fundação dos sindicatos inicia somente a partir da década de 1950. Além do desenvolvimento industrial, nos anos 1930, os moradores do Vale do Itajaí sentiram os reflexos da Campanha de Nacionalização, quando se passou a proibir publicações em alemão, e até mesmo o diálogo nesta língua. O ensino foi estatizado, aliado à promoção de festas cívicas, ao fechamento de escolas comunitárias alemãs e à obrigatoriedade da instrução em português, e um batalhão de infantaria foi instalado na cidade, para vigiar a população.

As manifestações de germanidade foram proibidas e, com forte repressão, restringiram-se às casas e aos demais ambientes privados, onde as pessoas continuavam a praticar suas atividades cotidianas. A noção de "costume" pode explicar porque, apesar da coerção, os moradores do Vale do Itajaí continuavam a falar alemão dentro das suas casas, a ouvir o rádio nesta língua, em volume baixo para a fiscalização não perceber, e a manter as atividades de lazer dos seus antepassados. Isso ocorria porque o costume se relaciona com a tradição, mas diferente desta, que parece ser estática, ele é reelaborado pela população. O costume se manifesta como aquilo que sempre existiu e que é repetido ao longo do tempo, mas que recebe novos significados das classes populares, que buscam manter direitos enquanto se adaptam a uma nova realidade[14]. Nem mesmo a imposição de uma nova nacionalidade foi capaz de alterar completamente todo um modo de vida que foi passado por gerações e aprendido desde a infância, principalmente porque muitos descendentes de alemães eram colonos adultos, que não sabiam falar português, pois foram alfabetizados na língua alemã, e que não tinham acesso e tempo para frequentar a escola e para aprender a cultura e a história oficiais da pátria.

Com o fim do Estado Novo as pessoas puderam voltar a se expressar conforme lhes fosse conveniente, mesmo que suas práticas já não fossem mais idênticas às de seus antepassados. Existia uma nova realidade na cidade, mas, apesar das mudanças sociais e culturais vividas pela população blumenauense, a partir do final da década de

[14] THOMPSON, op. cit., 1998, p. 14-16.

1950, com o objetivo de atrair turistas, os governantes passaram a valorizar a colonização europeia de Blumenau e resgatar tradições que já não faziam sentido para muitos dos seus habitantes. As instituições criadas para recuperar a antiga cultura dos colonos e os estudos promovidos por elas abordavam as tradições de uma forma desvinculada do contexto que tinham no período da colônia, e mesmo do significado simbólico e dos usos que lhes eram dados na segunda metade do século XX. Trata-se de uma noção de cultura vinculada à tradição e ao folclore, e não entendida como um modo de vida de pessoas que trabalham e usam os saberes antigos para melhorar suas condições de vida.

Durante a década de 1960, a economia da cidade foi novamente impulsionada pelo crescimento das indústrias, que exportavam seus produtos têxteis e promoviam o turismo de compras, gerando empregos, que fortaleceram a migração, fazendo a população crescer para mais de cem mil habitantes em 1970[15]. Mas, a partir de 1964, a instituição de uma ditadura no país dificultou a situação dos trabalhadores, entre outros motivos, porque a luta direta por direitos e melhorias ficou limitada.

Neste momento, o setor metalúrgico e, consequentemente, sua categoria de trabalhadores, eram dos mais importantes para a economia brasileira, visto que se encontravam na base da produção, porque produziam peças metálicas, máquinas, ferramentas e bens duráveis utilizados em vários outros setores. Ao mesmo tempo em que possuíam condições de trabalho difíceis, estes operários produziam instrumentos fundamentais para a cadeia de produção, e por isso criaram uma consciência da importância de sua ocupação e menos receio em defender seus interesses, o que os levou a participar ativamente nos debates conjunturais locais e nacionais e agir em seu benefício.

Enquanto as empresas metalúrgicas tornavam-se fundamentais para modernização do Brasil, e ajudaram a alcançar o "milagre econômico", as indústrias do Vale do Itajaí, principalmente as têxteis, ampliavam sua produção e atraíam trabalhadores de diversas regiões. A metalurgia blumenauense também se ampliou, principalmente as fabricas de fundição e usinagem de peças, sendo menos significativa a indústria de montagem de máquinas. Neste sentido, o setor têxtil intensificou o surgimento de indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de pequeno e médio porte, que se especializavam na fabricação de peças e manutenção dos teares e das máquinas de costura.

[15] *ACIB***:** 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.

Observar a cidade de Blumenau e verificar como ela se inseria no contexto da ditadura brasileira é entender parte da realidade do país sob uma perspectiva descentralizada e reduzir a escala de análise sem desconsiderar os movimentos nacionais. A industrialização, a migração, a ocupação de áreas impróprias para moradia, os conflitos sociais e a procura, pelos "de baixo", em resolver essas adversidades, comuns aos grandes centros urbanos, estão presentes nesta cidade que também possui peculiaridades, como o incentivo ao turismo pela valorização das tradições germânicas, enchentes que dificultavam a vida dos mais pobres, um governo local que permitia, ao menos oficialmente, a participação dos trabalhadores e a fama de "cidade do trabalho" criada por administradores que enalteciam a colonização alemã que seria destinada ao progresso.

Reconstruir a história dos trabalhadores de Blumenau durante o período da administração ditatorial é um esforço importante como parte da tentativa de trazê-los à luz na historiografia e evidenciá-los enquanto produtores de atos que construíram seu presente e seu futuro, "resulta[ndo no] reconhecimento de que disciplinas ou modos de vida não foram simplesmente "impostos" aos trabalhadores pobres, mas objeto de lutas intensas e constantes"[16]. Entender seus desejos e ações torna-se fundamental para compreender a realidade de sua vida, seu cotidiano, sua cultura, suas ideias, sua política, porque poucos estudos evidenciam as experiências das classes populares blumenauenses, sendo que grande parte deles menospreza o período anterior a 1989, ano da primeira greve geral no município e a partir de quando chapas que defendiam o enfrentamento com o capital passaram a vencer as eleições sindicais. Isso ocorria porque algumas vezes se considerou que a falta de uma "consciência de classe" fazia com que o paternalismo e a identificação étnica se sobrepusessem à identidade classista e que os sindicatos "pelegos" evitavam defender as causas operárias[17].

Outra parte da bibliografia local privilegiava as práticas, discursos, ideologias e políticas das elites, vendo o empreendedorismo e a coragem dos empresários como únicos responsáveis pelo sucesso

[16] CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*. V. 14, n. 26, 2009, p. 42.

[17] Uma interpretação próxima desta pode ser encontrada, por exemplo, em: SIMÃO, Vilma M. *Blumenau*: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

econômico do Vale do Itajaí[18]. Essa concepção, predominante até a década de 1980, "reforçava um estereótipo maniqueísta de 'apatia' em torno da ação dos trabalhadores"[19], pois desviava-se da observação da atuação e da cultura próprias das classes populares, que foram protagonistas no processo de construção da cidade.

Assim, em contraposição a uma historiografia que entende as camadas subalternas como passivas e manipuladas, a proposta é contar parte das experiências destes trabalhadores através de um exame das suas realidades e mostrar como os processos históricos foram vividos e compreendidos pelos próprios sujeitos que os criavam. Para isso, empregou-se a perspectiva da História Social, que apresenta propostas de análise que possibilitam uma interpretação da realidade dos trabalhadores com foco nas suas experiências e percepções. Uma história que apresenta os de baixo como agentes em suas vidas e que conseguem decidir o que é melhor para si e para os seus, porque têm consciência dos seus atos, pode demonstrar uma realidade antes obscurecida por uma historiografia que favorecia as decisões tomadas de cima para baixo.

O recurso principal de análise esteve pautado na pesquisa histórica, com a busca de informações, análise e interpretação das fontes, em conjunto com a revisão bibliográfica pertinente ao tema. A leitura da bibliografia contribuiu para a compreensão histórica da conjuntura trazendo maior clareza sobre os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais locais e globais. As leituras teóricas permitiram focalizar e apreender os aspectos e características que dizem respeito especificamente à temática da formação e de atuação da classe trabalhadora. A busca por fontes documentais ocorreu com a pesquisa de campo em arquivos públicos e particulares e a história oral trouxe uma realidade mais próxima da vivida pelos trabalhadores da época.

A escrita da história, embora se assente em evidências, não é capaz de reconstruir os fatos tal como ocorreram, mas, investigando "diferentes vestígios, e procurando relacioná-los entre si", pode formar

[18] Este ponto de vista está presente nos trabalhos de RENAUX, Maria Luiza. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. FURB, 1987 e SILVA, José F. da. *História de Blumenau.* Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

[19] FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 4.

uma "imagem objetiva e verdadeira"[20] dos processos históricos e da realidade, criada pela interpretação das informações encontradas nos documentos. Para elaborar uma avaliação sobre o cotidiano dos trabalhadores metalúrgicos de Blumenau, durante a ditadura, o método dialético foi utilizado para analisar as fontes, porque considera a diversidade, os movimentos e as conexões das partes do real, enquanto o pesquisador leva em conta as contradições presentes no problema de pesquisa, pois entende que a relação entre elementos contrários pode gerar as mudanças necessárias para construir novas realidades.

O diálogo entre teoria e evidência é essencial para problematizar as experiências vividas pelos trabalhadores e formular novas questões ao longo do trabalho, corroborando com a existência de uma "lógica histórica. Assim, os métodos de investigação devem se adequar à pesquisa empírica, através do teste das hipóteses em confrontação com as fontes, pois "na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico)" é admissível dizer que encontramos "o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico". A partir da constatação da teoria no mundo real, através dos vestígios encontrados, estamos autorizados a afirmar que ela realmente existe, já que "a noção (conceito, hipótese relativa à causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional"[21]. Para isso, a busca por fontes percorreu muitos caminhos, porque

> em muitos casos o historiador dos movimentos populares descobre apenas o que está procurando, não o que já está esperando por ele. Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la[22].

[20] CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 22-24.
[21] THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981, p. 54.
[22] HOBSBAWM, op. cit., p. 220.

Para responder as questões que realçam o cotidiano dos trabalhadores blumenauenses, grupo social que deixou poucos registros explícitos, foram utilizados documentos de diversas tipologias e de acervos variados. A construção de uma história sobre a ditadura civil-militar brasileira tem ganhado espaço nas pesquisas, devido, entre outros motivos, aos movimentos em defesa da abertura dos arquivos da ditadura e da preocupação em não esquecer período de intensa repressão e autoritarismo, mas que ainda nos é obscuro. O Arquivo Público do Paraná guarda diversos documentos sobre o Departamento de Ordem Política e Social da 5ª Região Militar e é um dos estabelecimentos que disponibilizam suas fontes no site Memórias Reveladas. Um dos documentos encontrados neste acervo é o relatório do DOPS sobre o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Documentos sobre os participantes deste congresso também foram encontrados no acervo do DOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mesmo com a repressão aos movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores registraram suas atividades e geraram fontes ricas para a investigação histórica. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau perdeu grande parte de seus documentos, mas restaram os livros de registros, que trazem grandes contribuições para a escrita da história destes trabalhadores, pois relatam as discussões realizadas nas assembleias e reuniões da diretoria do sindicato, as listas de presença, e os balanços financeiros mensais, além de conter os dados pessoais de um grande número de trabalhadores que se filiavam à instituição. Como o sindicato não possui uma lista oficial das empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico da região, além dos estabelecimentos registrados neste livro, foram considerados metalúrgicos os trabalhadores nos empreendimentos associados ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau (SIMMMEB)[23].

Informações sobre o movimento sindical também foram encontradas no acervo guardado pelo Dr. Waldyr Del Prá Neto, advogado trabalhista que atuou no estado de Santa Catarina durante a segunda metade do século XX. A documentação doada por ele ao Arquivo Histórico de Blumenau é extensa e trata de diversos sindicatos, incluindo o SINDTIMMMEB e a FTIMMMESC, além de outros

[23] Os nomes das empresas constam no livro produzido por este sindicato patronal, em comemoração aos seus cinquenta anos: BAUMGARTEN, Christina. *A forja do progresso*: a história da indústria metalúrgica, mecânica e do material elétrico na região de Blumenau e a formação das lideranças sindicais. Blumenau: HB Editora, 2003.

materiais sobre a situação da classe trabalhadora, o sindicalismo e os direitos do trabalho. O advogado foi assistente de coordenação do VI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil e acessou para essa pesquisa Regimento Interno, o Relatório de Teses e os Anais do evento.

Os estatutos das diversas associações registradas nos cartórios de Blumenau e a lista destas instituições também foram importantes, porque permitiram um levantamento das entidades criadas no período da ditadura. Estes regulamentos foram um ponto de partida para a investigação e permitiram identificar informações sobre a fundação, a dinâmica interna e a organização das associações. O Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais – NEPEMOS – da FURB possui cópias digitalizadas destes documentos, classificados pela data de fundação e por blocos temáticos. Por se tratar de documento oficial, estas fontes cartorárias apresentam informações uniformizadas e institucionalizadas, pois pretendem cumprir as exigências jurídicas de um estatuto. Por isso, algumas fontes alternativas foram utilizadas, como entrevistas, acesso aos históricos contidos nos sites das entidades, recortes de jornais etc. A análise de informações jornalísticas possibilitou apreender as interpretações dadas aos fatos no momento em que ocorreram. Todavia, sabe-se que essas fontes geralmente são tendenciosas porque muitas vezes sofrem influência de interesses políticos e econômicos. Por isso as informações foram analisadas em comparação com as bibliografias e as demais fontes.

As associações, além de locais de divertimentos e lazer, também eram espaços de discussão política, onde a população dos bairros podia conviver com candidatos e políticos eleitos e aproveitavam para apresentar suas reivindicações, principalmente para melhorias nas comunidades. Os requerimentos da Câmara Municipal, arquivados no AHJFS, permitiram perceber a participação popular nas disputas políticas, através do contato com vários vereadores, para quem apresentavam os pedidos, muitas vezes acompanhados de abaixo-assinados.

Mas os clubes não aparecem como único ambiente de sociabilidade, pois os trabalhadores criam instrumentos de convívio e identificação em vários espaços do seu cotidiano. Reconhecê-los e apreender seus elementos de identificação, simbologias e significados permitiu ampliar o entendimento sobre as ações e formas de

compreensão do mundo próprias das classes populares. Para isso, utilizou-se informações publicadas sobre os bairros e documentos das empresas, principalmente da Electro Aço Altona. Esta indústria publicou, em alusão aos seus oitenta anos, um livro contando a história da empresa, pela ótica de seus diretores. Apesar disso, esta obra permite verificar dados sobre seus funcionários e suas condições de trabalho. O Arquivo Histórico de Blumenau também disponibilizou documentos sobre várias empresas metalúrgicas.

Além da documentação escrita, o método da história oral foi muito importante para entender diversos aspectos do cotidiano dos trabalhadores e do dia a dia do sindicato, bem como a organização e os conflitos presentes no VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas. A história oral pode trazer armadilhas para o pesquisador da história recente, porque, ao mesmo tempo em que fornece vivacidade e uma aproximação com o objeto de estudo e permite deixar falar os membros da sociedade, lida com a memória, que parte do presente em direção ao passado, é seletiva e parcial, por isso mutável, de acordo com as percepções que cada indivíduo tem no presente, de uma época vivida no passado.

Nas falas dos entrevistados era perceptível que, ao serem perguntados sobre seus ofícios, buscavam valorizá-lo e apresentar um sentido para a sua biografia, pelo esforço que fizeram ao longo dos anos. Falar das suas profissões lhes permitia contar "história[s] sobre a[s] sua[s] vida[s], reconstruindo seu[s] passado[s] de uma maneira seletiva que tanto o[s] legitimava[m] diante [da entrevistadora] quanto o[s] dotava[m] de sentido para" eles próprios[24]. Por isso, o uso da história oral requer que se aprenda

> a ler essas histórias, bem como os símbolos e a lógica nelas subjacentes, como se fossemos atentar a seus significados mais profundos e, também, fazer justiça à complexidade encontrada nas vidas e nas experiências históricas daqueles que as contam[25].

[24] JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de doña Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 291.
[25] Ibidem, p. 293

A variedade de percepções sobre os temas pesquisados traz riqueza ao trabalho, porque rompe a fronteira entre as teorias e os documentos e o mundo real, formado por pessoas reais que tiveram experiências e constroem narrativas sobre elas, "em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como o que teria acontecido"[26].

*****

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a categoria dos trabalhadores metalúrgicos na cidade de Blumenau e identifica a forma como esta se constituiu ao longo das décadas de 1960 e 1970, considerando os vários fluxos migratórios para a cidade e as condições de vida e de trabalho destes operários. A região geoeconômica do Norte da cidade aparece como local com maior concentração de indústrias metalúrgicas e onde a maioria dos trabalhadores deste setor se instalou. A política estava presente no cotidiano destes operários e a economia nacional interferia diretamente na vida deles, que reagiam e participavam dos debates tanto quanto lhes fosse acessível.

As atividades realizadas pelos trabalhadores metalúrgicos de Blumenau estavam ancoradas nas suas experiências e nas percepções que tinham do seu contexto. O segundo capítulo mostra como essa visão global estava presente no cotidiano e ganhou destaque nacional ao trazerem para a cidade o VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, realizado em Blumenau entre os dias 5 e 7 de Setembro de 1968. O texto apresenta um exame sobre a realização, os conflitos e as propostas apresentadas no encontro, quando reivindicaram a volta dos direitos perdidos e o fim da repressão. Nos seus anais, os operários expuseram seu descontentamento com a política nacional e aprovaram resoluções para orientar seus movimentos.

Em Blumenau, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau SINDTIMMMEB era o órgão de representação de classe dos metalúrgicos. O terceiro capítulo investiga as suas atividades e seus vínculos com outras instituições locais e nacionais, visto que os

[26] HOBSBAWM, op. cit., p. 222.

sindicalistas catarinenses ganharam destaque após as intervenções promovidas a partir de 1964. O capítulo se organiza em recortes temáticos para facilitar a compreensão dos tipos de atividades realizadas pela entidade. Os governos deste período valorizavam os sindicatos ajudando-os na atuação assistencialista e desmobilizavam as ações reivindicativas, que contrariassem seus objetivos, mas as lideranças e os trabalhadores sabiam como aproveitar esses benefícios para adquirir vantagens aos seus sócios e melhorar, dentro das possibilidades, sua condição.

Para entender os espaços de manifestação política, o quarto capítulo elucida as formas de organização dos trabalhadores blumenauenses, principalmente através da criação de associações, independentes ou ligadas às empresas, além das redes de solidariedade, que auxiliavam no progresso da qualidade de vida. O capítulo também identifica as dificuldades de adaptação e a seletividade do poder público ao apoiar apenas algumas instituições, o que gerou conflitos e adaptações dessas pessoas.

# CAPÍTULO I

## Trabalho, política e cultura dos metalúrgicos de Blumenau

### 1.1. Política e cultura entre os trabalhadores de Blumenau

A ditadura civil-militar brasileira, instituída com o golpe de 1964, foi um período, de aproximadamente vinte anos, em que se promoveu uma profunda redução das liberdades e dos direitos existentes anteriormente. Já nos primeiros meses, o novo governo publicou decretos que restringiram direitos dos brasileiros e cassou os mandatos de diversas lideranças políticas e sindicais. A meta era dar impulso a uma modernização conservadora e autoritária, através da aplicação de uma série de investimentos em infraestrutura, tecnologia, educação etc. e da interrupção do processo de inclusão e mobilização popular, que buscava a resolução de vários problemas de desigualdade, autoritarismo e limitações à cidadania, enraizados na nossa sociedade. Assim, o regime civil-militar tornou o país atrativo ao capital internacional e lucrativo às grandes empresas brasileiras, garantindo o alinhamento com o bloco capitalista e mantendo as estruturas sociais e políticas tradicionais[1].

Castelo Branco, o primeiro dos cinco presidentes militares, adotou uma política liberal e recessiva como alternativa para conter a inflação. As principais propostas do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foram a redução do déficit público, as reformas do sistema tributário e da política salarial e a redefinição das políticas de crédito[2]. De todas estas medidas, a que mais impactou na vida dos trabalhadores foi a mudança na política salarial, que previa um arrocho dos vencimentos, diminuindo seu poder de compra, em nome de um enriquecimento das classes média e alta. Estas teriam um poder aquisitivo maior e gerariam uma demanda de bens de consumo duráveis,

[1] REIS FILHO, Daniel A., RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 7-8.

[2] PRADO, Luiz C. D.; EARP, Fabio S. O "milagre brasileiro": crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 213-214.

fomentando a industrialização do país e, consequentemente, seu progresso econômico. Os reajustes salariais dos trabalhadores passaram a ser uma questão do Estado, que determinou fórmulas complexas para implementar um método de cálculo cujo resultado era a diminuição do valor real do salário mínimo, pois a inflação crescia mais que as remunerações.

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada por civis e militares que frequentavam a Escola Superior de Guerra, dava as diretrizes às ações do governo e os Atos Institucionais, meio utilizado pela Ditadura para obter uma roupagem jurídico-formal para o regime autoritário, legalizavam suas arbitrariedades[3]. Para gerar uma aparência democrática à ditadura, o governo incorporou a maioria das determinações dos quatro primeiros atos institucionais à Constituição de 1967, aprovada pelo legislativo. Os AIs eram decretos que autorizaram ações políticas e repressivas e que permitiram mobilizar recursos e aperfeiçoar procedimentos para um confronto com os setores resistentes da sociedade. Ao todo foram 17, mas o de número 5 foi o mais conhecido, por coroar o triunfo do setor mais radical do exército. O AI-5 rompeu com a legalidade pretendida pelo AI-1, quando suspendeu diversos dos direitos civis ainda existentes, proibiu decisivamente manifestações de natureza política, suspendeu o direito de *Habeas Corpus* e colocou o Congresso Nacional em recesso por tempo indeterminado.

Este Ato Institucional foi promulgado em dezembro de 1968, pelo presidente Arthur da Costa e Silva, que havia sido Ministro da Guerra de Castelo Branco. Seu nome foi homologado para a Presidência da República, pelos deputados, em 1966 e sua posse, em 1967, representou a chegada da "linha dura" do exército ao poder federal. Os partidos políticos do período democrático já haviam sido proibidos desde 1965, através do AI-2, que reconfigurou o sistema partidário, permitindo apenas a existência da Aliança Nacional Renovadora (ARENA) – governista – e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – oposicionista. O objetivo era diminuir os resquícios políticos do período anterior e enfraquecer diversas lideranças influentes antes do golpe.

---

[3] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 19 e 39.

No início do novo governo Blumenau era administrada por Hercílio Deeke (UDN), membro de uma rica e tradicional família local, que incentivou ações favoráveis ao golpe em todo o município. Buscando criar uma imagem de harmonia e patriotismo, a imprensa local divulgava uma ampla adesão ao movimento de abril de 1964, publicando "opiniões calorosamente favoráveis à chamada "retomada da democracia" no país, de modo a garantir a generalização dos discursos dos atores sociais acerca deste conturbado momento político da cidade"[4], entendido pelos conservadores como a salvação do país do perigo comunista, sem expressar as opiniões e vontades próprias da população.

Mas, com o decorrer do regime, o cenário municipal mudou, especialmente após a promulgação do AI-5. Assim como em muitas localidades brasileiras, os resultados das votações em Blumenau indicaram um desconforto com a política nacional, elegendo, em 1969 e nas próximas quatro eleições, prefeitos filiados ao MDB/PMDB[5]. Após a implementação do bipartidarismo, os políticos mais conservadores e próximos aos interesses empresariais concentraram-se na ARENA, enquanto o MDB tinha como principal concepção a "luta contra a repressão exercida pelo poder federal", reivindicando "a igualdade no direito de participar da vida pública, porém, dentro das estruturas já existentes"[6].

Embora, desde o final da década de 1950, o PTB, partido com propostas mais próximas aos interesses dos trabalhadores, já tivesse conquistado votações proporcionalmente expressivas para os diversos cargos[7], a eleição considerada "surpreendente" de Evelásio Vieira, em 1969, finalmente interrompeu "anos de comando da classe empresarial

[4] FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 260.

[5] Foram prefeitos de Blumenau durante a Ditadura: Hercílio Deeke - UDN (1961-1966); Carlos Curt Zadrozny – PSD/ARENA (1966-1970); Evelásio Vieira - MDB (1970-1973); Félix Cristiano Theiss – MDB (1973-1977); Renato de Mello Vianna – MDB/PMDB (1977-1982); Ramiro Rudger – PMDB (1982-1983); Dalto dos Reis – PMDB (1983-1989).

[6] SIMÃO, Vilma M. Blumenau no Período da Ditadura: um partido com apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada aos interesses econômicos. In: *Blumenau em Cadernos*, Edição especial de 50 anos. Blumenau: Cultura em Movimento, 2007, p. 259-260.

[7] Sobre a atuação do PTB em Blumenau ver os Capítulos 4 e 5 de FERREIRA, op. cit., 2015.

na direção do município"[8]. A disputa foi acirrada e Evelásio recebeu 15.441 votos, contra 15.200 do concorrente, Marcos Henrique Buechler[9]. Rubens Vansuit, operário metalúrgico na Electro Aço Altona e líder sindical durante a década de 1960, disse que: "naquela época, que ele [Evelásio Vieira] foi candidato, era ele e o falecido Marcos Buechler. O Marcos Buechler era da Electro Aço e eu era muito amigo dele, mas eu não votei pra ele, votei pro Evelásio"[10]. Os trabalhadores consideravam que o candidato do MDB representava os seus interesses, porque "a principal promessa de sua campanha havia sido gerar novos empregos". Para realizar este compromisso, o novo prefeito procurou conciliar os interesses das classes e "criou em 1970 a lei nº 1.672, instituindo a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, cuja função era analisar a concessão de incentivos econômicos e fiscais" para as empresas, em troca da criação de vagas no mercado de trabalho[11].

Neste mandato, Evelásio Vieira foi eleito prefeito, mas teria que governar o município com uma bancada de oposição de dez vereadores, contra apenas três da situação[12]. Na Câmara Municipal, os mandatários da ARENA encaminhavam a maior parte dos requerimentos contestatórios da administração local[13], obviamente, por constituírem-se maioria, mas também por terem menos acesso ao gabinete do prefeito, enquanto os vereadores do MDB podiam apresentar os pedidos pessoalmente. Um indicativo da aprovação da atuação desses vereadores de situação e do próprio executivo é que, na eleição de 1972, o Movimento Democrático Brasileiro conseguiu manter-se na prefeitura, além de ampliar o número de legisladores para nove, enquanto a ARENA reduziu sua bancada para oito cadeiras[14], configuração que se manteve no pleito de 1976[15].

---

[8] PETRY, Sueli M. V.; FERREIRA, Cristina; WEISS, Ula. *A Fibra Tece a História*: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau. Blumenau: Sintex, 2000, p. 252.

[9] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1969. Contido em http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc170534/ata_apuracao_arquivo_1969_170_51.pdf#search="blumenau". Acesso em: 01/08/2015.

[10] VANSUIT, Rubens. [janeiro, 2016]. Entrevista concedida para a autora.

[11] PETRY; FERREIRA; WEISS, op. cit., p. 252.

[12] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1969. Contido em http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc170534/ata_apuracao_arquivo_1969_170_51.pdf#search="blumenau". Acesso em: 01/08/2015.

[13] Levantamento elaborado pela autora a partir dos requerimentos arquivados pela Câmara Municipal de Blumenau (AHJFS).

[14] TRE-SC. Ata final de apuração da 3ª zona eleitoral, Blumenau, 1972, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-

As ações do governo municipal aliadas à conjuntura nacional permitiram que ocorresse uma expansão econômica e industrialização em Blumenau. A cidade cresceu mais durante o governo do Presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-1973), quando ocorreu o "milagre econômico", possibilitado por reformas iniciadas ainda na administração de Costa e Silva. O plano de "Metas e Bases para a Ação do Governo" (1970) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972) eram os documentos nos quais foram definidas as novas estratégias econômicas, que tinham por objetivo "transformar o Brasil em "nação desenvolvida" dentro de uma geração"[16].

A sensação de progresso difundida pelo governo nacional foi percebida pelas empresas blumenauenses, que em alguns casos prosperavam com as exportações e a vinda de um expressivo número de turistas. Para tornar a cidade atrativa para quem viajava, desde o final da década de 1950, os governantes passaram a valorizar a colonização europeia de Blumenau e restaurar tradições antigas. Inúmeras iniciativas foram tomadas pelo poder público para reforçar a memória dos imigrantes alemães, obscurecida desde a campanha de nacionalização.

Em 1957, José Ferreira da Silva, então diretor do Arquivo Histórico Municipal, lançava a revista Blumenau em Cadernos com o propósito de reafirmar a história do Vale do Itajaí e destacar a tradição germânica local. Na nota de abertura da revista pronunciava que:

> Trataremos o passado e o presente de Blumenau, contados e registrados em cadernos mensais, para tornar mais conhecida a história do município, mais estimada e venerada a memória dos homens que fizeram a sua grandeza atual e para que o exemplo desses pioneiros sirva de orientação e de estímulo aos que, na hora que passa, trabalham para que o nosso futuro não seja menos glorioso que o nosso passado[17].

---

docsweb/documento/edoc181236/ata_apuracao_arquivo_1972_204_24.pdf#search="blumenau , Acesso em 01/08/2015.

[15] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1976, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc203093/ata_apuracao_arquivo_1976_264_2_24.pdf#search="blumenau". Acesso em 01/08/2015.

[16] PRADO, op. cit., p. 221.

[17] SILVA, José Ferreira da. *Blumenau em Cadernos*, Tomo I, nº 1, 1957.

O periódico buscava resgatar o orgulho de ser alemão e retomar práticas de preservação cultural ocultadas desde a Segunda Guerra Mundial, utilizando o discurso de Blumenau "cidade do trabalho e do progresso" para revalorizar a importância da colonização germânica na região. O incentivo direcionado à publicação da revista Blumenau em Cadernos[18], durante a década de 1960, ocorreu em um momento de intenso estímulo ao resgate das tradições alemãs por meio da reconstrução da história da cidade. Esta narrativa passou a ser contada de forma que valorizasse a dedicação e a competência do seu fundador, Hermann B. O. Blumenau, e dos imigrantes que colonizaram a região e que teriam sido os responsáveis pelo "crescimento da colônia e acarretado um desenvolvimento considerado surpreendente nos primeiros tempos coloniais"[19], merecendo o enaltecimento dos cidadãos blumenauenses que deveriam seguir seus exemplos para que a cidade continuasse prosperando.

Um exemplo da procura por rememorar o modo de vida dos primeiros habitantes está na abertura do Museu da Família Colonial, em 1967. "Responsável pela guarda e preservação da cultura material de diversas famílias blumenauenses", o museu procurava manter expostos objetos e demais pertences dos antigos habitantes da cidade, que, desde então, podem ser vistos tanto pelos turistas quanto pela comunidade em geral[20].

A região passou a ser conhecida como "Vale Europeu" a partir de uma campanha propagandística nacional, veiculada na revista Seleções em 1968, com um folder intitulado "Adivinhe que país é este", contendo imagens fotográficas relacionadas à Blumenau com destaque para a suposta aparência europeia que se pretendia propagar. Em 1971, o

[18] Em 1958, um ano após o lançamento, a revista recebeu subvenção mensal de três mil cruzeiros. Em troca, os editores deveriam publicar em cada edição um ou mais documentos inéditos do arquivo municipal, escolhidos pela própria prefeitura. Frederico Guilherme Busch Junior, prefeito municipal, por meio da lei n. 841, de 1958, deixava explícito que os editores não podiam fazer uso da publicação para discutir religião ou política, além de ficarem obrigados a entregar à prefeitura cem exemplares de cada edição. Essas subvenções foram elevadas para Cr$ 12.000,00, em 1962, e em 1967 para cem cruzeiros novos mensais.

[19] NICOCELI, Vanessa; FERREIRA, Cristina. O regresso do colonizador: representações, usos da memória e mito fundador em Blumenau – 1974. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 52, nº 5, novembro e dezembro 2011, p 25.

[20] Uma área de 1.775m2, contendo uma casa construída em 1864, foi doada em usufruto ao município por Edith Gaertner, após as comemorações do centenário da cidade (1950). O local foi transformado em museu após o seu falecimento, incorporando outras duas casas de 1858 e 1920. Contido em http://www.arquivodeblumenau.com.br/museufamcolonial_1.html. Acesso em 20/03/2012.

Prefeito Evelásio Vieira contribuiu com a memória da cidade publicando o livro "História de Blumenau", de José Ferreira da Silva[21].

É dessa época a criação da Casa Dr. Blumenau, entidade de caráter público municipal que "tinha fim exclusivamente cultural" e destinava-se a

> zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município; organizar e manter o arquivo histórico do município; promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional; promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do município; criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do município[22].

A instituição, localizada no centro histórico da cidade, foi fundada em 7 de abril de 1972[23] e pretendia, através da administração de entidades que preservassem recordações, tais como arquivo, museus, bibliotecas, e pela organização de pesquisas, publicação de livros e promoção de eventos, ser a responsável pela manutenção dos principais "lugares de memória"[24]. Para socializar a história de Blumenau foram criados diversos locais e monumentos que buscavam tornar o passado permanentemente lembrado pela população.

Para que a restauração das tradições pudesse ter legitimidade e ser documentalmente referenciada, "em 7 de abril de 1972 [...], através da Lei Municipal nº. 1.835", foi criado o novo Arquivo Histórico, recebendo o nome de José Ferreira da Silva, um ano antes de sua morte. O Arquivo Municipal de Blumenau teve "sua organização institucionalizada [...] em 1948", mas após "um grande incêndio (1958)

---

[21] A publicação custou aos cofres públicos Cr$12.000,00, pela quantia de no mínimo dois mil exemplares, segundo a Lei Municipal 1762/71.
[22] Estatuto Social da Casa Dr. Blumenau, Banco de dados estatutário, NEPEMOS, FURB.
[23] *Idem*.
[24] NORA, apud., NICOCELI; FERREIRA, op. cit., p. 39.

[que] destruiu a documentação existente" diversas campanhas para a arrecadação de novos acervos foram realizadas pelas administrações municipais. A partir dos anos 1960 "se procurou revitalizar o acervo, através de cópias de originais ou segundas vias existentes em outros Arquivos" e pela busca de fontes pessoais que pudessem ser doadas e que permitiram a diversificação da documentação. O arquivo pretendia servir de subsídio aos pesquisadores que desejassem investigar o passado de Blumenau e auxiliar as famílias que procuravam registros de seus antepassados imigrantes[25].

A administração municipal também concedeu diversas isenções de impostos[26] aos Clubes de Caça e Tiro, além de subvenções anuais para que participassem das comemorações de aniversário da cidade. O primeiro registro de lei com este objetivo é do Prefeito Felix Theiss, em 1973, que concedia Cr$1.000,00 para custear os gastos realizados nos festejos de dois de setembro de 1972[27]. Estes auxílios financeiros aumentavam a cada ano, chegando a Cr$5.000,00 no ano de 1977[28].

Além das comemorações procurou-se valorizar a história da colonização através da evocação do mito fundador, representado na figura de Hermann B. O. Blumenau. No ano de 1974, em comemoração ao sesquicentenário da imigração alemã no Brasil e ao aniversário de 124 anos de Blumenau, os restos mortais do fundador da cidade e de seus familiares foram trasladados para o Brasil e depositados no Mausoléu Dr. Blumenau. "A constituição do evento", em que foi encenada a chegada dos 17 imigrantes trazendo os restos mortais da família Blumenau, "utiliza-se de discursos de exaltação do mito fundador e aspectos da memória de Hermann Blumenau para compor os signos de representação e a legitimidade de sua realização"[29].

No governo de Renato de Mello Vianna (1977-1982) as ações para reforço da cultura alemã se intensificam. A prefeitura propôs-se a conceder incentivos a atividades e locais turísticos, como a isenção de impostos para as construções em estilo germânico, auxílio em competições esportivas, desfiles comemorativos e outros. No relatório intitulado "O Governo Vianna: 20 meses de administração popular", consta que:

---

[25] Contido em http://arquivodeblumenau.com.br/arqhistorico_2.html. Acesso em 20/03/2012.
[26] Prefeitura Municipal de Blumenau, Prefeito Felix Cristiano Theiss. Lei 1959/73.
[27] Prefeitura Municipal de Blumenau, Prefeito Felix Cristiano Theiss. Lei 1980/73.
[28] Prefeitura Municipal de Blumenau, Prefeito Renato de Mello Vianna. Lei 2387/78.
[29] NICOCELI; FERREIRA, op. cit., p. 26-27.

> As tradições germânicas, presentes nos pratos típicos da cozinha alemã, como o "kasseler", o "eisbein"; na arquitetura com as casas em estilo "enxaimel", subsidiadas pelo governo municipal; nas festas de reis promovidas todos os anos nas 33 sociedades de Caça e Tiro, também amparadas pela Prefeitura, são algumas das múltiplas singulares atrações que a cidade oferece a seus visitantes[30].

Isso demonstra que a busca pela cultura alemã como forma de promoção turística incluiu diversos subsídios concedidos pelo governo municipal às entidades interessadas em aderir à proposta governista. A noção de "tradição inventada" pode ser aplicada aqui, pois é entendida como um "conjunto de práticas" com uma "natureza ritual ou simbólica", que "visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição", reforçadas pela evocação de "uma continuidade em relação ao passado", mesmo que muitas vezes esta referência seja "bastante artificial"[31].

Embora essas ações tenham obtido determinado sucesso, pois o Vale do Itajaí conseguiu angariar um número expressivo de visitantes, a construção de uma identidade tradicional alemã para a cidade de Blumenau acabava por camuflar e fazer com que ficassem social e historicamente esquecidos os grupos que não representavam as manifestações culturais em destaque no período. "O próprio termo "cultura", com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto"[32].

Essas tradições aparecem como elementos "arcaicos" da cultura local, traduzidas naquilo que "é totalmente reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou mesmo, ocasionalmente, a ser "revivido" de maneira consciente, de uma forma

---

[30] BLUMENAU. Prefeito (1977-1982: Vianna). *O Governo Vianna*: 20 meses de administração popular.
[31] HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10.
[32] THOMPSON, Edward. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

deliberadamente especializante"[33], pois as construções em estilo germânico se resumiam à fachada dos prédios, e vários dos costumes já não eram praticados pelos habitantes, como muitas das comidas típicas, que raramente eram encontradas nas casas dos moradores da cidade e ficavam restritas aos restaurantes.

Incorporados a esse cenário, consideráveis contingentes de trabalhadores migravam para Blumenau, em busca de emprego, e tornaram as inúmeras ações do poder público municipal, para reforçar a memória dos imigrantes alemães, conflitantes. Essas iniciativas esqueciam que outras manifestações culturais exerceram influência na vida desta comunidade e tratavam o local e o tempo como se fossem os mesmos da época em que os imigrantes chegaram.

É compreensível que um governo crie mecanismos para desenvolver a economia da cidade e privilegiar o turismo, tanto de compras, quanto de lazer, podia ser uma aposta bastante lucrativa. Mas essa atuação do poder público significou restringir as práticas culturais de parte da população que não se identificava com a germanidade, principalmente porque já no início da década de 1960 apenas 32% dos trabalhadores industriais haviam nascido em Blumenau, enquanto 38% eram naturais das outras cidades do Vale do Itajaí e outros 19% vieram do "litoral próximo" com distância de até cem quilômetros de Blumenau, entre os quais 31% dos operários da Electro Aço Altona, que eram luso-brasileiros[34].

Essas pessoas trouxeram para Blumenau valores diversos, tornando conflituosa sua permanência, pois modificaram o modo de vida da população local, como José Nilton David, operário metalúrgico negro, que ajudou a fundar uma escola de samba[35] em Blumenau, mas sentia saudades da cultura da sua terra:

> Eu nasci na cidade de Imbituba, aqui [no litoral de] Santa Catarina. E sabe como que é, na cidade do interior o povo era da lavoura, e eles saíam mais pra fazer um Terno de Reis, uma brincadeira de boi, uma serenata, que hoje não tem. Ninguém

[33] WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 125.
[34] MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVII, julho-setembro de 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Separata, p. 106-107.
[35] José Nilton David participava da Sociedade Recreativa e Cultural de Samba Protegidos do Galeão, que aparece no quarto capítulo desta dissertação.

> mais que faz uma serenata, pra uma namorada, não existe mais. E a minha família sempre gostou de música, meu pai, meus tios, minhas tias. Teve até coral de igreja com membros da família[36].

A relação dos antigos moradores de Blumenau com os "brasileiros" (como eram designadas as pessoas que não possuíam ascendência europeia claramente definida) podia ser conflituosa, porque alguns dos descendentes de alemães ainda defendiam o ponto de vista de que a cultura e os costumes germânicos eram melhores que as tradições culturais de outros grupos sociais. Estes trabalhadores migrados podem ser reconhecidos no termo *outsider*, definição inglesa para os que estão fora desta "boa sociedade", que não se identificam enquanto um grupo coeso e homogêneo. Os moradores antigos tendem a caracterizar o grupo recém-chegado como pior ou menos qualificado, destacando e generalizando as suas características consideradas ruins[37].

O migrante, de forma geral, vem de regiões em que as condições materiais impossibilitaram seus membros de garantir a satisfação das necessidades e dos desejos fundamentais. Os egressos de sociedades que se tornaram insuficientes costumam lembrar aos anfitriões que a sua própria estabilidade é incerta. O preconceito de parte da população mais antiga do Vale do Itajaí, que muitas vezes se dizia mais trabalhadora que os novos moradores do município[38], fez com que estes últimos nem sempre fossem bem aceitos na cidade.

Além disso, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os resquícios das tradições alemãs conviviam com um desempenho para que a cidade também adquirisse características modernas e urbanas nas suas paisagens e construções[39]. Portanto, o poder público, nos vários momentos do século XX, pretendeu conciliar os aspectos da cidade que conferissem maiores vantagens do ponto de vista econômico.

Procurando reforçar as possibilidades de crescimento do município, foram feitas articulações, sobretudo do empresariado local,

---

[36] DAVID, José Nilton. [outubro, 2008]. Entrevista concedida para a autora.
[37] ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 22-23.
[38] SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí: os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. *Cultura e identidade operária***:** aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/Proed, 1987, p. 109.
[39] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 186.

para a visita do presidente Médici, em maio de 1971, quando se encontrou com as lideranças municipais, que encaminharam suas reivindicações[40]. A população, porém, foi mantida distante do presidente "com ostensivo esquema de segurança"[41]. A exclusão dos mais pobres, quando o governo federal decidiu dar privilégios econômicos e sociais aos ricos e às classes médias, refletiu no cotidiano dos trabalhadores, que, mesmo com vagas disponíveis nas indústrias e no comércio, tiveram seus salários e seu poder de compra reduzidos ao longo dos anos da ditadura[42]. O "milagre brasileiro" foi caracterizado por uma ascensão inflada da economia, possibilitada pelos diversos empréstimos estrangeiros, tanto públicos quanto privados, e o arrocho dos salários, enquanto a ordem social era mantida através da coação e das propagandas governamentais, com slogans como "Pra frente Brasil" e "Brasil, ame-o ou deixe-o".

Neste momento iniciava o período mais repressivo do regime, que alargou a perseguição aos opositores, através da ampliação das prisões arbitrárias, dos desaparecimentos e das torturas. Os grupos da luta armada, que procuravam tirar os militares da Presidência da República através do confronto direto, foram suprimidos até o final do governo Médici. Muitos operários, como Conrado Krieger, que trabalhava no setor de fundição da Electro Aço Altona durante a década de 1970, sentiam as dificuldades, embora "não chega[ssem] a falar muito sobre [a ditadura], mas deu pra perceber que era duro, que a vida não era fácil naquela época"[43]. Enquanto outros, como Rubens Vanzuit, responsável pelo depósito de moldes da mesma empresa e presidente do sindicato desta categoria entre 1966 e 1968, diziam que:

> Eu, por exemplo, nunca tive medo. [...] Apesar de que eu sei que, depois eu vi que não era mole, também, mas eu falava na frente deles. Nós íamos na Intersindical[44], aí tinha aquelas vezes que nós estávamos ali tomando aquele cafezinho, ali tinha fardado, justamente naquela época, logo depois

[40] PETRY; FERREIRA; WEISS, op. cit, p. 252.
[41] *ACIB***:** 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.
[42] "Em 1975, [o valor real do salário mínimo] era quase três vezes inferior ao de 1958". ABRAMO, Laís W. *O Resgate da Dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999, p. 53.
[43] KRIEGER, Conrado. [fevereiro, 2011]. Entrevista concedida para a autora.
[44] União Intersindical era uma entidade que reunia diversos sindicatos de trabalhadores em Blumenau, para discutir os problemas relacionados à classe e organizar reivindicações conjuntas. FERREIRA, op. cit., 2015, p. 342.

> disso ali [do golpe de 1964], aí a gente começava a comentar. Ainda eu dizia pra eles escutarem mesmo, "eu não sou a favor", digo, "eu até sou a favor, se está uma bagunça, que faça isso, mas agora, não só agora aproveitar pra eles, que faça pra todo mundo". Porque eu sei que eles deram uma melhorada de salário pra eles, naquela época. [...] Então, ainda eu disse, "que façam isso pro povo em geral, não só pra classe deles". Eles não chegavam a dizer nada, porque se dissesse eu também respondia. Se quisesse prender, que prenda, não tem problema[45].

Mas, ao contrário do que o líder sindical defendia e apesar do crescimento das indústrias e da construção civil, aumentando o número de empregos nas cidades, diversos estudos sobre o período apontam para uma queda na qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros[46]. Eram eles que "nas fábricas, fazendas e empresas, produziam as riquezas", embora não recebessem os lucros do desenvolvimento[47].

Em Blumenau a realidade dos trabalhadores era camuflada por um discurso de que esta era a "cidade do trabalho", onde patrões e operários conviviam harmoniosamente e contribuíam para a evolução da qualidade de vida da população. Apesar disso, a industrialização e a urbanização trouxeram para o lugar as mesmas mazelas de todo mundo capitalista, com desigualdades e insegurança para os mais pobres.

A década de 1970 trouxe novos desafios aos trabalhadores, pois, na sua segunda metade, chegou ao fim a euforia do "milagre econômico", quando as crises abalaram a economia mundial, pondo fim à "Era de Ouro" das décadas de 1950 e 1960. No Brasil, um país com a economia baseada em empréstimos estrangeiros, não ocorreu de forma diferente, atingindo também as empresas locais. O "progresso" do início

---

[45] VANSUIT, op. cit., 2016.

[46] Os estudos de Laís Abramo e José Paulo Netto, por exemplo, explicam a queda na qualidade de vida dos trabalhadores. No primeiro caso, a socióloga procura explicar o que levou os metalúrgicos do ABC Paulista a paralisarem suas atividades no ano de 1978. José Paulo Netto faz um levantamento sobre a ditadura brasileira, a partir de outras pesquisas sobre o período. ABRAMO, op. cit. e NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

[47] FROTSCHER, Méri; VEDANA, Lea M. F. *Viagens pela Cidade*: o transporte coletivo de Blumenau. Florianópolis: Insular, 1999, p. 126.

dos anos setenta chegou ao limite possível de uma ascensão artificial, que não se baseava na produção interna, mas no grande volume de empréstimos concedidos por entidades estrangeiras e garantido pela boa situação econômica das potências capitalistas. O Brasil sofreu com choque o petróleo de 1973, mas inicialmente pôde evitar seus reflexos mais graves. Contudo, no final desta década o aumento dos juros e de novos empréstimos fizeram aumentar a dívida externa brasileira e, consequentemente, a inflação[48].

Quando Geisel assumiu a presidência, em 1974, os reflexos da crise ainda não eram muito evidentes, pois os altos níveis de crescimento do PIB nos anos anteriores conseguiram camuflar a recessão que estava por vir. Todavia, percebendo que o modelo político do regime já não se justificava, o novo presidente propôs uma abertura "lenta, gradual e segura". A concepção de distensão proposta previa "evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo [...]; e a incorporação de uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte"[49]. Os setores conservadores queriam, na verdade, uma nova constitucionalização da ditadura e não, necessariamente, uma redemocratização que contivesse a participação da esquerda ou das camadas populares. A ausência política dos pobres estava implicada na prática do governo, desde o golpe de 1964, pois

> a base ideológica do regime militar perpassa[va] todos os segmentos da sociedade civil, exceção feita às camadas populares, o que é justificável uma vez que uma das primeiras medidas dos militares foi afastar as classes subalternas dos núcleos de participação e decisão políticas. A prática das eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos de capitais era uma forma, não muito sutil, de dizer que o povo brasileiro não sabe votar[50].

---

[48] LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985) In: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 106.

[49] SILVA, Francisco C. T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 262-3.

[50] BORGES, op. cit., p. 38.

Mas esse modelo de abertura política teve um revez, porque as derrotas no Senado e na Câmara Federal em 1974, e nas prefeituras, em 1976, com uma expressiva votação do MDB, mostrava que a população brasileira desejava mudanças no cenário político e via que a institucionalidade poderia ser um caminho para o fim do regime e para que a oposição chegasse ao poder, mesmo que local.

Enquanto isso, Blumenau, que antes importava mão de obra, não sabia como empregar a população que continuava crescendo, pois trabalhadores ainda vinham em busca da garantia de trabalho e da qualidade de vida do "Vale Europeu", divulgadas pela imprensa e pelo poder público. A entrada de pessoas em Blumenau, à procura de empregos, mesmo que ainda fosse intensa, já não era mais desejada, principalmente por determinados setores da antiga população local, que culpava estes indivíduos pela falta de empregos e pela queda na qualidade de vida. Ainda assim, entre os trabalhadores, a identidade de classe muitas vezes se sobrepunha às questões étnicas, já que compartilhavam das mesmas condições sociais, frequentam lugares em comum, enfim, conviviam cotidianamente. Este é o caso de muitos metalúrgicos, que tinham uma ocupação exaustiva e uma situação social insegura. Por isso, procuravam meios para melhorar suas condições de vida, elaborando reivindicações e boicotes, mas, sobretudo, negociações com os demais grupos.

### 1.2. Moradia, transporte e os desafios diários dos metalúrgicos

Com o crescimento das indústrias e do comércio entre a década de 1950 e o início dos anos 1970, o suprimento da demanda por força de trabalho ocorreu somente devido à intensa migração de pessoas das diversas regiões, mas principalmente das cidades pequenas vizinhas de Blumenau ou ainda de outros pontos de Santa Catarina, como o Litoral e o Oeste. Dos 1.700 trabalhadores que se filiaram ao SINDTIMMMEB entre 1976 e 1978, 1.617 eram catarinenses, mas destes apenas 354 nasceram em Blumenau, contando 1.263 trabalhadores que eram de Santa Catarina, mas não blumenauenses[51]. Eles esperavam encontrar

[51] Levantamento feito pela autora a partir dos dados no Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992). O Livro de Registros de Associados nº 3 é o único

uma profissão, quando a falta de oportunidades no campo[52] os deixavam sem perspectivas de ocupação nas suas cidades natais.

Este fenômeno é nacional, da mesma forma que os trabalhadores do norte e nordeste do Brasil viajavam para São Paulo em busca de melhores empregos e de novas oportunidades, em Santa Catarina, os trabalhadores do campo migravam para as cidades mais industrializadas, para buscar empregos nas indústrias e no comércio. O número de migrantes cresceu tanto que, em 1981, "das 48.715 pessoas que trabalha[vam] nas empresas com mais de dez empregados, pesquisados os setores de comércio, indústria e prestação de serviços, 31.700 [eram] naturais de outros municípios", valor correspondente a 65% da população pesquisada[53]. Além disso, é neste período que a cidade tem seu maior crescimento urbano e industrialização. "No decorrer da década [de 1970], a população urbana subiu de 86 para 95%. Muitas propriedades rurais deixaram de existir para dar lugar às indústrias que se instalavam no município"[54].

A Região Geoeconômica do Norte, com as Itoupavas Seca e Norte e suas periferias, foi o lugar onde a maior parte dos metalúrgicos se instalaram, porque muitos operários procuravam morar próximo de seus locais de trabalho, como a Electro Aço Altona e a Armo Bernardes Indústria e Comércio, ambas na Itoupava Seca, e outras empresas menores do mesmo setor.

> Assim, na parte norte, o polo é constituído pelos 5 grandes estabelecimentos - "Gaitas", "Cristais", "Cremer", "Electro Aço" e "Kuehnrich"- que se localizam nos bairros de Itoupava Seca e Itoupava Norte. Este polo contribuiu para a formação de uma auréola de subúrbios recentes: Vila Nova, Escola Agrícola, Salto do Norte e Fortaleza, e transformou as zonas rurais que circundam estes

existente no arquivo da entidade e tem data de abertura em 1º de junho de 1976 e de fechamento em 1º de fevereiro de 1992.

[52] Armem Mamigonian explica que "não é a mecanização da agricultura, mas simplesmente a fraqueza econômica da pequena propriedade agrícola alemã, italiana, polonesa e luso-brasileira no interior do sistema "colônia-venda", que fornece ao desenvolvimento das indústrias o elemento necessário que representa a mão de obra não qualificada". MAMIGONIAN, op. cit., p. 86.

[53] *ACIB*, op. cit.

[54] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 127.

> subúrbios: Salto Weissbach, Salto do Norte, Itoupavazinha, Itoupava Central e Fortaleza[55].

Como a maioria dos trabalhadores da cidade, os metalúrgicos moravam perto dos seus estabelecimentos de emprego, como se podia verificar em 1958, "que de 80 a 90% dos operários dos grandes estabelecimentos blumenauenses moram num raio inferior a 3 km de seu local de trabalho"[56]. Mesmo com dados do final da década de cinquenta, essas informações ainda eram válidas para examinar a situação destes operários na década de 1970, porque o SINDTIMMMEB tinha, entre os 1.700 trabalhadores que se filiaram nos anos 1976 a 1978, 144 que moravam na Itoupava Norte e 134 na Itoupava Seca. Os demais bairros com grande número de trabalhadores filiados ao Sindicato são: Escola Agrícola com 119, Vila Nova com 117, Água Verde com 86, Salto do Norte com 72. Os bairros Fortaleza e Tribess, que na época não estavam divididos, tinham 81 e o Bairro Velha tinha 59, enquanto Garcia e Progresso, bairros localizados no extremo sul e com força da indústria têxtil, somavam 109 trabalhadores com registro no sindicato dos metalúrgicos. O mapa abaixo indica, em vermelho, o número de registros ao SINDTIMMMEB em cada bairro da cidade[57] e mostra que há uma concentração maior destes trabalhadores nos bairros centrais da Região Norte e nos mais próximos a estes[58].

---

[55] A área é uma das mais industrializadas do município, com outras empresas importantes na época (Gaitas Hering, Cristais Hering, Gazes Medicinais Cremer, Tecelagem Kuehnrich (Teka)). Em 1958, Mamigonian identificou "5 grandes e 24 médias e pequenas unidades industriais, onde trabalham 3.170 operários", região com maior concentração de empregados no setor secundário. MAMIGONIAN, op. cit., p. 139 e p. 144.

[56] MAMIGONIAN, op. cit., p. 141.

[57] Havia 264 associados que não colocaram seus endereços, 130 que registraram endereços em outras cidades (podendo ser o endereço antigo ou o endereço em que ainda residiam, para as cidades mais próximas, como Indaial, Pomerode e Gaspar), e 18 com nomes de ruas que não foram localizadas em Blumenau ou em outras cidades do Vale do Itajaí.

[58] Os números em preto, dentro dos círculos brancos, indicam o nome dos bairros, de acordo com a legenda ao lado do mapa.

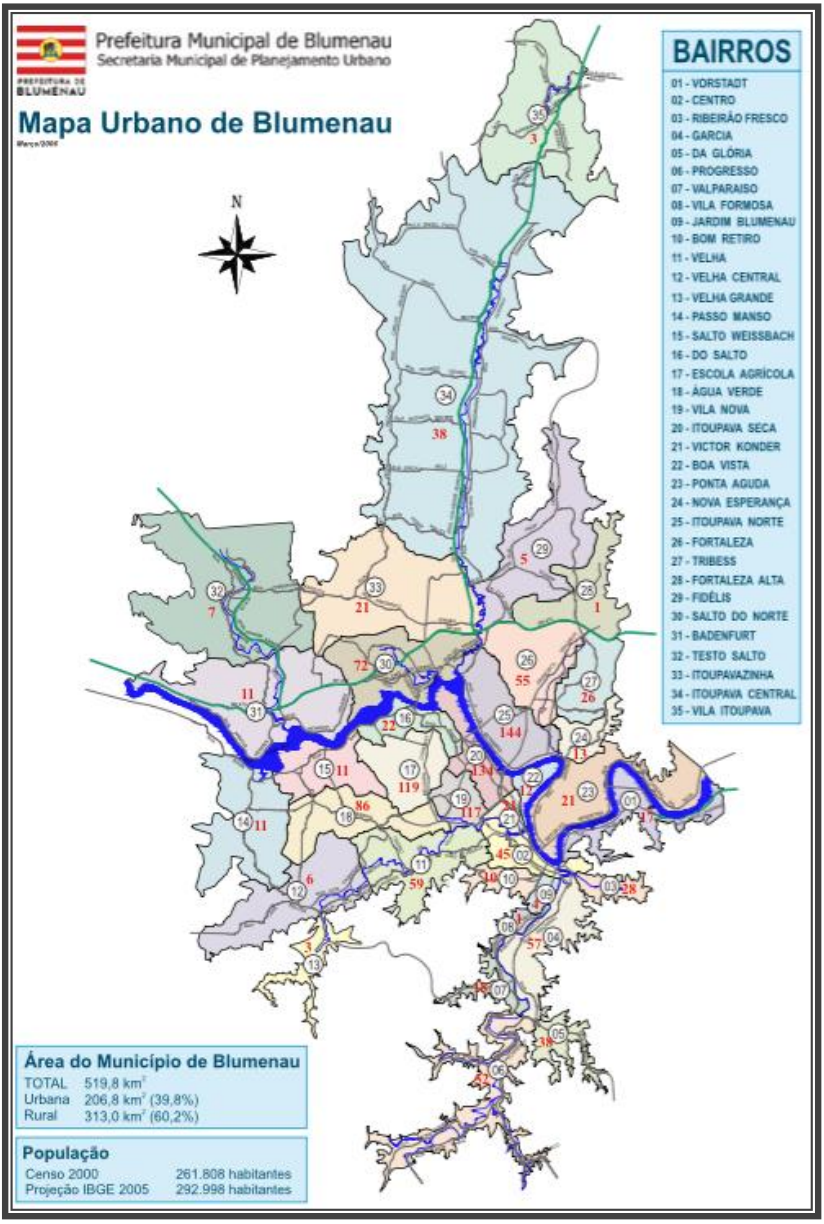



Figura 1: Mapa Urbano de Blumenau, de julho de 2012, com o número de

registros de associados ao SINDTIMMMEB, entre julho de 1976 e dezembro de 1978, em cada Bairro[59].

Os metalúrgicos se instalaram nas periferias dos bairros da Região Norte e nos bairros menos valorizados das outras regiões, como Garcia, Progresso e Velha, que possuíam morros altos e encostas com riscos de deslizamentos. Diferente das indústrias têxteis, com maior número de funcionários e tarefas diversificadas, que ocupavam homens, mulheres e menores de idade e, por isso, buscavam criar um ambiente familiar no local de trabalho, inclusive porque muitas famílias realmente tinham mais de um membro trabalhando na mesma fábrica[60], entre os metalúrgicos havia uma predominância do sexo masculino, de acordo com o costume da época, quando se considerava a metalurgia uma profissão essencialmente para os homens. Esses trabalhadores, em geral também moravam nos bairros próximos às fábricas em que trabalhavam, mas não em vilas operárias construídas pelas empresas, como no caso de várias das indústrias têxteis.

Em 1980 a Itoupava Seca e a Itoupava Norte tinham, respectivamente, 3.503 e 11.953 habitantes, que moravam em 863 e 2.599 domicílios[61]. Contavam com um número considerável de empresas e de residências de operários, mas também dos donos dessas fábricas, como era o caso de Bernardo Wolfgang Werner, que morava ao lado do seu empreendimento, a Electro Aço Altona.

Estes bairros principais, normalmente se organizavam em forma de espinha de peixe, com as fábricas, as casas maiores e os pontos comerciais na rua principal. As casas dos trabalhadores ficavam nas transversais, com menos estrutura e menor oferta de serviços. Nas ruas gerais também podiam ser verificados outros estabelecimentos que tornavam a Região Norte independente do Centro em diversos aspectos, pois possuíam "ruas principais pavimentadas, equipadas em serviços de água, luz e esgoto e estavam servidas de ônibus". Estes bairros eram "equipados em comércio, oficinas de consertos e outros serviços

[59] Levantamento do número de registros de associados ao SINDTIMMMEB feito pela autora a partir dos endereços cadastrados no Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992).
[60] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 21-29.
[61] PMB. *Perfil dos Bairros*: Itoupava Seca e Itoupava Norte. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.

superiores aos elementares", além de possuírem "clubes de futebol e de dança e começam a ter certos serviços mais raros, como cinema, fotógrafo, comércio de roupas, até [então] monopolizados pelo centro"[62]. Esses serviços podiam ser aproveitados pelos moradores de todo o Norte da cidade, porque desde a década de 1960 o transporte coletivo estava relativamente organizado e "o ônibus começava cada vez mais a fazer parte da vida cotidiana dos moradores da cidade. Apesar de muitos ainda não fazerem uso dele para ir ao trabalho, usavam-no para ir à missa, ao cinema, às festas, desfiles"[63] etc.

Por ser uma região industrializada e com uma quantidade grande de estabelecimentos comerciais[64], os terrenos nas vias principais das Itoupavas Seca e Norte eram pouco acessíveis aos mais pobres. Os trabalhadores que conseguiam instalar-se nesses locais eram os mais bem remunerados entre a classe ou os que adquiriram espaços pequenos, suficientes apenas para a residência e muitas vezes em pontos impróprios. A ocupação de áreas consideradas inadequadas para moradia colocava em risco os bens e mesmo a vida das pessoas mais pobres, já que outro fato que dificultava a vida dos blumenauenses era a ocorrência frequente de desbarrancamentos e enchentes, com onze marcações do nível do Rio Itajaí-Açu acima de dez metros, no período estudado, sendo que elevações de oito metros já inundam partes do município[65].

Muitos destes operários, recém-chegados à cidade, também encontraram dificuldades de adaptações no setor econômico, pois normalmente recebiam os empregos mais árduos e menos remunerados, sendo forçados a ocupar áreas mais precárias e dificilmente podiam ter uma área para a produção de hortas ou criação de animais, que auxiliassem no sustento da família, como faziam vários dos antigos moradores do município. Estes, comumente cumpriam uma segunda

---

[62] MAMIGONIAN, op. cit., p. 146.

[63] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 116.

1. [64] A Itoupava Norte e a Itoupava Seca possuíam, respectivamente, 45 e 50 estabelecimentos industriais e 143 e 93 comerciais, em 1980, quantidade elevada em comparação com bairros como Vila Nova (36 indústrias e 74 comércios), Escola Agrícola (30 indústrias e 66 comércios) e Fortaleza (15 indústrias e 46 comércios). (PMB. *Perfil dos Bairros*. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015).

[65] No Bairro Itoupava Norte está a Rua 1º de Janeiro, primeira rua alagável na cidade. Conforme dados da defesa civil, contidos em http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/relacao_picos_enchente_defesa.pdf?20140608194 6. Acesso em: 03/08/2013.

carga de trabalho em seu próprio espaço doméstico, onde cultivavam uma agricultura de subsistência e criavam pequenos animais para suprir suas necessidades básicas. Essa figura do trabalhador com duas jornadas ficou cunhada, no início do século XX, como colono-operário, pois tinha como principal atividade produtiva o cultivo da terra e a jornada na indústria como um complemento da renda[66]. Todavia, neste momento, a diminuição do tamanho das propriedades fez com que a fábrica se tornasse a base do sustento e a produção caseira seu suplemento.

Por outro lado, "muita gente trabalhava só na firma. Não tinha nada de coisa pra cuidar de casa"[67], porque a escassez e o alto preço das terras impossibilitavam a muitos recém-chegados realizar as mesmas tarefas, impedindo-os de ampliar sua renda[68]. Por isso, diversos trabalhadores se instalaram em bairros próximos menos valorizados, como Vila Nova, Escola Agrícola, Fortaleza e Salto do Norte. Assim, podiam adquirir uma moradia própria e deslocar-se a pé ou de bicicleta para o local do emprego.

A Vila Nova e a Escola Agrícola foram oficialmente criadas em 1956, embora já fossem habitadas e contassem com serviços públicos anteriormente[69]. Esses bairros formam um corredor entre as regiões Central e Norte de Blumenau, com vias paralelas à Itoupava Seca. Ao mesmo tempo, são bairros que circundam este último pelo lado oeste, concentrando um número significativo de pessoas que trabalhavam ali, como lembra Conrado Krieger, morador da Escola Agrícola[70], ao dizer

---

[66] SEYFERTH, op. cit., p. 105.
[67] KRIEGER, op. cit.
[68] HILLESHEIM, Jaime. *O Cenário Citadino de Blumenau*: imagens criadas e realidade vivida. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996, p. 17.
[69] PMB. Perfil dos Bairros: Vila Nova, Escola Agrícola e Do Salto. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.
[70] Embora fosse conhecido por este nome, até 2004 era oficialmente nominado como Bairro Asilo. A confusão com o nome ocorria porque no Bairro havia uma escola agrícola, mantida pelas irmãs franciscanas, que atendia meninos carentes, mas que na década de 1950 passou a abrigar idosos também, até transformar-se em asilo. As crianças sem assistência familiar, do sexo masculino, passaram a residir na Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos (ABAM), criada em 1957, na mesma localidade. Em 1980, o bairro possuía 30 indústrias, nenhuma de grande porte, e 12.870 habitantes, com 2.939 residências, que gera uma média de mais de quatro habitantes por moradia. PMB. Perfil dos Bairros: Escola Agrícola. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-

que "naquela época, aqui na nossa região tinha muita gente que trabalhava lá"[71], na Electro Aço Altona. Por estarem próximos ao Centro e às grandes indústrias da região geoeconômica do Norte, essas localidades valorizaram-se durante a década de 1970, embora mantivessem pontos mais precários, que se tornaram moradia de operários e outros trabalhadores pobres.

Rubens Vansuit e João Stüpp, empregados nas empresas Electro Aço Altona e Arno Bernardes Indústria e Comércio, moravam na Vila Nova, um dos poucos bairros periféricos que, na década de 1960, tinha uma estrutura um pouco organizada, com algum serviço de água e esgoto, além de ser um dos "subúrbios que já [tinham] trabalho industrial *in-loco*", com 15% dos seus moradores que se ocupavam ali mesmo[72]. Na década de 1970 o bairro ampliava a sua urbanização, com a abertura de novos estabelecimentos comerciais[73], e em 1980 possuía 36 estabelecimentos industriais e 5.653 habitantes, distribuídos em 1.316 residências[74].

O bairro começou a ser ocupado a partir da década de 1920 com a divisão de grandes terrenos, repartidos por "colonos dos arredores [que] organizam pequenos loteamentos (10 a 15 lotes) e, frequentemente, continuam a morar aí mesmo"[75]. João Stüpp foi morador de um destes lotes e conta que, após morar em uma pensão na Itoupava Seca, comprou um terreno na Vila Nova e morou por um ano na casa do dono do loteamento.

> Arrumamos uma pensão aqui embaixo, perto do Posto Almirante, ali tinha uma pensão. Aí eu fiquei não sei quantos meses ali, um ano. Eu com o Aristides Bona, nós pagávamos pensão ali, juntos. E depois a gente começou a namorar com a alemoazinha [sic] ali e aí dentro de um ano a gente casou. Aí viemos de muda aqui, naqueles quatro blocos que morava o dono, o Krüger, era o

planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.

[71] KRIEGER, op. cit.

[72] MAMIGONIAN, op. cit., p. 146.

[73] O vereador Nelson de Souza apresentou os requerimentos 49/75, 171/75 e 57/76, congratulando os comerciantes locais pela abertura de dois supermercados e um posto de gasolina no bairro.

[74] PMB. Perfil dos Bairros: Vila Nova. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.

[75] MAMIGONIAN, op. cit., p. 148.

> dono desses loteamentos todos aqui. Aí eu comprei um chão aqui, dele, e fiquei morando lá um ano, na casa do dono, o alemão. Aí construímos essa casa, muro de pedra, tudo, deixei a casa pronta. Aí tinha a minha casa[76].

Para os trabalhadores solteiros, como João Stüpp, a primeira moradia muitas vezes era apenas um quarto em uma pensão, porque reduzia muito os custos com estadia, quando se estava iniciando em um novo emprego e a permanência na vaga ainda era incerta. Por isso, entre 1976 e 1978, dezoito trabalhadores registraram a pensão localizada na Rua Almirante Barroso, nº598 como seu endereço, ao se filiarem ao SINDTIMMMEB[77].

Por outro lado, adquirir um terreno, quando se migrava com esposa e filhos, era mais fácil se algum membro da família já estivesse estabelecido no município e pudesse abrigar os parentes até que conseguissem reunir recursos para construir a casa própria. É o caso do operário Conrado Krieger, morador da Escola Agrícola, que, quando chegou a Blumenau, foi morar no Morro da Coripós. "A [esposa] estava grávida [da terceira filha]. Aí moramos junto com o meu pai. Morei dez anos junto com o meu pai. E, aí comecei a trabalhar aqui". Durante esse tempo, Conrado precisou se desfazer do terreno adquirido com a sua parte na venda das terras da família, em Luís Alves, onde morou e trabalhou até 1970. Com o dinheiro, obteve um terreno menor em um ponto mais acessível, construiu a casa e a equipou com condições para a moradia, como água, luz e algum mobiliário. O espaço, numa transversal da Rua Coripós, pôde ser comprado porque estava localizado na região menos valorizada do Bairro Escola Agrícola, por ser área com risco de desbarrancamentos[78].

José Nilton David também possuía pessoas da "família em Blumenau, o Astor [David], mais uns seis primos". Astor David era "comandante da Rádio Patrulha, na época, aqui" e líder comunitário no Bairro Fortaleza. "Onde eu passava, pelas cidades, eu sempre entrava em contato com o Astor" e ao chegar em "Blumenau, eu morei uns dois meses na casa dele, até achar, arrumar uma casa na [Rua] Fritz

[76] STÜPP, João. [julho, 2015]. Entrevista concedida para a autora.
[77] Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992).
[78] KRIEGER, op. cit.

Koegler"[79], no mesmo bairro. Esse costume de abrigar parentes até que conseguissem adquirir uma moradia permitiu que no município apenas 17% dos domicílios fossem alugados e 77% próprios[80].

Adquirir uma casa e melhorar as condições da residência eram um objetivo de vida para os trabalhadores, pois "o lugar de moradia constitui a base onde se realiza a reprodução da força de trabalho", mas também é percebida como o local onde se passa "o tempo fora da esfera da produção", ou seja, o "seu tempo de vida", ao lado de familiares e amigos[81]. Por isso, os trabalhadores faziam um esforço para conquistar esse bem, que significava "deixar de pagar aluguel e tornar os dispêndios com habitação uma reserva de valor" ou deixar de morar de favor ao sair da casa dos parentes e adquirir autonomia, privacidade e independência. Assim, a casa própria tonou-se também um "valor cultural profundamente arraigado e reafirmado: a busca de estabilidade contra as incertezas de mudanças não queridas, a segurança para a coesão familiar, o poder de organizar seu próprio espaço"[82].

Mas, apesar de grandes esforços e mesmo com a ajuda da família, nem sempre era possível construir a sua habitação. Rubens Vansuit conta que "pra conseguir casa foi muitos anos depois. Eu fui, pra dizer, olha, depois de ter os filhos tudo já criados, grandes já". Ele morou muito tempo de aluguel e na casa dos pais. Durante cerca de dois anos alugou uma casa na cidade vizinha de Indaial, na qual moravam a esposa e os filhos e onde dormia apenas nos finais de semana e nas quartas feiras, nos outros dias pernoitava na casa de parentes, em Blumenau, pois trabalhava no SINDTIMMMEB[83].

A solidariedade entre parentes, vizinhos e outros moradores do bairro era fundamental para garantir o sustento das famílias operárias. Como muitos moravam próximo dos pais ou irmãos, deixavam os filhos pequenos com estes familiares para que o casal pudesse trabalhar. Para diminuir as despesas com a alimentação vários desses operários aproveitavam o conhecimento que adquiriram no tempo em que viveram da agricultura e trabalhavam em uma dupla jornada, cultivando hortas e plantas frutíferas e criando animais, como porcos, galinhas e vacas.

---

[79] DAVID, op. cit.
[80] Fundação IBGE. *Censo Demográfico 1970:* Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. I, Tomo XX. Rio de Janeiro. 1973, p. 560. Do total de 19.443 domicílios, 1.036 estão classificados como "outros".
[81] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 99.
[82] Ibidem, p. 111.
[83] VANSUIT, op. cit., 2016

Destas, era tirado o leite para beber, fazer manteiga e queijo, itens importantes na alimentação dos trabalhadores e das crianças. Quando faltavam os produtos de mercearia antes do recebimento do salário, "ia comprando e ficando devendo" no mercado perto de casa. "Até o outro mês, aí pagava outra vez, aí ficava devendo o outro mês, outra vez. Assim ia levando"[84].

Na década de 1960 o problema com os preços da comida e das passagens do transporte coletivo preocupavam a classe operária. Neste momento, a entidade representante dos sindicatos de trabalhadores do município, a Intersindical, organizava protestos para controlar os custos.

> E aí nós íamos aonde desse pra ir, ia à prefeitura. Até uma coisa que hoje em dia não se faz, aumentava o leite, nós íamos lá. Porque antigamente era produzido aqui, tinha a Companhia Jensen, então eles tinham aquele leite que levava até em casa, que era em garrafa. Aí aumentava, nós íamos lá, pra [baixar]. Nós chegávamos a ter condições de diminuir, voltar o preço atrás. Ônibus, a mesma coisa. [...] Então, aí nós éramos, na época em que o falecido Aldo Andrade foi deputado, aí a gente tinha uma força maior, porque ele ajudava a gente. [...] E nós íamos onde era pra ir, ou na prefeitura, ou, às vezes nós apelávamos até no próprio exército[85].

A Intersindical promovia esses protestos "desde um pouco antes da "revolução" até, mais ou menos, essa época ali de sessenta e oito, sessenta e nove". Cientes da situação política do país, para evitar repressão ou prisões devido às manifestações, "se nós quiséssemos fazer alguma coisa, nós íamos e avisávamos [antes] no exército"[86]. Mas, com o endurecimento dos mandatos militares, os valores de diversos produtos passaram a ser decididos pelo Conselho Interministerial de Preços "e a população, mais do que antes, ficou" distante "das discussões"[87]. Por isso, em 11 de agosto de 1970, o vereador Victor

[84] KRIEGER, op. cit.
[85] VANSUIT, op. cit., 2016
[86] Idem.
[87] FROTSCHER, VEDANA, op. cit. p. 125.

Fernando Sasse, mesmo pertencendo à ARENA, partido de apoio ao governo federal, mas de oposição ao governo municipal, solicitou o envio de correspondência à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) de Florianópolis, questionando "o aumento da carne verde verificado em Blumenau", pois este item estava "refletindo sobremaneira no orçamento já escasso das classes menos favorecidas"[88].

Para os trabalhadores, a carne tinha uma importância simbólica e a impossibilidade de comê-la representava uma afronta a sua dignidade, como expresso na fala de Lula, durante a greve de 1978, em São Bernardo do Campo/SP, quando afirmou que "é muito duro o trabalhador chegar em um domingo e não ter dinheiro para comprar um quilo de carne, trabalhando 16 horas por dia. E foi isso que levou os trabalhadores a fazer greve"[89]. Percebendo esse significado, quase uma década antes das greves do ABC Paulista, Victor Sasse perguntou à SUNAB se o aumento deste produto em Blumenau estava de acordo com as normas nacionais, se havia algum órgão que controlasse os preços no município e se a prefeitura havia se habilitado como "entidade delegada no controle dos gêneros de primeira necessidade", numa clara cobrança ao prefeito Evelásio Vieira[90].

Se adquirir ou construir uma moradia era difícil e garantir os mantimentos domésticos era um desafio, muitos operários economizavam os gastos com transporte indo de bicicleta ou a pé para o trabalho. Conrado Krieger andava cerca de dois quilômetros quando ia para a Electro Aço Altona "a pé de manhã e saía de meio dia, vinha pra casa a pé também".

Para quem morava longe e precisava pegar ônibus, a concentração de empresas nas Itoupavas Seca e Norte facilitava a locomoção, porque a Itoupava Seca recebeu a primeira linha de ônibus do município, ainda em 1914, e, na década de 1970, o transporte coletivo já circulava a cada quinze minutos na Rua São Paulo (principal via da Itoupava Seca) e levava os passageiros, não só para o Centro, mas também para os Bairros Vila Nova, do Salto, Escola Agrícola, Itoupava Norte e Fortaleza[91]. O acesso a estes dois últimos bairros melhorou sobremaneira após a "conclusão da pavimentação da Rua Santa Catarina, em 1968, na Itoupava Seca, que dava acesso à região norte-

[88] SASSE, Victor Fernando. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 136/70 (AHJFS).
[89] ABRAMO, op. cit., p. 42.
[90] SASSE, Victor Fernando. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 136/70 (AHJFS).
[91] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 31, 73 e 77.

nordeste da cidade, através da ponte Governador Irineu Bornhausen"[92].

Entretanto, enquanto as ruas gerais da Itoupava Seca e da Itoupava Norte tinham melhores condições de tráfego e moradia, os demais bairros ainda tinham uma estrutura precária e seus habitantes sofriam com as adversidades dos locais. Quando adquiriam suas casas, os moradores da Vila Nova muitas vezes ocupavam os lugares mais baixos, sofrendo constantemente com alagamentos, tanto nas enchentes, quanto nas enxurradas. Mas a população que morava nessas áreas se mobilizava para solucionar os seus problemas e apresentava as suas queixas aos vereadores, que remetiam os pedidos de melhorias ao Executivo Municipal. Carlos Braga Muller (ARENA), em fevereiro de 1973, perguntou à Prefeitura se havia algum projeto para solucionar a situação da Rua Augusto Daniel Persuhn, na Vila Nova, paralela à Rua Almirante Barroso, porque "com qualquer chuva os porões das casas [das duas ruas] inundam". A prefeitura respondeu que havia um projeto de saneamento para toda a região, e que as providências imediatas eram "a limpeza, desobstrução e valetamento para vazão da água"[93].

Mas a situação parece ter piorado, sobretudo após a canalização de parte do Ribeirão do Tigre "por baixo da indústria Electro Aço Altona e na Rua Fides Deeke". Por isso, em março de 1974 o vereador Nelson de Souza (MDB) pediu a formação de uma "comissão especial de estudos no Bairro Vila Nova", para verificar "a causa das inundações" nas ruas Almirante Barroso, Augusto Daniel Persuhn e João Gomes da Nóbrega, pois, "opinam muitos que a causa das inundações são as canalizações acima mencionadas"[94].

Para os moradores de áreas mais altas, como Rubens Vansuit, "a dificuldade principal [...] eram as ruas, por exemplo, que tu vias uma poeira como se estivesse lá no interior"[95], pois não havia pavimentação. Por isso, em 1971, o vereador Luiz Antônio Soares (ARENA) perguntou ao Executivo como estava o "andamento dos estudos para o calçamento das ruas Almirante Tamandaré, Almirante Barroso, Benjamin Constant e Joinville", todas vias arteriais do Bairro Vila Nova, cujo revestimento era uma antiga reivindicação dos moradores. A resposta foi que as três

[92] Ibidem, p. 79.
[93] MÜLLER, Carlos B. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau, Requerimento 06/73 (AHJFS).
[94] SOUZA, Nelson J. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau, Requerimento 34/74 (AHJFS).
[95] VANSUIT, op. cit. 2016.

primeiras estavam em estudo e para a última precisava apenas entrar em acordo com os "proprietários marginais do trecho a ser pavimentado"[96]. Mas, nem sempre a prefeitura cobria todos os gastos da pavimentação e, para o calçamento das transversais das ruas principais, os moradores se reuniam com os representantes do poder público e parcelavam os custos da obra. João Stüpp conta que: "quando a gente queria fazer o calçamento, aí nós nos reunimos todos os moradores. Cada um tinha que pagar tanto, nós pagávamos [...] por mês"[97].

Nos outros bairros os trabalhadores também se organizavam e criavam relações de pertencimento, seja por meio do trabalho, da comunidade ou da identidade cultural. O Bairro Fortaleza, mesmo com intenso crescimento populacional no município, levou algum tempo para adquirir caráter urbano e conservou-se como uma região tradicional em Blumenau. Mantendo-se isolada, "pois não havia ligação [direta] com o Centro" até a inauguração da Ponte Wilson Pedro Kleinubing (Ponte do Tamarindo), na década de 1990, recebia tardiamente os reflexos da modernidade. O bairro constituiu-se em área residencial apenas a partir de 1964 "pois possuía áreas semiplanas próprias para a instalação de loteamentos, recebendo maior impulso a partir da década de 1970"[98]. No início dos anos 1960 "na localidade do Tribess, integrante do bairro Fortaleza, ainda não havia tráfego de veículos"[99].

Contudo, neste bairro, identificado localmente pela presença de trabalhadores pobres, aparecem experiências sociais interessantes, que reafirmam a ideia de que "as classes inferiores não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural"[100]. Dos metalúrgicos que se associaram ao SINDTIMMMEB entre 1976 e 1978, 81 moravam na Fortaleza e no Tribess, o que corresponde a quase 5% do total e deixa a localidade em sexto lugar quanto à concentração de trabalhadores registrados neste sindicato[101]. A presença de trabalhadores metalúrgicos na Fortaleza também é evidenciada pela Lei Estadual nº 5.601, de

---

[96] SOARES, Luís A. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau, Requerimento 134/71 (AHJFS).
[97] STÜPP, op. cit.
[98] PMB. Perfil dos Bairros: Vila Nova. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.
[99] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p.78 e 127.
[100] DESAN, Suzane. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 74.
[101] Levantamento feito pela autora, a partir Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1993).

25/10/1979, cujo projeto foi apresentado pelo Deputado Aldo Pereira de Andrade, que dá ao Centro Social Urbano do Bairro Fortaleza o nome Arno Bernardes, nome do dono da empresa metalúrgica Arno Bernardes Indústria e Comércio[102].

"Em 1958" os moradores da região, "reclamavam da carência de transporte coletivo para o Centro da cidade, exigindo da Câmara Municipal que a linha da Itoupava Norte fosse estendida em mais dois quilômetros". Mas, eles tiveram acesso a uma linha exclusiva apenas no início da década de 1960, e iam trabalhar a pé ou de bicicleta[103], pois aproximadamente 98% tinham suas ocupações nos Bairros Itoupava Seca e Itoupava Norte[104]. Mesmo quando o transporte coletivo passou a atender a região, as condições das estradas eram péssimas e, por isso, "apesar dos seus dois ônibus, a Transporte Coletivo Wruck utilizava apenas um deles", pois "quando um ônibus estava pronto na oficina, o outro já estava a caminho dela, estragado"[105].

Por causa destes percalços, a bicicleta também era usada pelo vereador que morava ali, eleito pela primeira vez em 1962. "A novidade" desta eleição na bancada do PTB foi "Manoel V. Gonçalves, considerado pela imprensa local como um elemento surpresa no pleito, pois se tratava de um trabalhador da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), que fazia uso da bicicleta" para ir ao trabalho. O morador da Fortaleza foi "apresentado como um atuante político desta região e, conforme o jornal Ronda de março/1964, um "autêntico porta-voz da população daquele bairro distante, habitado por operários e pessoas de condição humilde""[106]. O mandatário foi reeleito, pelo MDB, em 1966 e em 1969. Neste último ano, foi o vereador mais votado da cidade, com 2.604 votos, enquanto Dieter Hering, candidato mais votado da ARENA, recebeu 2.177 votos. A votação de Manoel Gonçalves em 1969 é ainda mais impressionante porque, mesmo tendo elegido o prefeito Evelásio Vieira, o MDB conquistou apenas três vagas na Câmara de Vereadores, somando 7.957 votos, quando a ARENA

[102] Lei nº 5.601, de 25/10/1979, contido em http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-5601-1979-santa-catarina-da-denominacao-a-centro-social?q=fortaleza. Acesso em: 02/02/2016.
[103] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 77.
[104] MAMIGONIAN, op. cit., p. 146.
[105] WRUCK apud FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 127.
[106] FERREIRA, C.; LENZ, T. . O PTB e sua representatividade na Câmara de Vereadores de Blumenau. In: 7ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão - Mipe, 2013, Blumenau. *Anais da 7ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão - Mipe*, 2013, p. 249.

ocupou as outras dez cadeiras, recebendo um total de 21.131 votos[107].

Neste mandato, mesmo atuando como parlamentar de situação, pois o prefeito Evelásio Vieira também era do MDB, o vereador costumava encaminhar diversos requerimentos ao executivo, solicitando melhorias para a comunidade blumenauense e questionando determinadas práticas dos gestores do município. Para subsidiar seus pedidos, Manoel Gonçalves desejava saber os valores arrecadados com impostos, pela prefeitura, nas ruas que ele representava, questionando "qual o montante de arrecadação em 1967 e qual a previsão para 1968", para várias ruas localizadas nos bairros Ponta Aguda, Itoupava Norte, Itoupava Seca, Salto do Norte e Fortaleza[108].

Por ser considerado um bairro de trabalhadores pobres, a partir de 1966, o governo municipal começou "a construção de creches" na Fortaleza. A prefeitura passava "a atender interesses populares e isentando o empresariado da necessidade de construírem creches dentro das fábricas. Esta será uma das principais políticas do governo local, no período de 1970 a 1988"[109]. A construção de creches era um alívio para os trabalhadores e as trabalhadoras, mas o transporte coletivo continuava a preocupá-los, mesmo no final da década de 1960.

A assiduidade do meio de transporte era essencial para chegar ao trabalho, sobretudo em dias de chuva, mas a condução para os momentos de lazer também era importante. Por isso, em 1967, reclamavam a oferta de linhas para a Fortaleza em dois horários específicos: um, saindo do Centro, diariamente, depois das sessões de cinema e outra linha que saísse da Cia Hering às 22 horas, pois vinte e seis operárias daquela empresa têxtil não tinham como chegar em casa após o expediente no segundo turno[110]. No ano seguinte, solicitaram que o prefeito entrasse em contato com a empresa Nossa Senhora da Glória, e, através de abaixo-assinado disseram "bem alto os anseios dos moradores da Fortaleza, quanto à extensão da linha de ônibus até o

[107] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1969. Contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc170534/ata_apuracao_arquivo_1969_170_51.pdf#search="blumenau". Acesso em: 01/08/2015.

[108] GONÇALVES, Manoel V. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 28/68 (AHJFS).

[109] SIMÃO, Vilma M. *Blumenau*: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995, p. 66.

[110] GONÇALVES, Manoel V. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 46/67 (AHJFS).

Salão Tribess" ao menos quatro vezes por dia[111].

Em 1968, 328 moradores da Fortaleza subscreveram um abaixo-assinado solicitando ao Vereador Manoel V. Gonçalves que intercedesse "junto aos poderes competentes" para que ao menos um telefone público fosse instalado, "já que ninguém possui telefone na região. O telefone poderia ser instalado na padaria de Marcilio de Oliveira, onde há condições necessárias à boa utilidade, pois a padaria trabalha dia e noite". Os moradores também pediam instalação de rede elétrica e iluminação nas vias públicas, e, segundo eles, o próprio Prefeito, Carlos Curt Zadrozny, já sabia do pedido, porque havia prometido o orelhão àquelas famílias durante a sua campanha eleitoral[112].

Até 1970, Manoel Victor Gonçalves foi o principal representante do Norte da cidade junto ao Legislativo Municipal, encaminhando a grande maioria das reivindicações daquela região, como a instalação de rede elétrica e braços com lâmpadas nos postes, para a iluminação pública, além de reivindicar melhorias nas ruas, principalmente na Rua 2 de Setembro, principal via do bairro Itoupava Norte[113]. Em 1971 assumiu uma cadeira como deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde permaneceu até 1975. Em 1977 o político do MDB voltou para a Câmara de Vereadores, atuando até 1983.

No tempo em que atuou estadualmente as demandas municipais dos moradores da Fortaleza foram apresentadas pelos outros vereadores, principalmente por Carlos Braga Müller e Jonas Rosário Neves, ambos da ARENA, que encaminhavam abaixo-assinados e apresentavam reclamações sobre abertura de ruas, construção de escola etc. Jonas Neves apresentou, em 1973, um requerimento solicitando a constituição de uma Comissão Especial, "que teria por finalidade levantar globalmente todos os problemas daquele bairro", para aperfeiçoar a atuação parlamentar em relação às indicações encaminhadas ao Executivo Municipal, visto que este bairro

> é um dos menos protegidos pela administração pública, sendo flagrantes os seus problemas socioeconômicos, principalmente a falta de

[111] MULLER, Edgar Paulo. Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 74/68 (AHJFS).
[112] GONÇALVES, Manoel V. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Encadernação Requerimentos 1968 (AHJFS).
[113] Levantamento elaborado pela autora a partir dos requerimentos apresentados pelo Vereador Manoel V. Gonçalves. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau (AHJFS).

> calçamento em suas principais ruas, nenhum recurso para captação de águas pluviais e servidas, além de, como se sabe, ser um bairro habitado por gente humilde, de que certamente resulta a dificuldade e morosidade na valorização imobiliária[114].

Em 1975 o mesmo vereador reapresentou o pedido para a criação da "comissão especial para levantar os problemas do Bairro Fortaleza"[115]. Portanto, a população que morava nos bairros de Blumenau não permanecia passiva, apenas esperando as decisões e melhorias vindas de cima, procurava os vereadores para que encaminhassem seus pedidos e, diversas vezes, pressionavam o prefeito com abaixo-assinados.

As reclamações tinham como temas principais a instalação de energia elétrica, pela CELESC, de braços com lâmpadas nos postes das vias públicas, pela prefeitura, e de telefones públicos, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. Também apresentavam questões relativas à canalização e distribuição de água potável, pelo SAMAE, abertura de novas ruas e melhorias nas já existentes, como macadamização, irrigação das estradas de barro, calçamento dos corredores principais e instalação de tubulação para escoamento da água nos locais alagáveis por enxurradas. Nos anos de 1973 e 1975, quando as águas do Rio Itajaí Açu alcançaram o nível de mais de doze metros, pedidos de agilidade na construção de barragens no Alto Vale foram remetidos aos governos estadual e federal, com cobranças de empenho do prefeito. Outra queixa comum era relativa à qualidade dos serviços de transporte coletivo, que deveriam ser fiscalizados pelo poder executivo municipal, quanto ao cumprimento dos horários, qualidade dos ônibus e número de linhas disponíveis à população[116].

Na década de 1970, quando as tarifas de ônibus aumentavam, a prefeitura já não tinha mais o controle dos preços, que passaram a ser definidos pelo Governo Federal. Todavia, os trabalhadores ainda podiam contar com um subterfúgio e economizar os gastos com transporte e a

---

[114] NEVES, Jonas R. C. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 93/73 (AHJFS).
[115] NEVES, Jonas R. C. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 214/75 (AHJFS).
[116] Levantamento realizado pela autora a partir dos requerimentos apresentados pelos vereadores de Blumenau entre os anos de 1966 até 1978. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. (AHJFS).

perda de tempo com deslocamento, pois muitos se deslocavam a pé ou de bicicleta. Rubens Vansuit, mesmo morando em Indaial durante dois anos, no tempo em que foi funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos, preferia usar a bicicleta para se locomover[117]. "Lá tinha ônibus [intermunicipal] que passava na frente de casa, mas eu preferia vir de bicicleta" porque

> eu unia o útil ao agradável, o dinheiro e o físico, porque eu estava fora de forma, aí que fiquei em forma de fazer isso. E aí claro que o dinheiro também, porque ia duas vezes por semana. E também o tempo, porque, pra eu cumprir o horário eu sabia, saía de lá, de bicicleta saía a hora que quisesse e ônibus sou obrigado a obedecer o horário deles[118].

Ele conta que ficava na casa dos seus pais, na Vila Nova, durante a semana e passava os finais de semana em Indaial, além de ir para a casa nas quartas-feiras à noite e voltar quintas-feiras de manhã. Embora ele preferisse usar a bicicleta, havia a disponibilidade dos ônibus intermunicipais, que saíam de Blumenau e iam em direção ao Alto Vale do Itajaí, passando pelas cidades de Indaial, Ascurra, Rodeio etc.

O desenvolvimento do transporte rodoviário facilitou aos trabalhadores pegar os ônibus para as cidades vizinhas, mas, os passeios às casas dos familiares que ficaram nas cidades mais distantes do Vale do Itajaí se tornaram difíceis após a desativação da Estrada de Ferro Santa Catarina. "Em 1971, Blumenau assistiu com nostalgia à última viagem do trem. Em meio a uma conjuntura nacional em que se incentivava o transporte rodoviário, extinguiu-se a Estrada de Ferro Santa Catarina" devido aos altos custos de manutenção e prejuízos da empresa[119]. A crise no setor ferroviário era só um dos problemas a serem enfrentados pela população na última década e meia do período ditatorial.

Mas, seja por meio das reivindicações de instituições classistas,

---

[117] Pelo caminho que Rubens Vansuit fazia, Indaial ficava aproximadamente 22 km do SINDTIMMMEB, distância que necessitava de cerca de uma hora e vinte minutos para ser percorrida de bicicleta.
[118] VANSUIT, op. cit., 2016.
[119] FROTSCHER; VEDANA, op. cit., p. 127.

como a Intersindical, ou através de solicitações aos outros setores da sociedade, como os ocupantes de cargos políticos, os operários de Blumenau protestavam contra a deterioração do seu bem estar e negociavam as melhorias possíveis, tanto nos locais de moradia, quanto nas condições de emprego. Os metalúrgicos eram, portanto, uma categoria que disputava benefícios para a sua profissão.

### 1.3. Os operários metalúrgicos e seu ofício: trabalho e política dentro das fábricas

Em 1970 Blumenau era uma cidade predominantemente industrial, com vinte e quatro por cento da população com mais de dez anos trabalhando no setor secundário, o que tornava 49% por cento da população economicamente ativa e 44,7% da população não economicamente ativa dependentes dessas atividades para a sua subsistência, somando mais de quarenta e seis mil pessoas[120].

As firmas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico e comunicações, juntas, empregavam 1.198 trabalhadores em 1970, ampliando para 4.174, em 1980, o que representa 7,3% dos trabalhadores na indústria no início deste período e quase 12% no fim dele, mas deixa a categoria bastante distante do número de trabalhadores nas indústrias têxteis e de vestuário que, somadas, empregavam mais de sessenta por cento do setor secundário de Blumenau, com quase dez mil trabalhadores e trabalhadoras no início da década[121]. Em 1979, nove indústrias metalúrgicas, mecânicas ou de material elétrico estavam entre as cinquenta empresas com maior movimentação econômica de Blumenau, e a maior delas, a Electro Aço Altona S/A, estava em décimo primeiro lugar[122].

No Livro de Registros de Associados nº 3 do SINDTIMMMEB[123], aparecem como empregadoras quarenta e uma empresas diferentes entre junho de 1976 e dezembro de 1978[124], embora

---

[120] Fundação IBGE. *Censo Demográfico 1970:* Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. I, Tomo XX. Rio de Janeiro. 1973, p. 233 e 242.

[121] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1970*: Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. IV, Tomo XX. Rio de Janeiro, 1974, p.10-11 e *Censo Industrial 1980*: dados gerais, Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil, vol. 3, Tomo 2, parte 1, número 21, Rio de Janeiro, 1984, p. 10-11.

[122] AS 50 maiores no ano de 1979. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 20 de agosto de 1980, p. 09. (AHJFS).

[123] O Livro de Registros de Associados nº 3 é o único existente no arquivo da entidade e tem data de abertura em 1º de junho de 1976 e de fechamento em 1º de fevereiro de 1992.

[124] Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992).

os Censos Industriais identifiquem a existência de 56 a 118 empresas deste grupo entre o início e o final da década de 1970, com média de 21 a 41 empregados[125], divididas em quarenta estabelecimentos da indústria metalúrgica, onze da indústria mecânica e cinco de material elétrico e de comunicações em 1970[126].

Em 1975, quando os setores têxtil e de vestuário empregavam mais de quinze mil operários e operárias, os setores metalúrgico, mecânico e de material elétrico e comunicações juntos tinham 2.702 trabalhadores. Uma característica deste período entre 1970 e 1975 é que, enquanto o número de empresas mecânicas cresceu para vinte e três e o de material elétrico e comunicações ampliou para dez, as firmas metalúrgicas aumentaram seus funcionários para mil e setecentos, mas reduziram o número de estabelecimentos para trinta e três[127], gerando uma maior concentração de riqueza nas mãos de poucos empresários. A ampliação dos lucros também ocorreu pela intensificação do esforço dos trabalhadores, quando, por exemplo, "os Werner" decidiram "de uma só vez, [...] dobrar a capacidade de produção da Altona, adquirindo um forno com capacidade para 5.000 quilos demandando uma imensa adequação da fábrica e sua completa reestruturação". O número de operários, todavia, aumentou apenas 33%, crescendo de 450 na década de 1960 para 600 nos anos 1970[128].

Entre junho de 1976 e dezembro 1978 há 1.700 registros de novos associados do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, dado que não representa o número total de sindicalizados, porque não leva em conta a rotatividade, as demissões, aposentadorias, campanhas de sindicalização e os filiados antigos, identifica apenas quantos

---

[125] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1970*: Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. IV, Tomo XX. Rio de Janeiro, 1974, p.10-11 e *Censo Industrial 1980*: dados gerais, Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil, vol. 3, Tomo 2, parte 1, número 21, Rio de Janeiro, 1984, p. 10-11.

[126] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1970*: Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. IV, Tomo XX. Rio de Janeiro, 1974, p.10. No censo industrial o gênero de atividades diversas possui 1.258 trabalhadores, mas não é possível saber quais operários estão inseridos neste setor. O estudo de Armen Mamigonian, publicado em 1965, identifica o setor de brinquedos e instrumentos musicais como o segundo com maior número de empregados, mas este grupo não está identificado isoladamente no recenseamento.

[127] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1975*: Santa Catarina. Série Regional, Vol. 2., Tomo 19. Rio de Janeiro, 1979, p. 10-12.

[128] BAUMGARTEN, Christina. *A engenharia do sonho*: registro histórico dos oitenta anos da Electro Aço Altona S.A. Blumenau: HB Editora, 2004, p. 104.

metalúrgicos associaram-se neste período, mas dá uma noção de proporcionalidade quanto ao tamanho das empresas. As filiações estão distribuídas com 777 empregados da Electro Aço Altona S.A., 302 da Arno Bernardes Indústria e Comércio LTDA., 156 da Grahl S.A. Equipamentos Rodoviários e Industriais, 84 da Metalúrgica Staedele LTDA., 52 da Walter Schmidt Comércio Indústria Eletromecânica LTDA. e as outras todas com menos de 40 registros[129].

Os trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e do material elétrico eram, em geral, funcionários de empresas de pequeno e médio portes, como as citadas acima, mas também de empreendimentos menores, como a Mogk Indústria de Máquinas, Metalúrgica Blumenauense, Krieger Metalúrgica, Eletro Mecânica Standard, Blumac Comércio e Indústria, Ventiladores Bernauer, Ártico Indústria de Refrigeração, Metalúrgica RF e Obenaus Indústria e Comércio de Molas, e de pequenas oficinas. Havia ainda operários desta área dentro de empresas de outros setores, pois várias delas possuíam "uma oficina para reparos, consertos e até produção de peças, máquinas e outros produtos afins, necessários dentro da sua cadeia produtiva"[130].

A Electro Aço Altona era a maior metalúrgica, com mais de 600 funcionários na década de 1970[131]. Com os dados de 1958, Armen Mamigonian identificou onze empresas pequenas de transformação de metais, uma metalúrgica de médio porte e uma eletrossiderúrgica que classificou como de grande porte, a Altona, que ocupava 58,5% dos trabalhadores do ramo de produção e transformação de metais[132].

O dia a dia dentro destas indústrias era cansativo e insalubre, como conta Conrado Krieger, proletário do setor de fundição da Electro Aço Altona S/A. Com fornos dos "dois lados", o seu trabalho era "pesado, quente, todo dia. Não podia pegar as peças com a mão, que estava tudo quente e a máquina não era automática, era tudo manual". O ambiente "era sujo, era muito sujo. A gente chegava em casa, a mulher

[129] Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3.
[130] A existência destas oficinas foi a justificativa formal para que indústrias de áreas diversas, como a Fábrica de Gaitas Hering e a Companhia Hemmer, de gêneros alimentícios, se incorporassem às metalúrgicas na fundação do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau, em 1953. O objetivo dos empresários era "cooptar o maior número de empresas, a fim de que a entidade pudesse ter voz ativa", principalmente em nível estadual, porque apenas as empresas sindicalizadas poderiam ter representação na FIESC. BAUMGARTEN, Christina. *A forja do progresso*: a história da indústria metalúrgica, mecânica e do material elétrico na região de Blumenau e a formação das lideranças sindicais. Blumenau: HB Editora, 2003, p. 54-55.
[131] BAUMGARTEN, op. cit. 2004, p. 105.
[132] MAMIGONIAN, op. cit., p. 100.

reclamava que catingava tudo de fumaça e de poeira e ferro velho, e tudo isso". Conrado, que estudou até a quarta série do ensino primário, considerava que "pra alguns foi difícil, mas pra alguns também foi mais leve, porque tinha outro serviço e" por terem estudado mais "trabalhavam numa outra seção, onde era mais fácil"[133]. Mas, Rubens Vansuit, que nasceu em Rodeio/SC, estudou no internato do Colégio Ginásio São Paulo, na cidade vizinha de Ascurra, até os quinze anos, e tornou-se responsável pelo depósito de moldes da mesma fábrica, também achava o emprego desagradável, principalmente porque entendia que uma das piores características do local era a sujeira.

> Eu gostava do ambiente, dos amigos, assim. Do trabalho tanto, não, era difícil. Eu não gostei muito não, porque tu trabalhavas com aqueles modelos, tudo já vindo com aquela poeira da Electro Aço, aquilo, tu sentia um pouco de alergia com aquilo. Sabe, de lá vem aquele negócio de fundição, areia, aquelas coisas[134].

O lugar era quente, empoeirado, com fumaça e bagunçado, onde as peças pesadas de metal ficavam no meio do caminho, facilitando tropeços e quedas. Rubens Vansuit diz que avisou o Diretor Comercial da empresa sobre os riscos da falta de organização no local de trabalho, que acarretavam em gasto alto com o seguro, responsável pelas indenizações pagas por acidentes de trabalho. Ele diz que sugeriu contratar um engenheiro para dispor melhor os equipamentos e peças, mas que nada foi feito.

> Eu disse, "eu tenho um engenheiro, que eu vou indicar pro senhor, vir aqui, ele vem fazer aqui, ele decerto vai cobrar alguma coisa, que ele vai te fazer uma verificação desse negócio, ele vai diminuir esse seguro aí. Se acontecem sessenta, setenta [acidentes] por mês, ele vai diminuir pra vinte e olha lá". [...] Pra organizar, porque era muito desorganizado aquilo lá dentro. Eu disse,

[133] KRIEGER, op. cit. Conrado Krieger estudou até a quarta série do primeiro grau, período conhecido atualmente como Séries Iniciais do Ensino Fundamental.
[134] VANSUIT, Rubens. [novembro, 2014b]. Entrevista concedida para a autora.

> "eu passo lá dentro da fundição, eu não me machuco, porque eu passo lá olhando, porque eu vou procurar alguma coisa, mas o cara que está trabalhando lá dentro, se eu já quase me machuco, o que fará quem está trabalhando, que [não] está prestando atenção, que aquilo lá está tudo assim, aquelas peças lá, o cara bate, qualquer coisa, pronto, o cara vai pro seguro. Isso aí podia ser organizado, eu não sei como fazer, mas tem gente que sabe". Nunca me deram uma resposta[135].

O perigo de trabalhar próximo de fornos de fusão de aço, de peças gigantescas e caçambas que transportavam aço líquido e se deslocavam pela fábrica suspensas por ganchos[136], se agravava pela falta de treinamento para a maioria dos novos funcionários. Os trabalhadores normalmente eram indicados ou avisados por parentes ou conhecidos, que sabiam das vagas abertas. Após uma conversa com um superior ou com o dono da empresa, os candidatos recebiam o emprego e logo iniciavam suas atividades, tendo que aprender o novo ofício com seus colegas de profissão ou até sozinhos, no caso das empresas com poucos funcionários.

João Stüpp, que começou trabalhando na produção de arruelas de pressão na empresa Arno Bernardes Indústria e Comércio, diz que "eu mesmo é que fui aprendendo. É, eu é que fui aprendendo, sozinho."[137] Enquanto Conrado Krieger afirma que "a profissão aprendi com os operários que já estavam trabalhando. [...] É, eles mesmos ensinavam, o patrão mesmo me mostrou" o local de trabalho. "Mas não era tão difícil, é uma máquina simples. Com o tempo se aprende tudo"[138]. Alguns funcionários, por sua vez, recebiam uma formação básica em escolas profissionalizantes, local onde José Nilton David trabalhou quando chegou a Blumenau.

> Eu vim, ao longo do tempo, fiz um curso de soldador elétrico, joguei futebol, passei por escola agrícola. [...] E parei em Blumenau, a convite do ex-prefeito Félix Theiss e do meu amigo João de

[135] Idem.
[136] Estas caçambas carregavam cerca de seis toneladas cada uma e em 1977 havia pelo menos duas no interior da Electro Aço Altona, conforme fotografia em BAUMGARTEN, op. cit., 2004, p. 32.
[137] STÜPP, op. cit.
[138] KRIEGER, op. cit.

> Borba Neto. Eu vim pra cá pra ser instrutor de solda elétrica do Centro de Ensino Profissional, na Rua da Glória. E aí eu fazia a instrução a noite, durante o dia fazia um serviço, uns bicos. Acabei depois, fui registrar a carteira na antiga Alusul[139].

José Nilton David precisava, além do trabalho no CEP, realizar "bicos" durante o dia para complementar sua renda, pois era comum que os trabalhadores metalúrgicos recebessem baixos salários, situação que fica mais clara quando os vencimentos são comparados com os valores que recebiam os cargos superiores e funcionários de escritório. A média de salários dos operários metalúrgicos era de Cr$14.540 anuais em 1975, enquanto os funcionários não ligados à produção recebiam cerca de três vezes mais. Os trabalhadores da indústria mecânica recebiam Cr$16.594 por ano, pouco menos que a metade das pessoas não ligadas à produção, enquanto a média salarial dos trabalhadores do setor de material elétrico e de comunicações chegava a Cr$24.250, alcançando mais da metade dos salários dos funcionários não ligados à produção[140].

As baixas remunerações e o alto custo de vida eram motivo de preocupação entre os trabalhadores. A "dificuldade quanto aos salários" era a "pior de todas, porque naquela época tu não tinhas como fazer pra tu conseguires melhorar o salário"[141]. Os operários "conversavam sim" sobre esses problemas, que "um passava mais difícil do que o outro. Um morava mais longe, tinha de pegar dois ônibus, outro só um, ou nenhum. Aí ficou difícil, que o ônibus era caro naquela época já e [a gente] ganhava pouco". Nas conversas do dia a dia, diziam que "o custo aumentou muito" e o salário não, aí "botava a culpa no patrão, o patrão da firma, que não dava o aumento. O próximo era o governo. O governo que não dava o aumento exato pra nós"[142].

Os anos da ditadura foram especialmente duros, mas a ausência de greves é explicada "não [por] medo deles lá [do governo], não. Eles

---

[139] DAVID, op. cit.
[140] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1975*: Santa Catarina. Série Regional, Vol. 2., Tomo 19. Rio de Janeiro, 1979, p. 10 e 11. O item "Salários" engloba "as despesas realizadas pelo estabelecimento com salários, vencimentos e outras remunerações do pessoal ocupado em atividades segundo as categorias funcionais, incluindo honorários de Diretores, bonificações, comissões, ajuda de custo e 13º salário".
[141] VANSUIT, op. cit., 2014b.
[142] KRIEGER, op. cit.

tinham medo era de perder o emprego. Medo de militar, e coisa, não"[143], tinham "medo de mandar embora. Que ninguém não quer perder o serviço, o dinheiro que, que sempre ganhava"[144]. O desemprego significava "a falta de recursos para a própria subsistência", mas, além disso, era uma desmoralização, que estava "ligada a uma ferida produzida no âmago de uma identidade construída do "trabalhador honesto e responsável", que assegura o sustento da família e tem seu lugar na sociedade"[145], visto que, ao sair da empresa, o trabalhador também perdia todas as relações decorrentes do emprego e, muitas vezes, o status de pessoa confiável e passava a contar e conviver apenas com seus familiares e vizinhos.

Essa situação econômica dos mais pobres se agravou ao longo dos anos da ditadura devido ao arrocho salarial, pois os índices de inflação eram maiores que os aumentos dos vencimentos, diminuindo o poder de compra dos assalariados: "em 1976, o salário mínimo real equivalia a 31% do valor que tinha em 1959"[146]. Por isso, os trabalhadores foram obrigados a fazer cada vez mais horas extras, diminuindo o tempo livre e, consequentemente, os momentos de lazer. "Em São Paulo, por exemplo, os metalúrgicos estavam cumprindo jornadas de trabalho de 12 horas" durante os anos do "milagre"[147], porque, em 1963 eram necessárias 98 horas e 20 minutos para um trabalhador adquirir sua "ração alimentar mínima", enquanto em 1976 precisavam 157 horas e 29 minutos para o mesmo fim[148]. Isso permite perceber que a queda na qualidade de vida não ocorreu apenas por fatores econômicos, mas também culturais, sociais e políticos, pois a luta pela melhoria dos salários era reprimida, fazendo com que o aumento da remuneração fosse possível somente com o aumento das horas de trabalho, que gerava a diminuição do descanso, da vivência familiar e comunitária e das atividades prazerosas ao trabalhador.

A insatisfação dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, por exemplo, pode ser encontrada no estudo de Laís Abramo, que evidencia, através da pesquisa em redações elaboradas pelos operários, como, ao longo dos anos da ditadura, estes sentiam que perdiam sua dignidade, devido à falta de respeito de seus superiores, à redução do poder aquisitivo real, à intensificação do trabalho, entre outros fatores.

[143] VANSUIT, op. cit., 2016.
[144] KRIEGER, op. cit.,
[145] SADER, op. cit., p. 70.
[146] NETTO, José P.. op. cit., p. 93.
[147] Ibidem, p. 283, nota 105.
[148] Ibidem, p. 93.

Segundo ela, a greve que eclodiu em 1978, serviu, não apenas para reivindicar aumentos salariais, mas também para demonstrar a força e a mobilização dos trabalhadores, que se faziam agentes sociais e que desejavam ser respeitados e valorizados, já que haviam sido o "motor" do "milagre econômico"[149].

Para compensar os valores das remunerações, algumas empresas em Blumenau ofereciam benefícios, como a presença de médico e a existência de uma farmácia, onde os trabalhadores poderiam comprar medicamentos e descontar no pagamento[150], porque o serviço de saúde pública "não tinha nada. Isso não tinha nada, absolutamente nada. Isso aí, a única coisa que tinha de saúde, no caso, pra não dizer que não existia nada de assistência era o Hospital Santo Antônio" e alguns médicos, que atendiam pelo INPS[151]. Mesmo assim, os operários tinham ciência da condição do "médico [que] era pago pela firma, aí o médico fazia conforme a firma queria". Quando um trabalhador adoecia "tinha o médico, [...] era pra dar o atestado pra eles. Às vezes ficava uma semana, ou duas, ou até três semanas fora", mas "se um [operário] pegava mais atestado que o outro, a firma não queria"[152].

Por causa da vigilância, das condições insalubres do ambiente e da fadiga causada por este tipo de serviço pesado, "os trabalhadores valorizavam positivamente as marcas do tempo que delimitavam o espaço do não trabalho: a hora do café, a hora do almoço, a sexta-feira em oposição à segunda"[153], porque "na firma não tinha isso", de se divertir, descansar, jogar bola, bolão e carta, "não podia", mas na hora das refeições, "todo mundo conversava, era igual uma mesa, assim, sentado em redor, da família" e quando "chegavam os supervisores, aí também conversavam. Eles também faziam parte, que era tudo uma firma só"[154].

Uma das características mais marcantes nos depoimentos era o clima amigável entre os operários, onde eram comuns os apelidos, conversas e, nos horários das refeições, algumas brincadeiras. Conrado Krieger diz que quando chegava à fábrica, "era igual se entrava dentro de casa e conversava com os teus irmãos [...], era a casa da gente. Onde,

[149] ABRAMO, op. cit., p. 24.
[150] KRIEGER, op. cit.
[151] VANSUIT, op. cit., 2016.
[152] KRIEGER, op. cit.
[153] ABRAMO, op. cit., p. 103.
[154] KRIEGER, op. cit.

onde tu passavas pela seção era bem visto e conhecia todo mundo ali dentro"[155].

O interior da fábrica era local de companheirismo, mas, durante a jornada de trabalho, se não estivessem concentrados nas tarefas ou perdessem tempo distraídos com os diálogos, "sempre tinha, um ou outro" supervisor que "passava e olhava, ainda mais no começo, no começo estava difícil. Mas no fim, a gente relaxava mais. Depois, muito quente, aquele ferro". Por isso, só era permitido conversar "na hora do lanche, porque no serviço lá não, não podia falar". Mesmo assim, nos momentos em que ninguém estava observando, com "o cara que trabalhava com a gente, um no lado do outro, aí conversava, mas, nas outras máquinas, cada um ficava pra si". Para ele, alguns trabalhadores tinham um serviço melhor, porque tinham tarefas em que "passeavam, quando tinha tempo, ou fora de hora, assim, podiam conversar com o pessoal tudo lá dentro"[156].

Apesar do discurso empresarial de que havia "um conteúdo não mensurável" na empresa, "um carisma que permeia sua cultura e se comunica com cada colaborador, fazendo dela mais do que um local de trabalho, um local para realizar sonhos e anseios de vida"[157], que sugere uma harmonia entre operários, supervisores e patrões, os conflitos de classe também existiam. O conteúdo das conversas dos empregados "de frente era bom, mas de, de costas, não, não [silêncio]. Era isso aí"[158]. A convivência com os chefes de seção era ambígua, porque, ao mesmo tempo em que eram partícipes da classe trabalhadora e compartilhavam o espaço com os demais funcionários que lhes eram subordinados, também "eram operários que, em sua grande maioria, incorporavam a sensação de pertencimento ao corpo da direção e, frequentemente esqueciam sua condição operária para tornar-se a voz autorizada do patrão"[159] nas seções.

Assim, João Stüpp afirma que, mesmo sendo o chefe da seção de arruelas de pressão da empresa Arno Bernardes Indústria e Comércio "a gente, cada um ficava no seu setor, nem, nunca falava com o patrão", mas admitia a obrigação que considerava pertinente à sua função, pois ele "só cuidava da seção, tinha que dar um jeito nos pedidos", porque "se tivesse uma falha o pedido chegava lá na firma e voltava, eles

[155] Idem
[156] Idem.
[157] BAUMGARTEN, op. cit., 2004, p. 53.
[158] KRIEGER, op. cit..
[159] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 36.

devolviam tudo". João disse que se esforçou muito ao longo da carreira e, num tom de desânimo, contou que, quando estava próximo de se aposentar, como parte da sua responsabilidade de encarregado, no início da década de 1980 deixou o "vizinho aqui de cima prontinho, ensinei ele todinho. Aí deu uma greve na fábrica, aí ele saiu, entrou na greve, foi pra rua"[160].

Os chefes de seção cumpriam a função de fiscalizar o serviço e, por isso, "alguns eram" considerados "bons, mas alguns também não. Não dava muito contato com a gente. É, era duro, ficavam olhando, vigiando e, se não estava certo aí pegava no pé". Enquanto isso, os donos das fábricas, que mantinham alguma distância do cotidiano do trabalho eram avaliados como mais generosos.

Para Conrado Krieger "o velho [Bernardo] Werner era bom, mas sempre tem alguns no meio que são mais chatos"[161]. Rubens Vansuit disse que o encarregado do setor de modelação, "por medo talvez" ou por "covardia", não "solicitava uma melhora" para os seus subordinados. Uma das normas da Electro Aço Altona era que o chefe de seção deveria avisar o setor financeiro para que os operários recebessem uma pequena valorização no salário, quando aprovados após o período de experiência, de três meses. Todavia, Rubens só descobriu esse direito ao conversar com o responsável pelo departamento financeiro[162]. Passados seis meses de sua contratação, em junho de 1960, teve seu salário aumentado de Cr$18,75 por hora para Cr$20,60[163]. Mas seu descontentamento com o superior era ainda maior e, com quase dez anos de trabalho, pediu demissão pois

> eu fui saber depois, porque tinha um contador, que ele trabalhava lá no escritório da frente, era muito meu amigo, então ele contava, que ali tinha as reuniões da diretoria com os chefes todos de seção. Então ele me falou que eu tinha a oportunidade de ter progredido lá dentro, de ter ido pro escritório, mas não deu pra ir porque o

[160] STÜPP, op. cit.
[161] KRIEGER, op. cit.
[162] VANSUIT, op. cit., 2014b.
[163] Carteira Profissional de Rubens Vansuit. Data de abertura em 13/05/1957. Acervo pessoal de Rubens Vansuit.

> meu chefe ia lá reclamar pro seu Paul Werner[164], que era o pai do Bernardo, que eu não podia sair de lá, porque era ruim. [...] Só que, em contrapartida ele nunca foi lá dizer "dá um aumento pro Rubens porque ele merece", isso ele não fazia, ele só fazia pra eu não sair de lá[165].

Para ele, seu chefe o impedia de conquistar um emprego no escritório porque lhe era dependente para localizar os modelos de peças para a fundição. Por isso, responsabilizava este intermediário de convencer o então presidente da empresa, Paul Werner, a não lhe dar oportunidade de "subir" a um cargo administrativo, mesmo que Bernardo Werner, na época um dos diretores, desejasse promovê-lo. Ou seja, Rubens projetou o resentimento no chefe de seção e quando saiu da empresa procurou "uma hora que ele nem estava lá, pra nem dizer tchau pra ele, porque eu saí magoado"[166]. Ignorava, no entanto, que, caso seus empregadores realmente o desejassem no escritório, o teriam contratado para o outro cargo.

Bernardo Wolfgang Werner aproveitava seu cargo na diretoria da Electro Aço Altona para exercer certa influência política dentro a ARENA, pois era um empresário, dono de uma das maiores empresas de Blumenau, que se envolvia diretamente nas questões de defesa da sua classe em nível local e estadual, nos cargos de vereador e presidente da FIESC. Também defendia suas posições políticas dentro da Altona, para conquistar votos para si e os demais candidatos que apoiava. Na fábrica "vinha até candidato a governador, ou deputado federal, ou senador, que era mais apoiado por eles, amigo deles, faziam comício dentro de uma sessão lá, aí todo mundo ia lá assistir o comício". Diversos trabalhadores e suas famílias "votavam até com medo, achando que se ele não fosse eleito, ele ia saber que não tinham votado nele", quando concorreu a vereador, ou nos candidatos do seu partido. Outros empregados pensavam que se um político defendesse os interesses da empresa, seus empregos estariam garantidos[167].

Para estes trabalhadores, que haviam recém chegado à cidade e que temiam a instabilidade da vida que acabavam de iniciar, a possibilidade de perder o emprego era uma forma de intimidação severa.

---

[164] Paul Werner foi presidente da Electro Aço Altona até 1970, ano da sua morte, quando o filho, Bernardo Wolfgang Werner, assumiu o posto mais alto da empresa.
[165] VANSUIT, op. cit., 2014b.
[166] Idem.
[167] VANSUIT, op. cit. 2016.

A "demissão tornou-se assim não só uma ameaça, mas uma realidade cotidiana, colocando os operários em uma situação de permanente insegurança, facilitando a sua sujeição a condições de trabalho muito desfavoráveis" e, em grande medida "dificultando sua adesão a propostas de ação ou organização coletivas" mais combativas[168].

Mesmo assim, Bernardo Werner não tinha unanimidade de apoio para as eleições, entre os funcionários da Electro Aço Altona. Ainda que considerasse o patrão uma pessoa responsável e que se preocupava com os trabalhadores, Rubens Vansuit preferia votar em um candidato

> que defendesse mais, que seria, até pelos próprios partidos que tinha na época, a gente sabia quem estava sempre nessa classe, que não seria da [classe] alta. No caso deles [patrões], seria primeiro a ARENA, ou antigamente a UDN. Então, ali, quem eram os candidatos, era Ingo Hering, Bernardo Werner, Wilson Santiago e Ingo Zadrozny, aliás, o Carlos Curt Zadrozny, que foi prefeito também, foi vereador. Então, essa classe. Então a gente, claro que a gente não vai votar pra eles ali, porque eles não vão fazer nada pra nós. Então, aí tinha essas diferenças. E aí eu não votava no Bernardo por isso[169].

Ele conta que uma única vez se convenceu de votar em Werner porque o empresário foi consultá-lo sobre sua situação entre os trabalhadores e, por ter aceitado seu conselho e explicado a situação da empresa aos funcionários, Rubens achou que Bernardo Werner merecia seu voto, mas logo se arrependeu, pois percebeu que os interesses da empresa estavam acima das preocupações com a classe trabalhadora.

> E eu nunca tinha votado pra ele, não, e naquele ano eu votei. Aí ele veio e disse "Rubens, como é que está a minha situação aí dentro?". Eu digo "está péssima". [...] Então ele disse, "mas, por quê?" Eu digo, "porque a turma quer aumento", eu disse. Ele disse "quem quer aumento?" Eu digo "eu, o Carvalho, todo mundo, eles querem

[168] ABRAMO, op. cit., p. 61.
[169] VANSUIT, op. cit., 2016.

> aumento". Aí, então ele disse "olha, aumento vai ter, mas isso é só em novembro", a eleição era em outubro, "independente de eleição, porque está programado pela empresa", ele disse, "eu não vou dar aumento por causa de propaganda eleitoral", aí ele disse "aí tu vais e explica pros teus sócios [do sindicato] e funcionários da firma". Aí eu disse "não, eu não vou, eu não sou candidato, candidato é o senhor" [risos][170].

Rubens conta que sugeriu ao patrão que não fizesse um comício para convencer os funcionários a elegê-lo, mas que conversasse com alguns trabalhadores, porque a notícia se espalharia pela empresa, "e ele fez isso, ele fez isso e aí ele teve resultado"[171]. A fala de Rubens demonstra que, se por um lado, os trabalhadores concordavam que a defesa dos interesses da empresa podia lhes trazer vantagens, como mais estabilidade no emprego, melhores condições de trabalho e aumentos salariais, por outro, sabiam negociar o poder que tinham em eleger seu patrão ou não, afinal, por mais que houvesse uma ditadura no Brasil, nas esferas mais microscópicas da realidade apresentava-se uma aparência democrática, onde os mais pobres tinham a oportunidade de interferir na política e manipular as possibilidades para a ação.

Logo após as eleições, Rubens recebeu um convite para participar de um curso promovido pela Aliança para o Progresso, nos Estados Unidos e, como soube que Ralf Busse, seu antecessor como presidente do SINDTIMMMEB, havia recebido uma contribuição da empresa quando fez a mesma viagem, pediu a Bernardo Werner que lhe desse o mesmo auxílio. O chefe autorizou a ajuda financeira da empresa, mas, depois "que já tinha feito a contagem de votos, que ele estava ali, [bem] votado, aí eu fui lá a tarde e falei com ele, aí ele disse assim "não, mas eu pensei que era vale". Aí eu me queimei, aí eu disse "então é vale"". Para Rubens isso foi uma trapaça, afinal estaria representando o sindicato dos trabalhadores e levando o nome da Altona para fora do país e "eu precisava até de ajuda, porque o sindicato estava mal, eu não podia nem pegar um dinheiro do sindicato, um empréstimo lá, porque não tinha"[172].

---

[170] VANSUIT, op. cit., 2014b.

[171] A Ata de apuração das eleições municipais de 1966, em Blumenau, não consta no sistema do TRE-SC. O mandato de 1967 a 1970 foi o último em que Bernardo Werner esteve na Câmara de Vereadores de Blumenau, legislativo que presidiu entre 07/02/1967 a 05/02/1968.

[172] VANSUIT, op. cit., 2016.

Depois de voltar da viagem, teve uma nova decepção. A Electro Aço Altona pagava, todos os anos, uma bonificação de natal aos trabalhadores, que em 1966 foi paga com atraso, e os operários receberam justamente no mês em que Rubens estava na América do Norte, em abril de 1967. Ao chegar, recebeu a informação de que a empresa não lhe daria o valor, porque já havia feito o pagamento. Após ameaçar entrar com processo na Justiça do Trabalho, fez um acordo com o Diretor Financeiro, em que a bonificação cobriria o vale pego para a viagem. Aí ele disse "queres descontar o vale aí?" Eu digo "pode descontar, pra eu não ter mais a conta", aí descontei seis meses depois [risos]"[173]. Como na ordem de retirada do vale estava escrito "desconto a combinar", Rubens atrasou o quanto pôde o reembolso para a empresa e percebeu como uma pequena vantagem conseguir que o adiantamento não fosse descontado diretamente do seu salário, que já era baixo.

Outros empresários escolhiam representantes políticos entre os trabalhadores para apoiarem como candidatos. Foi o caso de João Stüpp, que esperava usar a sua posição dentro da empresa Arno Bernardes Indústria e Comércio, onde era encarregado, para conquistar uma vaga na Câmara Municipal. Ele foi candidato a Vereador em 1976, com o apoio e o patrocínio de seu patrão. Quando perguntado sobre a legenda pela qual havia concorrido, respondeu: "Eu era do partido do meu patrão" e nem mesmo lembrou o nome da ARENA, porque não era o partido com o qual se identificava, mas o partido ao qual seu patrão, que financiou a campanha, era filiado. "Eu fui porque o seu Arno também era desse partido e ele que me, ele gastou, naquela época, quarenta mil na minha campanha. Eu não gastei nem dez centavos". Ter sido escolhido pelo seu empregador o fazia se sentir importante entre os trabalhadores e "o mais ligado com ele, eu tinha mais ligação com a família". Arno Bernardes, dono da fábrica em que João Stüpp trabalhava, pagou os santinhos da campanha, o liberou das tarefas na empresa, junto com mais um funcionário que operou como motorista por três meses, e ainda comprava os materiais solicitados pela população[174].

> Aí eu pedia "seu Arno, lá na rua tal eles querem doze tubos, pra botar na rua". "Vai lá no

[173] Idem.
[174] STÜPP, op. cit.

> Waldemar[175] e compra" [ele dizia]. [...] Aí ele comprava, ele pagava, meu Deus. "Outra casa, lá, querem seis tubos". "Vai lá no Waldemar e compra". E assim era nossa vida. [...] É, era tudo na Vila Nova. Lá na [Rua] Regente Feijó, lá em cima no morro, e assim por tudo. Eles precisavam de tubo[176].

Um olhar superficial pode perceber essa ação como uma simples compra de votos, mas ela também pode ser interpretada como uma forma de suprir as demandas públicas do local, porque os moradores não pediam dinheiro ou produtos para si, mas tubos de concreto para o encanamento da rua, um serviço que deveria ser ofertado pela prefeitura, mas que era solicitado ao candidato patrocinado por um dos empresários do bairro. Por noventa dias João Stüpp e seu motorista ficaram liberados do trabalho para pedir votos de "casa em casa [e] fábrica em fábrica", onde

> pra poder entrar, eu ia só nos metalúrgicos, lá eu entrava. Agora, quando é que nem a Tecelagem Cremer, aí não, eu ia na frente, conversava com o pessoal, mas entrar lá eu não podia. Companhia Hering também não, não podia entrar. Mas eu ia na frente da fábrica, quando saía uma pessoa eu conversava[177].

Isso certamente acontecia porque as indústrias têxteis tinham os seus próprios candidatos, que concorreriam para beneficiar cada indústria e a região onde estavam instaladas. Na sua lembrança "não faltou muito, não, pouca coisa" para se eleger, o que só não teria ocorrido porque "lá dentro um motorista meu", que também era funcionário da empresa, "é que me derrubou a eleição. Ele fez uma cagada aí, e daí eu discuti com ele, ele disse uma porção de besteira lá pros funcionários, aí foi a maior parte tudo contra mim, por causa dele"[178]. Na realidade, João Stüpp fez 495 votos e ficou em vigésimo primeiro lugar entre os candidatos da ARENA, que elegeu oito

[175] Waldemar Theiss era uma loja de materiais de construção localizada no Bairro Vila Nova.
[176] STÜPP, op. cit.
[177] Idem.
[178] Idem.

vereadores[179]. A discussão com o motorista pode ser uma justificativa para si próprio do motivo de não ter sido eleito, já que se considerava um bom trabalhador, que se dava bem com os colegas, era esforçado, conseguiu subir na carreira, mesmo tendo vindo do sítio e cursado só até a quarta série.

Se o voto para dono da empresa ou para um encarregado já não estava garantido, quando estes apoiavam algum político nacionalmente, a desconfiança podia ser ainda maior. Rubens Vansuit conta que:

> Eu mostrava que eu não era a favor e eu não queria nem saber. Aí mostrava lá na frente deles, por exemplo, na época que teve o Jânio Quadros e Marechal Lott, [em 1960], o Jânio era a vassoura e o Lott era a espada, mas eu não gostava do Jânio, então eles ali [da direção] da Electro Aço eram Jânio. Eu pegava a espada e cruzava com a vassoura, porque tinha distintivo, e botava aqui [na camisa], e eu andava lá dentro. Eles nunca vieram dizer nada pra mim, porque se eles viessem dizer alguma coisa também eles ouviam a resposta[180].

Neste caso, mais do que divergir dos patrões, Rubens Vansuit confrontava as suas orientações de votação, demonstrando publicamente que era contrário à opinião política de seus superiores, cruzando a espada sobre a vassoura, como se fosse cortá-la. Essa simpatia de grandes setores do operariado com Henrique Teixeira Lott fez com que, apesar da mobilização da imprensa local contra o Marechal Lott[181], Janio Quadros vencesse em Blumenau com menos de 4 pontos percentuais[182]. Vale ressaltar que, em 1960, Rubens havia entrado na empresa há apenas um ano e ainda não possuía a experiência de

---

[179] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1976, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc203093/ata_apuracao_arquivo_1976_264_2_24.pdf#search="blumenau". Acesso em 01/08/2015.

[180] VANSUIT, op. cit., 2016.

[181] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 237.

[182] Neste pleito Jânio Quadros conquistou 46,44% dos votos válidos em Blumenau, Henrique Teixeira Lott obteve 43% e Ademar de Barros 10,56%. João Goulart, candidato a Vice-Presidente, recebeu 46,36% na votação. FERREIRA, op. cit., 2015, p. 250.

militância no sindicato. De outro lado, Bernardo Werner já era vereador e buscava convencer os seus funcionários a seguir suas opções políticas, esforço para o qual nem sempre obteve sucesso.

Além de discordâncias políticas, a hierarquia e o controle do tempo dos funcionários dentro da fábrica não impediam pequenas desobediências cotidianas. Conrado Krieger, num pequeno ato de indisciplina, levou para casa uma miniatura de bigorna, que era dada aos visitantes da fábrica. O ato não tem praticamente nenhum significado material, mas, do ponto de vista simbólico, o operário considerava que também tinha o direito de possuir uma lembrança do seu local de trabalho, mesmo temendo que pudesse ser demitido, caso algum superior descobrisse[183].

Outra regra burlada era o costume de dormir na hora do lanche, prática comum, mas indesejada pelos donos da empresa. Rubens Vansuit conta que, quando era presidente do Sindicato, foi chamado a depor como testemunha de acusação pela empresa, que pretendia demitir, por justa causa, seus colegas do turno da noite que dormiram dentro da empresa na hora de folga, mas recusou-se a ajudar o patrão. Ao contrário, como presidente do Sindicato ajudou o advogado a defendê-los, alegando que "eles sempre dormiram" e que, naquele dia, Bernardo Werner resolveu demiti-los sem um motivo justo. No fim, "eles ganharam a questão, que eu fui lá e disse a verdade. Os dezoito foram demitidos, mas ganharam as coisas, porque eles iam ser demitidos por justa causa". Com o argumento do advogado "eles foram sem justa causa, ganharam as indenizações tudo correto e tudo bem"[184].

Os metalúrgicos eram bastante atentos aos seus direitos e buscavam evitar prejuízos pessoais, principalmente em casos injustos como o citado acima. Para isso, tinham a sustentação das entidades sindicais, que apoiavam as disputas judiciais e também ajudavam na elaboração dos roteiros reivindicativos. Muitas das pautas a serem discutidas e os direitos a serem reclamados, foram elaborados ao longo dos anos da ditadura, a partir das experiências dos sindicalistas, que ampliaram o diálogo com os demais representantes de trabalhadores metalúrgicos no evento nacional que os reuniu em Blumenau, no ano de 1968.

[183] KRIEGER, op. cit.
[184] VANSUIT, op. cit., 2014b.

# CAPÍTULO II

## Os debates do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico, Blumenau-SC, 1968

Apesar de o Brasil estar regido por um governo autoritário, que realizou diversas alterações na estrutura política do país, até a instituição do AI-5, em dezembro de 1968, ainda havia algum espaço para mobilizações e as oposições ao regime ainda encontravam caminhos para protestar. "A diversidade de posições dentro das Forças Armadas não permitiu uma prática totalmente coesa, nem a adoção imediata de uma racionalidade geral para o corpo da Instituição"[1] e os setores de oposição e trabalhadores podiam contar com o constrangimento dos códigos legais e da justiça, além da sua própria força e número.

Este período, de abril de 1964 até o final de 1968 conservou diversas mobilizações e reivindicações já pautadas no governo de João Goulart, sendo que este último ano foi particularmente agitado, marcado por lutas sociais em todo o mundo, com movimentos liderados por jovens exigindo maior liberdade e defendendo os direitos humanos. O descontentamento da população brasileira, somado às antigas reivindicações já existentes no período democrático, deram origem a diversos movimentos, que vinham em busca da satisfação de demandas acumuladas por décadas. Estudantes e trabalhadores protestavam no Brasil, chegando ao ápice quando representantes dos mais variados segmentos reuniram-se no Rio de Janeiro, formando a "passeata dos cem mil", em protesto à repressão e ao governo.

Para os grupos do movimento sindical que se opuseram às ações e políticas daqueles sindicalistas que assumiram as instituições após as cassações de 1964, o ano de

> 1968 foi [...] marcado por acontecimentos carregados de significações, [sobretudo] para a

[1] MARTINS, Eder Alexandre. Assimetrias dos sistemas coercitivos em uma trajetória particular. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História***.** São Paulo: ANPUH, julho de 2011, p. 3.

> OSM[2]. Dia 16 de abril deflagrava-se uma greve no distrito industrial de Contagem, periferia de Belo Horizonte, a partir de grupos de fábrica. No dia 1º de maio, em São Paulo, as oposições sindicais estariam junto a grupos estudantis e da esquerda radical numa manifestação contra as comemorações oficiais, destruindo o palanque, alvejando o governador e tomando conta da praça. Em julho, 6 mil operários entrariam em greve em Osasco, ocupando as fábricas e entrando em conflito com a repressão policial-militar[3].

Nessa conjuntura de contestação, após a prisão de diversas lideranças sindicais e sob a vigilância de representantes infiltrados do Departamento de Ordem Política e Social[4] (DOPS), cerca de trezentos e cinquenta trabalhadores e líderes sindicais metalúrgicos de todo Brasil se reuniram na cidade de Blumenau/SC, entre os dias 5 e 7 de setembro de 1968, no VI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, conclave[5] que pretendia discutir a situação dos trabalhadores e os problemas nacionais. O conteúdo do seu relatório indica que os metalúrgicos formaram uma categoria combativa frente às várias dificuldades, tanto econômicas quanto sociais, e o estudo das suas experiências leva a crer que, ao mesmo tempo em que possuíam condições de trabalho difíceis, produziam instrumentos fundamentais para a cadeia de produção, e, por isso, pareciam criar uma consciência da importância de sua ocupação e menos receio em defender seus interesses.

A consciência de que é "peça essencial do processo de desenvolvimento nacional" e a percepção "que não há reciprocidade"[6] dos patrões e dos governos, no sentido da valorização do operário metalúrgico, estão expressas nos documentos produzidos durante o VI Congresso desta categoria profissional.

---

[2] Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

[3] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 230.

[4] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).

[5] O termo "conclave" é utilizado neste trabalho porque os próprios congressistas o empregavam nos seus anais.

[6] ABRAMO, Laís W. *O Resgate da Dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999, p. 20.

## 2.1. Organização e preparativos para o Congresso

O roteiro para a organização do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico consta no seu Regimento Interno, elaborado na reunião do dia cinco de julho de 1968, em Blumenau, e assinado pelo Secretário Nacional dos Metalúrgicos, Onofre Martins Barbosa, como representante da Comissão Organizadora. O documento declara que o evento ocorreria entre os dias 5 e 7 de setembro deste ano, nesta mesma cidade, tendo como temário a Legislação Trabalhista e Judiciária, a Legislação Previdenciária, os Problemas Nacionais, a Organização Sindical e Proposições e Mensagens, com a formação de uma comissão técnica para a discussão de cada assunto.

A Comissão Nacional dos Metalúrgicos e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Blumenau formariam a direção que coordenaria o conclave, responsável pela organização da secretaria, distribuição das credenciais, assinadas pelo presidente ou pelo secretário, e organização do relatório com a síntese das atividades desta comissão, desde o V Congresso, a ser discutido na sessão preparatória. Ainda estaria encarregada de supervisionar a secretaria, preparar as pautas das sessões e plenárias, assinar as correspondências, distribuir as teses entre as comissões técnicas e preparar, para leitura na sessão final, o relatório deste seminário, em que deveriam constar as resoluções aprovadas[7]. A comissão de organização era "constituída, entre outros, pelos Srs. José Carvalho da Silva, Victor Sutter, Irineu Zimmermann, Aldo Peixer, Hugo May e Raul Clemente Pereira"[8]. Os quatro primeiros eram dirigentes do SINDTIMMMEB e os dois últimos da FTIMMMESC. Waldyr Pedro Del Prá Netto, assessor jurídico desta Federação e assistente de coordenação do encontro, afirma que

> na Comissão Executiva eu sei que o Miguel Huertas tava junto, que o Joaquinzão tava junto, Miguel Huertas, o Maneca, o Galdino que era do Rio Grande do Sul, que tá aqui [no relatório], o

[7] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

[8] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).

> Galdino. Foram as federações. O Raul Clemente Pereira também fez. Então foram as federações que. É, foram, foram as federações que formaram o conselho executivo. [...] A comissão, foi, cada federação indicava um[9].

Miguel Huertas era o representante da Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (FITIM) no Brasil e Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão) era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Galdino Vargas Câmara e Raul Clemente Pereira participavam das Federações dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente[10]. Entretanto, a participação destes sindicalistas na coordenação dos trabalhos não pode ser comprovada, pois os mesmos não assinaram os documentos elaborados por este comitê.

O Congresso teria uma sessão preparatória, iniciada até cinco horas antes da abertura oficial, tendo como pontos de pauta: a leitura, discussão e aprovação do relatório de atividades da Comissão Nacional e do Regimento Interno; a formação das comissões técnicas e a "eleição dos oradores da Sessão de Instalação", em número de três, com representações do Norte-Nordeste, Centro (GB-RJ ou MG) e Sul. Deveriam acontecer ao menos duas sessões solenes, uma de abertura e uma de encerramento, e quantas mais fossem necessárias para a realização dos trabalhos. Um presidente, um vice-presidente e dois secretários, formariam as mesas, em que cada delegação indicaria um representante disposto a compor as diretorias, que seriam eleitas pelo plenário sem que os nomes se repetissem, ou seja, cada delegado poderia participar da direção de apenas uma sessão[11].

Na plenária de instalação os discursos eram restritos ao presidente da Comissão Executiva e aos representantes das três regiões do país, com o limite de dez minutos por fala. A sessão de enceramento seria reservada para "leitura do relatório final com as conclusões do Congresso" feita pelo relator da Comissão Executiva, bem como sua discussão e aprovação, e para as falas do Secretário Nacional dos Metalúrgicos, do representante do sindicato local e das autoridades que

[9] NETTO, Waldyr Pedro Del Prá. [maio, 2014]. Entrevista concedida para a autora.
[10] "Maneca" não foi identificado, pois o nome Manoel, normalmente relacionado a este apelido, aparece oito vezes na lista de presença.
[11] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

estivessem presentes. Nesta sessão também elegeriam o Estado para a realização do VII Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, as entidades que formariam a Comissão Nacional, que assumiria a responsabilidade de "preparar e publicar os anais e cumprir as resoluções", e o novo Secretário Nacional dos Metalúrgicos.

As demais plenárias teriam duração de três horas divididas entre expediente, com meia hora, e ordem do dia, com duas horas e meia, prorrogáveis em meia hora, sendo vetadas, em todas elas, as discussões estranhas ao temário e as "manifestações político-partidárias"[12]. Este item do regimento aponta uma consciência da vigilância a que os trabalhadores estavam submetidos e a preocupação em não deixar transparecer qualquer manifestação que pudesse ser considerada desordem ou esquerdismo, atitudes que poderiam despertar a animosidade da polícia e dos empresários da cidade, mas também para evitar divisões internas ao movimento, maiores que as já existentes. Havia o desejo de explicitar que ali se encontravam trabalhadores preocupados com os "problemas relativos à classe"[13], como fora exposto no relatório do DOPS.

Outra demonstração de ciência da situação nacional é a escolha da sede, que pode ser relacionada ao projeto desenvolvimentista proposto para a Região Sul do País, pois os cidadãos de Blumenau tinham fama de "ordeiros e trabalhadores", porque seus governantes enalteciam uma colonização germânica que seria destinada ao progresso, e parte da população se solidarizou com o golpe de 1964.

Além do local escolhido, deve-se levar em conta a tentativa de aproximar os movimentos de trabalhadores brasileiros ao sindicalismo estadunidense, através das atividades promovidas pelo IADESIL, entidade destinada a "bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas" e "promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de

[12] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

[13] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).

uma federação nacional de trabalho"[14], das quais diversas das lideranças presentes e vários dos organizadores do congresso participaram, sendo um dos principais Getulio Reimer, ex-presidente da Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina e dirigente da CNTI, que teve a ideia de promover o conclave em Blumenau. Getulio Reimer

> [...] se dava muito bem com o, o Ralf Busse, que era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Blumenau [até 1965], funcionário da Electro Aço Altona. Então, ele, eles conversavam muito, os dois. O Busse também era uma pessoa muito ativa e tudo, viva, e fizeram amizade com o Miguel Huertas, [...], os dois, fizeram com o Huertas, e tudo, e começaram a trocar ideias. Trocaram ideias também com o Joaquinzão, pra trazer pro Sul[15].

Com o golpe civil-militar de 1964 e a intervenção nos sindicatos, este catarinense de Joinville, filiado à UDN, foi indicado para compor a nova diretoria da CNTI e posteriormente, com ajuda da FITIM e da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, foi um dos fundadores da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico de Santa Catarina.

Há, ainda, outra explicação para a realização do encontro em Blumenau, vinculada à disputa política entre os sindicatos do Estado. Desde a sua fundação a FETIESC foi dirigida pelos trabalhadores têxteis de Blumenau. No início da década de 1960 a direção da entidade foi conquistada por lideranças de Joinville, Itajaí e Florianópolis, entre as quais estava Getulio Reimer, que, em 1968, desejava demonstrar para os têxteis força e capacidade de organização, ao promover uma atividade nacional de metalúrgicos na cidade de Blumenau[16].

Na Assembleia Geral Extraordinária da FTIMMMESC, ocorrida no dia vinte de julho de 1968, em Joinville, o presidente do SINDTIMMMEB, Rubens Vansuit, afirmou que o VI Congresso dos Metalúrgicos ocorreria "no Sport Club Ipiranga de Blumenau, caso não possa ser realizado no Teatro Carlos Gomes, conforme se havia

[14] CORRÊA, Larissa R. *"Disseram que voltei americanizado"*: relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Tese (Doutorado em História) UNICAMP. Campinas-SP, 2013b, p. 13.
[15] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.
[16] NETTO, Waldyr Pedro Del Prá. Porque o Congresso em Blumenau. Relato por escrito, enviado para Sara Krieger do Amaral, 2012.

conversado"[17]. Para ele, a diretoria solicitou o empréstimo da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga

> porque era uma, uma sociedade, que, vamos dizer, em primeiro lugar que eles estavam bem próximos do sindicato, que a sede era ali [perto]. E depois ele tinha as condições e tinha mais o aconchego da diretoria pra conseguir o Ipiranga. Seria mais fácil ali. Também se fosse um outro [clube], vamos dizer, que no [Teatro] Carlos Gomes não teria condições também, porque seria lá no centro. E ali foi o local mais, acho, centralizado pra fazer, mesmo no Ipiranga. E mesmo com a facilidade de conseguir com que eles, assim, inclusive não foi pago nada e coisa, eles cederam, assim[18].

O Clube Ipiranga localiza-se em frente à maior indústria metalúrgica de Blumenau, a Electro Aço Altona, e próximo do local onde era a sede do Sindicato. A instituição cedeu seu espaço para a realização do congresso dos trabalhadores metalúrgicos porque criaria uma grande movimentação no clube, o que "decerto, também aquilo faz uma propaganda pra sociedade", já que poucos metalúrgicos tinham condições financeiras de se associarem à entidade, devido à necessidade de compra de joia e pagamento de mensalidade[19].

Além do auxílio do Clube Ipiranga, houve grande movimento para a organização do evento, tanto da categoria dos metalúrgicos, em nível nacional, quanto de diversos setores em Blumenau. Tal mobilização permitiu que, em vinte e sete de agosto, o "Sr. José Carvalho da Silva, presidente do STI Metalúrgicas de Blumenau" informasse à Federação Catarinense desta categoria que "os trabalhos de preparação ao congresso" já estavam "90% prontos e coordenados"[20]. Na verdade, este sindicalista havia sido eleito para a nova direção do SINDTIMMMEB em 12 de agosto de 1968 e tomaria posse apenas em

[17] Ata nº 16 da diretoria da FTIMMMESC. Joinville, 20 de julho de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.
[18] VANSUIT, Rubens. [maio, 2014a]. Entrevista concedida para a autora.
[19] Idem.
[20] Ata nº 17 da diretoria da FTIMMMESC. Blumenau, 27 de agosto de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.

11 de setembro deste ano[21], mas em diversas fontes já é citado como presidente da entidade. O presidente anterior, Rubens Vansuit, auxiliou a organização do congresso e agradeceu "o Sr. Victor Sutter, bem como os senhores Getulio Reimer e o Sr. Aldo Antonio Peixer [...] pelos Serviços prestados à preparação do Congresso quando o mesmo deixou de fazer por motivo de doença"[22].

O agradecimento a Victor Sutter, secretário eleito do SINDTIMMMEB, foi feito, entre outros motivos, porque este conseguiu "com uma empresa que vendia material de escritório" a doação de grande parte dos instrumentos de expediente utilizados pelos metalúrgicos. A empresa, não identificada, "cedeu tudo que nós precisávamos pra organizar lá dentro [...], inclusive, aí era divulgado que eles é que estavam dando a cortesia"[23]. Outra parte do material usado pela secretaria, inclusive impressoras e material de encadernação[24], foi trazida pela "Comissão Técnica de São Paulo que atuou no Congresso a qual [era] chefiada pelo Dr. Sebastião de Paula Coelho", advogado da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo que operou como secretário executivo e coordenador da secretaria geral desta conferência.

> Tu vês uma coisa, que o Joaquinzão mandou pra cá uma, trouxe uma gráfica toda pra, pra funcionar durante o [congresso], trouxe datilógrafo, trouxe toda a equipe. E quando terminou, quando terminou o congresso , tava chegando do congresso, tava sendo entregue pra cada um elemento o anuário, [...] o relatório do congresso. Tudo montadinho direitinho[25].

Esta equipe chegou a Blumenau no domingo anterior ao evento[26], dia 30 de agosto, cinco dias antes da sessão preparatória, marcada para 4 de setembro. O Sindicato de Blumenau ainda recebeu a doação de

---

[21] Ata da solenidade de posse da nova diretoria do SINDTIMMMEB, eleita em 12 de agosto de 1968. Blumenau, 11 de setembro de 1968. Esta informação também consta em: ELEITA nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. *A Nação*, 1º/09/1968, 6ª Página (AHJFS).
[22] Ata nº 17 da diretoria da FTIMMMESC. Blumenau, 27 de agosto de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.
[23] VANSUIT, op. cit., 2014a.
[24] NETTO, Waldyr, op. cit., 2012.
[25] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.
[26] SERÁ aberto hoje (20 horas) o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, *A Nação*, 04/09/1968, 8ª Página (AHJFS).

"diversas faixas para diversos pontos da cidade, sendo todos com dizeres condizentes ao congresso" e ainda "solicitava da federação o financiamento também de mais uma faixa que custaria 40 mil cruzeiros velhos", correspondentes a pouco mais de trezentos reais atuais, tendo seu pedido "prontamente atendido pelos senhores diretores"[27].

Mas, apesar da realização do evento em Blumenau ser considerada uma "conquista [de] outro titulo de orgulho por ter sido escolhida para sede de tão importante conclave para o qual, aliás, já esta voltada a atenção das classes empresariais e trabalhadoras"[28], os congressistas foram impedidos de participar do desfile comemorativo ao dia sete de setembro, dia da independência do País e do encerramento do Congresso. Diferente do que ocorreu em outros anos, quando o sindicato participou das comemorações da Semana da Pátria, na reunião da FTIMMMESC, foi informado "que não era possível os congressistas desfilarem por não ser acatados pelas autoridades locais, como civis e militares"[29]. O 23º Batalhão de Infantaria da cidade, que é, até os dias de hoje, responsável pela organização deste desfile, certamente não permitiria uma manifestação pública de tantos operários e líderes sindicais de todo o país, correndo o risco de presenciar manifestações contrárias ao governo nacional e às suas políticas econômicas e sociais.

## 2.2. Delegações

O credenciamento dos delegados para o VI Congresso dos Metalúrgicos era feito pelos sindicatos, quando as delegações chegavam à cidade. "Então eles vem aqui, aí no próprio ato, que eles comparecem, eles apresentam os nomes dos participantes deles, pra pegar as credenciais. Aí era feito na hora"[30]. O número de representantes de cada delegação variava, pois a indicação era "livre, desde que credenciado pelo sindicato. [...] Indicava desde que fosse sindicalizado"[31], com o

[27] Ata nº 17 da diretoria da FTIMMMESC. Blumenau, 27 de agosto de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº 1.
[28] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).
[29] Ata nº 17 da diretoria da FTIMMMESC. Blumenau, 27 de agosto de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.
[30] VANSUIT, op. cit., 2014a.
[31] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.

número de pessoas que conseguissem levar, sem correspondência com o tamanho da categoria em cada localidade.

Os participantes alojaram-se nos hotéis da cidade, tendo seu custeio subsidiado pelos sindicatos que representavam ou pago por sua própria conta. Antes mesmo do início dos trabalhos, eram esperados "mais de 300 metalúrgicos de todo o Brasil", o que gerou uma preocupação do "Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Sr. José de Carvalho e Silva, [que] falando à reportagem, informou que tudo corre bem, apenas poderá haver problemas de Hotéis, pois a rede hoteleira da cidade não terá condições de acomodar todos os metalúrgicos que participarão do Congresso."[32]. Vale lembrar que Blumenau alcançou a marca de cem mil habitantes somente em 1970[33] e, embora fosse relativamente industrializada, passou a fortalecer a atividade turística apenas ao longo desta década.

Foram credenciados trezentos e trinta e oito delegados e, posteriormente, mais cinco representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, cujos nomes aparecem só no final da lista, além de outros nove que participaram das discussões nas comissões, mas não constam no arrolamento dos presentes, e ainda o Secretário Nacional dos Metalúrgicos, Onofre Martins Barbosa, que também não assinou esta lista. Entre os presentes havia pelo menos um enviado do Departamento de Ordem Política e Social da 2ª Seção da 5ª Região Militar, mas é possível crer que eram duas pessoas infiltradas, pois Waldyr Del Prá Netto, que foi filiado à UDN e trabalhou no Governo Estadual antes de 1964, afirma que

> eu conheci dois, eu digo, quando eu olhei os dois estavam lá dentro. Eu conhecia a turma lá do, eu tinha vivência lá na Secretaria do Trabalho e depois, quando ia tirar passaporte, tudo. Eu vi os dois lá, eu digo "esses dois são malucos, se metem nesse fogo aí, vê o que dá". Mas não falei pra ninguém, não, também. [O nome deles], tenho a impressão que não está no relatório. [...] Eu conheci eles, mas não de nome. Mas eu sabia que eram da [polícia][34].

[32] SERÁ aberto hoje (20 horas) o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, *A Nação*, 04/09/1968, 8ª Página (AHJFS).
[33] *ACIB***:** 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.
[34] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.

No relatório enviado ao DOPS estão apenas os nomes dos delegados de Santa Catarina e do Paraná, correspondentes à 5ª Região Militar. Mas nos anais entregues aos participantes aparece a lista dos representantes dos Sindicatos e Federações de trabalhadores metalúrgicos de onze estados, que, para seu transporte, "segundo consta foram utilizados cerca de 28 ônibus pelas diversas delegações que compareceram ao referido Congresso"[35].

Na reunião da FTIMMMESC do dia vinte e oito de julho de 1968, "usou a palavra o Sr. Getúlio Reimer solicitando qual o número de delegados de nosso Estado para representar o Congresso, e chegou-se a conclusão que 50 delegados participarão do conclave."[36] Esta previsão foi ultrapassada, alcançando quase o dobro, pois Santa Catarina contou com noventa delegados credenciados e mais três, representantes de Joinville, Joaçaba e Criciúma, que só aparecem nas listas das comissões. Destes, sessenta e cinco representavam o Sindicato dos Metalúrgicos de Blumenau, que teve essa grande representação devido a um conflito que será explicado adiante. A Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina enviou cinco representantes e havia ainda sete delegados do Sindicato dos Mecânicos de Joinville e um do Sindicato dos Metalúrgicos da mesma cidade, quatro pessoas de Timbó, uma de Itajaí, duas de Florianópolis, três de Tubarão e uma de Criciúma.

O Estado de São Paulo foi o que mais trouxe metalúrgicos para Blumenau: cento e vinte e quatro, além de cinco dos nove que não assinaram a lista geral, só as das comissões. Seis destes eram da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, entre eles Argeu Egydio dos Santos, presidente desta entidade. Estiveram presentes trinta e quatro representantes do Rio Grande do Sul, trinta e dois mineiros, seis paranaenses, dois cearenses, um baiano e um amazonense. Os estados do Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo, juntos enviaram cinquenta e três representantes e na delegação internacional estavam o Secretário Adjunto da FITIM, Daniel Benedict, e o Representante desta entidade no Brasil, Miguel Huertas.

Para auxiliar os trabalhos os sindicatos trouxeram uma ampla assistência, em que estavam, como Secretário Executivo e Coordenador Geral do Congresso, Sebastião de Paula Coelho, como Assistente de

[35] Doc. 50.Z.9.10275 (AESP).
[36] Ata nº 16 da diretoria da FTIMMMESC. Joinville, 20 de julho de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº 1.

Coordenação, Waldyr Pedro Del Prá Netto, como assessores Jurídicos, pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Antonio Muscat, Almir Pazzianoto Pinto, Pedro Dada e sete funcionários administrativos, também da Federação de São Paulo. O estado de Santa Catarina teve os assessores jurídicos Ademar Adão e Jamil Amin, e as funcionárias administrativas Rosita Ganske e Maria de Lourdes Pereira. O Rio Grande do Sul trouxe os assessores jurídicos Anísio Freitas, Regis Arnoldo Ferretti e o funcionário Cirino Gutieres de Almeida e o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano/MG trouxe o assessor jurídico José Moamedes da Costa.

### 2.3. Sessão preparatória e conflitos entre as delegações

A Sessão Preparatória para o VI Congresso instalou-se no dia 4 de setembro de 1968, dia anterior à abertura oficial, às vinte horas[37], na Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, "com a presença dos representantes de delegações de vários Estados."[38]. "Consistiram os trabalhos do dia 4 na constituição de comissões e na votação de preposições que deveriam nortear o congresso."[39] Também seria pauta desta plenária a discussão do relatório de atividades da Comissão Nacional dos Metalúrgicos, desde o V Congresso, mas nenhuma das fontes consultadas fala sobre tal documento, tornando impossível, neste momento, divulgar seu conteúdo e os comentários sobre o mesmo.

"Os trabalhos de abertura foram relativamente perturbados, não só devido a que algumas delegações ainda não haviam chegado, como também pela ação agitadora de algumas delegações que viram frustrados seus intentos iniciais"[40]. A causa do conflito foi o Capítulo II das regras do Congresso, onde se afirmava que "no plenário cada entidade terá direito a um voto, a Comissão Nacional terá direito a um voto, não se permitindo voto por procuração.", enquanto que "nas Comissões técnicas todos os Delegados têm direito a voz, mas somente um voto por cada Entidade"[41], independente da quantidade de delegados ou do

[37] SERÁ aberto hoje (20 horas) o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, *A Nação*, 04/09/1968, 8ª Página (AHJFS).
[38] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).
[39] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).
[40] Idem
[41] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

número de filiados. Este item não era consenso entre as delegações e "já na abertura sentiu-se o bipartidarismo dos participantes, por ocasião da leitura do Regimento Interno", gerando um confronto que prejudicou a representação de diversas instituições.

Por saber que antes do início dos trabalhos ocorreria a leitura e aprovação do regulamento, alguns sindicatos trouxeram um número elevado de delegados para alterar o método de votação. "Uma corrente defendia a tese do voto por delegação conforme preceituava o Art. III do citado Regimento, enquanto a outra, nitidamente agitadora, pugnava pela votação por congressista, [...] por constituírem delegações numerosas."[42] A coordenação, que, na tarde que antecedia a sessão preparatória já conhecia a intenção desses grupos e temia que essa oposição monopolizasse as discussões e determinasse as deliberações do encontro, solicitou ao SINDTIMMMEB que convidasse trabalhadores das empresas locais para aumentar o número de votantes na proposta de manutenção da votação por delegação. A informação chegou até Rubens Vansuit

> através do Getulio [Reimer], que era um dos, que sempre estava por dentro disso aí, porque ele estava participando da Confederação Nacional e ele tinha sempre o contato com esses de São Paulo, até do Brasil inteiro, de todos esses sindicatos aí. Então, aí eles sabiam e de São Paulo eles deram o alerta pra ele "ó, eles vêm assim, assim, com a intenção de fazer esse voto por delegado e eles vêm com maioria, então tudo que eles quiser vai ser aprovado e, de nós eles aprovam se quiserem. Da outra, não vai ser uma coisa democrática". Então aí, onde ele alertou pra fazer aquilo. Fomos fazer na última hora[43].

Com o auxílio do presidente da Electro Aço Altona, que lhe emprestou um carro, Rubens Vanzuit, na tarde do dia quatro, percorreu as maiores empresas metalúrgicas de Blumenau, conseguindo reunir sessenta e cinco delegados apenas do sindicato de Blumenau, além dele

[42] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).
[43] VANSUIT, op. cit., 2014a.

próprio, que representava a Federação Catarinense dos Metalúrgicos. Bernardo Werner tinha boa relação com o presidente do SINDTIMMMEB e, certamente, preferia que o congresso realizado em frente à sua fábrica fosse comandado pelos sindicalistas locais, como Rubens Vansuit e Getúlio Reimer, este, inclusive, filiado ao mesmo partido que o dono da Altona. Como não havia tempo de explicar a situação, Rubens pediu que seus colegas o seguissem na hora da votação. Isso foi possível porque cada delegação era chamada e depositava os seus votos em uma das urnas, que estavam identificadas com cada proposta, uma para manutenção e outra para a alteração do Regimento Interno.

Na comparação entre as listas das delegações com os participantes nas comissões, percebe-se que, dos sessenta e cinco delegados de Blumenau, apenas treze participaram das discussões do temário do evento, na maioria dirigentes do Sindicato. Ou seja, cinquenta e dois trabalhadores "chegavam lá passavam pela gente, pegava a fichinha e ia lá votavam e" iam embora. "Quer dizer que nem participaram [...] do congresso"[44]. Muitos deles nem mesmo chegaram a votar porque as discussões prolongaram-se muito, ficando tarde para os trabalhadores das fábricas da cidade.

Mesmo assim, "a vitória da proposição constante no Art. III do Regimento (votação por delegação) resultou no tumulto dos trabalhos" e na elaboração de uma carta, pelas delegações de defendiam a alteração da forma de votação. Na correspondência, endereçada "aos congressistas metalúrgicos, aos trabalhadores em geral, às autoridades e ao povo brasileiro"[45] protestaram contra a "má fé e desonestidade"das delegações que "tentam impor sua vontade à grande maioria" e que por isso se retirariam do Congresso, considerado por eles uma fraude.

No documento[46], afirmavam que, utilizando-se de artimanhas, "os pelegos da cúpula de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais", assessorados pela CNTI, controlaram a secretaria e apresentaram um regimento falho, alterando as representações das

[44] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.

[45] Aos congressistas metalúrgicos, aos trabalhadores em geral, às autoridades e ao povo brasileiro. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS). Fonte utilizada neste e no parágrafo seguinte.

[46] A carta foi assinada pela Federação dos Metalúrgicos dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara e pelos STM da Guanabara, STM de São Gonçalo, STM de Niterói, STM de Petrópolis, STM de Campos, STM de Friburgo, STM de Vitória do Espírito Santo, STM de Volta Redonda, STM de Belo Horizonte, STM de Guarulhos, STM de São Bernardo do Campo, STM de Campinas, STM de Santo André, STM de Santos e STM de São Caetano.

delegações, que perderam a proporcionalidade em relação ao número de trabalhadores sindicalizados, o que privilegiaria os interesses de uma minoria de líderes sindicais. Criticaram o elevado número de delegados do sindicato de Blumenau, que tendo cerca de seiscentos filiados anunciou uma delegação de 25, "número este já exagerado", mas que aumentou para sessenta e seis com a inserção de última hora, enquanto "sindicatos que congregam mais de 30.000 sócios, não tiveram presentes delegações que chegassem a 26". Recusaram-se, por isso, a "pactuar" com estes "corruptos e corruptores, que fazem do sindicalismo uma profissão" e decidiram retirar-se, pois creem que este "grupo minoritário e inexpressivo [...] não faria outra coisa senão engavetar as decisões do conclave, como vêm fazendo há alguns anos".

No dia 6, dois dias após o conflito, antes de saírem da cidade, "os congressistas que haviam abandonado o recinto do conclave tentaram realizar comícios relâmpagos, chegando a realizar um, por volta das 13:00 horas, em frente à Agência dos Correios e Telégrafos", com faixas e cartazes, no Centro de Blumenau. Esta movimentação não foi noticiada pela imprensa escrita e nem vista pelos congressistas, que discutiam as teses em outro bairro. No relatório policial há a informação de que os "participantes do Congresso ligaram-se com o Delegado do DOPS/SC, que se encontrava na cidade, afirmando àquela autoridade que não apoiavam o procedimento de seus colegas agitadores, e que a Polícia devia agir, prendendo os manifestantes", mas os dois entrevistados para esta pesquisa que estiveram no evento, afirmam não saber quem teria entrado em contato com a polícia. Por fim, "decepcionados com a acolhida hostil da população" cerca de noventa pessoas das delegações desistentes "deixaram aquela cidade, por volta das 17:00 horas do mesmo dia"[47].

Os demais metalúrgicos responderam com um manifesto "aos trabalhadores e ao povo em geral"[48], apresentando "sua explicação sobre os lamentáveis acontecimentos ocorridos na primeira sessão plenária". Afirmaram que a fórmula de votação novamente foi utilizada como pretexto para tumultuar o congresso, o que indica que esta desavença já teria ocorrido outras vezes. Disseram que "tradicionalmente os nossos

[47] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).

[48] Manifesto, aos trabalhadores e ao povo em geral. AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS). Fonte utilizada neste e nos dois parágrafos seguintes.

encontros vêm seguindo a norma do voto por delegação nas sessões plenárias", porém , ao contrário do que aparece no Regimento Interno, aprovado em junho de 1968, esclarecem que "nas comissões técnicas, às quais fica entregue a tarefa do primeiro exame das proposições, teses e mensagens, o voto é tomado por delegado", mas que nada impediria que se adotasse um modelo exclusivamente, desde que debatido e decidido em plenária, como teria ocorrido no início deste congresso.

Acusaram os "radicais" que se retiravam de tumultuar as atividades e tentar tomar o controle do encontro, nem que para isso precisassem chegar "até mesmo ao esforço físico e às vias de fato" e que se não fosse "a serenidade com que se houvera os dirigentes e a maior parte dos congressistas" o conclave terminaria sem que as delegações pudessem "levar aos seus companheiros as conclusões e as palavras de ordem firmadas em um encontro de alcance nacional". Criticaram ainda a tentativa de prolongar a discussão até tarde da noite, para que os delegados de Blumenau não aguentassem esperar a hora da votação, quando "escreveram e fizeram usar da palavra nada menos que 24 oradores para a sustentação de um único argumento" e impediram outros de defender posições desfavoráveis às suas. Apesar disso, a votação definiu que nas comissões ocorreria o "voto individual de cada delegado" e "o voto por delegação nas sessões plenárias", o que não agradou os opositores que se retiraram do Clube Ipiranga. Agradeceram, ainda, as delegações que, mesmo derrotadas, permaneceram para as discussões, e declararam que a resposta à carta e às ofensas será o próprio trabalho dos que ficaram, pois a "verdade" e o resultado das discussões seriam demonstrados nos Anais do Congresso[49].

O apoio de Blumenau e Santa Catarina aos organizadores e à manutenção da votação por delegação é explicado de formas diferentes por Rubens Vansuit e por Waldyr Netto. Para o primeiro, o fato de terem se retirado após a votação indica que "eles não queriam democracia", e acredita que eles já vinham "com o intuito de dar um

[49] Assinaram este documento, em 6 de setembro de 1968, as delegações das Federações dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de Blumenau, Porto Alegre, São Leopoldo, Florianópolis, Criciúma, Manaus, Salvador, Rio Grande, Coronel Fabriciano, Novo Hamburgo, Piracicaba, Araraquara, Barbacena, Joinville, Jundiaí, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Joaçaba, Leopoldina, Itaúna, São Julião, Pinhal, Mococa, São Sebastião do Caí, Tubarão, São Carlos, Ijuí, São José dos Campos, Estrêla, Ribeirão Preto, Itajaí, Limeira, Bagé, Passo Fundo, Erechim, Itabirito, Sorocaba, Itú, Lorena, Itapeva, Santa Barbara d'Oeste, Jaboticabal, Mogi das Cruzes, Araras, Catanduva e do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville.

golpe, [...]. Então, eu digo, "então vamos dar o contragolpe aqui"". Além disso, considera que é

> injusto essa maneira de votar, porque, então, tava dando o poder pro mais forte, então vem um sindicato poderoso de São Paulo, o voto dele vai valer mais do que o meu de Blumenau, porque é pequeno. Eu acho que eu tenho o mesmo direito. [...] Tem que ser por delegação, que o sindicato é igual, não importa o tamanho de sócios que ele tem[50].

Essa noção de democracia não está ligada à ideia de que cada trabalhador possui o mesmo peso, mas que cada sindicato deveria ter o mesmo poder, o que, ao fim, privilegiava o sindicato que ele próprio representava.

Já o segundo, que era advogado da Federação dos Metalúrgicos de Santa Catarina e mais próximo das disputas nacionais entre os sindicatos, podia perceber que "vinha uma, uma certa divergência muito grande entre São Paulo e Rio. Nós estávamos com São Paulo, que era o que nos dava toda a cobertura. Qualquer coisa que tu precisava, tudo, tinha-se tudo com eles. E o Rio já era mais, era mais fechado"[51]. As falas se complementam, mas pode-se ir além nesta explicação, porque os sindicatos de metalúrgicos de Santa Catarina e de São Paulo possuíam afinidades anteriores ao Congresso, que se intensificaram após o golpe de 1964, quando os líderes destes estados foram indicados para compor a direção da CNTI, depois das intervenções e prisões dos sindicalistas considerados comunistas e defensores do trabalhismo.

Este estudo não tem a pretensão de formar um posicionamento ou defesa de um dois grupos. A pequena quantidade de pesquisas sobre o movimento operário na ditadura impede, neste momento, de explicar com maior profundidade a natureza dessas divergências e suas consequências. Mas se pode perceber que havia uma discordância sobre os rumos do sindicalismo brasileiro, que sofreu diversas intervenções, após as cassações dos dirigentes do pré-64. Cabe ressaltar que os membros dos grupos que se desentendiam neste congresso

[50] VANSUIT, op. cit., 2014a.
[51] NETTO, Waldyr, op. cit. 2014.

permaneceram como dirigentes sindicais após o golpe, sendo que os militantes comunistas ou de esquerda já haviam sido cassados ou presos. Ou seja, a desavença não se referia à aceitação ou não do governo brasileiro, mas talvez fosse uma disputa pelos espaços de poder nas altas esferas do sindicalismo brasileiro.

### 2.4. Divulgação e abertura

A abertura oficial dos trabalhos do VI Congresso dos Metalúrgicos, em que deveriam discursar o presidente da Comissão Executiva e os três representantes das regiões do Brasil, ocorreu na manhã do dia cinco de setembro, conforme previsto no Regimento Interno e noticiado pelos jornais *A Nação*, de Blumenau, e *O Estado*, de Florianópolis, capital catarinense. Este último destinou apenas uma pequena nota informando o início do evento[52] e outra, no dia sete, avisando que o mesmo se encerraria[53]. Mas o jornal *A Nação* divulgou sua sessão preparatória[54] e a "solene instalação"[55] do dia cinco, além de informar sobre a participação de Argeu Egydio dos Santos, dia seis de setembro, no programa Preto no Branco, da Rádio Nereu Ramos, que ia ao ar nas noites de sexta-feira. Argeu foi descrito como "intransigente e combativo defensor dos interesses e dos direitos da classe obreira do país, além da sua participação nos mais importantes congressos e reuniões levadas a efeito pelos sindicalistas brasileiros"[56]. O espaço na rádio certamente foi garantido pelo seu proprietário, o deputado estadual Evelásio Vieira (MDB), que demonstrou interesse comparecendo ao congresso. Mas o roteiro e o conteúdo da entrevista foram perdidos, junto com todo o acervo desta rádio, em uma das enchentes de inundaram Blumenau na década de 1980. Outro deputado estadual presente foi Aldo Pereira de Andrade (ARENA), ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau[57].

---

[52] SÍNTESE: Blumenau. *O Estado*, 05/09/1968.
[53] SÍNTESE: Blumenau. *O Estado*, 07/09/1968.
[54] SERÁ aberto hoje (20 horas) o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, *A Nação*, 04/09/1968, 8ª Página (AHJFS).
[55] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).
[56] PALAVRA de um líder trabalhista. *A Nação*, 06/09/1968, 8ª Página (AHJFS).
[57] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).

O jornal *Cidade de Blumenau* designou espaço para o evento apenas nos dias seis e sete de setembro, mas dedicou grande destaque ao explicar sua importância e expor suas discussões. A notícia do dia seis abriu informando que os trabalhadores metalúrgicos de várias localidades e até de outros países estavam na cidade para o VI Congresso desta categoria e que "o conclave, realizado de 2 em 2 anos, desta feita realiza-se em nossa comuna, considerada pelos altos órgãos sindicais, como um importante centro metalúrgico, objetivando decidirem e optarem pelos novos rumos que deverão ser impressos ao sindicalismo metalúrgico". O jornal ainda informou a quantidade de congressistas reunidos desde o dia anterior, trezentos e trinta e oito, e avisava que o auge do evento ocorreria no dia seguinte, sete de setembro, com a votação em plenária das teses discutidas nas comissões e com a elaboração da carta de princípios, destinada a orientar cerca de 1.200.000 trabalhadores. A notícia encerrou mencionando as importantes lideranças sindicais presentes em Blumenau, nas figuras de "Argeu Egydio dos Santos, Secretário Geral [da CNTI] e Representante Latino-Americano na Internacional dos Metalúrgicos em Genebra; Miguel Huertas, Representante da [...] FITIM; Joaquim dos Santos Andrade, Pres. do Sindicato Metalúrgico de São Paulo" e o advogado deste sindicato, "Dr. Sebastião de Paula Coelho; Dr. Onofre Martins Barbosa, Secretário Nacional do Sind. dos Metalúrgicos e Secretário Adjunto de Finanças da CNTI; Hugo May, Presidente da Federação dos Metalúrgicos de SC"[58].

Na Sociedade Ipiranga os sindicalistas iniciavam os trabalhos, tendo na capa dos seus anais uma demonstração dos seus objetivos. O documento abriu com o título do evento, seguido com um mapa que indicava a localização da cidade de Blumenau, no nordeste de Santa Catarina, de onde saíam setas nas direções de todos os demais estados, indicando a importância da atividade e a expectativa de receber, nesta cidade, trabalhadores de todos os estados da nação.

[58] METALÚRGICOS da América Latina e Caribe, inclusive dos quatro cantos do Brasil, reunidos em Blumenau, *Cidade de Blumenau*, 06/09/1968, Capa (AHJFS).




Figura 2: Capa dos anais do VI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil[59]

Ao lado do mapa há o nome da cidade de "Blumenau" e abaixo a data do Congresso "5 a 7 de setembro de 1968". Ao pé da página, no lado esquerdo, encontra-se a foto de Tiradentes e o esclarecimento de

[59] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto.

que se referia ao Patrono Nacional dos Metalúrgicos. Este herói foi escolhido na Primeira Conferência Nacional dos Metalúrgicos, em Volta Redonda/RJ, no ano de 1956, quando se instalou a primeira usina siderúrgica brasileira, a Usina de Volta Redonda, no dia 9 de abril, data escolhida para o Dia Nacional dos Metalúrgicos. Tiradentes foi eleito patrono por ser "considerado o mártir da Inconfidência Mineira" e ser um grande "exemplo de luta pela liberdade. Sua figura representa a luta e o anseio permanentes pela liberdade do homem, contra a opressão e a tirania e contra a exploração das riquezas"[60].

É esse pensamento que os organizadores do VI Congresso dos Metalúrgicos buscavam expor no preâmbulo dos seus anais. O prefácio informava que a partir dali se estava cumprindo a determinação do V Congresso de realizar este novo encontro na cidade de Blumenau e agradecia a hospitalidade dos cidadãos deste município e do Estado de Santa Catarina. Afirmava que os congressistas, vindos de regiões distantes, presenciaram "profundas e injustas contradições" na sociedade brasileira e, criticando o governo federal, alegava que este não se dispunha a realizar as reformas necessárias, pois "as elites econômicas, compostas dos grandes latifundiários, dos capitães de indústrias, estrangeiras e nacionais, dos banqueiros", continuavam a "deter todas as rédeas do poder, a controlar a máquina administrativa, a legislar segundo os seus interesses", além de "coagir e a negar o direito de expressão ao povo"[61]

O documento também censurou a falta de direitos aos trabalhadores, e a miséria dos que não possuíam emprego, dizendo que diante deste "negro quadro de pobreza e de contradições" seria realizado o evento e finalizou com o desejo de que estes anais "document[em] no futuro o atual estagio do sindicalismo brasileiro".

## 2.5. Comissões e teses

Os delegados que permaneceram na conferência se organizaram em quatro comissões para discutir o temário proposto no Regimento

[60] Contido em: http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=11159. Acesso em 27/05/2012.

[61] Preâmbulo, Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e o próximo parágrafo.

Interno. As teses deveriam ser enviadas à comissão organizadora, até trinta dias antes, para serem separadas com antecedência e entregues para cada comitê, de acordo com seus assuntos, e poderiam versar "sobre itens do temário e com conclusões passíveis de serem debatidas", ou possuir indicações que definissem "o pensamento do congresso sobre interesses da classe"[62]. Os congressistas

> divididos [...] em comissões especializadas [...] discutem e debatem teses referentes à Legislação Trabalhista e Judiciária, apreciando conjuntamente os itens referentes ao arrocho salarial e Lei de Greve; Legislação Previdenciária, donde constam estudos sobre os planos previdenciais do governo; Problemas Nacionais, apreciação dos planos de desenvolvimento impostos ao país, do desemprego e da defesa da indústria nacional; Organização Sindical, procurando orientar as maneiras adequadas de se efetivar a política sindical, teses estas que depois de expostas e aprovadas serão devidamente filtradas e submetidas à apreciação plenária[63].

Cada comissão poderia ter o número de delegados que nela se inscrevessem, mas só se reuniria com o mínimo de um terço dos componentes. No início dos trabalhos elegeriam um presidente, um secretário e um relator, que seria responsável por "apresentar os trabalhos ao plenário". Apenas a comissão de Proposições e Mensagens não seguiria essas regras, pois seria formada pelas diretorias das outras comissões, e teria a tarefa de analisar suas teses junto com as demais, aprovadas nas outras comissões e, ao fim, elaborar a carta de princípios[64]. Cada tese remetida às comissões era identificada com um número, o título, o nome do seu autor e da entidade a que este pertencia.

### 2.5.1. Comissão Técnica de Legislação Trabalhista e Judiciária

[62] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).
[63] METALÚRGICOS da América Latina e Caribe, inclusive dos quatro cantos do Brasil, reunidos em Blumenau, *Cidade de Blumenau*, 06/09/1968, Capa (AHJFS).
[64] Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

A Primeira Comissão, de Legislação Trabalhista e Judiciária, presidida por Galdino Vargas Câmara, de Porto Alegre/RS, secretariada por Arnaldo João Boaretto, de Santa Bárbara d'Oeste/SP, e com Arlindo Oliveira Carvalho, de Piracicaba/SP, como relator, deveria discutir as teses sobre as Leis do Arrocho, a Lei de Greve e as Convenções Coletivas de Trabalho. Neste grupo inscreveram-se quarenta e três delegados, sendo nove de Minas Gerais, seis de Santa Catarina, vinte de São Paulo, um do Paraná e sete do Rio Grande do Sul, que receberam quarenta e cinco teses para serem avaliadas.

A discussão deste tema era necessária porque, mesmo com o crescimento econômico, houve uma queda na qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros, porque a industrialização contrastava com o arrocho dos salários, a intensificação do trabalho, o autoritarismo, e a restrição aos direitos civis e políticos. A proposta para a política salarial dos trabalhadores previa o arrocho dos vencimentos, em nome do enriquecimento das classes média e alta.

A Justiça do Trabalho, que até 1964 era responsável por julgar os dissídios entre operários e empregadores e, por isso, era vista por aqueles como meio de luta contra a exploração desmedida dos patrões, passou a ser "engessada" pelo governo, que criou "um bloqueio político ao caminho clássico de inclusão social, via legislação do trabalho, mas sem sua eliminação formal"[65]. Pode-se inferir que, se a instituição que fora criada para mediar o conflito entre classes através da aplicação da lei estava impossibilitada de atuar de forma eficaz, os próprios direitos acabavam ameaçados.

A tentativa de tirar as camadas populares da política e evitar que disputassem poder e direitos materializou-se ainda de outras formas, como na Lei de Greve (Lei nº 4.330/64) promulgada em junho de 1964 para regulamentar as paralisações dos trabalhadores, mas que na prática as proibiam, pois funcionários públicos e trabalhadores de serviços "essenciais" não poderiam parar suas atividades, além de vetar greves de solidariedade e de ordem política, social ou religiosa, cabendo ao governo enquadrá-las nas categorias. As paralisações por melhoria de salários ou de condições de trabalho eram permitidas, mas os

[65] GOMES, Angela M. de C. Retrato Falado. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006, p. 65.

condicionamentos as impediam de serem legais[66]. Outra alteração nos contratos de trabalho foi a substituição, em setembro de 1966, da estabilidade após dez anos no mesmo emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma poupança compulsória, depositada pelo empregador, que pretendia dar alguma proteção em caso de demissão, mas que gerava insegurança e aumentava a rotatividade de funcionários entre as empresas.

Os sindicalistas e advogados trabalhistas catarinenses conheciam o debate sobre a instituição do FGTS a partir da palestra proferida pelo professor de Instituições de Direito Social da Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC, Antônio Lindolfo Lisboa, "por ocasião da 1ª Semana Sindical de Santa Catarina". Lisboa afirmou, em 28 de abril de 1967, que o Fundo de Garantia foi uma forma que os economistas da administração pública encontraram, não de melhorar "os direitos sociais", mas de definir "uma solução para os fundos econômicos destinados aos investimentos, em grande escala, do Governo Federal". Sem garantir o aumento da produtividade, a poupança compulsória ainda geraria outros dois problemas ao país: onerava "o custo da produção, diminuindo o capital de giro das empresas" e facilita a rescisão dos contratos com os empregados, o que causaria a diminuição na "tecnicidade" e, consequentemente, da produção[67].

Reconhecendo estes prejuízos aos operários, os congressistas da primeira comissão defenderam vinte e oito teses, que, posteriormente, foram transformadas em dezesseis resoluções finais aprovadas em plenário[68]. Os metalúrgicos pediram que a comprovação de exercício na profissão dos representantes classistas, para o exercício da função de Vogal nas Juntas de Conciliação e Julgamento, fosse feita por declaração do candidato e não mais do sindicato e que a participação de pessoas que não pertencessem à categoria fasse definitivamente impedida. Desejavam a criação de lei que assegurasse a escolha do representante classista com maior apoio das entidades sindicais da sua base para os tribunais regionais e para o Tribunal Superior do Trabalho. Reivindicaram a revogação total da Lei nº 5.451/68, que dispunha sobre novo cálculo de aumento das remunerações dos trabalhadores, a

[66] ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 93.

[67] Estudos sobre: FGTS. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).

[68] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos cinco parágrafos, quando não houver outra citação.

instituição de um abono de emergência no valor de dez por cento do salário para as categorias que tiveram salários fixados antes da publicação desta lei e revoga o artigo sétimo da Lei nº 4.725/65, que limitava a três anos o vigor da chamada Lei do Arrocho Salarial[69], ou seja, pediram o fim das leis que resultavam na redução dos seus salários.

Apesar disso, com a consciência de que suas reivindicações não seriam prontamente atendidas pelas autoridades, aprovaram outra tese indicando que as organizações sindicais mantivessem suas lutas e criassem grupos de estudos para conquistar a anulação das leis do arrocho, o congelamento dos preços, reajustes condizentes com o aumento do custo de vida e a restituição do poder aquisitivo dos trabalhadores, desde 1964.

Os grupos de trabalho também deveriam realizar campanhas pela revogação da lei de greve e pelo "estabelecimento de normas democráticas que permitam a utilização deste direito", organizar e mobilizar os trabalhadores em uma frente grevista, caso os salários não aumentassem de acordo com o custo de vida, e unir e organizar a classe nas bases numa luta "por uma posição melhor dentro da vida brasileira". Consideravam que o trabalhador portador de incapacidade total e permanente deveria receber indenização em dobro, "garantindo à família igual pagamento, em caso de morte, independente da indenização própria do acidente". Devido ao fim da estabilidade e a dificuldade de obtenção de emprego aos mais velhos, convocaram medidas que obrigassem as empresas a manter no mínimo vinte por cento de trabalhadores com mais de quarenta anos e postularam a necessidade da "criação de padrões modernizados à formação profissional dos trabalhadores".

Para os menores de idade solicitaram alteração na Constituição Federal proibindo "diferença de salário por motivo de idade", a revogação da Lei 5.274/67, que "dispõe sobre o salário-mínimo de menores", fixando salários mais baixos que os dos demais trabalhadores[70], e a restituição da "legislação anterior, inclusive do artigo 403 e 80 da CLT", que, respectivamente, proibia o trabalho a menores de quatorze anos, com exceção de alunos de cursos profissionalizantes e internos de instituições beneficentes ou disciplinares com devida fiscalização, e declarava que "poderão as

[69] Lei 5.451 de 12 de junho de 1968.
[70] Lei 5.274 de 24 de abril de 1967.

Comissões fixar o salário [do menor aprendiz] até em metade do salário mínimo normal da região", classificando-o como trabalhador entre 14 e 18 anos, "sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho"[71]. Reivindicaram "a criação de uma legislação de proteção ao menor", para garantir a instrução primária e formação profissional em escolas especializadas ou no local de trabalho e a criação de uma "rede nacional de ensino" e de uma Universidade do Trabalho.

Pediram várias alterações na CLT, sendo elas: 1) a alteração da CLT no parágrafo 1º do artigo 59, que definia o pagamento das duas primeiras horas extras com o mínimo de "20% superior à da hora normal", e no parágrafo 2º do artigo 61, que determinava um aumento "de, pelo menos, 25%"[72] no valor das demais horas excedentes, para que passassem para "acréscimo de 50% nas duas primeiras horas e de 100% nas demais, inclusive para trabalho no dia de repouso remunerado"; 2) que se acrescentasse no art. 209 (revogado pela Lei 6.514 de 22.12.1977) um parágrafo estabelecendo os valores de adicional de insalubridade em 20%, 35% e 50% "sobre o salário contratual", com pagamento "sobre os salários vencidos até o máximo de dois anos posteriores a propositura da ação"; 3) incluir, com urgência, no artigo 392, que versava sobre a licença-maternidade, um parágrafo que garantisse à "empregada gestante despedida sem justa causa a percepção de salários qualquer que seja o mês da gestação"e o "recebimento do salário integral até a data do parto", mesmo que não apresentasse atestado-médico; 4) retirar do artigo 73, que garantia ao trabalhador noturno um adicional de 20% na remuneração[73], a parte que excluía os "casos de revezamento semanal ou quinzenal", visto que a jurisprudência já estava deixando de atender este item, mas que, pela falta de regulação, poderia trocar de orientação.

Demandaram também a criação de projetos de lei para obrigar o empregador a anotar imediatamente a data de saída do empregado, em caso de demissão, independente do motivo, e, caso isso não ocorresse, que ficasse obrigado a entregar "documento que positive a dispensa ou demissão"; garantir estabilidade de um ano aos requerentes e testemunhas de processos na Justiça do Trabalho; mas em outra tese pedem simplesmente a criação de lei que assegurasse "ao trabalhador que contar com mais de um ano de serviço na mesma empresa o direito

[71] Consolidação das Leis do Trabalho.
[72] Idem.
[73] Idem.

de estabilidade no emprego", sendo permitida a demissão apenas em caso de falta grave, "devidamente apurada em inquérito judicial"; dar preferência ao pagamento de todos os créditos trabalhistas, inclusive do "aviso prévio, indenizações, férias e demais consequentes", nos casos de falência e concordata das empresas, por constituir garantia de alimentação e de subsistência dos trabalhadores e suas famílias.

Embora aprovadas pela comissão, nas resoluções finais não foram incorporadas as teses que pediam estabilidade ao empregado acidentado; anotação na carteira profissional de trabalho insalubre, perigoso ou penoso; criação de lei a partir do anteprojeto do Código de Trabalho, elaborado por Evaristo de Moraes Filho e Mozart Victor Russomano; inclusão, na campanha salarial de 1968, do direito de férias de trinta dias; recebimento de recursos de revista e de embargos ao acórdão e revogação de toda a legislação do "período revolucionário"[74]. Os itens sobre o pedido de permissão para o sindicato, independente de procuração, ajuizar reclamação trabalhista sobre periculosidade e insalubridade e a deliberação de promover estudos para a unificação das datas dos dissídios coletivos da categoria em todo o território nacional não aparecem neste, mas nos relatórios das Comissões de Problemas Nacionais e de Organização Sindical, respectivamente.

Foram rejeitadas ainda nas discussões da comissão técnica as três teses sobre alterações no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por considerarem que dariam "apoio às medidas tomadas pelo Governo contra a estabilidade"; a tese sobre a convenção coletiva do trabalho, por já ter aprovado teses em defesa do direito de greve e contra o arrocho salarial; a proposta de aproveitar o Abono de Emergência nos cálculos de reajustes, pois pedem a extinção da lei que o institui, e a extensão do 13º salário aos filhos, por não encontraram argumentos para justificá-la. As teses que repetiam os temas de revogação das leis do arrocho e da lei de greve, aprovação do Código do Trabalho, garantia do emprego aos reclamantes, adicionais de insalubridade e periculosidade, preferência de créditos trabalhistas na falência, anotação de periculosidade na carteira de trabalho foram consideradas prejudicadas e a tese sobre a redução de tarifas a dirigentes sindicais "foi considerada estranha à competência" desta comissão, que a devolveu para devida redistribuição.

---

[74] Relatório da 1ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS). Fonte utilizada neste e no parágrafo seguinte.

### 2.5.2. Comissão Técnica de Legislação Previdenciária

Em 1966, os institutos previdenciários, que organizavam a assistência social de forma fragmentada e corporativa, foram unificados com a criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social)[75]. "Se na gestão dos IAPs a participação dos trabalhadores estava assegurada legalmente, uma das "inovações" trazidas com a criação do INPS foi a exclusão deles de qualquer esfera decisória". Além disso, o serviço prestado pelo Instituto também sofreu alterações, privilegiando a "medicina privada. Com efeito, à diferença dos antigos IAPs, o INPS abandonou as suas ações executivas no plano da assistência médica, optando pela contratação de serviços de terceiros [...]"[76].

Atentos a esta modificação, publicada no Decreto nº 72/66, e ainda preocupados com a aplicação da Lei Orgânica da Previdência Social e suas modificações, instituída pela Lei nº 3.807/60 e regulamentada pelo Decreto nº 48.959-A/60, reeditado no Decreto nº 60.501/67; com a venda dos apartamentos e casas do INPS e com o Plano Nacional de Saúde, cinquenta e quatro delegados se inscreveram na Comissão de Legislação Previdenciária, em que sete eram de Minas Gerais, onze de Santa Catarina, vinte e três de São Paulo, dois do Ceará, um do Paraná e dez do Rio Grande do Sul. Em sua mesa diretora estavam o presidente Raul Clemente Pereira, de Criciúma/SC, o secretário Luiz Mathias Ouro, de Porto Alegre/RS e o relator Pedro Marques Filho, de Belo Horizonte/MG[77].

Vinte e nove teses foram apresentadas a este grupo e, das vinte e seis abonadas pela comissão técnica, vinte e cinco também foram aprovadas pelos demais delegados. Nelas os metalúrgicos criticaram o "Plano Nacional de Saúde", proposto pelo governo federal, os aumentos nas contribuições e a redução dos direitos, e propunham: lutar para barrar os "que desejam a derrubada da medicina com orientação social", que se aperfeiçoasse "o sistema médico-hospitalar através da previdência social", que a medicina preventiva se mantivesse sob-responsabilidade dos três níveis de governos, e que se respeitasse o inciso XVI do art. 158 da CLT, que asseguraria ao trabalhador o direito

[75] REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 64.
[76] NETTO, José P. *Pequena história da ditadura brasileira* (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014, p. 95.
[77] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos quatro parágrafos, quando não houver outra citação.

à "previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e, nos casos de doença, velhice, invalidez e morte"[78]. Pediram a distribuição de medicamentos gratuitos aos trabalhadores e seus dependentes, através da criação de assistências farmacêuticas da Previdência Social nas cidades do interior e nos bairros dos municípios maiores; o reembolso anual aos sindicatos, do INPS, pelos gastos "com assistência médica, hospitalar, farmacêutica e odontológica dos associados e dependentes", visto que o amparo à saúde do segurado era responsabilidade deste instituto; indenização imediata aos portadores de silicose, "doença pulmonar devida à inalação de pó de sílica"[79], que causaria "incapacidade total e permanente"; extensão do o auxílio funeral aos dependentes dos segurados e fim dos reajustes nos preços dos imóveis vendidos pelo INPS, pois os aumentos dos salários não respeitavam o índice de inflação.

Em relação aos afastamentos do trabalho por doença, pleiteavam que os atestados emitidos pelos médicos dos sindicatos ou por outros médicos escolhidos pelos trabalhadores fossem aceitos como prova de doença para o recebimento do auxílio enfermidade, pois acreditavam que o INPS não os recebia para diminuir seus gastos com os benefícios; que se alterasse a lei de acidentes[80] para que a diária do seguro do acidentado fosse paga diretamente pelo INPS no dia da alta, sem mediação da empresa, que muitas vezes retinha o benefício para si; que os reajustes dos benefícios pagos pela previdência passassem a vigorar "a partir da data da publicação, no diário oficial, do novo salário-mínimo", sem que se esperasse "60 (sessenta) dias após o término do mês em que entrar em vigor o novo salário-mínimo"[81] para o repasse do reajuste; que o abono de natal fosse pago pela previdência aos trabalhadores que receberam auxílio doença ou reclusão por um mês, "considerando-se como mês completo fração igual a 15 dias", e não seis meses, como previa a lei; que o auxílio doença fosse estabelecido com "base no maior salário percebido pelo empregado na época do afastamento"; que fosse extinto o limite de três dias de atestado, concedidos pelo INPS e que, nos casos de afastamento por motivo de

[78] Consolidação das Leis do Trabalho.
[79] *Dicionário enciclopédico ilustrado Larousse*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, p. 933.
[80] Nos anais do Congresso, essa lei não foi identificada pelo número.
[81] Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967.

doença, o empregador tivesse que pedir ao INPS que este pagasse o salário família, junto com o benefício.

Os congressistas também desejavam reduções nos tempos de serviço para o direito à aposentadoria, com a redução da idade do afastamento por velhice para 60 anos, aos homens, e 55 anos, às mulheres, visto que a média de vida do brasileiro não atingia 48 anos de idade; a permissão para a "aposentadoria da mulher aos 25 anos de serviços com 80%" da remuneração ou que tivesse direito a "25% de abono com a permanência no serviço" após preenchimento das condições para se aposentar, e para a aposentadoria dos ex-pracinhas aos 20 anos de serviço recebendo 80% ou com os 25% de abono se trabalhassem por mais de 25 anos; a autorização para que todo trabalhador maior de 45 anos, que não conseguisse emprego, pudesse receber a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição, pois o fim da estabilidade os deixou desamparados; a aposentadoria automática dos trabalhadores que estivessem afastados por doença há mais de cinco anos; o direito a revisão dos vencimentos, "a fim de que voltassem a corresponder à percentagem do salário-mínimo que representavam na data do início do benefício"[82], também às aposentadorias concedidas antes da Lei 3.807/60 e, quando não houvesse outra prova, que o testemunho fosse aceito na comprovação do tempo de serviço para aposentadoria, inclusive para funcionários públicos.

Mas conscientes das dificuldades de obtenção dessas alterações e das tentativas de diminuir os direitos dos trabalhadores, indicaram a criação de grupos de estudo para que os trabalhadores conquistassem a administração do INPS, com uma diretoria eleita pelos segurados, "sem interferência do poder Executivo" e pediram que se criasse uma comissão para dirigir o INPS, com representação paritária do governo, dos trabalhadores e empregadores, além de desejarem incluir, na legislação, a obrigação do INPS de dar ciência dos seus atos por notificação formal aos interessados e aos sindicatos, não apenas por publicações oficiais, e que as empresas fossem obrigadas a entregar, em até 24 horas, "a relação das 12 últimas contribuições" para provar ao INPS, com fixação de multas em caso de descumprimento.

Apenas uma tese aprovada na comissão, com críticas ao Plano Nacional de Saúde, não aparece no relatório final, certamente por já ter o assunto sido contemplado, enquanto outras três foram rejeitadas: o aumento da aposentadoria de acordo com os reajustes do salário

[82] Decreto nº 66, de 21 de novembro de 1966.

mínimo, por estar superada pela legislação, a permissão de continuidade no emprego após a aposentadoria, por considerarem que é um prejuízo aos mais jovens e um benefício aos empregadores, que teriam menos taxas a pagar, e a criação de um provento provisório a ser recebido no período entre o desligamento da empresa e o pagamento da aposentadoria, porque a proposta estava mal formulada[83].

### 2.5.3. Comissão Técnica de Problemas Nacionais

Debateram o Plano Nacional de Habitação, as Cooperativas Habitacionais, a Correção Monetária, o Resíduo Inflacionário, o Desemprego e a Defesa da Indústria Nacional, na terceira comissão, um representante da Bahia, dois de Minas Gerais, doze de Santa Catarina, dezesseis de São Paulo, um do Paraná e sete do Rio Grande do Sul, somando trinta e nove delegados, presididos por Helio Garcia, de Porto Alegre/RS, com a secretaria de Otavio Pieritz, de Timbó/SC e a relatoria de Getulio Reimer, de Florianópolis/SC[84]. O relatório desta comissão possui treze teses, todas aprovadas, enquanto os anais contêm dezessete resoluções finais, não sendo possível saber se o documento da comissão está incompleto ou se o plenário inseriu outros pontos sobre esta temática[85].

Nas suas análises, os metalúrgicos sempre consideravam a conjuntura em que estavam imersos. A política econômica gerava insatisfações, pois as mudanças propostas pelos governos pós-1964 conjuraram falências e desemprego, além de não resolverem o problema da inflação. Enquanto os empresários lucravam, os trabalhadores eram submetidos à exploração cada vez mais intensa da sua força de trabalho. Por isso, os congressistas decidiram "repudiar as punições" aos "trabalhadores, dirigentes sindicais, padres e estudantes" que lutavam "pelos interesses do povo brasileiro" e aprovaram, após a conscientização da classe, a deflagração de uma greve "visando à reposição dos salários e término do arrocho salarial", em uma data a ser

---

[83] Relatório da 2ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

[84] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos quatro parágrafos, quando não houver outra citação.

[85] Relatório da 3ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

"designada oportunamente", pois, apesar de pretenderem levar estas propostas ao Congresso Nacional, consideravam que a greve era o único meio para "devolver ao trabalhador forças para exigir suas reivindicações" ante o "esquema governamental".

Pediam a extinção da poupança paga no Plano Nacional de Habitação, a "supressão da correção monetária e de juros [...] nos Planos Habitacionais" e a criação de uma Comissão Paritária no Banco Nacional de Habitação, com representantes sindicais eleitos em assembleias, para estudar a reforma urbana, a supressão do limite mínimo de membros para criar Cooperativas Habitacionais de Trabalhadores Sindicalizados, a proibição de construções residenciais menores que 45m² e a participação dos sindicatos na elaboração dos planos habitacionais, para que as características regionais e as necessidades dos trabalhadores fossem respeitadas. Desejavam que os sindicatos pudessem interferir também nas políticas de subsistência ao recomendarem a alteração da estrutura da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), para que participassem "na diretoria e nas deliberações" desta instituição, e demandaram a criação de refeitórios em todas as empresas com mais de cinquenta empregados.

Almejavam também alterações no artigo 487 da CLT, que definia prazos diferentes de aviso-prévio, de acordo com o tipo de contrato[86], para unificá-los, sem diferenciar ganhos "por dia, semana, quinzena ou mês, a 30 dias", e no §1º do art. 896 da CLT para reduzir de 15 para 5 dias, "o prazo do recurso de revista", recebido quando, nas decisões de última instância, houvesse divergência na interpretação ou violação de uma norma jurídica[87]. Reivindicaram que as ações de acidentes de trabalho fossem mantidas na justiça civil e a redução, em 50%, "nas passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias", aos dirigentes sindicais que estivessem "em função representativa da classe". Preocupados com a educação e a formação profissional dos trabalhadores e seus filhos, criticaram a "não aplicação do programa especial de Bolsas de Estudos do Ministério do Trabalho", pediram sua ampliação e melhor distribuição regional e esperavam uma reforma "nos métodos de ensino técnico e profissional", para que tivessem "padrões modernos de aprendizagem" nas empresas, e a criação de cursos noturnos, além dos outros períodos, na Escola Técnica da Bahia. Repetiram dois pedidos feitos na comissão de Legislação Trabalhista e Judiciária, que são a alteração do art. 209 da CLT, para que o sindicato não precisasse de

[86] Consolidação das Leis do Trabalho.
[87] Consolidação das Leis do Trabalho.

procuração do interessado para "ajuizar ação reclamando insalubridade ou periculosidade" e a revogação da Lei 5.107/66, que extinguia a estabilidade e instituía o FGTS, mas solicitaram que esta permanência fosse adquirida após um ano de trabalho na mesma empresa, ao invés de dez anos, e a criação de outro "Fundo de Indenização", para garantir recursos em "eventuais rescisões por iniciativas das empresas".

Sobre outras questões nacionais, solicitaram ao Ministro dos Transportes que reabrisse as estradas de ferro de Nazaré e de Ilhéus e que se fizesse o reaparelhamento do Porto de São Roque, na Bahia. Requeriam, por fim, a criação de uma lei que assegurasse exclusividade do governo na exploração de cobre e repudiasse definitivamente "qualquer transação de terras a estrangeiros", bem como sua participação na exploração de áreas com minérios.

### 2.5.4. Comissão Técnica de Organização Sindical

A Comissão de Organização Sindical ficou responsável por julgar os temas de incremento da sindicalização, garantias aos delegados sindicais, reconhecimento dos conselhos das fábricas, eleições sindicais, liberdade e autonomia sindical, porque para o movimento sindical "o impacto do movimento militar de 1964 [...] foi imenso e violento, com prisões de lideranças, fechamento de sindicatos e o fim do modelo de representação tripartite existente", com exceção da "Justiça do Trabalho"[88]. Doze teses foram discutidas e onze aprovadas pelo plenário. Inscreveram-se na comissão quarenta e três delegados, cinco de Minas Gerais, sete de Santa Catarina, vinte de São Paulo, três do Paraná e oito do Rio Grande do Sul. A mesa diretora foi composta pelo presidente Jorge Noman Netto, de Belo Horizonte/MG, o secretário Donato de Souza, de Passo Fundo/RS e o relator Antonio Cabeça Filho, de São Carlos/SP[89].

Os congressistas reunidos neste grupo recomendaram aos sindicatos que, dentro de suas possibilidades, inserissem em seus estatutos e regimentos a criação de "departamentos educativos e

[88] GOMES, Angela M. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 57.

[89] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos três parágrafos, quando não houver outra citação.

culturais", que ministrassem "cursos de educação sindical" com currículos que esclarecessem sobre as legislações "trabalhista e previdenciária", a promoção de atividades para "conscientização sindical, política, estatística", para melhorar o "nível cultural dos trabalhadores", e a organização de bibliotecas nos sindicatos e que as federações criassem comissões de até dez pessoas para discutir as matérias em tramitação "no Congresso Nacional e Câmaras Legislativas, de interesse das classes operárias", divulgando-as em assembleias.

Por sentirem-se prejudicados por diversas medidas tomadas a partir de 1964, decidiram remeter ao Presidente de República e aos Ministros do Trabalho e da Justiça protestos "contra a quebra dos princípios democráticos nas entidades sindicais, consubstanciada na exigência franca ou dissimulada do atestado de ideologia" para a eleição dos seus dirigentes, e "ao Ministério do Trabalho e à Comissão de Enquadramento Sindical" pediram respeito ao principio de unidade no enquadramento sindical, de acordo com a atividade preponderante da empresa, com prioridade para classificação do 14º grupo, de trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, do caso das empresas de atividade mista. Pediram ao MTPS modificações na Portaria Ministerial nº 40, que regulamentava as eleições sindicais, eliminando a "obrigatoriedade da realização de atos que impliquem em vultosas despesas para os candidatos", impedindo diversos líderes de participar dos pleitos por não disporem de recursos; isenção aos sindicatos da "taxa de 6% cobrada pelo Banco do Brasil no recolhimento do imposto sindical", para ser revertido em assistência social; a fixação de multas às empresas que não fizessem o recolhimento da contribuição sindical e "uma discriminação quanto às rendas próprias para que fossem depositadas em banco, a critério exclusivo da entidade".

Desejavam a criação de leis que permitissem a transferência das responsabilidades do MTPS para a "Justiça do Trabalho, através do Ministério Público do Trabalho", que tinha função de "fiscalizar o cumprimento da lei"; a imunidade ao dirigente sindical que estivesse no exercício das suas funções, defendendo sua categoria ou algum trabalhador; a concessão aos delegados das empresas das prerrogativas do art. 543 da CLT, que garantia que o empregado eleito para o sindicato não poderia ser impedido de exercer suas funções, nem ser transferido para lugar que atrapalhasse suas atividades[90], para poder

[90] Consolidação das Leis do Trabalho.

fiscalizar, requisitar inspetores e acompanhá-los na verificação e receber dados sobre preços e produtividade para usá-los "em debates salariais"; o desconto na folha de pagamento dos trabalhadores não sindicalizados, após o reajuste anual, de uma porcentagem do vencimento destinada ao sindicato "patrocinador do dissídio ou do acordo coletivo", quando decidido em assembleia; a unificação das "datas-bases para julgamento dos dissídios coletivos salariais dos sindicatos metalúrgicos do Brasil", fixada em "1º de maio, preferencialmente". A única tese que foi aprovada por maioria na comissão, mas não apareceu no relatório final, versa sobre a autorização dos trabalhadores em entidades sindicais se sindicalizarem[91].

### 2.5.5. Comissão Técnica de Proposições e Mensagens

A Comissão de Proposições e Mensagens analisou "as teses remetidas a ela", e formou "as conclusões gerais do congresso, com as demais teses aprovadas", além de ser responsável pela carta de princípios. Este grupo foi formado pelas diretorias das outras comissões, somando catorze delegados, pois se inseriram nela o seu Presidente, Argeu Egydio dos Santos, e Hugo May, pela FTIMMMESC. Foram escolhidos para secretário e relator, respectivamente, Helio Garcia e Raul Clemente Pereira[92].

Suas resoluções finais iniciaram afirmando que "o plenário do VI Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, aprovou a expedição das seguintes proposições e mensagens", e segue listando seus trinta e seis itens, mais sistematizados que as propostas das outras comissões, pois já indicam a quem remeter as correspondências e de que forma deveriam ocorrer as organizações e manifestações da classe metalúrgica e dos trabalhadores em geral. Os congressistas endereçaram às rádios e jornais de Blumenau agradecimento pela hospitalidade e cavalheirismo da população e da imprensa, oficiaram aos diretores do Clube Ipiranga a gratidão dos trabalhadores pela cessão do espaço e escolheram Salvador para sediar o

[91] Relatório da 4ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).
[92] Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos seis parágrafos, quando não houver outra citação.

VII Congresso Nacional dos Metalúrgicos, pois o estado da Bahia estava ampliando o setor metalúrgico e seus trabalhadores "precisavam adquirir experiência no terreno sindical".

Os metalúrgicos cobraram da CNTI que realizasse um encontro nacional, em dezembro daquele ano, para reivindicar exclusivamente a "integral revogação da legislação salarial", além de solicitar que esta entidade mantivesse um observador no Congresso Nacional para informar aos sindicatos sobre as tramitações de leis de interesse dos trabalhadores e exigir a união de todos os trabalhadores para acabar com o arrocho salarial. Atentos à legislação e às tramitações legais, condenavam o projeto de lei da Comissão instituída pelo MTPS, que manteria "o sistema dos índices mensais de reajuste salarial, criados pelos decretos-leis 15 e 17", além de outras propostas "contrárias aos interesses dos trabalhadores"; mas pediam outras leis que garantissem que só os sindicatos pudessem homologar os termos das rescisões dos contratos de trabalho de pessoas com mais de um ano de serviço, para evitar que ficassem dúvidas ou que os empregadores deixassem de pagar valores devidos; que obrigassem a "instalação de refeitório em todas as indústrias que empregassem cinquenta ou mais empregados", e garantissem ambiente adequado para alimentação nas empresas menores; além da aprovação do "projeto de lei 1.441/68, de autoria do Deputado Clato Marques", que estabeleceria acréscimo de 5% nos salários após cindo anos de trabalho na mesma empresa.

Decidiram remeter correspondências a diversas autoridades solicitando ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho e demais autoridades para que não se separasse o funcionalismo publico do privado na contagem do tempo de serviço para aposentadoria; ao Presidente e ao Congresso Nacional pedindo a criação da Junta de Conciliação e Julgamento em Ouro Preto/MG, e a todos estes para que o salário família também fosse pago para a esposa e filhos de até dezoito anos que não trabalhassem; ao Ministro do Interior para que disciplinasse os empreendimentos "destinados à zona franca de Manaus", para que as atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) fossem racionalizadas; ao Presidente, Ministro da Justiça e Presidente Nacional do Banco Nacional de Habitação, medidas que permitissem aos operários a compra de terrenos e a construção da casa, "através de financiamento de Cooperativa Habitacional ou do próprio Banco" e que este benefício fosse estendido aos trabalhadores do Amazonas, através da instalação de uma agência do BNH em Manaus; ao Secretário do Trabalho de São

Paulo para que cumprisse a recomendação do governador deste estado de realizar empréstimos, com pagamento em longo prazo, para a compra "de material para a construção da casa própria" e à Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma para que desse "urgência na solução das pendências que estavam sob sua jurisdição", para que não causasse prejuízos aos trabalhadores.

Em relação às atividades do INPS, protestaram contra anistia aos devedores do INPS, por incentivar a inadimplência das contribuições e requereram medidas para assegurar "assistência médica, hospitalar e pecuniária aos segurados", mesmo que estivessem desempregados; normas "para que o abono de permanência em serviço" fosse "reajustado em razão do aumento do salário mínimo, de acordo com as doze últimas contribuições"; a "criação de postos de assistência médica" em três bairros da cidade de Manaus/AM e a "ampliação dos seus serviços no estado do Amazonas", considerando que só existia uma agencia deste instituto na capital. Pediram informações sobre o recebimento de créditos que lhe foram concedidos pelo orçamento nacional, e caso não os tivesse embolsado, perguntar "quais as providencias tomadas para o recebimento das importâncias que lhe [eram] devidas pelo Governo". Por fim, remeteram mensagem ao agente regional agradecendo o atendimento médico de Onofre Martins Barbosa e Joaquim dos Santos Andrade, durante o encontro.

Para melhoria da educação, pediram ao Presidente da República uma reforma no sistema de ensino, que democratizasse o acesso à instrução "em todos os graus", com orçamento da união suficiente para as necessidades do Ministério da Educação; pleitearam junto ao Governador de São Paulo a instalação da Faculdade de Engenharia em Sorocaba, que já havia sido criada, possuía terreno disponível para a construção e um prédio cedido até a conclusão da obra, e que pedisse para o Conselho Estadual de Educação reconhecer o curso ferroviário da Escola Profissional Gaspar Ricardo Junior, como nível médio; e desejavam que o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) concedesse bolsas de ensino médio e superior "aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes", com novas inscrições em 1969, para que a carência de recursos não impedisse a sua formação, e que reajustasse o valor destes benefícios de acordo com o custo de vida, para que cobrisse as despesas "de material escolar, uniforme, condução e tantas outras".

Enviaram três manifestações de repulsa ao Ministro da Justiça manifestando contra a invasão da UNB, à Liga de Defesa da Tradição, Família e Propriedade com "veemente repúdio dos trabalhadores metalúrgicos aos seus métodos, princípios e formas de lutas, que entendemos lesivas aos interesses do povo brasileiro, notadamente aos interesses das classes trabalhadoras" e ao Ministro do Trabalho para dar-lhe "ciência do repúdio dos trabalhadores metalúrgicos brasileiros a medida intervencionista decretada no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco", onde seis mil operários haviam entrado em greve dois meses antes deste Congresso[93]. E remeteram cartas de apoio em solidariedade aos estudantes e professores da Universidade de Brasília, pois reconheciam que trabalhadores e estudantes vinham sendo vítimas de violência e de prisões arbitrárias; à deputada federal do MDB catarinense, Ligia Doutel de Andrade, esposa do deputado cassado Armindo Doutel de Andrade e que também seria cassada pelo AI-5 em dezembro deste ano[94], "pela campanha desenvolvida contra a Fábrica Nacional de Motores"; à CNBB agradecendo "pelas posições tomadas por um grande número de prelados e padres em defesa do povo e de suas justas reivindicações"; ao Sindicato dos Trabalhadores de Barão de Cocais/MG, com apoio irrestrito no seu entendimento com o Delegado Regional do Trabalho, para solucionar os problemas da categoria, principalmente as questões salariais. Demandavam, ainda, às entidades sindicais metalúrgicas a promoção, entre 3 e 10 de outubro, de jornadas em defesa da Petrobras, pois a empresa faria quinze anos no dia 3/10/1968 e estava ameaçada pelos trustes internacionais, e a manutenção de correspondência com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petrolíferas para que, juntos, defendessem a Petrobras.

### 2.6. Carta de Blumenau e encerramento

O dia sete de setembro foi considerado "o ápice do importantíssimo acontecimento", quando "a Comissão de Proposições e Mensagens submete[u] as proposições apresentadas à apreciação da reunião plenária, bem como" confeccionou a "Carta de Princípios, documento destinado a orientar as ações de 1.200.000 trabalhadores

[93] SADER, op. cit., p. 230.
[94] Contido em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/armindo_doutel. Acesso em 20/05/2014.

brasileiros"[95]. Este documento, intitulado "Carta de Blumenau", foi elaborado pelos "trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do Brasil", reunidos em seu VI Congresso, que tinham como objetivo "analisarem serenamente, à luz da experiência que possuem os principais problemas que afligem a categoria profissional, os trabalhadores de uma maneira geral, e também a nossa pátria"[96].

Nele os congressistas assumiram os princípios que norteariam suas ações e expuseram seus pontos de vista sobre a "problemática socioeconômica trabalhista" do país. Em seis pontos, novamente cobraram mudanças nas "estruturas políticas, jurídicas e sociais" que mantinham um "sistema de relações de produção já anacrônico", que conservaria o país no subdesenvolvimento, sem a possibilidade de incorporar os cerca 60% da população que viveria "marginalizada da vida econômica", visto que, "mesmo nos Estados mais desenvolvidos da Federação, o progresso" estava restrito a alguns setores. A carta ainda acusou os governos de omissão na resolução das causas do subdesenvolvimento brasileiro, e apontou como solução o incentivo à indústria nacional, dando à população "poder aquisitivo suficiente para adquirir bens e serviços dos quais carece", que deveriam ser produzidos no país, gerando novos empregos, com novas demandas, num ciclo de desenvolvimento.

Ao fim, declararam os direitos que deveriam ser assegurados a todos os cidadãos brasileiros ou residentes no país, constituídos por trabalho em condições dignas, com salário adequado às suas necessidades e de sua família; proteção à saúde pelo Estado, através do INPS, que deveria proporcionar pensões nos casos de inaptidão temporária. O Estado também deveria garantir "ociosidade cercada de consideração e respeito" e devidamente remunerada na velhice; acesso às escolas e à educação gratuita e de qualidade; liberdade de pertencer a um sindicato, de eleger sua diretoria democraticamente e de palavra e ação aos dirigentes, "sem ameaças de intervenção e de violência por parte das autoridades"; autorização para promover greves e

[95] METALÚRGICOS da América Latina e Caribe, inclusive dos quatro cantos do Brasil, reunidos em Blumenau, *Cidade de Blumenau*, 06/09/1968, Capa (AHJFS).

[96] Carta de Blumenau. Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil. Acervo pessoal de Waldyr Pedro Del Prá Netto. Fonte utilizada neste e nos próximos dois parágrafos, quando não houver outra citação.

reivindicações; participação nos rendimentos das empresas, além do recebimento dos salários, e fazer parte da sua administração, visto que são os produtores da riqueza; escolha, "através do voto direto e secreto", dos governantes em todos os níveis da República, além dos representantes do poder legislativo.

Após a provação dos documentos, procedeu-se o encerramento do congresso, "no dia 7, sábado, às 16 horas, com a presença de autoridades,"[97] como o Prefeito de Blumenau, Carlos Curt Zadrozny, e o Governador do Estado de Santa Catarina, Ivo Silveira[98], além de "chefes de firmas e muitas outras pessoas"[99]. Comemorou-se o fim do Encontro com uma churrascada no Clube Ipiranga, patrocinada pela "prefeitura e a Electro Aço Altona", com "mil e cem cruzeiros novos", mais a quantia de "400 cruzeiros novos" que deveriam ser "cobertos pela federação e o sindicato de Blumenau, nas seguintes proporções, federação 300, e sindicato 100"[100]. Entretanto, vinte dias após o fim do evento o presidente do SINDTIMMMEB ainda solicitava ao Secretário Nacional dos Metalúrgicos, que fosse a Blumenau ou mandasse "solucionar os problemas restantes do VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, que foi deixado sob responsabilidade do STI Metalúrgicas daquela cidade e cujo Sindicato se encontra em situação difícil perante a comunidade"[101]. No dia vinte e sete de outubro Rubens Vansuit informou que "recentemente [...] o senhor Benedito Pinto, Secretário Nacional dos Metalúrgicos, esteve em Blumenau e providenciou todos os pagamentos que estavam pendentes, despesas estas feitas por ocasião do VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos"[102].

Nos anos seguintes o SINDTIMMMEB manteve uma relação próxima com as entidades participantes deste VI Congresso e recebeu diversos auxílios para organizar as suas atividades. A entidade, criada em 1950, ampliou a sua estrutura e a oferta de assistência durante os anos da ditadura, mas também negociou melhorias mais gerais à sua

---

[97] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).
[98] DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).
[99] CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).
[100] Ata nº 17 da diretoria da FTIMMMESC. Blumenau, 27 de agosto de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.
[101] Ata nº 18 da diretoria da FTIMMMESC. Criciúma, 27 de setembro de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.
[102] Ata nº 19 da diretoria da FTIMMMESC. Joaçaba, 27 de outubro de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC nº1.

categoria e disputou a manutenção dos direitos nos anos de governo autoritário.

# CAPÍTULO III

## O sindicalismo metalúrgico de Blumenau durante a ditadura civil-militar

No dia 13 de julho de 1950, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, duzentos e dois trabalhadores se encontraram para fundar a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Blumenau, pois estes operários desejavam "se organizarem em Sindicato"[1]. Nesta reunião foi eleita a primeira diretoria da entidade, que cumpriria seu objetivo, de sindicalizar a categoria, na assembleia do dia 25 de outubro de 1951, quando também foi aprovado o seu estatuto[2].

Desde a década de 1930 os sindicatos ganharam força com a legislação trabalhista e sindical e assumiram inclusive práticas assistencialistas e recreativas, com o apoio do governo e, em alguns casos, até dos patrões. O decreto 19.770 de março de 1931 estabelecia novas normas de sindicalização, com um caráter corporativista, em que os sindicatos oficiais seguiriam o princípio da unidade e seriam criados por ramo de produção, com uma estrutura verticalizada através de federações e confederações. Essa organização sindical alterava e concorria com as associações de trabalhadores já existentes, que passaram a ser desestimuladas e perseguidas. Os sindicatos passaram a ser órgãos consultivos, de colaboração e, ao mesmo tempo, de controle do Estado, que tentava promover o esquecimento das lutas das antigas associações[3].

Com a decretação do Estado Novo foram dados mais incentivos à sindicalização dos trabalhadores urbanos, que só tinham direito ás garantias da nova legislação se estivessem filiados ao sindicato da sua categoria. A instituição do imposto sindical em 1942 permitiu a

---

[1] Ata da Assembleia Geral da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Blumenau. 13 de julho de 1950. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº1.

[2] Ata da Assembleia Geral da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Blumenau. 25 de outubro de 1951. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº1.

[3] GOMES, Angela M. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 23-24.

promoção de benefícios aos sindicalizados, tais como serviços assistenciais, jurídicos, de saúde e atividades de lazer, que, por sua vez, só eram viáveis porque não eram requisitados por todos os trabalhadores[4].

As fundações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em 1950 e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico em 1951, coincidem com um impulso na economia blumenauense e com o desenvolvimento industrial brasileiro. Mas, após o golpe de 1964, os trabalhadores tiveram vários dos seus mecanismos reivindicativos controlados e perseguidos e, "no caso dos sindicatos trabalhistas, bastou aplicar ao pé da letra as normas de controle da Consolidação, herança de um período – o do Estado Novo – de forte influência fascista"[5].

### 3.1. O SINDTIMMMEB e a ditadura civil-militar

O sindicalismo metalúrgico sofreu grandes intervenções já nos primeiros anos do regime civil-militar, principalmente nos grandes centros urbanos, onde vários dos seus líderes foram cassados e presos. Nas pequenas e médias cidades a interferência do novo governo foi menos agressiva porque, por um lado, com uma população menor, era mais fácil manter a vigilância sobre as ações e instituições e, por outro, as organizações de esquerda eram menos atuantes nestes municípios.

Em Santa Catarina essas entidades não sentiram grandes reflexos das mudanças na política nacional, porque "as intervenções concentraram-se nos grandes sindicatos: 70% dos que tinham mais de 5 mil membros, 38% dos que contavam de mil a 5 mil filiados e 19% dos sindicatos com menos de mil membros"[6] e neste Estado "o sindicato maior era" o dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, "do Aldo Pereira de Andrade, que era um sindicato, que depois tinha mil e oitocentos sindicalizados, aí depois subiu pra mais, e tu chegava em qualquer cidade do país com sindicatos de mil e pouco, é mínimo"[7].

---

[4] Ibidem, p. 38.
[5] ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 83.
[6] ALVES, op. cit., p. 85
[7] NETTO, Waldyr Pedro Del Prá, [maio, 2014]. Entrevista concedida para a autora.

Porém, mesmo em Blumenau,

> quem militava e conversava muito, a gente sabia quem é que estava. Existia, inclusive, até, nem precisava ser o próprio exército, que viesse prender, vinha até empresário que ajudava, ele [o Bernardo Werner] ajudava. Como esse que foi preso, o Hilton Zimmermann, esse era cunhado do José Carvalho da Silva, [que foi presidente do SINDTIMMMEB entre 1968 e 1986]. Mas só que o José Carvalho da Silva, ele não concatenava com as ideias do cunhado, porque ele era muito fanático, vamos dizer, pelo comunismo, não por uma defesa do país. Ele era Fidel Castro ao extremo, o Fidel Castro era um ídolo pra ele. [...] Então, aí, tinha isso, então essas pessoas, claro, que eles sabiam tudo. Eles ouviam, tinha as pessoas já que, claro, já sabiam antes de sessenta e quatro. Eles já estavam sabendo, porque, claro que existia a inteligência secreta, pra estar verificando essas coisas[8].

Apesar de não sofrerem diretamente a repressão do regime autoritário no seu cotidiano, os sindicalistas do SINDTIMMMEB sabiam da realidade nacional, porque conheciam e recebiam informações estaduais e nacionais. Getúlio Reimer, líder sindical metalúrgico de Joinville e membro da diretoria da FETIESC em 1964, foi indicado para a CNTI após os outros dirigentes, defensores das ideias de esquerda, serem cassados. Além disso, o antigo presidente do SINDTIMMMEB, Hilton Zimmermann[9], e o advogado que havia prestado assessoria ao sindicato[10], Francisco Pereira, foram presos logo depois do golpe, em Blumenau. Com informações de um agente infiltrado na direção do PCB de Blumenau, sua direção foi presa logo no dia 2 de abril. "O Dr. Herbert Georg foi preso na Rua XV, não tendo oposto resistência. O Dr. Francisco Pereira foi preso. Também não opôs

[8] VANSUIT, Rubens. [maio, 2014a]. Entrevista concedida para a autora.
[9] Hilton Zimmermann presidiu o SINDTIMMMEB entre 1958 e 1960.
[10] Francisco Pereira participou das reuniões do SINDTIMMMEB em 1961.

resistência. O líder vermelho Hilton Zimmermann foi preso depois de escapar ao Dr. Bernardo Werner"[11].

Nesse sentido, Rubens Vansuit, ao ser perguntado sobre a infiltração de policiais na Electro Aço Altona, apresenta a lembrança que possui daquele momento:

> Se tivesse infiltrado, assim, só se fosse com a ciência da diretoria [da empresa], no caso, porque o seu Bernardo, ele foi ajudar até a procurar essas pessoas assim [comunistas]. Eu também nem sou contra ele, porque não era uma perseguição, mas também era um temor. Porque aquilo foi feito tanto, uma propaganda, que a gente achou que muita gente mesmo, a gente achava "será que era comunista mesmo?". Tu não sabias mais, tu ficasses, parece uma lavagem cerebral. E não era, os caras não eram. Eu por mim, por exemplo, o cara que eles derrubaram, pra mim o João Goulart, eu gostava do João Goulart. Eu gosto até hoje, tenho pena porque que ele se foi. Eu acho até, não sei se ele não foi assassinado, não[12].

Possivelmente esta visão atual dos acontecimentos é influenciada pelas discussões que têm ocorrido sobre o golpe e os anos de ditadura. Ainda assim, mostra um sentimento de ter sido enganado pelas falas oficiais e da imprensa que afirmavam ter ocorrido a deposição do presidente João Goulart "para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia"[13]. Apesar de criticar o que chamou de "lavagem cerebral" para convencer a população do "perigo comunista", Vansuit não defende as ideias de esquerda, nem a liberdade para expressá-las, diz apenas que havia uma paranoia e que nem todos os acusados realmente seguiam estas ideias. Para ele, "o ideal do comunismo" até "seria bom, se [os governantes dos países de economia planificada] não tivessem a mordomia deles lá". Considerava que o

[11] Ronda Barriga Verde, 09/04/1964 apud FABRÍCIO, Edson L. *A produção do espectro comunista*: imprensa, política e catolicismo (Blumenau, 1960-1964). Dissertação (mestrado em História), UFSC, 2011, p. 101.
[12] VANSUIT, Rubens. [maio, 2014a]. Entrevista concedida para a autora.
[13] FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 257.

"comunismo, tem que ser igual, mas para [os governantes] não é, eles estão lá nos carrões e os outros lá passando fome"[14]. Esta opinião, pouco aprofundada, sobre o mundo comunista, que vê os administradores daqueles países como "enganadores", certamente se formou a partir de suas experiências ao lado dos sindicalistas brasileiros identificados como "democráticos", que inclusive o convidaram para participar de um curso da Aliança para o Progresso, nos Estados Unidos[15], e da sua convivência com Bernardo Wolfgang Werner, seu patrão, pois há uma defesa do presidente da Electro Aço Altona, com quem Rubens Vansuit tinha boa relação durante o tempo em que esteve na direção do SINDTIMMMEB (1966-1968), e certa crença de que ele também seria vítima da manipulação promovida pelos militares.

Apesar dessa percepção, é importante ressaltar que Bernardo Werner[16] era comprometido com a política partidária, pois no livro comemorativo aos oitenta anos da Electro Aço Altona, aparece em uma foto na Convenção Nacional da UDN, que ocorreu em São Paulo, em novembro de 1964, cuja legenda afirma que a sua "personalidade marcante [...] fez dele um dos formadores de opinião das décadas de cinquenta, sessenta e setenta". Também foi vereador de Blumenau, pela UDN e pela ARENA, e presidente da FIESC entre 1971 e 1986. As presenças de "visitas ilustres" [17] ligadas aos governos militares em sua fábrica, além da sua atuação política, sugerem que este empresário concordava e, inclusive, colaborava com as formulações dos grupos que justificavam e defendiam o golpe de 1964 e a ditadura subsequente, além de ter "pessoalmente" tomado "parte na captura de comunistas" na sua fábrica[18]. Este apoio de diversos setores civis permitiu que os militares se mantivessem no centro do poder nacional por vinte e um anos.

Ainda assim, isso não significa que a população de Blumenau aderisse às ideias autoritárias ou que os dirigentes sindicais defendessem

[14] VANSUIT, op. cit., 2014a.
[15] VANSUIT, op. cit., 2014a.
[16] Bernardo Wolfgang Werner começou a trabalhar na Electro Aço Altona em 1947 e foi vereador por quatro mandatos, entre fevereiro de 1957 e fevereiro de 1970, ano que assumiu a presidência da empresa, após a morte de seu pai, Paul Werner. Em 1971 assumiu a presidência da FIESC, onde permaneceu por cinco mandatos.
[17] Assinaram o Livro de Ouro da Electro Aço Altona S/A, pertencente ao acervo da empresa, o Presidente Castelo Branco (1965); o Governador Colombo Sales (1972); o Vice-presidente da República Almirante Augusto Rademaker (1972); o Ministro do Interior José Costa Cavalcanti (1973); o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Arthur Duarte Candal da Fonseca (1972) e pelo menos três representantes da Escola Superior de Guerra.
[18] FABRÍCIO, op. cit., p. 96.

os interesses dos patrões em detrimento dos direitos dos operários. O confronto entre as classes não era explícito, porque muitos trabalhadores e seus líderes viam na negociação com as elites locais, políticas e empresariais, meios de obter vantagens para si e seus associados. Esses sindicalistas se identificavam com as ideias do movimento que Mozart Russomano chamou em 1975 de *sindicalismo reformista*[19]. "Dividido em várias correntes" ao redor do mundo, caracterizava-se, em geral, por abandonar, "categoricamente, as soluções revolucionárias, bruscas ou violentas". Desejavam " colaborar na transformação da sociedade contemporânea, sobretudo através da nacionalização das indústrias básicas (minas, siderurgia, estradas de ferro etc.)", mas não defendiam o fim do Capitalismo e sim

> uma democracia econômica, que [...] radica [...] na chamada democratização da empresa, resultante da participação do trabalhador, sucessivamente, nos lucros, no capital e na gestão da unidade econômica de que participa e dentro da qual deve ser considerado peça necessária e irremovível, a não ser por motivo justo[20].

Russomano distanciou esse sindicalismo do totalitarismo e do comunismo e entendia que o sindicato deveria ser independente dos empregadores e do Estado, mas estar ligado a estes, "indiretamente, pelos interesses recíprocos que formam a comunidade nacional". O sindicato devia ser, sem perder sua autonomia, um órgão de negociação coletiva com os patrões e uma instituição de "colaboração com o Poder Público". Reconhecendo que este tipo de sindicalismo "é resultante necessária do regime capitalista, ou seja, um órgão que nasceu pelo espírito de luta do operário contra a ordem constituída, mas que se adaptou às condições de seu meio de atuação", disse que isso não significava que não pudesse ser também "um instrumento de sublevação dentro do capitalismo que o nutre", através da "penetração das ideias

[19] Russomano coloca o sindicalismo reformista distante do sindicalismo comunista, que ele identifica pelas ideias de Lênin de que o sindicato deveria estar subordinado ao Partido e ajudá-lo a fazer a revolução, e do sindicalismo cristão, baseado nas ideias "transcendentais de Justiça e Caridade", excluindo a luta de classes e qualquer violência da pauta sindical. RUSSOMANO, Mozart V. *Direito Sindical*: princípios gerais. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1975, p. 34.
[20] Ibidem, p. 35.

subversivas nos bastiões [...] em que se acastelou o capitalismo ocidental". Neste caso o sindicalismo seria uma das portas para a resistência nos países subdesenvolvidos, adquirindo caráter "político, como órgão de defesa consciente da liberdade"[21].

Nacionalmente, a maioria das novas lideranças sindicais eram antigos representantes do MSD (Movimento Sindical Democrático), criado em 1961 para ser oposição ao CGT e aos comunistas, mas que por diversas vezes perderam as eleições. Muitos desses novos líderes aproveitaram as cassações e prisões para ganhar legitimidade, pois, com seus adversários fora do jogo passaram a vencer as eleições sindicais. Em geral, eram anticomunistas e chamados de "democráticos", pela sua ligação com os sindicatos estadunidenses, de quem recebiam formação e instruções, com objetivo de mostrar, por um viés liberal, como negociar com os patrões, sem um enfrentamento direto e combativo[22]. Localmente, a situação de abril de 1964 era conflituosa e confusa para os sindicalistas, que concordavam com as ideias do chamado sindicalismo "reformista" ou "democrático", mas haviam convivido de forma relativamente pacífica com os militantes que foram presos.

> O que mais foi aí, foi um advogado que, o Dr. Georg, e tinha um outro, mas eu não sei se ele chegou a ter, que era o Dr. Francisco Pereira, porque, quem era muito, assim, era muito a favor de operário era [considerado] comunista. [...] Mas naquela época eles achavam tudo, qualquer coisa era o comunismo. Não era bem assim, talvez a pessoa lutava pelo empregado. Não tinha nem, não sabia nem o que era o comunismo. E o Dr. Francisco Pereira era uma pessoa que ajudava muito. Não sei se o ideal dele era isso, porque eu não cheguei nunca, aliás, nem cheguei a conhecê-lo pessoalmente. Eu só sei que ele atendia muita gente. Agora, o Dr. Georg, aí ele tinha ideal, assim, mas eu não sei se era aquilo ideal de assassinato ou era só, simplesmente, o ideal do comunismo, que seria bom, se eles não tivessem a mordomia deles lá[23].

[21] Ibidem, p. 36.
[22] NEGRO, Antônio L. *Linhas de Montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004, p. 232-259.
[23] VANSUIT, op. cit., 2014a.

Todavia, por não se contraporem diretamente à ordem do capital ou estarem ligados às organizações de esquerda, as atividades cotidianas dos dirigentes do SINDTIMMMEB não tiveram grandes alterações após o golpe de abril de 1964 e nem mesmo após o AI-5, em dezembro de 1968, embora a prisão de pessoas conhecidas possa ter desmotivado alguns enfrentamentos mais incisivos e criado uma atenção maior ao cumprimento da burocracia exigida pelo governo federal.

### 3.2. A administração sindical

Desde a sua fundação, esta entidade buscava aumentar os salários por meio de acordos com a classe empresarial, representar a categoria frente às outras entidades sindicais e estatais, disputar a diminuição dos preços, além de manter suas tarefas burocráticas e assistenciais. A partir de 1968 as atas das assembleias gerais e das reuniões da diretoria começaram a ter temas mais diversificados, pois até então se registravam principalmente os assuntos ligados ao orçamento, além de atas de posses, escolhas de representantes e valores das mensalidades e dos benefícios.

As Assembleias Gerais dividiam-se em Ordinárias, convocadas para avaliação e aprovação das propostas orçamentárias do ano seguinte e balanço financeiro e relatório do ano anterior, com parecer do Conselho Fiscal em todos os casos, e Extraordinárias, convocadas para consultar os associados sobre outros assuntos, como entregas de bolsas de estudos, alteração nos valores das mensalidades e dos benefícios concedidos pelo sindicato, compras e vendas de bens, escolhas de representantes em órgãos públicos, avaliação e aprovação das suplementações orçamentárias, reivindicações etc. Quase sempre iniciavam em segunda chamada, por não haver número legal de presentes para abrir os trabalhos na primeira convocação, porque a quantidade de assinaturas no livro de presença variava entre dez e cento e sessenta, embora as reuniões ordinárias tivessem menor frequência e poucas vezes ultrapassaram cinquenta pessoas. Isso podia ocorrer por dois motivos principais: porque nelas se discutiam assuntos administrativos que não despertavam o interesse dos trabalhadores, já que havia uma tendência a serem aprovados, ou por falta de mobilização da direção, pois esses “assuntos burocráticos” tratavam das finanças do

sindicato e um número grande de pessoas opinando sobre esses valores poderia gerar conflitos que não interessavam aos diretores da entidade.

Anualmente, até o dia trinta de junho, a direção deveria apresentar a proposta orçamentária, com as previsões de arrecadação e despesas, para o ano seguinte e, ao longo deste, eram feitas uma ou duas suplementações que incorporavam aumentos nas arrecadações e despesas extras. As receitas do sindicato eram divididas em categorias: as Rendas Próprias eram constituídas de valores arrecadados "da renda social (mensalidades, carteiras etc.), da renda patrimonial (alugueis de imóveis, juros etc.) e da renda extraordinária (donativos, legados etc.)" e poderiam ser utilizadas de forma mais livre, principalmente para as despesas administrativas, e as Receitas Provenientes do Imposto Sindical, que deveriam ser utilizadas em "serviços assistenciais relevantes". Mas, após amplo debate sobre a incapacidade dos sindicatos em manter sua administração apenas com as rendas próprias, essa regra foi flexibilizada, e "depende a autorização" para a utilização do Imposto Sindical em despesas administrativas, "do exame específico de cada caso" pelos representantes do Ministério do Trabalho. Havia ainda "uma terceira fonte, eventual, proveniente da venda de bens patrimoniais", denominada "Receita Extraorçamentária"[24].

Nas atas das reuniões da diretoria e das assembleias gerais não constam os valores arrecadados pelo sindicato entre 1968 e 1978, nem há um balanço anual nos Livros Caixa, apenas descrições mensais das receitas e das despesas, mas a previsão orçamentária para o ano de 1966 antecipa que seriam arrecadados Cr$5.000,00 com o Imposto Sindical, Cr$3.600,00 com a Renda Social/Mensalidades, Cr$50,00 de Renda Patrimonial e Cr$650,00 como Renda Extraordinária[25], o que significa que mais de cinquenta por cento da receita do Sindicato provinha do Imposto Sindical.

O Conselho Fiscal tinha a tarefa de se reunir com os diretores para analisar as contas mensais e elaborar um parecer a ser apresentado anualmente na Assembleia Geral, onde, em todos os anos, os documentos foram aprovados sem alterações, o que também ocorreu com os relatórios, balanços financeiros e propostas orçamentárias.

A diretoria era composta de três sindicalizados que distribuíam entre si, na primeira reunião após a eleição, os cargos de Presidente,

[24] BRANDÃO FILHO, Francisco de M. *Orientador Sindical*: interpretação e prática da legislação sindical vigente. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1962, p. 47-48.
[25] Ata da Reunião da Diretoria. 25 de junho de 1965. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

Secretário e Tesoureiro, com mandatos de três anos. O Conselho Fiscal também tinha três membros eleitos junto com os diretores e os respectivos suplentes. No período de 1968 a 1978 ocorreram três reuniões para posse, em onze de setembro de 1968 assumiram José Carvalho da Silva como presidente, Victor Sutter como secretário e Irineo Zimmermann como tesoureiro[26]. Na reunião de quatro de abril de 1971, José Carvalho da Silva falou sobre a Circular da DRT, que determinava o período de eleições do Sindicato entre os dias onze de junho e vinte e três de agosto daquele ano e, a partir disso, foram marcadas as datas para inscrições das chapas até vinte e seis de junho, comunicação das chapas até onze de julho, eleições em onze agosto[27], quando foram reeleitos os três diretores, que tomaram posse no dia doze de setembro de 1971, e foram reempossados, novamente, em doze de setembro de 1974[28]. Com mandatos de três anos, a próxima eleição ocorreria em 1977, mas não há registros de posse ou de organização de chapa neste ano[29].

As tarefas da administração eram realizadas fora do expediente das empresas em que os dirigentes trabalhavam, porque os diretores não eram liberados das atividades das firmas para cuidar dos ofícios do Sindicato, tendo que dispor de tempo extra para isso ou pedir dispensa aos seus patrões, em casos excepcionais. Rubens Vansuit, que foi presidente até setembro de 1968 e trabalhou na Electro Aço Altona por nove anos, diz que

> quando eu fiz parte do sindicato eu não tinha folga, se eu precisasse eu, simplesmente, eu pedia licença e eu saía, mas quase eu não saía, só se fosse pra ir pra Florianópolis, pra viajar, mas aqui, no tempo que eu fui presidente dificilmente eu saía, só se eu tinha algo, alguém que vinha lá,

[26] Ata da Reunião da Diretoria. 11 de setembro de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[27] Ata da Reunião da Diretoria. 4 de abril de 1971. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[28] Ata da Reunião da Diretoria. 4 de setembro de 1974. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[29] O SINDTIMMMEB possui apenas os livros de atas de reuniões da diretoria nº1 e nº3, em que o primeiro possui atas até a data de 13 de janeiro de 1976, tornando impossível saber se no ano de 1977 foram feitas reuniões para organizar as eleições do Sindicato. Nos Livros de Atas das Assembleias Gerais não aparecem eleições ou posse neste ano.

> precisava, então eu saía da Electro Aço, ia lá no sindicato e voltava e não dava expediente direto. […] Não, direto não [dava expediente], nunca fui liberado, tinha que fazer isso, não era fácil[30].

Por terem um trabalho a mais, os mandatários recebiam uma ajuda de custo, porém com valores diferentes de acordo com o cargo, mas aprovados em assembleia, segundo a determinação da DRT, através da Circular nº 29/1972, que obrigava os diretores a apresentarem todas as suas despesas para o plenário[31]. Mesmo recebendo valores extras, na reunião de doze de fevereiro de mil novecentos e setenta, o presidente "incitou os membros para [a] maioria dos mesmos comparecerem com mais assiduidade ao Sindicato, principalmente o secretário", que justificou a baixa frequência à sede por motivos de tratamento de saúde[32]. Alguns meses antes de receber a correspondência citada acima, o Presidente, junto com a aprovação do aumento na sua ajuda de custo mensal, pediu à diretoria que autorizasse o contador a conceder um valor extra ao tesoureiro, pelos serviços que prestou "nas horas de folga", para "deixar a documentação contábil [do ano de 1972] em dia"[33].

Em outubro de 1973 o presidente comentou sobre diversos artigos do estatuto do sindicato que confrontavam com o "estatuto padrão", fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho, e com a legislação vigente naquele momento, constatando que o mesmo estava desatualizado e que seria necessária uma reformulação do documento. Na Assembleia Geral Extraordinária do dia trinta e um do mesmo mês foi apresentado e aprovado o novo estatuto que continha "as necessidades do sindicato e as formas do estatuto padrão"[34]. Levando em consideração que esta readequação seguia as orientações da Delegacia do Trabalho, é interessante notar alguns dos seus pontos, como a abertura de um livro de Registro de Associados, de acordo com o artigo 527 da CLT e "segundo modelo aprovado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social", com os dados pessoais e profissionais

[30] VANSUIT, Rubens. [novembro, 2014b]. Entrevista concedida para a autora.
[31] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 13 de agosto de 1972. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[32] Ata da Reunião da Diretoria. 12 de fevereiro de 1970. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[33] Ata da Reunião da Diretoria. 8 de maio de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[34] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 31 de outubro de 1973. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992).

de cada sindicalizado. Em Blumenau isso poderia ajudar a organizar os sindicatos, mas se essa era uma regra contida na Legislação do Trabalho e no modelo de estatuto encaminhado para todo o país, também facilitava aos governantes, aos patrões e à polícia identificar e encontrar qualquer pessoa que tivesse registro sindical no território brasileiro[35].

O novo documento[36] colocou o SINDTIMMMEB como representante da sua categoria e colaborador dos "poderes públicos e demais associações no sentido da solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais", negando-lhe o direito de ceder a sede para entidades político-partidárias, fazer propaganda de "doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais" ou de "candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato", bem como acumular cargos eletivos com os empregos remunerados pela entidade, ou seja, os sindicalizados não deveriam utilizar a estrutura sindical para fazer qualquer tipo de manifestação política. Este item é importante porque neste período alguns cargos eletivos não eram remunerados e isto dificultava a representação dos trabalhadores nestes poderes, pois o sindicato não poderia pagar salários a um dirigente que tivesse um mandato público. O sindicato só poderia "filiar-se à organizações internacionais, [e] com elas manter relações" com "licença concedida por Decreto do Presidente da República", certamente mais uma forma de evitar envolvimento com organizações comunistas internacionais, visto que tanto o SINDTIMMMEB, quanto a FTIMMMESC e a CNTI promoviam atividades em conjunto com a FITIM, o IADESIL e outras instituições com ideologias não consideradas subversivas. Os outros artigos dizem sobre os direitos, deveres e punições do sindicato e de seus associados e explicam como deveria ocorrer a administração da entidade. Esses modelos documentos e outras informações chegavam ao SINDTIMMMEB através do contato que mantinha com outras instituições governamentais ou classistas, nos níveis estadual, nacional e até internacional.

### 3.3. O SINDTIMMMEB e suas relações com outras entidades

[35] Estatuto do SINDTIMMMEB. Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 31 de outubro de 1973. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3. Fonte usada neste parágrafo e no próximo.

[36] O estatuto antigo não foi localizado para que os artigos pudessem ser comparados.

Em 3 de agosto de 1952, 33 associados do SINDTIMMMEB, presentes em assembleia, aprovaram a filiação à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina, "a ser fundada em breve", com a participação de dois representantes e dois suplentes, eleitos naquela ocasião[37]. O SINDTIMMMEB incluiu-se nesta instituição estadual até quinze de outubro de 1965, quando os metalúrgicos de Blumenau resolveram ajudar a fundar a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Santa Catarina, que então seria a "portadora das reivindicações dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Catarina perante os poderes públicos da Nação e também às altas esferas do sindicalismo em nosso país"[38].

Após o golpe de 1964 e as intervenções nas instituições sindicais, Getúlio Reimer, membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville, foi nomeado para compor a nova direção da CNTI, e, em 1965, representou esta instituição, como Secretário de Administração, na fundação da FTIMMMESC[39], Federação da qual se tornou o primeiro presidente.

> Com o advento da ditadura, em 1964, o Ministério do Trabalho afastou a diretoria da Confederação Nacional [dos Trabalhadores na] Indústria, colocando nova direção tendo como secretário o catarinense Getúlio Reimer, que posteriormente foi um dos fundadores da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Santa Catarina. Contando com toda colaboração, inclusive financeira, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, com Argeu Egydio dos Santos, do sindicato de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), Sebastião de Paula Coelho e da Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas FITIM,

[37] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 3 de agosto de 1952. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 1.
[38] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 15 de outubro de 1965. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[39] Ata da Reunião de Representantes. 25 de setembro de 1965. Livro de Atas do Conselho de Representantes da FTIMMMESC.

> com sede na Suíça, através de Miguel Huertas representante na América Latina[40].

Na data da Fundação da FTIMMMESC, em vinte e cinco de setembro de 1965, também estavam presentes Domingos Alvarez, Secretário Nacional dos Metalúrgicos, que presidiu os trabalhos, Antônio de Oliveira Silva e Waldyr Pedro Del Prá Netto, respectivamente, presidente e advogado da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (FETIESC), Emilio Reyna representando a FITIM, e outros convidados, além dos representantes dos sindicatos desta categoria existentes no estado: Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Blumenau, de Florianópolis, de Joaçaba, de Criciúma e de Itajaí, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Joinville e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville[41].

Apesar da presença do presidente da "Federação Eclética", essa alteração na representação estadual dos metalúrgicos não ocorreu sem conflitos, pois "sempre dá aquelas mágoas quando tu vais querer sair, porque aí a outra [Federação] fica mais fraca"[42]. Por isso o representante do Sindicato de Itajaí, Paschoal Ferreira da Costa, manteve-se na FETIESC até o fim do seu mandato. Mas os conflitos eram ainda maiores, e na reunião da FTIMMMESC, de 28 de julho de 1966, discutiu-se a abertura de um processo na Delegacia Regional do Trabalho, em que aquela Federação acusava a Federação dos Metalúrgicos de usar "de má fé, arrecadando imposto pertencente" a ela. Os metalúrgicos decidiram que, caso fossem notificados, abririam processo com sua defesa e solicitariam a "porcentagem patrimonial a que tinham direito, junto com os STIs filiados naquela FTI", correspondendo a 13% do imposto sindical arrecadado até sua desfiliação[43]. Apesar disso, em sete de janeiro de 1967, Getúlio Reimer pediu

[40] NETTO, Waldyr. op. cit., 2014.
[41] Ata da Reunião de Representantes. 25 de setembro de 1965. Livro de Atas do Conselho de Representantes da FTIMMMESC.
[42] VANSUIT, op. cit., 2014b.
[43] Ata da Reunião da Diretoria. 28 de julho de 1966. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.

> um voto de reconhecimento ao Sr. Paschoal Ferreira da Costa presidente em exercício da FETIESC pela atitude tomada na DRT, perante o Sr. Delegado Regional do Trabalho, e os Srs. João Ferreira e Adalcino Pereira respectivamente presidentes dos sindicatos do STI Metalúrgicas e STI Mecânicas de Joinville, prorrogando até trinta de julho do corrente ano a devolução da cota de imposto sindical daqueles STIs, arrecadado e pago indevidamente para a FTIMMME[44].

Apesar dessa declaração, neste mesmo encontro outros dirigentes da FTIMMMESC criticaram algumas ações de Antônio de Oliveira Silva, presidente da FETIESC, que consideraram prejudicar os sindicatos que aqueles representavam.

Mesmo com tais disputas, as instituições sindicais procuravam se auxiliar mutuamente, compartilhando documentos e orientações das assessorias jurídicas, como no caso do modelo de Circular, elaborado pelo advogado da Federação, Waldyr Pedro Del Prá Netto, para ser enviado para toda a categoria dos metalúrgicos de Blumenau, "com a finalidade de promover uma campanha de sindicalização". Na mesma data, em julho de 1969, Getúlio Reimer, então Secretário de Finanças da FTIMMMESC, "por intermédio do Sindicato de Oficinas Mecânicas de Joinville", enviou três modelos de documentos para "casos de aviso prévio, pedido de demissão e recibo final de quitação"[45]. No mês seguinte, Miguel Huertas mandou ofício pedindo a confirmação de um seminário da FITIM na cidade, mas que teria que ser adiado para 12 a 14 de setembro, no período noturno, pois na data prevista, de 5 a 7 deste mês, o SINDTIMMMEB estaria envolvido com os preparativos da Semana da Pátria[46].

Os representantes dos metalúrgicos de Blumenau sempre estavam presentes nas reuniões da sua Federação, participação que colocou o sindicalismo metalúrgico blumenauense em constante contato com entidades nacionais e internacionais. Getúlio Reimer era um dos grandes articuladores dessas relações, que possibilitaram ao então Presidente do Sindicato, Rubens Vansuit e ao tesoureiro do Sindicato dos

[44] Ata da Reunião da Diretoria. 7 de janeiro de 1967. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[45] Ata da Reunião da Diretoria. 10 de julho de 1969. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[46] Ata da Reunião da Diretoria. 14 de agosto de 1969. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville, Edmundo Reicher, irem aos Estados Unidos, em abril de 1967, onde frequentaram cursos promovidos pelo IADESIL, ambos indicados pelo presidente da Federação. Independente das ideias que eram defendidas nestes cursos, essas viagens eram consideradas uma conquista pelos sindicalistas, que aproveitavam a oportunidade de conhecer outro país, onde passavam até um mês.

Mesmo antes do golpe de 1964 a aproximação do sindicalismo metalúrgico catarinense com o grupo dos "democráticos" e com as ideias do "sindicalismo livre" praticado na América do Norte já existia. Ela pode ser identificada pela ausência do presidente Ralf Busse na Assembleia Geral Extraordinária do dia vinte de julho de 1961, quando, apesar de ter contratado o conhecido advogado comunista Francisco Pereira, foi a São Paulo como delegado no 1º Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático[47]. Tanto Getúlio Reimer, quanto Ralf Busse, aparecem na lista que um ex-agente da CIA divulgou com nomes "de sindicalistas brasileiros enviados para fazer treinamento sobre liderança sindical nos Estados Unidos", ambos com data da viagem entre quinze de agosto e quinze de outubro de 1962[48]. Para incentivar a substituição do "sistema corporativista de trabalho" pelas "negociações diretas com os empregadores", o IADESIL promoveu "cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos", apoiados por grupos "mais conservadores e anticomunistas do movimento sindical brasileiro", que ampliaram sua força e tiveram papel destacado após o golpe de 1964[49].

Além dos dois catarinenses, aparecem nesta lista alguns participantes do VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos[50], ocorrido em Blumenau, em 1968, que viajaram entre julho de 1962 e outubro de 1963. São eles o mineiro Onofre Martins Barbosa, Secretário Nacional dos Metalúrgicos em 1968, o gaúcho José Luiz de Oliveira, José Domingues Silva Sobrinho, de São José dos Campos/SP, e o fluminense

[47] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 20 de julho de 1961. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[48] GRIBBIN, apud. CORRÊA, Larissa R. *"Disseram que voltei americanizado"*: relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Tese (Doutorado em História) UNICAMP. Campinas-SP, 2013b, p. 70. A lista com os nomes citados está publicada no endereço http://www.namebase.org/brazil.html.
[49] CORRÊA, op. cit., 2013b, p. 13-14.
[50] Este Congresso foi tema do segundo capítulo desta Dissertação.

de Volta Redonda Edir Inácio da Silva, que estava no grupo de oposição aos organizadores do Congresso e que se retirou da cidade após o conflito sobre o método de votação.

Apesar das dificuldades financeiras, os representantes do SINDTIMMMEB procurava se fazer presentes nos eventos, reuniões, cursos e encontros de sindicalistas. Uma das atividades frequentadas pelos diretores era a Semana Sindical, instituída pelo decreto N ST 5.138 de 21 de março de 1967[51], ano da primeira edição do evento, que sempre ocorria na última semana de abril, encerrando no dia 1º de maio. Desde 1964 a data do "Dia do Trabalho" merecia atenção especial das autoridades políticas e empresariais. Com ampla divulgação da imprensa estadual das "declarações das autoridades militares", a valorização da chamada "retomada da democracia", e a publicação de "textos e anúncios de congratulações, elaborados em sua maioria por políticos e empresários, que parabenizavam as classes trabalhadoras do Brasil e, claro, de Santa Catarina"[52].

A Semana Sindical de 1969, organizada na cidade de Brusque entre os dias 25 de abril e 1º de maio, foi a primeira que apareceu nas atas das reuniões da diretoria do SINDTIMMMEB, que recebeu o programa anteriormente e foi representado, no dia 26 de abril, por José Carvalho da Silva, Irineo Zimmermann, Ademar Donário de Novaes e Victor Sutter. "Nos restantes dias, até o dia 30/04 [houve] um rodízio entre os quatro representantes. Dia 1º de maio o sindicato [foi] representado novamente por todos os representantes inscritos"[53]. Isso foi possível porque a cidade de Brusque dista aproximadamente quarenta quilômetros de Blumenau, permitindo que fossem e voltassem no mesmo dia, economizando as despesas de hospedagem e evitando que todos os dirigentes tivessem que pedir dispensa nos seus empregos.

A próxima vez que o tema apareceu nas atas foi apenas em 1971, quando José Carvalho da Silva, Victor Sutter e Ademar D. Novaes foram escolhidos para acompanhar as atividades da 5ª Semana Sindical e 4º Encontro Estadual de Trabalhadores, entre 27 de abril e 1º de maio,

[51] Ata da Reunião da Diretoria. 15 de abril de 1969. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[52] FERREIRA, Cristina. Mundos do trabalho e regime autoritário: simbologia das celebrações e manifestações públicas no Primeiro de Maio. *In*: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. *Histórias na Ditadura*: Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, p. 88-89.
[53] Ata da Reunião da Diretoria. 15 de abril de 1969. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

na cidade de Joaçaba[54]. As atividades do ano seguinte, 1972, foram realizadas em Tubarão, com início em 26 de abril. As fichas de inscrição de José C. da Silva e Irineo Zimmermann foram enviadas à Secretaria dos Serviços Sociais do Governo do Estado, que patrocinou o evento, enquanto Victor Sutter informou que iria representado a FTIMMMESC, da qual era presidente[55]. A 7ª Semana Sindical e o 6º Encontro Estadual de Trabalhadores ocorreram em Chapecó, no Oeste catarinense, em 1973, também com início em vinte e seis de abril. Neste ano, durante a Assembleia Geral Extraordinária para entrega de bolsas de estudo, a diretoria avisou os associados que pretendia enviar no máximo três pessoas, para conter despesas, o que foi aprovado pelo plenário[56].

Em 1974 não há registro da participação do SINDTIMMMEB nas comemorações do 1º de maio, mas em 1975 a data teve grande importância para os metalúrgicos, pois o encontro realizou-se em Joinville, cidade catarinense com maior atividade deste setor, além de contar com a presença do Presidente da República, Ernesto Geisel, no encerramento, durante o Dia do Trabalho. O assunto da vinda do Presidente a Santa Catarina mereceu tal atenção que os diretores decidiram fazer uma reunião específica, marcada para dezesseis de abril, para decidir quem iria a Joinville. Irineo Zimmermann disse da "importância da participação do Sindicato na Semana Sindical e que o companheiro ou os companheiros que participarem, procurassem analisar os assuntos lá ventilados inclusive nas visitas às fábricas, pois com isto observariam sem dúvidas assuntos que serviriam de debates nas nossas reuniões", e pediu para "que o elemento que participar da semana sindical deverá tão logo volte, participar da reunião da Diretoria do Sindicato e fazer um relato do que observou e aprendeu"[57]. Em 16 de abril reuniu-se novamente a diretoria e o conselho fiscal para discutir a participação na semana sindical, quando decidiram destacar José Carvalho da Silva, Victor Sutter e Irineo Zimmermann, "e caso tenha

[54] Ata da Reunião da Diretoria. 23 de abril de 1971. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[55] Ata da Reunião da Diretoria. 16 de abril de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[56] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 27 de março de 1973. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[57] Ata da Reunião da Diretoria. 11 de abril de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

mais companheiros que quiserem se fazer presentes poderão dar seus nomes no decorrer da semana"[58]. Durante o evento,

> [...] o presidente Ernesto Geisel participa das comemorações oficiais do Primeiro de Maio, na Fundição Tupy. Falando na cerimônia o industrial Dieter Schmidt, presidente da empresa. O chefe do governo inaugura a seguir a nova unidade de fundição de blocos e cabeçotes para motores diesel, que vai atender a demanda nacional desses produtos. Usam da palavra o líder sindical Pedro Natalin, o Governador Antonio Carlos Konder Reis, e o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto. O Presidente Geisel saúda os dez mil operários presentes afirmando que, embora trabalhando em setores diferentes, todos nós somos trabalhadores[59].

A presença de autoridades e de dez mil trabalhadores na Fundição Tupy demonstra o destaque da empresa joinvillense no cenário nacional e a aposta no desenvolvimento da indústria metalúrgica catarinense, que neste momento ocupava quase 15% dos industriários do Estado[60]. Mas, apesar valorização do encontro nas falas dos diretores, não foram encontrados registros de reivindicações feitas ao Presidente e o retorno das informações, solicitado por Irineo Zimmermann, que também foi ao evento, não consta na ata da reunião do dia 9 de maio[61].

Outro tipo de evento de grande importância para os sindicalistas metalúrgicos era o Congresso Nacional de Trabalhadores deste setor. Ainda 1961, o fiscal do Ministério do Trabalho em Blumenau, Valdir Rosa, falava sobre o temário do 3º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, que aconteceria em Belo Horizonte, nos dias 26 a 29 de julho, quando Norberto Zimmermann foi indicado pela Assembleia Geral, com cinquenta e sete votos a favor e dezesseis em branco, para

---

[58] Ata da Reunião da Diretoria. 16 de abril de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[59] Transcrição do vídeo Brasil Hoje - Edição nº 100, da Casa Civil da Presidência da República - Arquivo Nacional, Produção da Agência Nacional. Disponível em http://video.rnp.br/portal/video.action;jsessionid=9D33977722981A4CCFCB565A20F1E34F?idItem=3991. Acesso em: 15/12/2014.

[60] Fundação IBGE. *Censo Industrial 1975*: Santa Catarina. Série Regional, Vol. 2., Tomo 19. Rio de Janeiro, 1979

[61] Ata da Reunião da Diretoria. 9 de maio de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1

acompanhar o seminário. A pequena atenção dada ao evento, evidenciada pelos dezesseis votos em branco e pela ausência de debate sobre os dois encontros seguintes[62], certamente foi revertida a partir de 1968, com a realização do VI Congresso em Blumenau, que aumentou o vínculo dos metalúrgicos da cidade com entidades sindicais de diversas categorias, mas principalmente com o seu grupo. Por isso, em agosto de 1970, ao receber o ofício da CNTI, sobre o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que aconteceria entre 15 e 21 de setembro em Brasília, os sindicalistas preferiram primeiro verificar a situação financeira para enviar apenas uma pessoa, visto que iriam privilegiar a ida ao VII Congresso Nacional dos Metalúrgicos, na Bahia, "que mereceu toda a atenção dos presentes por ser um conclave especificamente dos Metalúrgicos Brasileiros" e não poderia, "desta forma, este sindicato ficar à margem de tão grande acontecimento para nós metalúrgicos". Para viajarem até Salvador, Victor Sutter levantou os preços das passagens e a quilometragem até o destino e avisou que algumas empresas estariam dispostas a colaborar no pagamento dos gastos, mas que a quantidade de delegados dependeria do valor arrecadado, porque o Sindicato não poderia "lançar mão [da] renda para essas despesas, a não ser de Rendas Próprias"[63].

Dois anos depois, o VIII Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Praia Grande, na Colônia de Férias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, entre os dias 20 e 24 de novembro de 1972, foi "considerado o maior encontro de trabalhadores da América Latina"[64], com mais de quatrocentos delegados e trezentas resoluções aprovadas para serem enviadas às autoridades competentes, abrangendo a "legislação trabalhista judiciária e previdenciária". A delegação de Blumenau contou com José Carvalho da Silva, Irineo Zimmermann e Ademar Donário de Novaes e a FTIMMMESC enviou mais três sindicalistas[65].

---

[62] Não foram encontradas informações sobre o 4º Congresso, mas sabe-se que o 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos foi realizado em agosto de 1966 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, conforme documento Doc. 50-Z-180-1267 (AESP).

[63] Ata da Reunião da Diretoria. 5 de agosto de 1970. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1. A data do Congresso e os nomes dos enviados a Salvador não aparecem na ata.

[64] Doc. 50-Z-883-247 (AESP).

[65] Prontuário 3362 (AESP). Fonte utilizada neste e no parágrafo seguinte.

O temário do Congresso foi o mesmo de 1968, mas neste encontro, promovido no maior centro metalúrgico brasileiro, não ocorreram conflitos graves como em Blumenau e até as delegações que se retiraram precocemente de Santa Catarina participaram das mesas de debates. Apenas uma ocorrência mereceu a atenção do DOPS, quando o delegado de Guarulhos, Celso de Lima, "atacou o governo federal, chamando-o de "reacionário e opressor", chamou seus colegas de "lacaios" do governo, alegando ainda que os sindicatos não precisam de ajuda governamental, somente de liberdade", mas foi severamente repreendido pelo presidente da mesa e não se manifestou mais. Entre os temas presentes na declaração de princípios, destacaram-se pedidos de participação dos trabalhadores nas decisões de interesse público e na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais; liberdade para a representação sindical; "preservação dos princípios democráticos" e o repúdio a "qualquer tipo ou forma de governo autoritário". Apesar de uma crítica indireta à falta de liberdade e à exclusão da população nas questões nacionais, o tom de desaprovação era ameno, certamente pelo endurecimento do regime durante o governo Médici e por estarem em São Paulo, onde os aparelhos de vigilância eram bem estruturados. Uma característica desse encontro era a aposta no diálogo entre trabalhadores, governo e patrões, com convites às autoridades dos poderes executivos e envio de correspondências com suas reivindicações.

Leônidas Muhlmann foi a Porto Alegre, em 1975, para participar do IX Congresso Nacional dos Metalúrgicos nos dias 18 a 21 de fevereiro, porque Ademar Donário Novaes, escolhido para fazer a viagem, não foi dispensado da empresa em que trabalhava[66]. José Carvalho da Silva foi como enviado da FTIMMMESC neste ano, com suas despesas pagas pela entidade estadual[67].

Além de sindicatos, federações e a CNTI, outras instituições que mantinham contato com o SINDTIMMMEB eram os órgãos públicos de regulação do trabalho, que merecem atenção, porque determinavam boa parte das regras administrativas e das atividades que o sindicato poderia realizar. A cada três anos uma Assembleia Geral Extraordinária era convocada para apresentar três nomes ao TRT, para que fosse escolhido o vogal representante dos empregados na JCJ de Blumenau.

[66] Ata da Reunião da Diretoria. 14 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[67] Ata da Reunião da Diretoria. 5 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1 e Ata da Reunião da Diretoria. 29 de janeiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.

Constantemente a FTIMMMESC e a CNTI enviavam correspondências contendo decretos e leis que regravam a atividade sindical e alteravam a CLT. Outras vezes os próprios órgãos públicos, principalmente o MTPS e a DRT, remetiam ofícios e circulares, contendo diretrizes de atuação, regras sobre eleições, além de exigirem que o sindicato informasse as principais ocorrências[68] e pedisse autorização para determinadas ações. O governo federal, durante a ditadura, regulava os sindicatos através da legislação e fiscalização, mas também porque facilitava a permanência dos dirigentes, financiando sua estrutura e parte dos serviços de assistência oferecidos pelas entidades.

### 3.4. O SINDTIMMMEB se estrutura: a aquisição de bens e as possibilidades de assistência

De 1960 até outubro de 1974 a sede do SINDTIMMMEB estava em uma sala alugada, situada na Rua São Paulo, nº2866, Bairro Itoupava Seca, mas a entidade sempre desejou uma sede própria e maior, que permitisse oferecer mais benefícios aos seus associados. Várias possibilidades foram estudadas, como a criação de uma comunidade sindical, junto com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos, para "firmar convênios com o INPS" e oferecer assistência odontológica[69], e de uma cooperativa de consumo[70], mas essas tentativas de auxílio não saíram do papel. Em outubro de 1969 a instituição comprou um terreno na Rua Otto Hennings, no mesmo bairro, para construir um prédio próprio[71] e, depois que a DRT autorizou a aplicação do imposto sindical nesta aquisição e o MTPS homologou a compra, criou uma comissão, com secretarias de finanças, de construção, de fiscalização e de publicidade, destinadas a

[68] Ata da Reunião da Diretoria. 17 de agosto de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[69] Ata da Reunião da Diretoria. 11 de maio de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[70] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 18 de março de 1960. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[71] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 22 de outubro de 1969. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

estudar a construção da sede[72], chegando a aprovar a confecção das plantas e do orçamento da obra[73].

Apesar do esforço conjunto da categoria, o tema só voltou a ser discutido em maio de 1972, quando a DRT enviou uma circular versando sobre "empréstimos para aquisição ou construção da sede própria para entidades sindicais" e o Sindicato dos Mecânicos de Joinville se dispôs a enviar uma "cópia do processo de solicitação de empréstimo daquela entidade, a fim de que a diretoria possa ter uma base de como elaborar o referido processo"[74]. Eles resolveram elaborar estudos sobre o empréstimo para a construção da sede e confecção da planta, em maio de 1973, mas o objetivo de adquirir um imóvel só saiu do papel quando surgiu a possibilidade de comprar uma casa de dois andares, com mais ou menos um ano de uso, quase ao lado da Electro Aço Altona[75]. A Assembleia Geral de 31 de outubro de 1973 autorizou o pedido de um empréstimo à Caixa Econômica Federal, que em maio do ano seguinte aprovou um crédito de sessenta por cento dos trezentos e dez mil cruzeiros solicitados, mas não de setenta por cento, como a diretoria havia previsto. Com cento e oitenta e seis mil cruzeiros à disposição, faltavam cinquenta e quatro mil para completar o valor de Cr$240.000,00, cobrado pelo proprietário do imóvel[76]. Várias reuniões foram feitas para discutir como o problema seria resolvido, até decidirem vender o terreno da Rua Otto Hennings, pelo valor mínimo de Cr$42.000,00, visto que o laudo da Imobiliária Apolo o havia avaliado em Cr$47.685. Nesta data, três de outubro de 1974, mesmo sem resolver a dificuldade da dívida, a casa já havia sido adquirida e a mudança seria feita no final de semana seguinte[77].

A comemoração do aniversário de vinte e cinco anos do SINDTIMMMEB, no dia treze de julho de 1975, pareceu uma boa oportunidade para inaugurar a nova sede, com o início da prestação de alguns dos serviços pretendidos, mas para isso seria necessário um

[72] Ata da Reunião da Diretoria. 16 de outubro de 1970. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[73] Ata da Reunião da Diretoria. 12 de janeiro de 1971. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[74] Ata da Reunião da Diretoria. 8 de maio de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[75] Ata da Reunião da Diretoria. 10 de outubro de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[76] Ata da Reunião da Diretoria. 21 de maio de 1974. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[77] Ata da Reunião da Diretoria. 3 de outubro de 1974. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

esforço para novas sindicalizações[78], pois os equipamentos para a instalação do gabinete odontológico e da barbearia custariam cerca de Cr$44.000,00, valor que, em fevereiro de 1975, o sindicato não tinha condições de pagar[79].

Além da campanha de sindicalização, os diretores esperavam receber algum valor do Ministério do Trabalho, porque em vinte e três de novembro de 1974 a entidade realizou uma Assembleia Geral Extraordinária pedindo autorização para solicitar ao órgão público federal, de acordo com o decreto 67.227/70, que "estabeleceu prioridades para uma política de valorização da ação sindical"[80], verbas para comprar um "equipo odontológico, equipamento para gabinete médico e uma viatura"[81]. Todavia, este benefício chegou somente em dezembro de 1976, na quantia de Cr$40.279,00, utilizada para adquirir uma Kombi, com complementação de valores feita pelo Sindicato[82].

Os planos de inauguração da sede não deram certo e um equipamento de segunda mão, para a instalação do gabinete odontológico, só foi adquirido após a reunião de nove de outubro de 1975, ao aprovarem sua compra por Cr$5.500,00, quando também decidiram adquirir uma máquina elétrica para a barbearia[83], contabilizando Cr$35.000,00 para finalizar todas as instalações. Em dezembro de 1975 a barbearia já estava funcionando[84], enquanto o dentista seria contratado em fevereiro de 1976[85].

O investimento na sede própria trouxe diversos benefícios aos associados, mas também gerou vantagens ao Presidente, pois, mesmo necessitando de recursos para a acomodação das novas instalações, em abril de 1975 a diretoria rejeitou a proposta do Sindicato dos

---

[78] Ata da Reunião da Diretoria. 7 de janeiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[79] Ata da Reunião da Diretoria. 5 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[80] Decreto 67.227, de 21 de setembro de 1970.
[81] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 7 de novembro de 1974. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[82] Ata da Assembleia Geral Ordinária. 16 de dezembro de 1976. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[83] Ata da Reunião da Diretoria. 9 de outubro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[84] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 5 de dezembro de 1975. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[85] Ata da Reunião da Diretoria. 13 de janeiro de 1976. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

Trabalhadores nas Indústrias de Vidros e Cristais, que desejavam "alugar uma sala para que tivesse uma delegacia para atender seus associados na cidade". Na mesma reunião foi aprovado o empréstimo de todo o piso superior do prédio para o presidente, por um prazo de quatro a cinco meses, "visto que teve que sair de onde está morando e sua casa não estava pronta". José Carvalho da Silva agradeceu a compreensão dos seus colegas dizendo que, mesmo com a aprovação, informaria à Delegada do Trabalho, Dilma Martins de Lemos, "para não comprometer nenhum membro da diretoria"[86]. O segundo andar do Sindicato foi ocupado pelo Presidente até informar, em novembro deste ano, que em breve deixaria a sede, agradecendo novamente aos diretores e aos associados "por entenderem sua necessidade", mas que se preocupava com o patrimônio da entidade, pois sua esposa sempre mantinha o prédio limpo e que com sua saída seria preciso contratar uma servente, numa tentativa que relativizar o patrimonialismo da sua atitude e deixar claro que sua permanência ali também trazia benefícios e economia para o Sindicato.

Essa não foi a única vez que José Carvalho da Silva se beneficiou da estrutura sindical. Na assembleia geral de vinte e sete de junho de 1979, um associado perguntou sobre o uso da Kombi pelo presidente nos finais de semana. Este respondeu as acusações dizendo que estava "acatando uma decisão anterior e que procura andar e zelar pela mesma e ainda tem em seu poder todas as notas de gasolina gastos nos finais de semana e pagas por ele, não pelo Sindicato". Tentando novamente relativizar sua ação e dizer que também estava beneficiando a entidade, afirmou que "no início a Kombi ficava no sindicato, mas que foi observando que havia pessoas, principalmente crianças que a danificavam e roubavam até gasolina, estando a mesma até sujeita a pegar fogo, colocando em perigo toda a sede-social". Depois falou que "se o Sindicato fosse contratar um guarda noturno acarretaria uma grande despesa" e finalizou reconhecendo a soberania da assembleia, pois, caso decidissem, ele não faria mais uso particular do veículo.

Após essa longa explanação, que certamente constrangeu os associados, os dezoito metalúrgicos presentes votaram o tema, ficando aprovada, por onze a cinco, a autorização do uso da Kombi, desde que as iniciais do Sindicato fossem gravadas no automóvel[87], exigência que

[86] Ata da Reunião da Diretoria. 16 de abril de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[87] Ata da Assembleia Geral Ordinária. 27 de junho de 1979. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.

mostra certa falta de confiança do bom uso que se dizia fazer. Assim como nos órgãos públicos, nos sindicatos também havia uma cultura patrimonialista, em que os mandatários aproveitavam a precariedade da fiscalização e as relações próximas da direção com o Conselho Fiscal e os representantes do Ministério do Trabalho, para se apropriarem privadamente da estrutura disponível do sindicato, que deveria ser usada em benefício da categoria e não em proveito pessoal.

Ainda sobre a venda do terreno na Rua Otto Hennings, antes de iniciar as negociações, o Ministério do Trabalho exigia a aprovação dos filiados que permitisse a "alienação do terreno para aquisição da sede própria, apreciação do laudo de avaliação, aplicação da verba com instalação da sede e despesas dela decorrentes". O assunto foi aprovado em quatro Assembleias Gerais, entre outubro de 1974 e janeiro de 1976, mas devido à demora na obtenção dos recursos para o pagamento do prédio para a sede nova e das despesas de instalação, o Sindicato pediu o empréstimo de Cr$35.000,00 à FTIMMMESC, a ser amortizado com "recursos de rendas próprias"[88].

Os documentos do Processo MTE 312.698/75, aberto para a venda do terreno, foram levados pessoalmente por José Carvalho da Silva até Brasília, onde Ary Campista, presidente da CNTI, manteve contato com o Departamento Sindical do Ministério do Trabalho, que exigiu uma nova assembleia com número maior de filiados, pois, para autorizar a venda do imóvel, não era permitida assembleia em segunda convocação com qualquer número de presentes [89]. 412 votantes foram necessários para preencher exigência do Ministério para alienar os bens do sindicato. Essa exigência ultrapassava a capacidade de mobilização da entidade e, por isso, Rubens Vansuit, que neste momento era funcionário da entidade, foi de bicicleta nas fábricas para colher assinaturas e votos autorizando a venda e fazendo parecer que a assembleia havia reunido o número necessário de votantes[90]. Isso demonstra que esses trabalhadores, quando julgavam necessário, burlavam as regras impostas pelo governo para cumprir seus objetivos.

---

[88] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 5 de dezembro de 1975. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[89] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 19 de janeiro de 1976. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[90] VANSUIT, op. cit., 2014b.

Ao longo destes anos várias campanhas de sindicalização foram realizadas, mas nas atas não aparecem preocupações de unir a classe ou fortalecer as reivindicações do sindicato, e sim de angariar fundos para adquirir a sede própria e ampliar as possibilidades de assistência aos sócios, o que acabava sendo um ciclo sem fim, pois quanto mais sócios, maiores as despesas também. Mesmo assim, em outubro de 1973 o período de carência dos novos associados foi reduzido de seis para três meses. Além disso, o sócio que conseguisse trazer vinte novos metalúrgicos para o sindicato receberia 50% das mensalidades destes no primeiro mês[91], premio pago apenas em 1975 a Imar Pereira, funcionário do Departamento de Pessoal da Electro Aço Altona, que tinha maior facilidade em colaborar "com a sindicalização quando da admissão de empregados"[92]. A assistência era a ação mais forte da entidade até depois da metade da década de 1970 e necessária para os filiados, que tinham dificuldades, principalmente em relação às eventuais despesas com a saúde das suas famílias.

### 3.4.1. Assistência

A segurança dos filhos preocupava os metalúrgicos desde a primeira década de existência do Sindicato, num período em que a proteção estatal era muito precária. Por isso, em setembro de 1956 foi criada a Associação de Amparo aos Filhos dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Blumenau, registrada em cartório no ano de 1959, com o objetivo de dar "assistência à infância desvalida de Blumenau, principalmente aos filhos dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico", através de "serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e funerária aos filhos dos trabalhadores". Em 1967 aparece um novo registro da entidade, sem alterações no estatuto, o que demonstra que a preocupação e a necessidade permaneciam. A associação era formada pelos sócios do SINDTIMMMEB e outros que desejassem participar, tinha uma direção formada por três membros, eleita a cada dois anos em assembleia geral. Sua prestação de contas era aprovada, primeiramente pelo Conselho Fiscal do Sindicato e,

[91] Ata da Reunião da Diretoria. 10 de outubro de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[92] Ata da Reunião da Diretoria. 5 de fevereiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

posteriormente, pela assembleia geral anual da Associação[93]. Sua renda advinha do desconto de 3% dos benefícios recebidos pelos metalúrgicos sindicalizados[94].

Durante a ditadura, apesar de muitos sindicalistas terem recebido instruções nos cursos do IADESIL, que pretendiam ensinar aos brasileiros a arte da livre negociação, esses princípios não renderam frutos no nosso País. No Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, por exemplo, "a diretoria de Joaquim dos Santos Andrade se firma justamente no momento em que se dessolidariza de qualquer ação coletiva dos trabalhadores nas empresas". Os mandatos de Joaquinzão ficaram marcados pela ausência de debates reivindicativos e por uma ampliação imensa dos serviços de assistência. Para compreender este fenômeno

> é preciso que retomemos o clima daquela época, que não comportava apenas a repressão e o medo e a resistência, mas também as fantasias de ascensão social. Em 1970 o Sindicato criou uma cooperativa habitacional, que se somava a outras realizações materiais efetuadas graças à arrecadação do imposto sindical. Em 1972 ele dispunha de: um departamento médico com 33 médicos e outros 23 funcionários, além dos profissionais credenciados em seus próprios consultórios; um departamento jurídico com 19 advogados e 18 funcionários; um departamento odontológico; outro de educação e cultura; uma colônia de férias com 60 apartamentos na Praia Grande[95].

Embora essas ajudas estivessem presentes em quase toda a história do Sindicato de Blumenau, as opiniões sobre as modalidades e quantidades não eram universais entre os associados e nem mesmo entre

---

[93] Estatuto da Associação de Amparo aos Filhos dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Blumenau. Banco de Dados Estatutário do NEPEMOS-FURB.

[94] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 21 de abril de 1961. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

[95] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 233.

os diretores, como ocorrido durante o debate sobre o regimento interno para assistência social, em vinte de fevereiro de 1960, quando dezessete votos foram favoráveis, mas três eram contrários, o que rejeita a ideia de unanimidade entre os dirigentes[96]. Isso ocorria tanto por divergência em relação aos objetivos do sindicato, quanto pelas dificuldades financeiras que enfrentava. Assim, em trinta de setembro de 1968, foi convocada uma assembleia geral extraordinária para discutir o aumento das mensalidades e os tipos de assistência, pois o sindicato não conseguia manter os valores de ajuda, principalmente os reembolsos de medicamentos, com a arrecadação que possuía. As propostas eram: 1. aumentar as mensalidades de NCr$1,50 para NCr$5,0 e manter a assistência farmacêutica como estava; 2. aumentar as mensalidades de NCr$1,5 para NCr$3,0, excluindo a assistência farmacêutica sem receita e reduzindo em 10% a ajuda para que apresentasse a receita médica. Rubens Vansuit disse que esperava que os associados por si só contribuíssem mais para que o sindicato reivindicasse melhorias salariais e ao invés de empenhar-se em oferecer assistência, por isso sugeriu que se mantivesse a mensalidade no mesmo valor e se acabasse com o reembolso de parte das despesas com remédios, proposta que foi aprovada para que se fizesse uma experiência por três meses[97].

Uma nova reunião foi convocada para 29 de janeiro de 1969, com a presença de cinquenta e três associados, para avaliar os meses de alteração na assistência e nela Rubens Vansuit reafirmou sua posição anterior. Leozir Muhlmann concordou que no momento em que atravessa a Nação Brasileira, a reivindicação salarial era a única maneira de conseguir melhores condições nas remunerações. Entretanto, após longa discussão, o plenário aprovou o retorno do reembolso na compra de remédios, com aumento das mensalidades de NCr$1,5 para NCr$3,0 e nova tabela de assistência, em que os pagamentos só seriam feitos mediante receita médica[98].

Essas ajudas eram tão comuns que alguns estabelecimentos procuravam os sindicatos para celebrar convênios e dar descontos aos associados. Para Rubens Vansuit existe diferença entre esses tipos de benefícios. Ele diz que era contra o sindicato pagar despesas médicas ou farmacêuticas, mas defendia esses acordos que não traziam despesas à

[96] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 20 de fevereiro de 1960. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[97] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 30 de setembro de 1968. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[98] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 29 de janeiro de 1969. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

entidade[99]. Mesmo assim, em meio às diversas campanhas para sindicalização da categoria, os diretores decidiram aumentar os valores de assistência, com reembolso de 20% do valor das consultas e ampliação do auxílio funerário para o sócio e seus dependentes e, enquanto prosseguiam com as burocracias de compra e venda dos imóveis, já se faziam planos de como ocupar as salas do novo prédio com gabinete odontológico e barbearia, serviços que foram oferecidos a partir de 1975, mas sempre com um pequeno valor pago pelos sócios.

### 3.4.2. Assistência educacional

Como parte do projeto de modernização conservadora, os governantes procuraram aumentar a escolaridade da população brasileira, ampliando a "oferta de educação primária e secundária", além de expandir as vagas no "ensino técnico e tecnológico". Tinham por objetivo qualificar a força de trabalho industrial, formada por pessoas recém-chegadas da área rural e das pequenas cidades[100]. Mas, ao mesmo tempo em que ampliavam o número de matrículas, controlavam os conteúdos a serem ensinados, por meio da publicação de livros didáticos, da alteração na grade escolar, com a inserção de disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, das comemorações cívicas e da nomeação de diretores alinhados com os seus interesses[101].

Os sindicatos eram instituições privilegiadas para a difusão do ensino entre os trabalhadores, tornando-se parceiros na promoção da educação dos operários e seus filhos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP, por exemplo, manteve, pelo menos entre os anos de 1976 e 1978, o curso de madureza, onde os alunos produziram redações que ajudaram a socióloga Laís Abramo a compreender o cotidiano dos associados daquela entidade. Os textos intitulados "Como foi meu dia hoje", embora tenham sido escritos na sua maioria por "trabalhadores qualificados, mensalistas, chefes e supervisores", permitiram à

[99] VANSUIT, op. cit., 2014b.
[100] LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985) *In:* REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 67.
[101] PAIM, Elison A. Educação: modernização, democratização do acesso e controle pedagógico. *In*: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. *Histórias na Ditadura*: Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, p. 241.

pesquisadora perceber uma dimensão subjetiva das relações de trabalho e a "heterogeneidade das formas de experimentar a situação vivida". Os frequentadores do curso desejavam, além de "melhorar a situação profissional", estar em um lugar onde "era possível conversar, aprender, conhecer gente nova etc."[102].

Em Blumenau, a estrutura precária do SINDTIMMMEB não permitiu que oferecesse atividades como esta e, em 1972, após receber correspondência da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, do Ministério da Educação e Cultura (MOBRAL), a diretoria decidiu não aderir ao II Concurso Sindical de Alfabetização pela falta de espaço adequado na sede social, o que foi "entendi[do pela] Coordenadoria Municipal do Mobral"[103]. Mas outras formas de auxílio educacional foram estabelecidas, principalmente aos filhos dos operários, como a distribuição de bolsas de estudo, o parcelamento na compra de material escolar e a criação de uma biblioteca do sindicato.

Para "assegurar ensino médio através de bolsas de estudo a estudantes carentes de recursos" o governo federal criou o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), instituído pelo decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966. Os subsídios eram distribuídos pelos sindicatos aos "trabalhadores sindicalizados, seus filhos e dependentes", para pagar despesas relativas à educação, incluindo "alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica"[104].

Embora o PEBE tenha sido criado em 1966, as bolsas somente começaram a ser distribuídas pelo SINDTIMMMEB após a publicação do Decreto nº 60.186, de 8 de fevereiro de 1967, que revogava a lei anterior, ao alterá-la em alguns pontos, e estabelecia as normas para a implementação do programa[105]. Segundo este Decreto, o PEBE seria mantido com recursos do Orçamento da União e do Ministério da Educação e Cultura, de impostos federais criados para este fim, doações de entidades públicas e privadas, "recursos previstos em acordos

[102] ABRAMO, Laís W. *O Resgate da Dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999, p. 65.
[103] Atas das Reuniões da Diretoria. 30 de julho de 1972 e 17 de agosto de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[104] Decreto 57.870, de 25 de fevereiro de 1966.
[105] Entre 1966 e 1984 diversos decretos alteraram a redação e as diretrizes do PEBE, mas os objetivos e a forma de distribuição das bolsas, através dos sindicatos foram mantidos até sua extinção pela Lei 7.731/1989. Em consulta pelo termo "PEBE" no Portal da Legislação do Governo Federal (www.planalto.gov.br/legislacao) foram localizados os decretos 57.870/66, 60.186/1967, 60.336/1967, 62.431/1968, 62.887/1968, 63.177/1968, 68.314/1971, 75.781/1975, 79.104/1977, 80.761/1977, 81.227/1978, 90.275/1984.

internacionais" e "rendas eventuais do patrimônio e serviços do Programa"[106]. No início das atividades, sua previsão orçamentária era de nove milhões de cruzeiros novos e para o ano de 1970 havia uma estimativa do emprego de quarenta e cinco milhões de cruzeiros novos, com 130.000 bolsas distribuídas entre 2.561 sindicatos[107].

Parte destes recursos, conforme previsto em lei, advinha de "um convênio entre o governo brasileiro e a USAID, com data de 10 de março de 1966, [que] garantiu o patrocínio financeiro do programa educacional"[108]. A USAID (United States Agency of International Development) foi criada em 1961, para organizar o projeto de desenvolvimento proposto pelo presidente John Kennedy, integrando as ações da Aliança para o Progresso. A partir de abril de 1964 o governo brasileiro procurou estreitar relações com os Estados Unidos, quando "várias iniciativas foram adotadas visando a aproveitar recursos financeiros, técnicos ou humanos, provenientes daquele país em benefício dos projetos do governo militar"[109]. Entre as ações estavam os acordos MEC-USAID, que pretendiam modernizar a educação brasileira para formar "a mão de obra qualificada e os líderes necessários ao processo de desenvolvimento", além de moldar os "valores das pessoas, aí incluídos valores políticos"[110].

Os recursos do programa eram depositados em uma conta no Banco do Brasil, em convênio com o MTPS, de onde eram descontados os cheques entregues aos bolsistas pelos sindicatos e as demais despesas de manutenção do PEBE. Sua administração ficava a cargo do Conselho Administrativo formado por cinco pessoas designadas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, com dois representantes do MTPS, dos quais um presidia o Conselho e o outro dirigia "os serviços administrativos" na qualidade de "Coordenador Técnico-Administrativo", com uma secretaria executiva à sua disposição, e, além destes, um representante do MEC e dois das confederações nacionais de trabalhadores. O representante do MEC era indicado pelo ministro desta pasta, enquanto as confederações elegiam uma lista tríplice apresentada

[106] Decreto nº 60.186 de 8 de fevereiro de 1967.
[107] Estudos sobre: PEBE. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).
[108] Idem.
[109] MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, p. 76
[110] Ibidem, p. 112-115.

ao Ministro do Trabalho, que escolhia os conselheiros com direito a voto e mandatos de dois anos, revezando as categorias a que pertenciam[111]. Cabe lembrar que em 1967 existiam oito confederações de trabalhadores no Brasil[112] e, por isso, a CNTI era contrária ao revezamento exigido pelo PEBE. A entidade desejava que sua representação no Conselho Administrativo fosse permanente, buscando garantir o benefício aos industriários, que "constituem flagrante maioria da classe trabalhadora" e deveriam ser "numericamente os mais atingidos pelas resoluções daquele conselho"[113].

Os cinco conselheiros recebiam vencimentos para se reunirem até oito vezes por mês, quando deveriam estabelecer um regimento interno, normas, planos de divulgação, aplicação e distribuição das verbas, cotas e critérios para entrega das bolsas; coletar e analisar os questionários dos candidatos; fiscalizar a execução do programa; analisar os relatórios e prestações de contas. Anualmente também deveriam remeter um relatório ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho, ao MEC e às confederações de trabalhadores. Aos sindicatos cabia divulgar as oportunidades do programa, receber os pedidos de bolsas, colher informações sobre a condição econômica dos candidatos e situação sindical dos seus responsáveis, indicar bolsistas enquadrados nos critérios nacionais, opinar sobre os valores pagos a cada um, de acordo com as cotas estabelecidas, encaminhar os pedidos ao conselho, divulgar a classificação, assinar documentos necessários, distribuir as parcelas e propor planos de trabalho[114].

Cumprindo estas determinações, o SINDTIMMMEB convocou uma Assembleia Geral Extraordinária para 24 de julho de 1967, quando foram lidas todas as resoluções do PEBE e o Decreto 60.186/67, para que os presentes tomassem conhecimento do seu conteúdo. Após esclarecimento das dúvidas, o associado Norberto Zimmermann elogiou o programa, mas solicitou que as inscrições fossem divulgadas com maior antecedência, facilitando os trabalhos do sindicato e do PEBE. A distribuição dos cheques da primeira parcela das bolsas de 1967 ocorreu em seguida, mas alguns estudantes contemplados ganharam valor menor que a bolsa integral, por estudarem em colégios que não cobravam anuidade, recebendo "apenas a parte que lhes cabia, ou seja,

[111] Decreto nº 60.186, de 8 de fevereiro de 1967.
[112] ALVES, op. cit., p. 293.
[113] Estudos sobre: PEBE. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).
[114] Decreto nº 60.186, de 8 de fevereiro de 1967.

NCr$69,00”(sessenta e nove cruzeiros novos) e o valor restante seria devolvido ao PEBE.

Embora o número de bolsas não tenha sido registrado nas atas do sindicato, a comparação entre a indicação de que “haviam comparecido todos os sócios contemplados”[115] com o livro de presença, onde assinaram trinta associados nesta data[116], indica que a quantidade de cheques não passou deste número. Certamente o volume de bolsas era ainda menor porque nem todos os presentes eram beneficiados, como os diretores do Sindicato, por exemplo. Já na reunião de 27 de fevereiro de 1970, convocada para a entrega da segunda parcela das bolsas de 1969, esclareceu-se que em 1970 dezessete candidatos receberiam a verba pelo programa[117], um número bastante reduzido para uma categoria inteira de trabalhadores. O volume de bolsas era motivo de constantes reclamações à CNTI, problema que se agravava pela dificuldade de redistribuição dos subsídios não utilizados por algumas entidades, visto que a quantidade de bolsas nem sempre respeitava a proporção de associados de cada sindicato[118].

Mas, para Rubens Vansuit, mesmo com grande número de industriários em Blumenau, não faltavam bolsas para os metalúrgicos, porque a busca era pequena e “às vezes eu ia procurar e perguntava como que tá, porque eu tenho aqui [uma bolsa] e está sobrando aqui, pra gente não ficar sem, pra não devolver, aí até eu chegava a procurar, perguntar quanto é que tu ganhas”. Para ele isso acontecia porque “eles não procuravam. Tu davas, tu mandavas lá, põe os editais tudo nas empresas, ou o cara não lia, ou não se interessava ir lá, também”[119].

As bolsas do PEBE eram uma ajuda importante para os pais dos bolsistas, mas não garantiam a permanência na escola, porque a data de entrega dos cheques dificultava o pagamento das despesas educacionais. No primeiro ano as bolsas foram recebidas em três parcelas, a partir de julho, e nos anos seguintes em duas parcelas com a primeira entregue

---

[115] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 24 de julho de 1967. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[116] Termo de Presença dos Associados na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de julho de 1967. Livro Para Termo de Presença do SINDTIMMMEB nº1.
[117] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 27 de fevereiro de 1970. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[118] Estudos sobre: PEBE. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).
[119] VANSUIT, op. cit., 2014b.

entre os meses de julho e agosto e a segunda somente no início do ano seguinte, obrigando o adiantamento do valor dos gastos escolares até que as bolsas chegassem. Por isso, no dia da primeira entrega de cheques, em vinte e quatro de julho de 1967, a aluna Terezinha Marchi, filha do associado Antônio Marchi, mesmo tendo sido contemplada, não entregou os documentos necessários para o recebimento da bolsa, visto que, segundo seu pai, "sua filha desistia do estudo, em face do pai não poder pagar os estudos e não tendo a certeza que as bolsas viriam para seus dois filhos"[120].

A incerteza de recebimento da bolsa voltou a preocupar os associados, pois na reunião de sete de janeiro de 1975, José Carvalho da Silva informou o "recebimento de telegrama do PEBE, cancelando o pagamento da segunda parcela de 1974, caso o sindicato não tenha mandado a quantia em contrapartida". A previsão de contrapartida por parte do sindicato consta somente em legislação de maio de 1975, no Decreto no 75.781, mas, o presidente da entidade respondeu a correspondência informando que já havia depositado a quantia de Cr$1.960,00 (mil novecentos e sessenta cruzeiros) na conta do Banco do Brasil e disse que voltaria a pedir informações ao longo daquela semana. Certamente essa obrigação constava nas resoluções emitidas anualmente pelo Conselho Administrativo, as quais não se teve acesso nesta pesquisa. Sabe-se que o problema foi resolvido, porque a parcela foi entregue em vinte e quatro de março de 1975, mas em 1º de abril deste ano o presidente do sindicato foi até Florianópolis verificar a situação de Paulo Zeferino Nascimento, que não havia recebido o seu benefício. Na capital José Carvalho da Silva recebeu as orientações para recuperar a verba para o associado, mas o resultado do caso não foi esclarecido em ata[121]. Mesmo sem o registro da negociação, é possível supor que o trabalhador tenha faltado com um algum dos compromissos de sua responsabilidade, que eram relembrados nas datas de entrega das bolsas pela direção do sindicato, quais sejam: comunicação ao programa de transferências de escola dos alunos ou de sindicato dos responsáveis, a obrigatoriedade de comparecimento em no mínimo cinquenta por cento das assembleias gerais, além de média escolar mínima dos bolsistas de nota seis[122].

---

[120] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 24 de julho de 1967. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

[121] Ata da Reunião da Diretoria. 11 de abril de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[122] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 18 de agosto de 1970. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

Com essas obrigações o PEBE ampliava a aproximação dos trabalhadores com o sindicato e dos sindicatos com o governo, pois a entidade de representação dos operários era responsável por mediar todas essas relações. O Programa também auxiliava no objetivo de modernização, de qualificação da força de trabalho e na promoção de patriotismo entre os jovens, como pode ser percebido pela criação de concursos para os bolsistas, em comemoração à Semana da Pátria, durante o governo do General Médici. Os militares buscavam enaltecer as datas cívicas e os heróis nacionais, com o objetivo de "produzir significações pautadas em um universo simbólico, ou alegórico capaz de incorporar elementos militares configurados na memória de aspectos da história pátria"[123].

Assim, em seis de setembro de 1971 o SINDTIMMMEB promoveu uma solenidade com entrega dos prêmios "aos vencedores do Concurso de Composições e Cartazes alusivos à Semana da Pátria", quando estavam presentes os diretores e sócios do Sindicato, um membro da comissão julgadora do concurso, os alunos contemplados e seus pais. Neste ano a premiação foi feita com a entrega de cheques nos valores de cem cruzeiros para Vera Lúcia Doebelo, aluna do Colégio Normal Pedro II, pelo primeiro lugar em composições; cinquenta cruzeiros para Marlene Vieira, pelo segundo lugar e trinta cruzeiros para João Carlos Maba, pela terceira colocação, "ambos da Escola Básica João Widemann. Em cartazes foi contemplado, com um cheque no valor de Cr$20,00, Jair Vieira da Escola Básica João Widemann"[124].

No ano seguinte o sindicato recebeu um ofício circular do PEBE em 15 de julho com o programa das solenidades comemorativas ao Sesquicentenário da Independência, quando as entidades sindicais deveriam promover concursos de "composições e trabalhos manuais" entre os bolsistas e premiá-los, com a condição de que tivessem obtido notas superiores a oito na disciplina de História do Brasil durante o primeiro semestre. O Sesquicentenário da Independência do Brasil contou com ampla programação comemorativa promovida pelo governo federal, através "da composição de uma Comissão Executiva Central

[123] FERREIRA, Cristina; SILVA; Evander R. S da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p355-385, jan-abr, 2014, p. 358.

[124] Ata da Reunião da Diretoria. 6 de setembro de 1971. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

(CEC), com apoio de instituições de salvaguarda da memória nacional, a exemplo do IHGB", da imprensa, "sobretudo impressa"[125]. Nas escolas deveriam ocorrer "horas cívicas e desfiles […] em homenagem à pátria"[126] e os alunos bolsistas do PEBE que obtivessem média superior a oito na disciplina de História do Brasil receberiam diplomas de Honra ao Mérito. Aos alunos premiados no concurso do programa seriam entregues pelos "trabalhos de composições uma coleção de Dicionários da Língua Portuguesa; para álbuns idem e para cartazes medalhas, conforme o número de participantes classificados e com direito ao prêmio"[127].

Em 1973 a FTIMMMESC e o PEBE enviaram correspondências para informar sobre o Centenário de Alberto Santos Dumont, celebrado em 20 de julho de 1973, e a Semana da Pátria, comemorada no mês de setembro. Para organizar as solenidades do Centenário do "pai da aviação" foi criada uma "comissão de alto nível", conforme o Decreto nº 71.577, de 19 de dezembro de 1972, presidida pelo Ministro da Aeronáutica, "integrada por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e Cultura e das Comunicações" e pelos presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar e da Associação Brasileira de Imprensa[128].

O governo do Estado também publicou o decreto GE-21-5-73, formando uma Comissão estadual para as comemorações da mesma data, formada pelos secretários de Educação, de Governo, do Gabinete Civil e o Chefe do Gabinete Militar. Neste ano, novamente os sindicatos deveriam promover o concurso de composições, álbuns e cartazes entre os bolsistas do PEBE, com prazo de 24 de agosto para o recebimento dos trabalhos. As premiações seriam, para os primeiros colocados, as "coleções: Matemática Moderna, Curso Prático de Português e História do Brasil, para os segundos e terceiros colocados, canetas e atlas. Para os alunos que se destacarem no primeiro semestre de 1973, receberão Medalhas de Honra ao Mérito, e os demais participantes receberão medalhas"[129]. A entrega dos prêmios ficou marcada para o dia 4 de

[125] FERREIRA, SILVA, op. cit., p. 361.
[126] PAIM, op. Cit., p. 241.
[127] Ata da Reunião da Diretoria. 17 de agosto de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.
[128] Decreto nº 71.577, de 19 de dezembro de 1972.
[129] Ata da Reunião da Diretoria. 23 de julho de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

setembro às 19 horas "no auditório da Escola Básica Municipal Machado de Assis", com o envio de convites às autoridades[130].

Outro auxílio para a educação dos filhos dos trabalhadores sindicalizados era a ajuda para comprar material escolar à prestação. Em 1970 a "tipografia Baumgarten ofereceu-se a fornecer todo o material escolar aos filhos" dos associados, desde que o sindicato entrasse em acordo com os patrões para que as prestações fossem cobradas nos locais de trabalho[131]. Em 1972 o próprio sindicato comprou material escolar para revendê-lo aos associados[132] e em janeiro de 1973 discutiu-se sobre a compra de material escolar da FENAME de Blumenau para vender em prestações aos trabalhadores, quando a proposta foi aprovada "em face da necessidade que têm muitos associados que têm de 3 a 5 filhos nas Escolas". O valor do desembolso do Sindicato foi de aproximadamente Cr$4.000,00[133].

A Fundação Nacional de Material Escolar foi criada em 1967, em substituição à Campanha Nacional de Material Escolar, através da Lei 5.327, e passou a ser responsável por "produzir materiais escolares – caderno, pasta de desenho etc. – e publicar obras didáticas, atlas, enciclopédias e gramáticas, entre outros, para atendimento dos alunos carentes", vendidos a preço de custo[134]. Com o aumento no número de estudantes durante a década de 1960, ampliou-se a preocupação do governo com a publicação de livros didáticos, manuais e outras materiais de referência, que eram produzidos e distribuídos pelo MEC.

Algumas empresas de Blumenau também procuravam incentivar a leitura entre seus operários disponibilizando bibliotecas próprias, como ocorria na Fábrica de Artefatos Têxteis Artex S.A., que em 1965 possuía 500 volumes em seu acervo, na Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S.A., na Sul Fabril S.A e na Indústria Têxtil Companhia Hering,

---

[130] Ata da Reunião da Diretoria. 17 de agosto de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[131] Ata da Reunião da Diretoria. 12 de fevereiro de 1970. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[132] Ata da Reunião da Diretoria. 4 de fevereiro de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[133] Ata da Reunião da Diretoria. 18 de janeiro de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[134] FILGUEIRAS, Juliana M. A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 313-335, 2013, p. 314.

com acesso a diversas obras de literatura e técnicas[135]. Mas entre as indústrias metalúrgicas não era uma prática comum manter livros nos locais de trabalho. Por isso a diretoria do SINDTIMMMEB decidiu instalar uma biblioteca na sua sede, "não apenas referentes às leis de trabalho e Previdência Social, mas também de livros que tratam de diversas matérias de interesse dos estudantes de todos os níveis", para que os associados e seus filhos tivessem "mais facilidade na pesquisa de assuntos solicitados por seus professores"[136]. No dia do anúncio já haviam sido adquiridos volumes de dicionários, livros de comunicações e de história de Santa Catarina e foi aprovada a compra de outras coleções sobre rotina trabalhista, química, história econômica e uma enciclopédia. A intenção dos diretores era boa, mas o sindicato tinha um espaço pequeno e pouco adequado à leitura e a biblioteca acabou servindo mais para a consulta dos seus funcionários, como Rubens Vansuit:

> Inclusive eu usava muito porque qualquer coisa que eu tinha, hoje em dia tem computador, mas naquele tempo não tinha, qualquer coisa que eu tinha lá eu estava consultando aquilo lá. Aí às vezes também pra estudante que vinha, [mas] era pouco. Naquela época não tinha quase procura por biblioteca. Quem mais, acho, que usava era a gente lá mesmo[137].

Para as empresas era vantajoso ajudar a manter a biblioteca do sindicato, pois não precisariam adquirir um acervo muito grande e cumpririam seu papel de incentivar a educação dos trabalhadores. Por isso, cada uma das maiores indústrias doou, em novembro de 1973[138] e em dezembro de 1974[139], uma coleção de livros ao Sindicato, para que este pudesse economizar com tais despesas, principalmente durante o processo de compra e instalação da sede própria. Essas doações foram

---

[135] FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 95-97.

[136] Ata da Reunião da Diretoria. 14 de setembro de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

[137] VANSUIT, op. cit., 2014b.

[138] Ata da Reunião da Diretoria. 5 de novembro de 1973. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1

[139] Ata da Reunião da Diretoria. 14 de fevereiro de 1974. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1

feitas após o contato das distribuidoras com o Sindicato e com autorização dos recebimentos pela Assembleia Geral e pelo MTPS.

### 3.5. Reivindicações

Não eram só a assistência e os eventos que ocupavam as pautas do SINDTIMMMEB. Embora essas fossem suas principais práticas, o movimento sindical durante a ditadura também fazia reivindicações. Mesmo antes do golpe de 1964, em maio de 1960, já havia sido aprovado em assembleia pelo menos um dissídio coletivo pedindo aumento salarial de 70%, com rejeição da proposta de tentar primeiro um acordo com os patrões, pois o escritório de estatística que avaliava o custo de vida na cidade "não dava o preço de acordo com o preço atual"[140]. Isso não significa que os trabalhadores sindicalizados fossem intransigentes, mas se sentiam enganados por um órgão que escondia a realidade das suas condições. Por outro lado, em junho de 1963, foram feitos elogios à Electro Aço Altona que, mesmo com dificuldades devido à falta de energia elétrica, concedeu aumento aos seus funcionários[141].

Na década de 1960 os sindicalistas blumenauenses se reuniam semanalmente na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem para discutir a situação da classe trabalhadora, na entidade que eles próprios chamavam de "União Intersindical", composta pelos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias Vidros, Cristais e Espelhos; de Instrumentos Musicais e Brinquedos; da Construção e do Mobiliário; de Energia Hidroelétrica; Gráficas; Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico; de Alimentação e Têxteis de Blumenau, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas do Comércio e de Seguros Privados e Capitalização e Bancários[142].

Essa entidade costumava apresentar reivindicações quanto ao preço e a qualidade dos produtos básicos, como leite, carne e o transporte coletivo[143], mas também estava preocupada com as questões nacionais. Por isso, quando o Presidente Castelo Branco esteve em

[140] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 22 de maio de 1960. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[141] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 28 de junho de 1963. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[142] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 342.
[143] VANSUIT, Rubens. [janeiro, 2016]. Entrevista concedida para a autora.

Blumenau, em 1965, lhe entregaram um documento intitulado "Memorial", onde, muito respeitosamente, apresentaram uma série de reivindicações "destacadas em nove pontos centrais, a saber: 1) Plano Habitacional; 2) 13º Salário; 3) Imposto Sindical; 4) Férias de 30 dias; 5) Lei Orgânica da Previdência Social; 6) Código do Trabalho; 7) Custo de Vida; 8) Interesses Comuns; e 9) Fraternidade Sindical"[144].

Durante a ditadura as reivindicações ficaram mais difíceis por causa da nova legislação restritiva de direitos, mas o sindicato não ficou imobilizado. Nos congressos em que participava eram feitas críticas ao governo, enquanto no seu dia a dia procurava obter o máximo de vantagens que o poder público concedesse. Com a criação da FTIMMMESC, esta entidade passou a instalar dissídios coletivos estaduais, tanto para pedir aumento nos salários dos metalúrgicos de todo o Estado, quanto para receber uma porcentagem do aumento conquistado[145], pois nos seus primeiros anos de funcionamento a entidade passava por grandes dificuldades financeiras. Ter uma instituição estadual que fazia tais procedimentos legais facilitava a situação dos sindicatos, pois tirava o foco dos seus diretores, que, na maioria das vezes, trabalhavam nas empresas e eram próximos de seus patrões.

Em 1969 o SINDTIMMMEB apresentou uma proposta de acordo salarial ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau, sindicato patronal, então presidido por Bernardo Wolfgang Werner. No documento o sindicato dos trabalhadores reconhece que as medidas do governo federal, desde "o advento da Revolução de 1964", têm procurado "ampliar o diálogo constante e objetivo entre patrões e empregados". Sabendo das posições políticas do empresário, afirmam que este diálogo era "sadio, sem o espectro de greves, coações, sem chicanas e sem outros meios que eram "o artigo do dia" do pré-1964"e diziam esperar que o "fantasma vivo [...] da inflação galopante" que já havia sido controlado pelo governo fosse finalmente extinto, pois sabiam que estavam "pagando um preço altíssimo por isso"[146].

Em seguida afirmaram que o governo federal vinha colaborando com o entendimento entre as classes através das alterações na legislação

[144] FERREIRA, op. cit., 2015, p. 342.
[145] Ata da Reunião da Diretoria. 27 de outubro de 1968. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[146] Negociações Coletivas de Trabalho: acordos - dissídios. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 18 (AHJFS).

trabalhista e de benefícios concedidos aos sindicatos. Por ser uma entidade que "sempre pautou seus trabalhos voltados para o bem estar da classe que representada, porém não esquecendo os interesses maiores da Nação e da comunidade de que faz parte" propunham um acordo salarial ao "seu coirmão", sindicato patronal. Os termos do acordo definiram sua duração entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1969, válido para toda a categoria do 14º Grupo da CNTI, com aumento salarial de 20%, em 1º de janeiro (retroativo), em relação ao vencimento de 31 de dezembro de 1968, mais 5% em 1º de maio, e outros 5% em 1º de agosto. Destes valores, 50% seriam descontados pelas firmas, no primeiro mês, em favor do Sindicato, que utilizaria "a importância em assistência social aos seus associados".

O SINDTIMMMEB também pedia pagamento de NCr$2,00 mensais por dependente, além do estipulado por lei, para o salário família; adicionais por tempo de serviço, somando 5% a cada cinco anos de trabalho na mesma empresa até o máximo de 25%; férias corridas de 30 dias a cada doze meses trabalhados; a liberação, com pagamento de salário e todos os aumentos decorrentes da carreira, do dirigente sindical "eleito para cargo efetivo de diretoria do Sindicato ou Federação"; a instalação de quadros de avisos do Sindicato nas empresas e instituição de um piso salarial para a categoria no valor de cento e quarenta e cinco cruzeiros novos.

Este documento não aparece nas atas do sindicato, mas em uma encadernação com materiais sobre Negociações Coletivas de Trabalho do assessor jurídico da FTIMMMESC, Waldyr Del Prá Netto. Nesta brochura não há outras informações sobre o Sindicato de Blumenau, nem há resposta do Sindicato Patronal das Indústrias Metalúrgicas, mas é possível supor que este tenha aceitado o acordo, porque as propostas encaminhadas pelos Sindicatos de Trabalhadores em Oficinas Mecânicas de Joinville, em 1966, e de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Florianópolis, em 1968, geraram dissídios coletivos, anexados nesta encadernação. Rubens Vansuit diz que, em geral, não havia greves de trabalhadores metalúrgicos, principalmente porque os operários tinham medo de perder seus empregos, mas também porque os salários desta categoria não eram muito baixos e "quando havia, assim, a crise, vamos dizer, estava um pouco mais difícil, mas conversava e, em geral, se pedia lá

"vamos pedir tanto de aumento" e aí se conseguia mais ou menos aquilo"[147].

A redação da proposta de acordo salarial demonstra que os trabalhadores, e seus líderes sindicais, entendiam o tipo de articulação discursiva necessária para convencer Bernardo Werner. Enquanto os dissídios apresentados pelos sindicatos de Joinville e Florianópolis reclamavam do aumento do custo de vida e acusavam as empresas e o governo de não acrescer valores justos aos salários, o Sindicato de Blumenau usou uma fala respeitosa para tratar seus patrões. A diferença entre as redações também pode ter sofrido influência da conjuntura nacional, já que o acordo coletivo de Blumenau é o único documento redigido após a decretação do AI-5. Mas outro fato interessante é que o mesmo advogado trabalhista assessorava todos esses sindicatos, através da Federação, e não tinha boa relação com o dono da Electro Aço Altona. Mesmo assim, instruiu os sindicalistas a manter o tom harmonioso para conquistar os benefícios aos trabalhadores.

Com o endurecimento da ditadura, a "principal função" dos sindicatos no campo das reivindicações, "que se manifestava nos dissídios coletivos [...] fora totalmente esvaziada em decorrência da legislação imposta pelo regime militar sobre a política salarial"[148]. Por isso, os sindicalistas buscavam outras formas de aumentar os salários dos metalúrgicos. Entre elas estavam os pedidos de verificação de situação de periculosidade e de insalubridade nos locais de trabalho.

Em outubro de 1971 um ofício foi enviado à Federação informando que Victor Sutter estaria em Blumenau nos dias 11 a 15 daquele mês, quando o SINDTIMMMEB promoveu assembleias nas empresas Metalúrgica Staedele LTDA, Antonio Grahl e Cia LTDA, Arno Bernardes Indústria e Comércio LTDA, Fábrica de Poços Artesanais e Bombas HOH LTDA, Indústria e Comércio Vale do Itajaí, J. Schneider Indústria e Comércio, pedindo autorização dos trabalhadores para solicitar ao MTPS perícia de insalubridade e periculosidade[149], conforme artigo 209 da CLT e Lei 2.573/55, que instituía adicional de 30% aos salários dos trabalhadores que prestassem "serviços em contato permanente com inflamáveis, em condições de periculosidade"[150]. As empresas, obviamente, não desejavam ter que

[147] VANSUIT, op. cit., 2016.
[148] SADER, op. cit., p. 179.
[149] Ata da Reunião da Diretoria. 6 de outubro de 1971. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[150] Lei 2.573/55.

pagar esses valores a mais nos salários de seus empregados e, para saber o que estava ocorrendo, os diretores das empresas Metalúrgica Staedele, Arno Bernardes, Bombas HOH estiveram presentes nas assembleias das suas fábricas[151]. Os funcionários das empresas Arno Gaertner e Electro Aço Altona S.A Altona receberam o sindicato em fevereiro do ano seguinte, com a participação da diretoria das firmas nos dias 17 e 18[152].

O pedido era justo porque, em Blumenau, entre 1968 e 1978 foram abertos 17 processos de acidentes de trabalho seguidos de morte dos trabalhadores, cujas causas foram principalmente quedas, esmagamentos, eletrocussões e explosões[153], tipos de acidentes prováveis dentro das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de materiais elétricos. Muitas das empresas contratavam seguradoras para cobrir as despesas com os acidentes de trabalho, mas mesmo com seguro, às vezes os trabalhadores passavam por dificuldades. Foi o caso de Arno Aarão Firmo, que pediu ajuda ao Sindicato, em março de 1966, pois havia se acidentado há meses no serviço e precisava ir até Curitiba fazer exames, mas o seguro não estava pagando os benefícios "em face de irregularidades" e o trabalhador estava em "péssima condição financeira", por isso lhe foi concedida ajuda de Cr$10.000,00, na data em que o salário mínimo correspondia a Cr$76.500,00[154].

As respostas sobre os pedidos de vistoria nas empresas não aparecem nas atas do sindicato e constam apenas três informações sobre o assunto. Em fevereiro de 1972 a diretoria decidiu aplicar a "taxa de insalubridade que o sindicato arrecadará" na compra de um veículo[155]. Na Assembleia Geral de vinte e um de junho o presidente falou sobre o dissídio coletivo estadual, promovido pela Federação, e sobre os problemas a respeito da insalubridade nas diversas empresas e respondeu várias perguntas, mas seus conteúdos não foram descritos[156].

---

[151] Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias. 11 e 13 de outubro de 1971. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[152] Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias. 17 e 18 de fevereiro de 1972. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[153] Lista de Processos Crime (AHJFS). Nesta lista não constam os nomes das empresas em que ocorreram os acidentes, nem os réus do processo, que muitas vezes eram as seguradoras.
[154] Ata da Reunião da Diretoria. 13 de março de 1966. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[155] Ata da Reunião da Diretoria. 4 de fevereiro de 1972. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[156] Ata da Assembleia Geral Ordinária. 21 de junho de 1972. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

Em treze de outubro do mesmo ano foi realizada uma Assembleia Geral com os funcionários da Empresa Arno Bernardes, quando o sindicato foi autorizado a fazer "acordo sobre a taxa de insalubridade, a requerimento dos interessados"[157]. Não há notícias sobre o pagamento desses valores nos salários dos trabalhadores, mas essas ações mostram que o SINDTIMMMEB buscava melhorias pelas vias possíveis no período ditatorial.

O tema do "acordo coletivo para a categoria metalúrgica desta cidade", ressurgiu na pauta da assembleia do dia vinte e um de junho de 1974, retomando a pauta na reunião de sete de janeiro de 1975, quando todos estavam de acordo com sua necessidade, mas o assunto deveria ser estudado "com muita cautela, pois se trata de uma decisão que dependerá das cautelas tomadas ao sucesso do mesmo"[158]. Sem nenhuma resposta, somente em março de 1977 foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, na Sociedade Esportiva Caça e Tiro Itoupava Norte, onde compareceram cento e trinta e três trabalhadores para discutir a "conveniência de celebração de acordo ou dissídio coletivo", definir quais seriam as reivindicações, autorizar o sindicato a encaminhar os pedidos e a formalizar a solicitação[159].

No ano seguinte nova assembleia foi convocada para o mesmo local e com a mesma pauta, desta vez com cento e quarenta e cinco metalúrgicos[160]. Após aprovarem os itens da ordem do dia e listar suas reivindicações, muito próximas dos pedidos de 1977, foram solicitadas informações sobre o dissídio deste ano. Tanto nesta reunião, quanto na Assembleia Ordinária de vinte e sete de maio de 1978, a informação foi a mesma:

> foi protocolado no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba/PR no dia 19 de maio de 1977, sob o número PC-601/77. Baixou em diligência para a Junta de Conciliação e Julgamento de Blumenau em data de 01 de junho de 1977, sendo que em 08 de junho de 1977 a Diretoria do Sindicato teve audiência na Junta

[157] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 13 de outubro de 1972. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.
[158] Ata da Reunião da Diretoria. 7 de janeiro de 1975. Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC, nº 1.
[159] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 27 de março de 1977. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[160] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 12 de fevereiro de 1978. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.

> juntamente com o Sindicato Patronal, onde este contestou todas as cláusulas do Acordo, menos a cláusula da letra "P"que trata do desconto em favor do Sindicato, sendo daí encaminhado novamente ao TRT para tramitação legal e julgamento. Este sindicato continuou mantendo contato com aquele órgão julgador, tendo o mesmo informado que o referido processo havia baixado a Blumenau no dia 03 de novembro de 1977, mas que não há outra informação a respeito, pois que o processo em foco não deu entrada até a presente data na Junta de Conciliação e Julgamento de Blumenau, fato este que tem trazido preocupações ao Sindicato e às indústrias locais[161].

Este processo esclarece a dificuldade das entidades sindicais em proceder com as reivindicações através da Justiça do Trabalho, pois o trâmite da ação era tão longo que se perdeu pelo caminho, ficando sem solução. Por isso, em 1978 a entidade julgou melhor fazer um acordo coletivo com as empresas, que já estava em vigor em junho de 1978[162], mas as cláusulas não estão em nenhuma das atas.

No final da década de 1970, a autoridade governamental já não dava conta das insatisfações da população, sobretudo devido às suas más condições de vida e de trabalho. A deterioração da realidade da classe trabalhadora, acumulada durante a década e intensificada nos momentos de recessão, gerou revolta e pressões para a diminuição da repressão. Em Blumenau, o encaminhamento das reivindicações fez com que os operários vissem o sindicato como um aliado que "apoiava o pessoal lá, que incentivava, apoiava tudo o que, pra nós quando tinha greve", porque, no período de redemocratização, "às vezes dava greve, mas não era grande greve. O sindicato sempre apoiava"[163].

Por outro lado, as pautas trabalhistas não eram as únicas reclamações e as questões do direito à cidade e da disputa pela melhoria do espaço urbano, em um momento de crescimento do município

[161] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 12 de fevereiro de 1978. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[162] Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 27 de junho de 1978. Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.
[163] KRIEGER, Conrado. [fevereiro, 2011]. Entrevista concedida para a autora.

tornavam ineficaz a ideia de que as disputas operárias estivessem centradas apenas nas questões do trabalho. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, além dos direitos do trabalho e das relações de produção, as demandas comunitárias e sociais também estavam presentes no dia a dia desta classe. Nos anos da ditadura, os mecanismos reivindicativos estavam, em grande parte, bloqueados para a maioria da população e, por isso, essas dificuldades podem ter sido um incentivo para que a população se organizasse em instituições associativas, nas quais procuravam soluções coletivas para os seus problemas cotidianos, além de tornarem mais agradáveis os seus momentos de não trabalho.

# CAPÍTULO IV

## Cultura associativa, lazer e política entre os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau

### 4.1. Os trabalhadores se organizam

Ao longo da história do Brasil republicano o associativismo foi uma das formas mais comuns de luta coletiva por direitos, de organização das reivindicações e de promoção de auxílio mútuo entre os mais pobres, pois permitia que o lazer, a cultura política e a solidariedade existissem em um mesmo espaço. A "cultura associativa" referencia a institucionalização das práticas culturais e coletivas dos trabalhadores, transcendendo as fronteiras da militância e da própria institucionalidade porque reúne todos os trabalhadores, sem distinção de filiação partidária ou sindical e traz para o cotidiano o debate político e cultural desenvolvido na esfera associativa[1]. Ainda que nem sempre de forma combativa, em todo o Brasil, diversos grupos se uniram e criaram associações que os auxiliavam a enfrentar as dificuldades em conjunto, pois nos espaços comunitários os operários e suas famílias conviviam, conversavam e percebiam a si próprios como grupo.

Importa ressaltar que as atividades coletivas não se restringiam à institucionalidade, pois a categoria da sociabilidade está sempre presente no cotidiano dos operários, uma vez que se caracteriza por atividades de convivência com outros trabalhadores, realizadas fora das fábricas, como, por exemplo, "ir a um bar, a um clube, a um restaurante ou a uma festa, falar de futilidades com os vizinhos, estar com outras pessoas sem fazer nada de mais, como um fim em si mesmo"[2]. A principal característica da sociabilidade é a de se estar na companhia de outros, por sua própria vontade e prazer, não por qualquer imposição. Ela promove uma integração social na qual o indivíduo pode agir com

[1] BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.96.
[2] ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Portugal: Difel, 1997, p. 107.

menor formalidade, pois está entre pessoas que desejam um estímulo agradável, descompromissado e grupal, com menos regras comportamentais[3].

Mas, os diversos estudos sobre as práticas dos trabalhadores demonstram que o associativismo pode ter sido um caminho importante para a construção de espaços que servissem de suporte para o exercício das sociabilidades, de distrações e enfrentamentos, constituindo ambientes de elaboração coletiva dos planos para a sociedade em que viviam. Esses projetos eram assentados nos conhecimentos, nas tendências e nas normas que a sociedade engendrava em suas relações políticas cotidianas. Nas associações os trabalhadores encontravam espaço para sociabilizar suas ideias e práticas políticas, pois nos ambientes coletivos os operários e suas famílias conviviam, conversavam e viviam experiências comuns. Este tempo, em que as pessoas estavam juntas, mas fora do local de trabalho, era fundamental para que compreendessem a sua própria realidade e criassem uma horizontalidade nas relações com os demais.

Isso pode ser visto nas pesquisas de Cláudio Batalha sobre a "cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República", onde propõe o estudo da "cultura das associações", afirmando que os trabalhadores possuíam uma cultura própria, manifesta no associativismo através das celebrações, dos costumes e normas, além dos símbolos e rituais que identificavam o grupo pelo qual a entidade era formada. A grandeza dos rituais daqueles clubes dependia da condição financeira, do tempo de existência e do número de associados, enquanto os símbolos procuravam dar significado e unidade através de estandartes e emblemas que muitas vezes se relacionavam ao tipo de atividade exercida pelos seus membros. Outra forma de identificação da sociedade era o calendário celebrativo, quando várias entidades comemoravam datas significativas aos trabalhadores, tendo como festejos mais importantes o aniversário da associação e o 1º de Maio[4].

Batalha fala em uma "cultura popular" heterogênea, durante os primeiros anos da República, influenciada pelos imigrantes, pela herança da escravidão e com aspectos da cultura dominante "reapropriados e reelaborados pelas classes subalternas"[5]. A partir dos anos 1920 os festivais promovidos pelos sindicatos passaram a se destinar a um público maior, a serem celebrados em locais públicos e

[3] Ibidem, p. 179-181.
[4] BATALHA, op.cit., 2004, p. 96-99.
[5] Ibidem, p. 97.

inserem os esportes e espetáculos de circo em seus programas, tudo isso com o objetivo de unir os operários em torno da entidade, o que daria a tais atividades proximidade a uma cultura de classe, mesmo que não fosse exclusivamente operária[6].

A tendência de associar-se também é bastante antiga entre os trabalhadores blumenauenses. Eles se orgulhavam da sua grande capacidade e esforço no trabalho, mas também primavam pelo bom uso do tempo não ocupado para prover o sustento. Desde a segunda metade do século XIX, organizavam seus lazeres e suas sociabilidades nos Clubes de Caça e Tiro, locais de encontro e de confraternização, onde praticavam, principalmente, o tiro ao alvo, mas também festas e outros esportes. "O clube era um espaço de congraçamento dos associados, cumprindo a função de preencher as necessidades sociais daquela região, promovendo a união e cooperação de cada localidade"[7], mesmo que as questões comunitárias e os problemas comuns não eliminassem os conflitos de classe, nem tampouco os culturais.

Estas sociedades tiveram papel fundamental na formação da comunidade colonial, onde a vida social era formada por atividades familiares, religiosas e pelo lazer praticado nestes clubes, que eram os locais de encontro e de quase todas as confraternizações dos imigrantes. Além disso, a prática do tiro ao alvo era a forma de lazer que mais se identificava com os afazeres cotidianos e de trabalho, devido à ampla utilização da arma de fogo no período da Colônia[8], tanto para a caça de animais, quanto nos confrontos com as populações indígenas que viviam na região.

Anos mais tarde, a grande onda do nacionalismo atingiu diversos países do mundo, não se restringindo apenas à Alemanha e aos descendentes de alemães. As décadas de 1920 e 30 foram marcadas por governos ditatoriais e nacionalistas, inclusive no Brasil, através da administração do Presidente Getúlio Vargas. Na tentativa de criar uma identidade brasileira, foram proibidas quaisquer manifestações diversas da cultura considerada nacional e o Vale do Itajaí foi uma das regiões que mais sofreu repressões neste período. A população, que até então preservava as características trazidas pelos imigrantes teve que se

[6] Ibidem, p. 113-115.
[7] FERREIRA, Cristina; ABREU, Anne C. P. Os clubes de caça e tiro. *Blumenau em Cadernos*, t.XLVI, nº. 11/12, nov./dez., 2005, p. 70.
[8] Ibidem, p 38-39.

adaptar às novas regras, nem que isso significasse esconder suas práticas culturais dentro das casas. Mesmo após diversas alterações de nomes, programas e estatutos, os cinquenta e oito Clubes de Caça e Tiro foram fechados durante a Segunda Guerra Mundial. Com a redemocratização, vários clubes reabriram, mas deixaram de ser locais de prática predominante do tiro ao alvo e passaram a diversificar os esportes. Além disso, dezessete novas entidades foram fundadas entre 1944 e 1964[9].

Ao longo da história, a cultura associativa, em Blumenau, se adaptou às necessidades de cada tempo, com a predominância do futebol, da bocha e ainda do tiro ao alvo no âmbito desportivo durante as décadas de cinquenta e sessenta. Mas, na década de setenta, a busca pela modernidade e a diversidade cultural trazida pelos trabalhadores vindos de diversas regiões, fizeram com que uma multiplicidade de instituições associativas fossem criadas, com os objetivos mais variados, embora sem romper totalmente com os esportes tradicionais.

Durante a ditadura, os movimentos sociais foram perseguidos em todo o Brasil e a participação dos trabalhadores ficou cada vez mais restrita. Os momentos de não trabalho preocupavam tanto governantes, quanto empresários, que repudiavam o ócio e incentivavam a adequação do tempo livre aos preceitos da moral concebidos na época[10]. As possibilidades de grandes mobilizações refluíram cada vez mais e as entidades associativas ganharam espaço com organizações silenciosas, fragmentadas e heterogêneas, que mesclavam cultura, lazer e política nas suas práticas, abrindo espaço para que essas formas de mobilização dessem origem a novas reivindicações no final da década de 1970.

Eder Sader ilustra esse processo através da explicação dos movimentos de migração e de ocupação das periferias da Grande São Paulo, da forma como se estabelecem as redes familiares e comunitárias de auxilio mútuo aos cidadãos que chegavam ao maior centro industrial do país, além de analisar as dificuldades dessas populações que ingressaram num ambiente capitalista administrado por um regime autoritário. Em seguida avalia as mudanças nas matrizes discursivas das oposições que perdiam força após os anos mais duros da ditadura e passaram a encontrar novos espaços nas comunidades periféricas. O cristianismo, o marxismo e o sindicalismo tiveram que adaptar suas teorias e discursos e passaram a trabalhar em prol de "novos

[9] PETRY, Sueli M. V. *Os clubes de caça e tiro na região de Blumenau* (1959-1981). Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982, p. 89-91.
[10] SANT'ANNA, Denise B. *O Prazer Justificado:* História e Lazer. São Paulo: Marco Zero, 1996, p. 10.

personagens" que "entravam em cena" na política nacional. Além das manifestações de trabalhadores nos sindicatos de São Paulo e de São Bernardo do Campo, Sader investiga o movimento de saúde da periferia leste e os clubes de mães da periferia sul e como estes passaram a perceber os problemas sociais e comunitários e criar mecanismos de protesto e reivindicação a partir do ambiente associativo[11].

Os anos da ditadura, em Blumenau, foram marcados pelos governos do MDB, que pretendeu manter uma administração democrática, mesmo que restrita aos espaços formais tolerados pelo poder federal, e caracterizada pelas mediações entre capital e trabalho, em que os prefeitos "serviam como conciliadores entre os interesses" das classes sociais. Para conhecer as demandas da população, a administração municipal criou comissões e conselhos de representantes da sociedade civil; o programa "Prefeito nos Bairros", em que o governante se reunia semanalmente com a população das localidades, e os subdiretórios do partido nos bairros, onde "elegiam um líder local que possuía acesso ao gabinete do prefeito, podendo levar as reivindicações de cada comunidade. O MDB criou, assim, diversas lideranças políticas locais, pois dava os créditos das obras aos subdiretórios"[12].

Algumas interpretações, apesar de reconhecerem a importância dos subdiretórios em formar lideranças oriundas da população, podem afirmar que desta forma os prefeitos permitiam "a participação popular, sem contrariar os interesses hegemônicos"[13] e decodificam essa prática como um populismo que usava os trabalhadores, sem lhes dar os devidos benefícios, visto que estas instituições não tinham poder deliberativo, apenas consultivo. É possível, todavia, entender o conceito de populismo de outro modo e percebê-lo, não como uma simples manipulação do povo, mas como uma "conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes

[11] SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
[12] SIMÃO, Vilma M. Blumenau no Período da Ditadura: um partido com apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada aos interesses econômicos. In: *Blumenau em Cadernos*, Edição especial de 50 anos. Blumenau: Cultura em Movimento, 2007, p. 263.
[13] Ibidem, p. 261-265.

populares estiveram presentes de forma decisiva"[14]. A população de Blumenau certamente via, nos governos do MDB, algumas vantagens em ter uma administração que se pretendia popular e que, ao menos formalmente, dava voz aos trabalhadores.

Além da pretensão de ser um mandato próximo do povo, por causa da participação nos subdiretórios e do contato dos prefeitos com a população, outra marca deste período foi a restauração das tradições alemãs como incentivo ao turismo. A população de ascendência germânica aproveitou para reestruturar seus espaços de lazer, pois após a Segunda Guerra Mundial os Clubes de Caça e Tiro reabriram, mas "passaram por um período calmo sem grandes acontecimentos sociais, sobrevivendo num quase total anonimato, passando por dificuldades financeiras". A partir do governo de Evelásio Vieira a prefeitura passou a conceder auxílios a essas associações, fornecendo máquinas para os reparos nas sedes e, desde 1971, convidando-os para os desfiles comemorativos ao aniversário de Blumenau, em 2 de setembro[15], quando eram liberadas subvenções para cobrir os custos destes festejos.

A reafirmação das tradições alemãs para aplicação turística ocorreu com diversas formas de incentivos do município para as entidades que promovessem a cultura dos tempos coloniais. Nesse caso, a identificação de uma parte da população parece ocorrer devido às semelhanças entre os indivíduos, gerando um sentimento de igualdade que estrutura a solidariedade entre estas pessoas. Todavia, a identidade só existe porque há a diferença, ela não é autossuficiente, pois só é necessário afirmar uma característica social, se houver alguém que não cumpre que é afirmado[16]. Assim, os eventos agenciados pela prefeitura privilegiavam o esporte do tiro ao alvo e não cobriam atividades menos tradicionais destes clubes[17], enquanto os outros grupos foram excluídos desses benefícios e tiveram que manter suas entidades através de seus próprios recursos.

A resistência em aderir a uma cultura que não é a sua permaneceu aliada à reivindicação pela garantia do tempo livre, que também esteve presente nas lutas dos trabalhadores durante todo o regime civil-militar. O esforço pela possibilidade de escolha das ocupações do tempo de não

[14] DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p. 117.
[15] Petry, op. cit., p. 93-94.
[16] HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 106.
[17] Petry, op. cit., p. 95.

trabalho confrontava com o empenho dos empresários e governantes em intervir nas práticas dos trabalhadores dentro e fora das fábricas, favorecendo a prática de certos tipos de lazer. Exemplos disso estão na criação de espaços específicos de lazer, públicos ou particulares, na visita das autoridades a esses locais, além da aprovação de leis que incentivavam os sindicatos a promoverem práticas assistencialistas.

Porém, as atividades coletivas não podiam ser consideradas apenas instrumentos de controle social e alienação, pois o lazer não era simplesmente determinado por uma elite governamental ou política, nem tampouco era uma atividade livre e idealizada. Na realidade, os trabalhadores praticavam as atividades que lhes fossem mais agradáveis, porque as práticas de lazer e sociabilidade eram "fruto da expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares". O lazer não se caracteriza unicamente como resistência, nem somente dominação, já que existiam profundas imbricações entre essas duas dimensões presentes no âmbito da cultura, onde "resistência e contra-resistência caminham sempre de forma conjunta"[18].

Por isso, o lazer também podia servir como resistência e "os momentos de diversão" podiam ser entendidos "como fruto de luta social [...] por carregar em consonância elementos da manutenção da ordem e de subversão do trabalho e da lógica de produção"[19]. Era durante o tempo de lazer, compreendido como a prática de atividades eventuais, não remuneradas, escolhidas livremente, pois são agradáveis e de desejo próprio"[20], que os trabalhadores podiam extravasar suas emoções reprimidas no cotidiano e expressar seus prazeres em comum. O lazer não se limitava à institucionalidade e estava envolto em responsabilidades sociais e a vida comunitária. Nessas atividades estavam presentes os conflitos e fraturas da classe trabalhadora, mas também seus meios para resolver as divergências e a solidariedade entre pessoas com perfis diferentes. Essa convivência entre trabalho, moradia e espaços de diversão criava laços de amizade e redes de solidariedade que ajudavam os moradores a quebrar com o individualismo do espaço urbano e do mundo moderno, pois as pessoas resolviam seus problemas coletivamente.

---

[18] MELO, Victor Andrade de. *Lazer e Minorias Sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003, p. 55.
[19] MELO, op. cit., p. 36.
[20] ELIAS; DUNNING, op. cit., p. 107.

As atividades de lazer possuem três funções para as pessoas que as praticam, servindo para o descanso, para diversão, recreação e entretenimento e também para ajudar no desenvolvimento da personalidade. Estas funções são "solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si"[21]. No capitalismo, atividades que permitem o descanso e a simples recreação, por si só já contrariam a lógica da produção, mas a função de desenvolvimento permite a participação e "integração voluntária" à comunidade e às questões sociais e

> pode ainda criar novas formas de aprendizagem (*learning*) voluntária, a serem praticadas durante toda a vida e contribuir para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras. Suscitará, assim, no indivíduo libertado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social. Esta função apresenta-se menos frequentemente do que a [simples recreação], mas tem uma grande importância para o incremento da cultura popular[22].

Portanto, embora os espaços de lazer fossem escolhidos individualmente, porque eram fruto da liberdade e do prazer pessoal, eles favoreciam a vivência grupal, que auxiliava na formação de um sentimento de coletividade e uma responsabilidade social. Isso era bastante importante no período da ditadura, principalmente porque o baixo número de instituições de classe fundadas em Blumenau no período de 1968 a 1978, apenas a Associação dos Funcionários da TV Coligadas e Jornal de Santa Catarina e outras cinco associações profissionais[23], que não tinham caráter sindical, fez com que diversas outras formas de organização existissem no dia a dia dos operários. O objetivo era diminuir a insegurança do mundo contemporâneo, principalmente neste momento de grande instabilidade, devido ao ambiente político nacional, mas também à migração, à urbanização e a

[21] DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001, p. 32-33.
[22] Ibidem, p. 33.
[23] Segundo levantamento elaborado pela autora a partir do banco de dados estatutário do NEPEMOS da FURB.

industrialização crescentes na cidade. O gráfico abaixo mostra a diversidade de associações registradas nos cartórios locais, divididas em blocos temáticos[24].

Fonte: NEPEMOS (FURB)

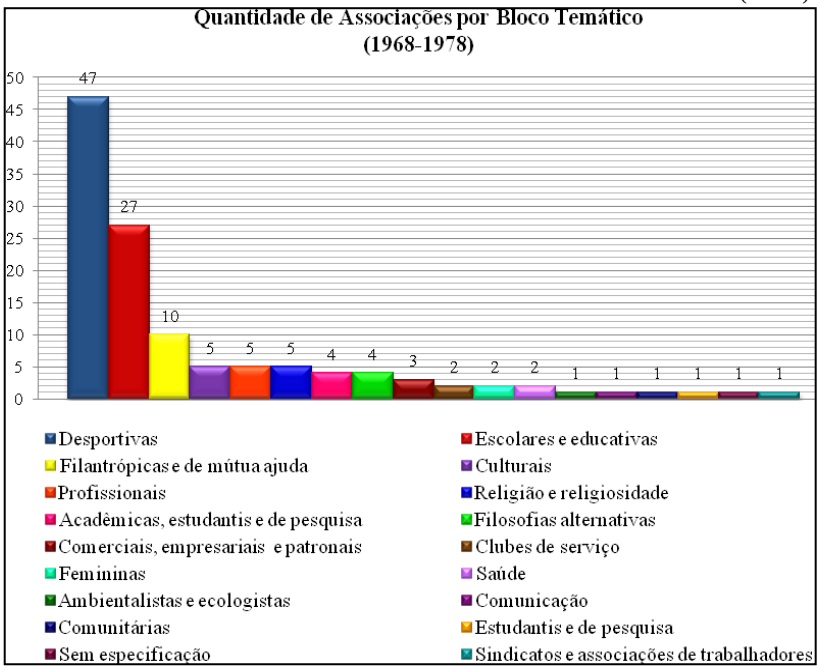



Gráfico 1: Número de associações registradas nos cartórios de Blumenau, entre 1968 e 1978, divididas por blocos temáticos[25].

Como se pode perceber no quadro acima, enquanto o número de novos sindicatos e associações de trabalhadores tornou-se bastante

[24] Mesmo que a classificação em blocos temáticos não possa ser tomada com total rigidez, pois diversas instituições possuíam objetivos que transitavam entre os grupos, é possível identificar algumas características das instituições fundadas no período. Esses dados esclarecem sobre a fundação de novas entidades, o que indica as demandas do período, embora não se possa esquecer que a população continuava a frequentar entidades existentes há mais tempo.

[25] Gráfico elaborado pela autora a partir dos registros cartoriais contidos no acervo do NEPEMOS da FURB.

reduzido, a quantidade de associações desportivas e de lazer teve um crescimento expressivo neste período. Ao mesmo tempo, vinte e sete instituições escolares e educativas[26] foram registradas, correspondentes às associações de pais e professores das escolas de ensino básico, que, com estatutos padronizados, tornaram-se obrigatórias em Santa Catarina no início da década de 1970. Elas passaram "a responsabilizar-se mais especificamente pelos aspectos de manutenção dos prédios escolares"[27], como um reflexo da ampliação do acesso à educação promovido pelo governo federal durante os anos da ditadura, mas que não dava conta de atender a todas as necessidades estruturais das instituições.

Outro dado interessante é a fundação de dez instituições filantrópicas e de mútua ajuda, aquelas que têm por objetivo "minorar [a] condição de carência ou de amparar pessoas vitimadas por causas ou condições específicas", que tiveram, muitas vezes, sua fundação demandada pelo problema da pobreza[28] e que, em vários casos, eram vinculadas às igrejas e mantinham práticas assistencialistas. Embora haja poucos estudos sobre tais associações no Vale do Itajaí, é preciso lembrar que muitos dos movimentos sociais que eclodiram nacionalmente no final de década de 1970 tiveram origem nos clubes de mães e comunidades de base da Igreja Católica[29].

Mas o registro de 47 associações desportivas e de lazer nos cartórios de Blumenau, entre 1968 e 1978, é um dado significativo para que se possa perceber a importância do associativismo relacionado às práticas de sociabilidade e desporto entre os trabalhadores, principalmente porque 28 delas estavam formalmente vinculadas a alguma instituição geradora de empregos[30]. Os objetivos predominantemente citados pelos estatutos das associações procuravam envolver atividades que destacassem elementos culturais, esportivos, recreativos, sociais e de integração, realizadas através de festas,

[26] Este bloco temático caracteriza-se como "grupos que buscam discutir e/ou desenvolver atividades de natureza educativa ou treinamento técnico internamente ao grupo ou junto à comunidade". HILLESHEIM, Jaime; GOMES, Allan H. A trajetória do associativismo escolar em Blumenau In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara M. (Org.) *Associativismo civil em Santa Catarina*: trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004, p. 103.

[27] Idem.

[28] SAMAGAIA, Jacqueline; MENDONÇA, Elaine C. O associativismo civil em Blumenau: a trajetória das associações filantrópicas, assistencialistas e grupos de mútua-ajuda. In: ANDRADE, Edinara T.; SANTOS, Nelson A. G. *Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau*: história, organização e mecanismos de participação. Florianópolis: Insular, 2010, p. 45.

[29] Ver SADER, op. cit., p. 200-223.

[30] Essas instituições, que criavam associações para seus funcionários eram indústrias, bancos, estabelecimentos comerciais, empresas e órgãos públicos, prestadoras de serviços etc.

campeonatos, colônias de férias e gincanas. O caráter cultural chegava a ser o objetivo mais citado nos estatutos, pois cerca de 60% das associações fundadas neste período propunham a "promoção da cultura entre os seus associados". Esta cultura era entendida como manifestações de caráter tradicional, aperfeiçoamento da intelectualidade e melhoria na educação dos indivíduos, mas também se podia considerar como cultura os próprios rituais e práticas, tais como celebrações, normas e costumes presentes nestes espaços coletivos.

Um dos itens marcantes dessa avaliação é a diversidade de opções ligadas ao desporto, entre as quais estavam: automobilismo, hipismo, bocha, skat (jogo de cartas criado na Alemanha), paraquedismo, esportes náuticos, judô. A diversificação dos objetivos citados nos estatutos pode ser explicada devido ao enfoque da década de 70 encontrar-se no discurso de modernidade, procurando adequar a cidade aos padrões da chamada onda de progresso nacional. A modernização das indústrias e dos estabelecimentos comerciais também trouxe aos trabalhadores novas modalidades para os momentos de lazer, que possibilitavam aos indivíduos realizar escolhas entre atividades mais adequadas às suas necessidades, tornando-as desejadas e agradáveis, pois eram fruto de sua vontade e preferência pessoal.

Assim como "o incentivo à indústria automobilística por parte do governo federal [fez] as cidades substituírem o pedestrianismo, o ciclismo e o uso do trem pelos veículos motorizados"[31], no desporto, os esportes náuticos e o paraquedismo assumiram o espaço de incentivo público antes ocupado pelo ciclismo. A construção de um alvo para o paraquedismo, garantindo a realização, em 1977, do campeonato desta modalidade entre os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em Blumenau, é um exemplo desse apoio[32]. Além disso, na década de 1970, diversas ruas da cidade eram fechadas durante os circuitos das corridas de carro, promovidas pelo Automóvel Clube de Blumenau, para que a população pudesse acompanhar a nova modalidade esportiva[33].

Não havia, porém, uma quebra completa com os esportes considerados tradicionais, porque a busca pela modernização coexistiu com o esforço para reavivar lazeres trazidos pelos imigrantes alemães,

[31] FROTSCHER, Méri; VEDANA, Lea M. F. *Viagens pela Cidade*: o transporte coletivo de Blumenau. Florianópolis: Insular, 1999, p. 127.
[32] 7.4.1.1.Doc.-01. Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).
[33] 7.1.4. Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).

com o objetivo de recriar uma identidade germânica que garantisse sustentação ao turismo local. Esportes como o skat e a bocha ganharam associações específicas para as suas práticas e campeonatos organizados pela prefeitura. Mas, além dos eventos desenvolvidos pelo poder público, outra opção de divertimento para os trabalhadores funcionários de empresas blumenauenses de médio e grande porte era a participação nas associações das fábricas, comércios, bancos etc.

### 4.2. Associações desportivas e de lazer vinculadas às empresas

A cultura associativa desportiva e de lazer é bastante forte entre os trabalhadores blumenauenses e, durante a ditadura, também passou a ser uma preocupação mais sistemática dos empresários, que procuravam criar opções de divertimento adequadas às boas condutas desejadas aos seus funcionários. Indústrias, bancos, estabelecimentos comerciais e várias outras instituições empregadoras incentivaram a população a organizar seus entretenimentos e sociabilidades em associações, muitas delas vinculadas às empresas, que se preocupavam com as utilizações dadas ao tempo livre dos trabalhadores e os ajudavam a criar estes clubes, para reuni-los nos momentos em que estavam fora do local de trabalho. A ideia era combater as práticas ociosas e as atividades moralmente não aprovadas, por isso criaram espaços e programas destinados à realização de atividades "autorizadas" e úteis ao desenvolvimento do capitalismo[34].

As associações de fábrica, todavia, não representavam apenas um instrumento de controle dos momentos de não trabalho, eram também o reflexo da valorização que os trabalhadores davam aos momentos de sociabilidade e lazer e a conquista de um benefício concedido pela instituição da qual eram empregados. Isso porque os patrões auxiliavam e, muitas vezes, até doavam a sede para a associação e aproveitavam o espaço para se integrarem aos funcionários, porque, no ambiente associativo, a distinção de classes e a hierarquia fabril ficavam menos claras e os empregados podiam até se divertir junto com seus chefes. Esse tipo de atividade ajudava a distensionar as relações fabris, que muitas vezes eram conflituosas, porque os supervisores exerciam a autoridade que lhes era concedida pelos patrões, controlando, fiscalizando e punindo seus subordinados durante o trabalho.

[34] SANT'ANNA, op. cit., p. 10.

Manter a associação era bom para ambos os lados. Os trabalhadores desfrutavam de um local em que podiam praticar o seu lazer, passear com a família e encontrar os amigos, pagando uma mensalidade menor que a cobrada em outros clubes privados. Para a empresa era uma forma de conceder um benefício atrativo aos funcionários, a um custo baixo, e que ajudava a manter uma solidariedade e, ao mesmo tempo, um controle entre os associados. Ter uma associação também era um diferencial na hora de contratar os funcionários mais qualificados e disciplinados. Por isso, essa tendência aumentou na década de 1970 e, das quarenta e sete associações desportivas e de lazer registradas entre 1968 e 1978, vinte e oito tinham algum vínculo, expresso no nome ou no estatuto, com uma instituição empregatícia.

Esse costume de fundar instituições recreativas para os empregados de um mesmo empreendimento surgiu, em Blumenau, na década de 1930, com o Clube Desportivo Cremer e, em 1940, com o Amazonas Esporte Clube, time de futebol atrelado à Empresa Industrial Garcia S.A., indústria têxtil localizada na Região Sul o município[35]. Na década seguinte o SESI passou a produzir programas nacionais para ocupar o tempo livre dos trabalhadores, pois acreditava que "os operários brasileiros "não sabem como se recrear". Por isso, cabia ao SESI "ensinar o operário a divertir-se e, divertindo-o, contribuir para a formação do espírito social em nossa terra"[36]. Em Santa Catarina o SESI organizava campeonatos entre os times de futebol vinculados às empresas. Para sediar essas competições e proporcionar uma área de lazer aos industriários, em 1978, a FIESC, sob a presidência de Bernardo Wolfgang Werner, inaugurou a "primeira etapa do Centro Esportivo do SESI", na Rua Itajaí, em Blumenau, "projetado para ser o maior do sul do país"[37]. Corroborando com essas ideias, na década de 1960, quatro indústrias têxteis já possuíam associações para os seus funcionários, algumas delas com sede própria em terreno doado pela fábrica[38].

---

[35] FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2015, p 63

[36] WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN, Universidade São Francisco, 2000, p. 258.

[37] *ACIB***:** 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.

[38]. FERREIRA, op. cit., p. 63.

Mas, a participação dos operários nas associações desportivas e de lazer, que aparentemente significava a subordinação do seu tempo livre às regras de bom comportamento ditadas pelos empresários, podia camuflar a disseminação de ideias políticas de contrariedade à ordem estabelecida nacionalmente. Alfredo José Gonçalves, por exemplo, operário do setor têxtil da Cia Hering usava o time de futebol da fábrica para exercer alguma influência política em seus colegas de trabalho. O trabalhador foi um dos nove militantes do PCB de Blumenau presos logo em seguida ao Golpe de 1964, enquanto ainda era cobrador e leiturista na Empresa Força e Luz de Santa Catarina. Após ser liberado através de *habeas corpus*, ser condenado à revelia, fugir como clandestino, se entregar para o exército para que a família recebesse o auxílio reclusão, e cumprir pena de mais oito meses em Curitiba, Alfredo Gonçalves começou a trabalhar na Cia Hering, em 1971, com a condição de não se envolver no sindicato nem com política[39]. Por isso,

> eu usei a minha liderança. Como não podia me envolver com política e não podia me envolver com o sindicato, conforme compromisso assumido com a empresa, mas nada me impedia que através do esporte, eu organizasse os trabalhadores do meu setor, de outros, e eu formei time de futebol. Fomos campeões internos, participamos dos campeonatos internos, fomos campeões de futebol interno. E a minha liderança se afirmou, e fui indo, fui ficando conhecido na fábrica toda, odiado por uns e admirado pela maioria[40].

Como já era militante conhecido, a atuação de Alfredo não ficou despercebida. A Cia Hering não era contrária à participação de trabalhadores na política, tanto que apoiou Aldo Pereira de Andrade, desde o início da carreira, quando foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Blumenau, em 1954. Em seguida concorreu ao legislativo estadual pela UDN, depois pela ARENA e finalmente pelo PDS, elegendo-se suplente em 1958 e titular entre 1962 e 1982. Em 1965 e 1972 foi candidato a prefeito de Blumenau, com o apoio de Ingo Hering, dono da Cia. Hering, mas

[39] MARTINS, Eder A. Entrevista: Alfredo J. Gonçalves. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 57, nº 1, jan./fev. 2016, p 65-73.
[40] Ibidem, p. 74.

perdeu a eleição de 1965 para Carlos Curt Zadrozny, um dos sócios da empresa têxtil Artex S.A., filiado ao PSD, e a de 1972 para Felix Cristiano Theiss, do MDB[41]. Aldo Andrade recebia apoio de seus patrões porque se filiou ao mesmo partido que eles e defendia os direitos dos trabalhadores, mas sem concordar com o socialismo ou ideias consideradas subversivas. Por outro lado, Alfredo Gonçalves, embora tivesse feito um acordo para não se envolver com política, já havia militado no PCB e sido preso por isso. A aproximação com uma grande quantidade de trabalhadores através do futebol preocupou os diretores da empresa. Na eleição de 1978

> me chamaram.[...] O pessoal que coordenava a participação política da empresa, aí eles me chamaram, me convocaram na verdade para uma reunião onde estavam Aldo Pereira de Andrade, Nelson Morro [...]. O Aldo me conhecia muito bem, nós já tínhamos tido, em 1965, quando saí da prisão, em abril, era um ano eleitoral e estava em disputa o Carlos Curt Zadrozny e o Aldo Andrade. E eu fui lá no comitê do Aldo, lá na travessa quatro de fevereiro, sete e meia da manhã no portão, ele não me recebeu, ele gritou de lá de dentro da sala do comitê dele, olhando na minha direção ele gritou que não precisava de voto de comunistas para ser Prefeito de Blumenau[42].

No PCB, Alfredo Gonçalves militava com seu colega da Empresa Força e Luz, Manoel de Souza, com os advogados Francisco Pereira e Herbert Georg, o relojoeiro Erwin Loeschner, o comerciante Edeluí Farias, o ex-funcionário da empresa têxtil Artex, Afonso Schirmer, e o ex-presidente do SINDTIMMMEB Hilton Zimmermann[43]. Este sindicalista metalúrgico, funcionário da Electro Aço Altona e militante

---

[41] SIMÃO, Vilma M. *Blumenau*: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995, p. 90-95; e TRE-SC. Ata final de apuração da 3ª zona eleitoral, Blumenau, 1972, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc181236/ata_apuracao_arquivo_1972_204_24.pdf#search="blumenau , Acesso em 01/08/2015.

[42] MARTINS, op. cit., 2016, p. 74.

[43] FABRÍCIO, Edson L. *A produção do espectro comunista*: imprensa, política e catolicismo (Blumenau, 1960-1964). Dissertação (mestrado em História), UFSC, 2011, p. 52.

do PCB foi perseguido por Bernardo Werner, seu patrão, antes de ser preso. Após a sua prisão deixou a cidade e não teve a mesma possibilidade, de usar a associação da empresa para discutir política com seus colegas.

As empresas metalúrgicas começaram a criar associações para os seus funcionários somente em 1974, quando "a Altona fundou, com intensa colaboração dos funcionários, uma associação cujo objetivo era oportunizar lazer, diversão e atividades sociais" aos trabalhadores. A Associação Atlética e Cultural Altona teve seu estatuto publicado do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e registrado em Cartório em dezembro de 1974, mas inicialmente os encontros resumiam-se a poucos churrascos após o fim dos expedientes de sábado. Em 1977 um terreno foi adquirido para a construção da sede, que foi inaugurada mais de uma década depois, em 1988[44], no Bairro Itoupava Central. Os operários a frequentavam "pra se divertir, fim de semana, pra fazer um passeio [...], ou, tinha festa também, fim de ano. Aí jogava bola, jogava bolão e jogava carta, tudo. [...] A família ia junto, era bom, era divertido". Por outro lado havia uma dificuldade de frequentar o local com assiduidade porque a associação ficava longe da empresa, na área rural, e "era muito difícil porque [tinha] muita poeira, muita sujeira, e ficava doente e aí dinheiro era curto"[45].

Outras metalúrgicas também criaram grêmios recreativos para os funcionários: em 1976 foi fundada a Associação Atlética Alusul e em 1978 a Associação Atlética Sidauto e a Associação Atlética Grahl[46]. Os estatutos dessas entidades vinculadas às indústrias metalúrgicas eram relativamente padronizados e expunham os objetivos, as regras, a dinâmica interna da associação, a quem era permitida a filiação, além dos direitos, deveres e punições dos associados que descumprissem as normas. "As categorias de sócios" normalmente eram compostas "por empregados e administradores" das empresas ou "por pessoas que regularmente prestavam serviços" a elas[47]. Os objetivos estavam ligados à promoção da cultura, da recreação e do esporte e à integração entre os associados e seus familiares e as diretorias, hierarquizadas, possuíam

[44] BAUMGARTEN, Christina. *A engenharia do sonho*: registro histórico dos oitenta anos da Electro Aço Altona S.A. Blumenau: Editora 2004, p. 106-107.
[45] KRIEGER, Conrado. [fevereiro, 2011]. Entrevista concedida para a autora.
[46] Essa tendência continuou nos anos seguintes, quando foram fundadas a Associação Atlética Arno Bernardes - ARBER (1980), a Associação Esportiva e Recreativa Acisa (1982), a Associação Cultural Recreativa e Esportiva HOH - ACREHOH (1993) e a Associação Recreativa e Esportiva Waltec - ARWAL (1996).
[47] Estatuto da Associação Atlética Grahl, Banco de dados estatutário do NEPEMOS- FURB.

presidentes e vices, tesoureiros, secretários e diretores responsáveis por cada uma das finalidades.

José Nilton David conta que, na Associação da Alusul, empresa de estruturas metálicas, "como empregado, a gente ia com a família, pros empregados terem uma área de lazer com a família"[48]. A associação, localizada no Bairro Salto do Norte, proibia distinções "de nacionalidade, opinião política, credo religioso ou raça", e, inclusive não permitia manifestações nesse sentido. Aos sócios cabia zelar pelo nome da entidade, cumprir os estatutos, desempenhar as tarefas delegadas pela diretoria, cuidar dos materiais e bens e repor o que fosse avariado, além de tratar com respeito as pessoas com quem se relacionassem durante os jogos, como representantes da instituição[49]. Na Associação da Alusul "nós tínhamos até time de futebol naquela associação. Tinha. Nós tínhamos um baita time de futebol."[50] O Esporte era bem aceito nestes locais, pois proporcionava um condicionamento físico apropriado ao trabalho e era praticado em grupo, promovendo um bom relacionamento e uma vigilância mútua.

A divulgação de Blumenau como "cidade do trabalho", onde patrões e empregados viviam em harmonia, fez com que o amadorismo ganhasse evidência nos desportos, incentivado, principalmente, através do associativismo civil. Empresários e prefeitura procuravam fortalecer o esporte amador e divulgavam notas como essa: "Blumenau não consegue atingir no futebol profissional o desempenho que seguidamente apresenta nos esportes amadores, onde a hegemonia no Estado é absoluta"[51]. A história do futebol amador na cidade de Blumenau ganhou força "logo depois de 1950", após a derrota na copa do mundo sediada no Brasil, quando o município "assiste proliferar os clubes de futebol, sejam eles nas fábricas ou comunidades que se uniram pela bola". O futebol era muito incentivado pelos patrões, que percebiam nele uma oportunidade de garantir o bom uso do tempo livre entre os trabalhadores, como expressão da busca pela modernidade, pois este esporte representava o "novo", para os jovens, enquanto a prática

[48] DAVID, José Nilton. [outubro, 2008]. Entrevista concedida para a autora.
[49] Estatuto da Associação Atlética Alusul, Banco de dados estatutário do NEPEMOS- FURB.
[50] DAVID, op. cit.
[51] BLUMENAU, Prefeito (1977-1982). *O Governo Vianna*: Quatro anos que fizeram de Blumenau uma cidade ainda mais humana e desenvolvida (AHJFS).

do tiro ao alvo referencia a tradição alemã e torna-se um esporte vinculado aos "velhos"[52].

O futebol, muito praticado nos campinhos de várzea e propenso a gerar brigas e conflitos entre jogadores, ganhou um novo incentivo e uma roupagem ordeira. O empenho em submetê-lo às regras de civilidade era nacional, pois "os serviços desportivos do SESI também pretendiam trazer "disciplina" para o futebol amador nos centros urbanos, organizando e "legalizando" clubes ligados às fábricas ou aos bairros operários."[53] Na ditadura o uso deste esporte como propaganda política e ordenamento dos trabalhadores tornou-se mais intenso e, aproveitando o amor nacional pelo desporto, difundiram ideia de que a disciplina e o rigor técnico foram essenciais para a vitória na copa de 1970.

> A preparação física militarizada respondia ao fracasso de 1966, atribuído à má condição atlética dos convocados. O jogador rebelde de talento espontâneo cedia espaço ao atleta-soldado, sujeito a mecanismos disciplinares e repressores, da mesma maneira que o cidadão brasileiro submetido à ditadura[54].

Mas, o esporte também era desejado pelos trabalhadores, porque assumia o papel de uma luta simbólica, numa sociedade regrada e rigorosa, e permitia extravasar, ao menos em parte, o autocontrole exigido no mundo moderno[55]. Ao mesmo tempo, as práticas do futebol e do associativismo entre os trabalhadores extrapolavam o controle pretendido pelos patrões e governantes. A cultura associativa dos trabalhadores metalúrgicos era reforçada pela participação, além das associações de fábrica, nas entidades existentes nos bairros do município, onde diversos grupos de trabalhadores se organizavam para praticar lazer, sociabilidade e, ao mesmo tempo, reivindicar o direito de decisão e de cidadania. Estes locais misturavam atividades comunitárias e de lazer, em que os trabalhadores procuravam, ao mesmo tempo, aproveitar os benefícios concedidos pelos apoiadores das organizações,

---

[52] FERREIRA, Cristina. A vida dos trabalhadores nos Clubes de Futebol. *Blumenau em Cadernos*, t.XLVIII, nº. 11/12, nov./dez., 2007, p 234-236.
[53] WEINSTEIN, op. cit. p. 258.
[54] FRANCO JR, Hilário. *Dança dos Deuses*: futebol sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 142.
[55] ELIAS; DUNNING, op. cit., p. 84.

como políticos e empresários, mas se desvinculando da tutela e manipulação que estes tentavam lhes impor.

### 4.3. Os clubes de caça e tiro

Os trabalhadores metalúrgicos de Blumenau tinham suas ocupações e moradias concentradas principalmente na região geoeconômica do Norte da cidade, como visto no primeiro capítulo. Essa proximidade entre trabalho e moradia, e uma determinada autossuficiência em serviços dessa região em relação ao Centro[56], faziam com que suas preocupações e seus problemas cotidianos ficassem circunscritos num espaço específico. Entretanto, estes cidadãos não estavam alheios aos acontecimentos do município e mesmo do país. A existência da ditadura e os contrastes do governo municipal refletiam constantemente na vida destes trabalhadores, que procuravam encontrar meios para aprimorar seu cotidiano e garantir, da melhor forma, a sobrevivência dos seus.

Nesse sentido, o tempo de não trabalho entrava na pauta dos operários, que nestes momentos costumavam conviver com seus familiares e procurar ambientes em que pudessem praticar atividades de lazer, sociabilidade e de solidariedade entre as pessoas com quem viviam. As associações eram um local adequado para isso, sendo que os trabalhadores normalmente se reuniam próximo das suas moradias e procuravam tornar suas práticas evidentes, participando de torneios desportivos organizados pela prefeitura e atividades públicas em espaços privilegiados como os desfiles de aniversário da cidade e de carnaval na Rua XV de Novembro, principal rua de comércio no Centro.

A disputa pelos espaços e pelo direito de manifestar suas práticas culturais em locais públicos distintos foi estudada por Cláudio Batalha, que explica como, no Rio de Janeiro da Primeira República, a localização das associações operárias afirmava sua força e status. As manifestações promovidas por essas entidades eram feitas em locais com grande visibilidade, como a Praça da República, e os trajes usados pelos manifestantes faziam jus ao caráter político desses movimentos, pois usavam ternos e gravatas, incomuns no dia a dia desses

[56] MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVII, julho-setembro de 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Separata, p. 146.

trabalhadores. "Seria fácil ver nesses procedimentos subserviência à política tradicional e ao senso comum dominante", mas, ao trocar sua indumentária, os trabalhadores poderiam quebrar com o estereótipo da sua condição social e "assumir uma nova identidade de classe, construída sobre seus símbolos, seus discursos, sua organização"[57].

Tendo em vista que a urbanização, fenômeno promovido pela produção excedente e projetado por um pequeno grupo que detém os poderes econômico e político, foi sempre um fenômeno de classe[58], Batalha propõe o termo "geografia associativa" para designar o "conjunto de práticas de apropriação do espaço urbano pelos trabalhadores através de suas organizações"[59], e demonstra como essas instituições buscavam burlar a expulsão dos pobres do centro da cidade, principalmente durante a reforma de Pereira Passos. Apesar da instabilidade e das constantes transferências das sedes, a localização das associações nas ruas centrais do Rio de Janeiro, principalmente próximo aos principais comércios da cidade, também estava relacionada à respeitabilidade dos locais públicos e à ocupação do espaço da política.

Em Blumenau, a distribuição das indústrias criou uma ocupação diferente do Rio de Janeiro e o Centro da cidade acabou por ter menos importância como local de grande visibilidade. A localização das associações próximo das fábricas e das residências facilitava a participação nos eventos e restringia os espetáculos públicos aos desfiles de aniversário da cidade ou outros eventos promovidos pela prefeitura. Apesar disso, essas manifestações não eram desprovidas de disputa e, como no Rio de Janeiro, as entidades com maior estabilidade se sobressaiam e eram admiradas. Entre elas estavam os Clubes de Caça e Tiro, que tiveram grande realce na década de 1970, com incentivo, inclusive financeiro, do poder público local. Essas entidades passaram por dificuldades após terem sido fechadas durante a Segunda Guerra Mundial, mas receberam novo impulso quando a prefeitura procurou reestabelecer as tradições dos imigrantes alemães do século XIX. Frequentar os Clubes de Caça e Tiro, principalmente para quem se identificava com a cultura germânica, era uma forma de aproveitar estruturas de lazer que já estavam construídas e incorporar o status de

[57] BATALHA, Cláudio H. de M. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In. AZEVEDO, Elenice, et. al. *Trabalhadores na cidade*: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 261-262.
[58] HARVEY, David. The Right to the city. *New Left Review*, nº 53, September-October 2008, p. 24.
[59] BATALHA, op. cit. 2009, p. 266.

pertencer a uma associação com longa legitimidade.

Os clubes de caça e tiro eram exemplos de associações criadas pelas comunidades, que recebiam incentivo público, mas que não aceitavam uma total submissão aos interesses das classes dominantes. Ao contrário, os trabalhadores, moradores dos bairros onde estavam os CCT's, apresentavam solicitações, algumas vezes bastante incisivas, de melhorias nas localidades. Esses tipos de requerimentos ocorriam em toda a cidade, mas cada bairro tinha suas preocupações específicas, encaminhadas pelos vereadores, que muitas vezes recebiam as demandas nas associações que frequentavam junto com a população.

Entre os bairros, como visto no Capítulo I, a Itoupava Seca era um dos que mais concentrava moradores que trabalhavam o setor metalúrgico. Por outro lado, havia sido ocupada há mais tempo, tinha suas terras mais valorizadas e menos espaços periféricos. Em decorrência disso, não havia clubes populares nesse bairro e a única associação tradicional era a Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga. Ela foi registrada em cartório no ano de 1939, mas tem origem mais antiga com a Sociedade Recreativa Teutônia, ainda do século XIX. Na década de 1930 tinha o objetivo de "proporcionar aos seus associados toda espécie de diversões e cultivar o esporte em geral, a critério da diretoria, fomentado por meio da sociabilidade". Seu estatuto afirma que "esta era uma sociedade genuinamente brasileira, a qual podiam se associar brasileiros mediante aprovação da diretoria"[60]. O comentário fazia-se necessário porque na época a cidade sofria perseguições devido à campanha de nacionalização, sendo que o bairro Itoupava Seca possuía manifestações fortes da cultura germânica, através da Escola Alemã, atualmente Escola Básica Municipal Machado de Assis, e de uma das maiores comunidades luteranas do Vale do Itajaí.

A Sociedade Ipiranga ficava em frente à Electro Aço Altona, mas com a entrada virada para a Rua São Paulo, paralela à Rua Engenheiro Paul Werner onde estava instalada a empresa. Parece provável que o clube fosse frequentado pelos operários da região, mas sua localização centralizada tornou-o um "clube de elite"[61] após o fim da Segunda Guerra Mundial. No seu quadro de sócios "tinha trabalhador, tinha empresário, ali tinha todos, todas as classes tinha ali no Ipiranga. Até

[60] Estatuto Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga. Banco de Dados Estatutário do NEPEMOS-FURB.
[61] PETRY, op. cit., p. 89.

inclusive mais, pra época da, quase era até a classe mais, classe média, por ali". A exigência de compra da "joia"[62], valor cobrado para ingressar no conjunto dos sócios, e do pagamento da mensalidade, restringia o clube aos setores mais bem remunerados da classe trabalhadora. Na década de 1970 o Grêmio Ipiranga já possuía piscina e construiu muros para cercar toda a sua sede, além de comprar uma área para a construção de um ginásio de esportes[63]. Com mensalidades que conseguissem cobrir todos esses gastos, os operários metalúrgicos,

> como sócio não [participavam], porque aquele tempo, também, não se dispunha nem dum dinheiro pra pagar a mensalidade, assim. Eles não queriam dispor daquilo porque eles acham que fazia falta. Se bem que às vezes o cara gasta com outra coisa, mas eles achavam que tinha que dar todo mês, então. Aí não tinha muito, não, tinha pouco. Tinha ali da Electro Aço, tinha alguns que às vezes eram sócios ali e da Arno Bernardes também devia ter alguns assim, com salário um pouco melhor, que não fazia falta. [Os operários] não, a maioria não era sócio[64].

A ausência de trabalhadores metalúrgicos na lista de sócios da entidade, que, segundo Rubens Vansuit, era formada pela "classe média, por ali, até pra baixo", mostra, que segundo sua visão, estes operários recebiam rendimentos ainda menores do que esta camada social. A centralidade deste bairro, como polo da Região Geoeconômica do Norte da cidade e a existência de residências de pessoas com condições financeiras maiores fez com que as associações existentes ali nem sempre pudessem ser frequentadas pelos operários que trabalhavam e moravam neste lugar.

No bairro vizinho, a Itoupava Norte, foi fundado em 1943 o Guarani Esporte Clube, a partir do América Futebol Clube[65], associação que também sempre teve mensalidades altas e era inacessível aos

---

[62] Segundo seu estatuto, o valor da joia seria estipulado pela Assembleia, que também decidia sobre aquisições e alienações de imóveis e elegia a diretoria anualmente.

[63] 7.1.9.1. Doc-04. *Revista 90 anos da Sociedade Ipiranga*, Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).

[64] VANSUIT, Rubens. [maio, 2014a]. Entrevista concedida para a autora.

[65] PMB. Perfil dos Bairros: Itoupava Norte. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.

trabalhadores. Como a quantidade de operários era grande nesta localidade, estes sofriam pela dificuldade de encontrar espaços livres para suas práticas sociais, culturais e de lazer. Talvez por esse motivo, em 1967, o Vereador Manoel V. Gonçalves tenha perguntado ao Executivo, "se a Prefeitura Municipal possui terrenos e quais as áreas ocupadas no Bairro Itoupava Norte, entre a Avenida Lisboa e a Rua São João, e no Bairro Itoupava Seca, entre as Ruas Iguaçú e Lontras"[66], ambas regiões pouco valorizadas e ocupadas por trabalhadores. Este vereador, ferroviário e morador do bairro Fortaleza, aproveitava a proximidade com a Itoupava Norte e a instalação da Estação da Estrada de Ferro na Itoupava Seca para apresentar os pedidos da região e também para tornar-se o representante dos moradores desse local.

Seu desempenho durante os mandatos de Vereador (1963-1971 / 1977-1983) e Deputado Estadual (1971-1975) demonstra que o político possuía uma forte relação com o associativismo na cidade de Blumenau e, mais especificamente, com bairro Fortaleza e a região Norte do município. Em 1970, apresentou requerimento na Câmara Municipal com voto de congratulações à Associação Agrícola do Bairro Fortaleza, pela eleição e organização da mesma em 17/07/1970, com Egon Barch como presidente[67]. Em nível estadual, conseguiu aprovar leis declarando de utilidade pública[68] diversas sociedades pelo estado. Entre elas estão as entidades blumenauenses: Sociedade Recreativa e Esportiva Nova Esperança (Lei nº 4.587, de 05/0/1971), Sociedade Esportiva Flórida (Lei nº 4.640, de 21/10/1971), Sociedade Recreativa e Cultural Salto do Norte (Lei nº 4.653, de 26/11/1971), Sociedade Recreativa e Esportiva Liberdade (Lei nº 4.661, de 1º/12/1971), Sociedade Recreativa e Cultural Fortaleza (Lei nº 4.851, de 07/06/1973), Clube de Caça e Tiro Fortaleza (Lei nº 4.897, de 29/06/1973) e Sociedade Recreativa e Desportiva Centenário (Lei nº 4.932, de 16/10/1973)[69].

Entre os trabalhadores, os clubes de caça e tiro eram uma opção de lazer a um custo não tão alto, visto que a estrutura destas associações

---

[66] GONÇALVES, Manoel V. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 33/67 (AHJFS).
[67] GONÇALVES, Manoel V. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 144/70 (AHJFS).
[68] A aprovação da lei que declara uma entidade de utilidade pública lhe permite receber subvenções na esfera de governo em que a lei foi apresentada.
[69] Leis de autoria de Manoel Victor Gonçalves. Contido em http://leisestaduais.com.br/sc. Acesso em: 02/02/2016.

não era muito robusta e sua manutenção era menos onerosa. Como já visto, estas entidades praticavam, principalmente, atividades ligadas à cultura germânica, como torneios de tiro ao alvo, bailes dançantes e jogos de bocha, de bolão e de cartas. A Itoupava Norte possuía quatro clubes de caça e tiro na década de 1970: o Clube de Caça e Tiro Tell, fundado em 1952, na Rua 2 de Setembro; Sociedade Esportiva de Caça e Tiro Itoupava Norte, também de 1952, instalada na Rua 13 de Maio, na região central do Bairro; Sociedade Recreativa e Esportiva Nova Esperança, criada em 1956, na Rua 25 de Julho, localizada entre as duas anteriores e a Sociedade Recreativa e Esportiva 1º de Janeiro, de 1958, alojada na extremidade norte do Bairro, depois da Rodovia BR470.

A Sociedade Esportiva de Caça e Tiro Itoupava Norte foi uma das dezessete novas entidades tradicionais de Blumenau, criadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950 vários desses clubes retomaram suas atividades e outros foram fundados "com o propósito de recompor uma nova dinâmica social, calcada nas tradições e costumes de seus antepassados, porém revestida por outros rituais que emitiam sinais de modernidade e renovação"[70]. Fundada em 1952, por "trinta e oito pessoas das mais diversas profissões", inicialmente realizava suas atividades em propriedades particulares, cedidas para o clube[71], destinado a praticar "a caça não profissional, o tiro ao alvo e os demais esportes"[72]. Apenas em 1958 a entidade conseguiu adquirir um terreno para construir seus "stands" de tiro, mas a sede, com salão para os bailes, só foi inaugurada "após muitas promoções e colaborações dos sócios"[73].

A alteração estatutária, registrada em 1967, definiu que o clube teria uma diretoria de seis sócios, cujos cargos seriam exercidos gratuitamente. Seu objetivo seria o de "congregar os associados em diversões e reuniões sociais e promover entre os mesmos a prática em geral de esportes", sempre em caráter amadorista, mais o "canto, música, teatro etc.". Além do divertimento aos sócios, que estavam divididos em "fundadores, contribuintes e honorários", deveriam ter mais de dezoito anos e possuir "idoneidade moral"[74], os membros do grêmio consideravam que poderiam tornar o espaço mais útil à

[70] FERREIRA; ABREU, op. cit., p. 66.
[71] PETRY, op. cit., p. 123
[72] Estatuto da Sociedade Esportiva de Caça e Tiro Itoupava Norte, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.
[73] PETRY, op. cit., p. 123
[74] Estatuto da Sociedade Esportiva de Caça e Tiro Itoupava Norte, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.

comunidade. Por isso, em agosto de 1971, o vereador Edgar Paulo Müller (ARENA) enviou ao presidente da Câmara Municipal de Blumenau, para que este encaminhasse ao executivo, um pedido da SECT Itoupava Norte. Esta solicitava a canalização de um "riacho" no seu terreno, "o qual destina-se a futura praça de esportes", que seria "mais um benefício para o bairro, especialmente para os jovens que assim [teriam] mais uma praça para o desenvolvimento físico e intelectual"[75]. O clube, que no final da década de 1970 tinha 350 sócios[76], necessitava a ajuda do poder público porque a entidade "era composta praticamente de operários" e, por isso, não possuía "verba suficiente para aplicar na canalização e praça de esportes"[77].

O presidente Egon Siewert e o diretor patrimonial Gerhard Schultz assinaram o documento, que inseria a planta da área com o córrego a ser canalizado em anexo. No desenho consta um quadrado equivalente à sede da entidade e ao lado a área destinada à praça de esportes, separadas por um riacho onde deveria ocorrer a obra. Há, ainda, as dimensões dos tubos a serem instalados, cujo diâmetro seria de 80cm, pela extensão de aproximadamente 40 metros do canal. Ao pé da página, os remetentes incluíram uma área definida como "lote da prefeitura para virador, [que] necessita de canalização". A inserção deste item possivelmente ocorreu como uma forma de pressionar a prefeitura, explicando que parte da obra ocorreria em uma área pública. A justificativa do pedido também ocorre com a afirmação de que a praça de esportes poderia ser utilizada pelos jovens da região, deixando parecer que o local ficaria aberto aos moradores, o que tornaria o investimento vantajoso para a prefeitura.

No bairro Vila Nova, outro clube de caça e tiro também fez solicitações ao poder público, de forma bastante enfática. Uma das poucas associações registradas nessa região é a Sociedade Recreativa e Cultural Lyra, fundada em 17 de junho 1952, após o fim da campanha de nacionalização. O Lyra[78] inicialmente esteve registrado no bairro da Velha e foi criado para "desenvolver e estimular a cultura do canto,

[75] MÜLLER, Edgar P. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 139/71 (AHJFS).
[76] Petry, op. cit., p. 123
[77] MÜLLER, Edgar P. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 139/71 (AHJFS).
[78] Em 1993 a Sociedade Recreativa e Cultural Lyra fundiu-se com o Circolo Italiano di Blumenau, formando o Lira Circolo Italiano di Blumenau.

música, teatro e realizar divertimentos sociais". Sua diretoria possuía um presidente e um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, além da Comissão de Festejos e dois técnicos, um de canto e um de teatro. Eram aceitas como sócias quaisquer pessoas com mais de dezoito anos, desde que tivessem "profissão lícita". Os associados deviam participar das reuniões sociais, cuidando da sociedade, respeitando os estatutos e pagando as joias e mensalidades e poderiam ser expulsos caso seu comportamento ofendesse a "moral e o bom nome do clube", se desrespeitassem o estatuto ou os membros da direção[79].

A reforma estatutária de 1965 alterou o endereço para a Rua Benjamin Constant[80], onde, "no ano de 1964, o Lyra adquiriu um terreno e, em 1965, inaugurou sua sede social e iniciava suas atividades no bairro Vila Nova"[81], próximo de, pelo menos, duas indústrias metalúrgicas, a Electro Aço Altona S.A. e a Arno Bernardes Indústria e Comércio. "Esse terreno ali era de uma família que morava ali e eles doaram pra sociedade [...]. Acho que o Waldemar Theiss", dono da loja de materiais de construção, "eu acho que ele participou daquela época da fundação do Lyra e, se não me engano, até as pessoas que doaram [o terreno], eu acho que até eram parentes dele"[82]. Após a obtenção da área foi feita uma feijoada, como comemoração pela conquista do local onde seria construída a sede[83].

[79] Estatuto da Sociedade Recreativa e Cultural Lyra, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.
[80] Idem.
[81] Lira Circolo: História. Página do Lira Circolo Italiano di Blumenau. Contido em: http://circoloitalianodiblumenau.com.br/home/lira-circolo/. Acesso em: 15/11/2015.
[82] VANSUIT, Rubens. [janeiro, 2016]. Entrevista concedida para a autora.
[83] Lira Circolo: História. Página do Lira Circolo Italiano di Blumenau. Contido em: http://circoloitalianodiblumenau.com.br/home/lira-circolo/. Acesso em: 15/11/2015.

Acervo: Lira Circolo Italiano di Blumenau



Figura 3: 1ª Feijoada no terreno da Sede da Sociedade Recreativa e Esportiva Lyra – 1964[84].

Terem feito uma feijoada para inaugurar a sede da associação é um indicativo de que, mesmo sendo uma associação cultural alemã, que buscava preservar os costumes e os esportes tradicionais, também se identificava como brasileira, não apenas formalmente. Isso ocorria por dois motivos principais. Desde a década de 1930, havia um temor em manifestar uma cultura essencialmente alemã, devido à campanha de nacionalização. Por outro lado, a constante migração para Blumenau e o tempo transcorrido desde a Segunda Guerra Mundial, que trouxe características da modernidade para a cidade, realmente modificaram os costumes daquelas pessoas. Por isso, esses clubes mantinham o tiro ao alvo apenas como ““pano de fundo” das associações, ou seja, apesar da inserção de outras práticas culturais e sociais, esse é o seu alicerce de sustentação”[85], mas buscavam alterar o seu significado, obscurecendo-o “como amálgama da tradição alemã”e revestindo “essa prática cultural

[84] Idem
[85] JAMUNDÁ apud FERREIRA; ABREU, op. cit., p. 78.

com um cunho essencialmente esportivo"[86], que se reforça com o disciplinamento proposto pela ditadura, após 1964.

Certamente a campanha de nacionalização deixou marcas nas manifestações culturais blumenauenses e, após o golpe civil-militar, a Sociedade Lyra adequou-se às normas estabelecidas nacionalmente, através da alteração estatutária. O novo documento passou a prever como objetivos "promover reuniões, festas, diversões para os associados e suas famílias, incentivando o cultivo das normas de cavalheirismo e hábitos sociais necessários numa coletividade moderna". Esse novo propósito condizia com as regras de civilidade e bom relacionamento entre os sócios, mas também com a ordem, a moralidade e disciplina. Este estatuto observava o contexto nacional da ditadura ao prever, mesmo antes do AI-5, que "era dever da sociedade a observância rigorosa da lei e dos princípios morais e compreensão dos deveres cívicos, bem como abstenção de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais", observação não contida no primeiro documento. A instituição também passou a limitar em 400 o número de sócios maiores de idade, sem que se distinguisse sexo, nacionalidade, religião ou posição política, desde que não se manifestassem as duas últimas nas dependências do clube. A necessidade de manter "profissão lícita" manteve-se como condição para a admissão na Sociedade[87], já que seus sócios "era tudo, isso era tudo uma classe baixa, igual a mim, assim [trabalhadores]"[88].

Nos anos 1970 esses clubes já haviam diversificado suas práticas e alterado suas nomenclaturas, mas receberam um incentivo para retomar as tradições do pré-Segunda Guerra Mundial. Passaram a desfilar nos aniversários da cidade e ganhavam subvenções e outros incentivos do poder público local. Mas, no caso do Lyra, o tiro ao alvo nunca foi predominante, pois a sociedade não possuía ambiente adequado para a sua prática e "pela falta de espaço, o stand de tiro, com arma de pressão, era dentro do salão"[89], enquanto, "para habilitar seus atiradores [para os campeonatos], utilizava-se dos stands de outras sociedades". Aliado a isso, o tiro ao alvo convivia com outras atividades desportivas e de lazer, como a bocha, o futebol de salão[90] e os bailes

[86] FERREIRA; ABREU, op. cit., p. 79.
[87] Estatuto da Sociedade Recreativa e Cultural Lyra, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.
[88] STÜPP, João. [julho, 2015]. Entrevista concedida para a autora.
[89] Lira Circolo: História. Página do Lira Circolo Italiano di Blumenau. Contido em: http://circoloitalianodiblumenau.com.br/home/lira-circolo/. Acesso em: 15/11/2015.
[90] PETRY, op. cit., p. 124.

dançantes. “Tinha uns três ou quatro bailes por ano e tinha jogo de bocha, tinha equipe.” Rubens Vansuit “participava de uma, que tinha segunda-feira. Quarta, quinta e sexta e sábado, aí a noite sempre tinha isso aí, era o divertimento”[91]. Na década de 1970 o clube contava com cerca de cento e oitenta sócios, dos quais trinta e cinco participavam do coral misto, enquanto outros formavam quatro equipes de bocha[92].

João Stüpp disse que “então a gente ia lá, com a mulher, aqui no Lyra, [depois] no Vasto Verde[93]. Num baile aqui e assim, essas coisas.” Além dos bailes, “jogávamos bocha, baralho. [...] É, fim de semana, sábados. Aí era bocha e baralho, assim”. Perguntado se participavam dos campeonatos de tiro ao alvo, respondeu: “não, não, nós não participávamos disso. Nós íamos ao baile, dançávamos, e eu jogava bocha todo sábado à noite e baralho domingo à tarde. Assim era a vida”[94]. Embora participasse da associação próxima do local onde morava e fosse chefe de seção na empresa Arno Bernardes Indústria e Comércio, João Stüpp, que esperava usar a sua posição dentro da indústria para conquistar mais espaço político, não obteve sucesso quando foi candidato a vereador. Talvez isso tenha ocorrido porque ele não conseguiu unir as questões do trabalho com as expectativas comunitárias. Apenas o apoio, inclusive financeiro, do seu patrão não foi suficiente para convencer seus vizinhos e colegas da empresa a lhe concederem o voto[95].

Quando foi candidato, João Stüpp tinha um concorrente forte, considerado um membro “da classe” trabalhadora, que já era vereador, morava quase em frente a sua casa e que sabia aproveitar melhor as relações de vizinhança e a participação na associação do bairro para angariar apoio político. “Era o Nelson de Souza, ele morava aqui, em frente o João, ali, mais ou menos”. Rubens Vansuit, ao explicar que não costumava votar em seu patrão, disse que preferia votar “no candidato, vamos dizer, mais da classe, mais da nossa classe”. Para escolher o concorrente “no caso, ali, do Nelson, aqui, eu votava pra ele porque eu

[91] VANSUIT, op. cit., 2016.
[92] 7.1.1.2.19. Doc 02. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS). O documento não possui data, mas é possível identificar a direção da sociedade, cujos membros são, em grande parte, os mesmos que aparecem no documento apresentado à Prefeitura através do Requerimento 142/72, da Câmara de Vereadores de Blumenau.
[93] Sociedade Desportiva Vasto Verde, fundada em 1944, no Bairro Velha, em Blumenau.
[94] STÜPP, op. cit.
[95] Sobre a campanha de João Stüpp, ver item 1.3. desta dissertação.

conhecia bem. Depois, quando ele não foi mais candidato aí tinha sempre alguém que a gente conhecia". Ele também conta que preferia votar nos candidatos do MDB, porque sabia que a ARENA (e antes a UDN) era o partido que representava os interesses das classes mais ricas. Por isso, diz que não votou em Mário Bagattoli, mesmo sabendo que ele havia trazido benefícios diretos para o local onde morava[96].

> No caso, esse aqui, vamos dizer, aqui nós não tínhamos luz, aí então o falecido Mário Bagattoli, aí tinha três, quatro candidatos, então todo ele diz que foi ele que arrumou, que eles colocaram. Um colocou primeiro, colocaram os postes, depois então eles colocaram luminárias, numa outra campanha já. Mas aí eu tenho certeza de quem colocou. Quem colocou aqui foi o Mário, porque o Mário é que trabalhava na CELESC, ele tinha poder lá dentro. Ele dizia vamos colocar e colocavam. Mas os outros não, cada um que ia colocar pra cima, pra ganhar o voto. Mas eu também disse, por esse fato, por exemplo, o Mário, eu fui muito amigo do falecido Mário Bagattoli, mas eu disse pra ele "eu sei que tu colocasses a luz lá, mas eu não vou dar o meu voto pra ti por causa disso, nem vou votar pra ti". Porque eu já tinha um outro candidato, então eu digo "eu não vou votar por obrigação. Fizesse lá porque era uma obrigação de vocês fazer" [risos][97].

Mário Bagattoli (ARENA) foi eleito vereador em 1969[98] e em 1972[99] e também era sócio da Sociedade Recreativa e Cultural Lyra, "só que quando [o Mário] foi presidente do Lyra ele não era mais vereador". O jornalista Luiz Antônio Soares (ARENA), "também foi presidente do

---

[96] VANSUIT, op. cit., 2016.
[97] Idem.
[98] TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1969. Contido em http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc170534/ata_apuracao_arquivo_1969_170_51.pdf#search="blumenau". Acesso em: 01/08/2015.
[99] TRE-SC. Ata final de apuração da 3ª zona eleitoral, Blumenau, 1972, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc181236/ata_apuracao_arquivo_1972_204_24.pdf#search="blumenau". Acesso em 01/08/2015.

Lyra" no período em que não ocupava cargo no legislativo[100]. Ele obteve mandato somente no período de 1970 a 1973 e apresentou diversos requerimentos solicitando melhorias para o Bairro Vila Nova[101].

Por sua vez, Nelson de Souza "quando ele foi presidente do Lyra ele estava ainda no mandato de vereador"[102]. Sua carreira profissional iniciou em 1949, quando trabalhou na oficina gráfica do jornal *A Cidade de Blumenau*. Passou pelo jornal *O Lume* e, depois de servir o Exército, ocupou-se como linotipista no jornal *A Nação*. Elegeu-se pela primeira vez em 1972, sendo reeleito em 1977, quando foi o segundo vereador mais votado do MDB, e novamente em 1981. Foi presidente da Associação Lyra entre 1973 e 1977[103]. Sua atuação na câmara teve sucesso, entre outros motivos, porque "nós tínhamos contato com ele direto, bem dizer, no Lyra. O gabinete dele, por exemplo, era ambulante no Lyra ou aqui embaixo [na casa dele], porque ele morava aqui mesmo"[104]. Nesta situação, a cultura associativa, o lazer e a política se misturavam cotidianamente, porque "o cara atendia ali, se estivesse jogando bocha, ouvia a conversa jogando mesmo. Ou lá, uma vez ou outra, sentava numa mesa lá no salão", porque "quando ele era presidente [do clube], ele ia lá todo dia. [...] Aí então o assunto era casualidade" porque ele nunca transformou o clube num "reduto eleitoral [...] tanto é que, quando chegava uma eleição de vereador, aí todos os candidatos vinham ali"[105].

Na Câmara de Vereadores, Nelson de Souza não aparecia como um dos mandatários que mais apresentou requerimentos. Luiz Antônio Soares, por exemplo, que era do partido de oposição ao governo municipal quando foi vereador, encaminhou um número maior de solicitações ao executivo do que o vereador do MDB. Por outro lado, sendo correligionário dos chefes do executivo[106], "ele tinha sempre

---

[100] VANSUIT, op. cit., 2016

[101] SOARES, Luís A. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimentos apresentados pelo vereador 1970-1973 (AHJFS).

[102] Idem.

[103] TRIBESS, Roberto. *Câmara concede título de cidadão blumenauense a três personalidades*. Contido em: http://www.camarablu.sc.gov.br/camara-concede-titulo-de-cidadao-blumenauense-a-tres-personalidades/. Acesso em 19/01/2916.

[104] VANSUIT, op. cit., 2016.

[105] Idem.

[106] Entre 1970 e 1989 todos os prefeitos de Blumenau eram filiados ao MDB.

contato com o prefeito"[107] e podia levar os pedidos diretamente à prefeitura, sem passar pela burocracia do legislativo.

Talvez por isso os moradores do bairro tenham preferido dar o voto a ele, deixando de reeleger Luís Antônio Soares em 1972. Em outubro deste ano, o vereador da ARENA, que era sócio do Lyra, apresentou um requerimento, encaminhando um documento desta Sociedade Recreativa e Esportiva ao executivo. Para comemorar o aniversário de duas décadas da entidade, a diretoria propunha a ampliação das suas ações, com uma campanha para construir uma nova sede social, com "implantação de quadras de esporte, para entrosamento e companheirismo entre associados". Tendo visto na imprensa que o governo municipal estava ajudando financeiramente diversos clubes recreativos, solicitaram a colaboração da prefeitura, no valor de trinta mil cruzeiros, para a construção da área para a prática do desporto. Como justificativa para o pedido, afirmaram ser a única associação do Bairro Vila Nova, disseram que atendiam uma grande população e eram os únicos capazes de receber jovens carentes da região. Por isso se ofereciam para firmar convênio com a prefeitura para que a nova quadra de esportes ficasse disponível para a população, mesmo para quem não fosse sócio. Disseram que, inclusive, auxiliariam no "cumprimento de obrigações escolares no setor esportivo", propondo que o local fosse usado para as aulas de Educação Física dos colégios da região. Quase num tom intimidador, afirmaram que

> Não estaria a prefeitura abrindo precedentes, pois, como sabemos, outras sociedades, com recursos financeiros bem mais avantajados e com um quadro social formado à base de pessoas bem melhor situadas financeiramente, foram aquinhoadas pelo Governo de V. Excia., com substanciais auxílios financeiros[108].

Para finalizar disseram que aceitavam as exigências de, em caso de dissolução da sociedade, vincular parte do patrimônio para o reembolso do poder público. A apresentação deste documento mostra como os trabalhadores, sócios da entidade, prestavam atenção nas questões políticas locais e observavam as possibilidades de melhorias na sua comunidade. Assim como fez a Sociedade Esportiva de Caça e Tiro

[107] VANSUIT, op. cit., 2016..
[108] SOARES, Luís A. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 142/72 (AHJFS).

Itoupava Norte, a justificativa de promover um benefício público foi utilizada para convencer a prefeitura da necessidade da obra na associação. As questões de classe também estavam presentes no discurso destes moradores da Vila Nova, quando argumentam que outras entidades menos necessitadas receberam assistência municipal.

Apesar do pedido incisivo, Rubens Vansuit diz não se lembrar de nenhuma doação feita pela prefeitura, mas sabia que

> aquela vez que veio o Antônio Carlos [Konder Reis, para fazer um comício,] a gente pertencia à diretoria, então o Antônio Carlos ele prometeu que ia dar uma verba ali, pra eles. Parece que era trinta e poucos [mil cruzeiros]. Só que isso ele cumpriu antes [da eleição], que isso aí, ele foi lá, logo. Acho que ele esteve aí numa quarta-feira, naquela mesma semana aí já veio o primo dele, o Jorge veio ali e trouxe o cheque[109].

O pedido de auxílio foi feito porque "a mensalidade era baixa, com a mensalidade tu não fazias, bem dizer, nada. Porque não dava pra [nada]". Na prestação de contas de 1971, apresentada junto com o requerimento 142/72, a entidade teve uma receita anual de Cr$28.567,88, proveniente de mensalidades, lucros em bailes, torneios de bocha, dominó e skat, participação no coral, além de um empréstimo bancário e um saldo de Cr$1.263,70 do ano anterior, sem nenhum valor recebido do poder público. As despesas do ano somavam Cr$27.488,25, restando Cr$1.079,63, valor insuficiente para qualquer obra de melhoria no espaço do clube[110].

Além de pedir auxílios aos órgãos públicos para realizar obras maiores, os próprios associados ajudavam na manutenção da associação, e chegaram a construir uma cancha de bocha.

> [Já] tinha [uma], mas depois nós fizemos outra, bem dizer, nós fazíamos. Nós íamos lá e colocávamos a mão na massa. É, pra fazer mesmo, ia lá e comprava só o que era necessário, se não ia lá e metia o carrinho de mão. E fazia

[109] VANSUIT, op. cit., 2016.
[110] SOARES, Luís A. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau. Requerimento 142/72 (AHJFS).

> uma combinação, vamos fazer a cancha, então, vinha um grupo. Porque dinheiro era muito difícil, a sociedade que fazia. A mensalidade era baixa quase não tinha contribuições, não tinha muitos sócios[111].

A construção da cancha pelos próprios associados ocorreu porque este era um dos esportes mais comuns entre os trabalhadores, praticado tanto nas associações, quanto em bares e outros espaços. A bocha é um esporte em que, numa quadra retangular de 24m por 4m, dois times competem para jogar, de uma distância de cerca de vinte metros, bolas de aproximadamente um quilo o mais próximo possível de um bolim de 40 mm de diâmetro[112].

Era um entretenimento muito praticado nos clubes recreativos, mas também em bares ou associações criadas exclusivamente para este fim, como os Quartaferinos da Bocha. Esse coletivo foi fundado em 1975 para "praticar a bocha e oportunizar os desenvolvimentos sociais, culturais, esportivos e o lazer em geral". Para isso realizariam "atividades" que estimulassem "o espírito associativo e comunitário, promovendo a confraternização junto a seus associados". A relação entre "o espírito associativo e comunitário", presente nos objetivos da entidade elucida uma ligação importante entre o lazer e a preocupação com o ambiente em que se morava, porque normalmente essas instituições eram formadas por pessoas que residiam ou trabalhavam próximas. Isso fica mais evidente pelo registro em cartório, feito apenas em 1996, mas com endereço residencial de um dos sócios fundadores, na Rua Bonfim, nº219, bairro Do Salto. A entidade, provavelmente, utilizava a cancha de algum outro estabelecimento comercial para reunir seus associados, que contribuíam mensalmente para a sua manutenção[113].

Muitos grupos de trabalhadores se reuniam em um dia específico da semana para jogar bocha nas canchas dos bares perto das suas casas. A existência das quadras em botecos tornava a relação entre o jogo da bocha e o consumo de bebidas alcoólicas um ponto importante deste desporto. Isso era tão comum que na publicação da "regra oficial sul-americana do desporto da bocha", aprovada nos congressos de Santiago do Chile, em 1989, e Porto Alegre, em 1990, foi inserido um artigo

[111] VANSUIT, op. cit., 2016.
[112] Confederação Brasileira de Bocha e Bolão. *Regra oficial sul-americana do desporto da bocha*, 1992. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS).
[113] Estatuto dos Quartaferinos da Bocha, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.

específico para proibir esta prática, ao menos nos campeonatos formais. No item "do fumo e do álcool" consta que:

> É estritamente proibido fumar e ingerir bebidas alcoólicas dentro das quadras de jogo. A proibição é extensiva aos jogadores, árbitros e auxiliares durante o desenrolar das partidas. A transgressão do presente artigo será punida com a expulsão do infrator e a remoção do árbitro[114].

Esse tipo de proibição traz algumas questões para o debate sobre a classe operária e seus espaços de moradia e de lazer. Para muitos dos trabalhadores o ambiente semanal de lazer eram os encontros nos bares onde também se reuniam os diretores do SINDTIMMMEB, após as suas reuniões, já que até 1974 a sede do sindicato ficava em uma pequena sala alugada, na Rua São Paulo nº 2866.

> Na Rua São Paulo, tem uma casa antiga ali, aí [o sindicato] era uma parte daquela casa. Tinha um bar no começo, depois tinha o sindicato, depois tinham quartos que morava gente, na frente tinha outra oficina. Era uma cassa antiga ali. Era bem pequeno. [...] Quem frequentava [o bar] éramos nós, às vezes, depois de uma reunião. Mas, em geral, os sócios [do sindicato], para irem lá naquele bar, não iam, porque o bar era mais ali nos ferroviários. Aí, como a gente conhecia, a gente ia ali também, a gente conhecia o proprietário também. Às vezes, se queria tomar cerveja ia ali. Mas não era frequentado [por metalúrgicos], porque na frente [da Electro Aço Altona] tinha um outro bar também, ali na Rua São Paulo, um grande, depois foi feito um hotel. A gente frequentava isso ali quando tinha mais gente[115].

Entre os trabalhadores metalúrgicos e mecânicos era muito

[114] Confederação Brasileira de Bocha e Bolão. *Regra oficial sul-americana do desporto da bocha*, 1992. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS).
[115] VANSUIT, op. cit., 2016.

comum o consumo de bebidas alcoólicas em bares ou associações perto das suas casas ou do local de trabalho, onde se reuniam para praticar a bocha e aproveitavam para consumir bebidas. Perguntado sobre a existência de brigas dentro da Sociedade Recreativa e Cultural Lyra, Rubens Vansuit disse que era "difícil, porque a gente fazia torneio, às vezes campeonato" e raramente ocorriam conflitos. Mas "podia [acontecer] lá uma vez ou outra, uma coisa normal, de o cara tomar um pouquinho mais e aí é coisa de bêbado". Ele conta que não se lembra de ter presenciado nenhuma confusão, mas "soube que às vezes tinha ali". Considera, ainda, que "isso é motivo banal, porque se tomou umas pingas a mais, aí o cara vem, esquenta a cabeça por nada, porque motivo mesmo não existe". A naturalidade na fala de Rubens Vansuit demonstra o quanto o consumo de álcool nos espaços de sociabilidade era comum entre os operários. Isso porque criava um ambiente de informalidade, já que é bastante

> provável que as pessoas bebam acompanhadas porque pela depressão dos centros inibidores do cérebro facilita-se a estimulação amigável recíproca, a um nível relativamente elevado de emotividade, que é a essência da sociabilidade do lazer. Um copo ou dois favorecem a perda relativamente rápida da habitual armadura de restrições profundamente encravadas e, assim, a abertura de uma divertida excitação mútua que serve de contraponto à relativa solidão do indivíduo e às suas obrigações e rotinas, verificadas nas esferas de não lazer, incluindo as da vida familiar[116].

As práticas de lazer e sociabilidade, portanto, ultrapassam os ambientes institucionalizados do associativismo e perpassam os conflitos comunitários, porque testar "os limites daquilo que é socialmente tolerável e, por vezes, transgredi-los, em resumo, suscitar a quebra limitada dos tabus sociais em companhia dos outros, talvez acrescente algum gosto a estas reuniões"[117]. Nesses momentos de descontração os trabalhadores podiam se divertir, mas também

[116] ELIAS; DUNNING, op. cit., p. 182.
[117] Confederação Brasileira de Bocha e Bolão. *Regra oficial sul-americana do desporto da bocha*, 1992. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS).
[117] Estatuto dos Quartaferinos da Bocha, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.

deixavam extravasar seus conflitos cotidianos.

Estes ambientes coletivos localizados nos bairros de Blumenau também tinham uma importância para a consciência política e a elaboração das demandas comunitárias, porque "o bairro é a referência urbana mais próxima e imediata das condições reais e concretas da vida das classes populares". Essas experiências locais podem criar um "significado decisivo na autorrepresentação e no seu modo de inserção no espaço da cidade"[118].

A política era tema comum nesses ambientes e nas épocas de campanha eleitoral os moradores sempre "encontravam [com os políticos], porque eles vinham fazer comício nos bairros. Hoje eles não fazem mais tanto, mas eles faziam, em qualquer bar que tinha, eles faziam lá a escada um palanque, ou uma mesa". Os candidatos iam "em vários locais, aqui nos bairros todos. Faziam todos, vereador, candidato a prefeito", mesmo que não fossem associados, passavam pelas "sociedades, eles aproveitavam esses locais, que dava pra reunir o maior número de pessoas. Os locais que eles achavam mais viáveis"[119]. Os clubes de caça e tiro, após sua reabertura, tornaram-se locais de práticas tradicionais, mas também de outros tipos de divertimentos e de discussões políticas, pois a comunidade aproveitava o apoio do poder público e a presença dos mandatários para apresentar suas reivindicações.

> Naturalmente o processo político não está alheio a este apoio, embora o relacionamento entre políticos e Clubes se tenha dado com discrição. Suas lideranças evitam posicionamentos políticos, pois tem laços de amizade pessoal com figuras de todas as correntes políticas locais e nem poderiam posicionar-se porque comprometeriam a Sociedade. Por outro lado, os políticos têm encontrado nos Clubes um meio efetivo de contato com o público, sendo alguns deles sócios

[118] DUARTE, Adriano L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no Bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 3.
[119] VANSUIT, op. cit., 2016.

> ativos de até dez Clubes, obtendo entre os associados substancial lastro eleitoral[120].

Da mesma forma que os votos nos empresários eram negociados pelos trabalhadores, como exposto no primeiro capítulo, aqui também há um jogo, onde o apoio político era direcionado aos líderes mais atentos às reivindicações dos moradores. Essa articulação era mais visível na relação com os vereadores, que tinham uma vida comunitária mais ativa e eram mais próximos da população. Eles, em geral, apresentavam requerimentos com cumprimentos pelos aniversários e com votos de congratulações e agradecimentos por atos considerados importantes. Em meio a estas formalidades, estavam as demandas populares, encaminhadas principalmente ao Executivo Municipal, com pedidos de obras e reparos nos bairros, além de outras solicitações que preocupavam os blumenauenses[121]. Nos bairros mais periféricos da cidade os trabalhadores também se organizavam e criavam relações de pertencimento, seja por meio do trabalho, da comunidade ou da identidade cultural.

### 4.4. Centro Comunitário Esportivo Fortaleza e Sociedade Protegidos do Galeão: duas associações do Bairro Fortaleza

Tentando minimizar a ausência do poder público na região da Fortaleza, em 1976 a prefeitura disponibilizou um terreno na área central do bairro para a criação do primeiro Centro Comunitário de Blumenau. Seu objetivo continha o "caráter representativo, reivindicatório, educativo e beneficente"[122] e era considerado pelos sócios como "um pedido e uma necessidade da comunidade"[123]. Ele foi construído para, entre outras coisas, oficializar o espaço como lugar dos esportes no bairro e institucionalizar as práticas desportivas, pois diversos times de futebol faziam suas partidas em terrenos particulares na região ainda pouco ocupada na época, mas sempre dependiam da

---

[120] PETRY, op. cit., p. 96-97.

[121] Levantamento elaborado pela autora a partir dos requerimentos arquivados pela Câmara Municipal de Blumenau (AHJFS).

[122] Estatuto do Centro Comunitário Esportivo Fortaleza, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.

[123] TRIBESS, Roberto. *O Centro Comunitário e Esportivo Fortaleza*. Relato por escrito, enviado para a autora, em setembro de 2007, como fonte para o projeto "Cultura Simbólica no Associativismo Civil em Blumenau: contrastes e prazeres na história do tempo livre dos trabalhadores da cidade (1970-1984)", vinculado ao NEPEMOS da FURB e coordenado pela professora Cristina Ferreira.

autorização do proprietário. José Nilton David, que morou alguns meses na casa de seu primo conta que "nós tínhamos um campinho [de várzea] ali, na frente da casa dele"[124].

Para evitar problemas com os donos das terras e disponibilizar um espaço de lazer para a comunidade, a prefeitura cedeu este local. Inicialmente também mantinha um servente e arcava com as despesas de a água e luz, que eram pequenas, pois não havia iluminação nem chuveiros na associação. Por isso, depois das partidas, os jogadores se banhavam no Ribeirão Fortaleza, que corria atrás do CCEF. Após diversos pedidos para que o poder público municipal desse mais atenção ao bairro Fortaleza, o Prefeito Evelásio Vieira iniciou o projeto para criar o Centro Comunitário, mas não realizou a demanda. O clube se tornou realidade apenas no mandato de Félix Theiss, quando a prefeitura comprou o terreno, financiou a terraplanagem e construiu um bar com espaço para as pessoas se vestirem, onde eram feitas as reservas do campo[125]. "Tinha uma coisinha mínima, que aquele campo de futebol ali, pra ter uma ideia, depois que ele ficou pronto, mesmo, começou no governo Félix Theiss, e terminou só no governo Renato Vianna"[126]. Ou seja, mesmo considerado um pedido da comunidade, que seria atendido pelo poder público, a proposta de construir um espaço adequado ao lazer daquela população pobre e com poucos recursos, demorou três mandatos para ser realmente finalizado.

A prefeitura também tinha interesses em relação aos eleitores que ali residiam, porque, na década de 1970 o bairro começou a se urbanizar e ampliar a população, sobretudo nas regiões mais altas, não alagáveis. Por isso, a inauguração foi uma grande festa popular.

> Foi inaugurado, até com opinião minha, e o Dr. Renato [Vianna], na época jogou futebol. Nós fizemos com os veteranos do melhor time catarinense da época, que foi o Metropol, de Criciúma. Veio aqui, aqueles jogadores todos, na Fortaleza. Samba comendo solto, o Metropol chegando, o prefeito recebendo, a banda do exército, e nós inauguramos aquele campo, eu lembro que foi uma grande recordação. Fiz um

[124] DAVID, op. cit.
[125] TRIBESS, op. cit., 2007.
[126] DAVID, op. cit.

gol no jogo, nós ganhamos de quatro a dois[127].

Com a inexistência das associações de moradores, as lideranças locais e os políticos municipais utilizavam-se da estrutura associativa desses grupos para, no Centro Comunitário, realizarem seus discursos, manter contato com a comunidade e promover suas campanhas políticas. Por outro lado, a população aproveitava o espaço para praticar atividades de lazer e sociabilidade e para apresentar suas reivindicações. O terreno escolhido para a construção do clube estava na Rua Francisco Vahldieck, rua principal do bairro, próximo ao ponto final da linha de ônibus, da escola, do jardim de infância e da igreja daquela comunidade. Mesmo tendo sido construído no bairro Fortaleza, reunia moradores de outras regiões próximas, como a "Toca da Onça" (Rua Henrique Reif) e o "Morro do Abacaxi" (Nova Esperança), ambas localidades caracterizadas pela existência de moradias populares na Itoupava Norte. Seus residentes participavam dos jogos e dos campeonatos no CCEF, o que evidencia a falta de espaços para o lazer comunitário neste bairro.

Uma das características interessantes da associação se refere ao caráter reivindicatório de seus atores sociais em relação a possíveis melhorias na sua comunidade. Entre outras coisas, conquistaram este espaço para suas atividades desportivas e de lazer e conseguiram que fosse construído um parque no jardim de infância, ao lado do clube[128], além de outras conquistas a partir dos requerimentos e abaixo-assinados encaminhados pelos vereadores, como visto no Capítulo I. Sendo uma das duas únicas associações comunitárias de Blumenau, o que significa que construir estes locais não era uma prática comum do governo municipal, o Centro Comunitário Esportivo Fortaleza só foi registrado em 1991, enquadrado no decreto estadual 28.864/86, que descrevia as finalidades e demais características que esse tipo de associação deveria conter em seu estatuto[129].

Entre os grupos que se reuniam no CCEF um merece destaque por sua excepcionalidade. Neste bairro teve origem uma escola de samba, justamente em um momento em que os incentivos à restauração da cultura alemã se intensificavam em Blumenau. A escola surgiu de um dos times de futebol que jogavam suas partidas nos terrenos particulares nestes arredores e passaram a realizar seus campeonatos no Centro

[127] Idem
[128] TRIBESS, op. cit., 2007.
[129] Estatuto do Centro Comunitário Esportivo Fortaleza, Banco de dados estatutário do NEPEMOS - FURB.

Comunitário.

A origem do futebol brasileiro está nos clubes de elite do Rio de Janeiro e de São Paulo, que no início do século XX promoviam partidas do esporte inglês, servindo como "um lugar urbano de sociabilidade onde se prolongavam, através de atividades físicas e esportivas ou da assistência a elas, os salões e saraus reunindo as famílias dominantes dos sobrados do início do século naquelas cidades". A organização de ligas para disputar campeonatos locais abriu espaço para que as classes populares pudessem assistir às partidas mais acirradas "numa lógica de aliciamento de torcidas diante das disputas decisivas". Isso levou o futebol aos terrenos públicos ou particulares nos subúrbios das cidades, onde "os substitutivos populares encontrados para a prática recreativa imitativa não eram custosos". Além disso, os empresários perceberam no futebol uma oportunidade de inserir, nas classes operárias, a disciplina e o controle necessários ao bom desempenho na produção, promovendo-o "como forma de lazer e integração entre empregados e operários"[130].

A região norte de Blumenau aparece, desde os anos 1960, como um local em que a prática do futebol amador tornou-se muito disseminada, sendo o lugar em que diversos times foram fundados[131]. Dentre eles um, fundado em 1976, no bairro Fortaleza, era formado majoritariamente por trabalhadores negros. Estes jogadores eram parentes de um dos membros da primeira diretoria do CCEF, Astor David, que também era uma liderança política na cidade. Antes do Centro Comunitário, as partidas eram jogadas

> na [Rua] Fritz Koegler [...]. Não dava pra botar onze de cada lado, então a gente botava cinco, mas fazia, em família, e inventamos de fazer um time de futebol. E quem se dava bem na família fomos colocando. [...] Aí quando eles viram que tinham um futebol menor, que não dava de acompanhar a gente, porque não tava no ritmo, aí nós montamos o time titular e o time aspirante.

[130] LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 126-130.

[131] FERREIRA, op. cit., 2007, p. 242.

> Assim, um aspirante bom, e o titular bom. Aí só, do início nós pensamos em fazer um time idêntico ao Próspero de Criciúma. Que na época, em Criciúma, o Próspero só, tinha só crioulo no time, mas só que a camisa era vermelha. Achava meio feio, mas fazer o que? Porque não gostava de flamenguista[132].

A família David já havia participado de um time de futebol em sua cidade natal e usou o mesmo nome para batizar o novo grupo que foi chamado Galeão Esporte Clube. A origem do nome Galeão pode estar relacionada a um "navio a vela de alto bordo, de guerra ou mercante, usado entre os séculos XVI e XVIII"[133], mas também referencia um regionalismo português, com forte herança no litoral catarinense, para designar uma embarcação que acompanha os barcos de pesca da sardinha. Ainda é possível registrar que, em Garopaba, cidade de origem da maior parte da família, há uma pedra com inscrições rupestres que recebe o nome de "Pedra do Galeão" e é considerada na região como um "local muito respeitado pelos antigos pescadores [...], por estar ligado a mitos e tabus. Contam do aparecimento de assombrações, luzes que entram e saem do mar, de um buraco no mar que não tem fundo [...]". A simbologia do lugar e seus diversos sentidos para a população local também se estende ao "time oficial de futebol da cidade, [que] tem o nome de Galeão, em homenagem à pedra"[134]. A referência à equipe de Garopaba está na fundação do time em Blumenau que, segundo José Nilton David, trabalhador metalúrgico e membro do Galeão, foi fundado, não para participar da liga blumenauense, mas para jogar em outras cidades do Estado.

> Quando nós jogávamos [...] sábado em Tubarão, à noite, domingo nós [arrumávamos] um jogo em Laguna ou Imbituba, ou Criciúma. Mas geralmente a gente já fazia o segundo jogo, lá da cidade do primeiro pra cá, pra chegar mais cedo em casa, porque segunda-feira a gente trabalhava. O pessoal pegava cinco da manhã na Electro Aço [Altona], outros pegavam às sete. Esse era o nosso time[135].

---

[132] DAVID, op. cit.
[133] *Dicionário enciclopédico ilustrado Larousse*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, p. 488.
[134] Contido em http://kelerlucas.com.br/sc/garopaba.html. Acesso em: 25/02/2012.
[135] DAVID, op. cit.

O objetivo era poder passear com a família durante os finais de semana, porém, com a preocupação de estar em condições de trabalhar na segunda-feira, o que representa uma afirmação de sua condição de trabalhadores. As lembranças apontam para o desejo de sair da cidade de moradia e trabalho diário para utilizar os momentos de tempo livre em favor de si mesmo e demonstram o desejo de quebrar a lógica do trabalho ininterrupto em Blumenau. Esta pode ser considerada uma resposta à modernização das cidades neste período, fator que força uma adequação da população às regras mais rígidas do capitalismo, que transformam as relações de trabalho para intensificar a produção industrial. A relação dos jogadores do Galeão Esporte Clube com os times de futebol amador dos outros clubes de Blumenau não indica interação e sociabilidade. A maioria negra que compunha o time, oriunda do litoral catarinense, conflitava com o entrosamento e a identificação que os times de futebol da cidade, formados há mais tempo, já possuíam e que o Galeão Esporte Clube ainda não havia conseguido construir.

Mencionada como um dos destinos do time, Imbituba é a cidade de origem de José Nilton David. Localizada no litoral sul de Santa Catarina, demonstra e preserva características da cultura litorânea brasileira de origem portuguesa, como práticas de pesca, mitos e folguedos. Quase toda a família migrou do litoral para o Vale do Itajaí em busca de condições de trabalho mais apropriadas. A maioria é originária de Garopaba, cidade de cultura açoriana com a economia baseada na pesca, primeiro de baleias e depois de peixes. A partir dos anos 1970 o turismo tornou-se a principal atividade de subsistência, mas a população local permanecia vinculada à atividade pesqueira. Vizinho de Imbituba, o município dista 90 quilômetros de Florianópolis e conta atualmente com cerca de vinte mil habitantes. Em relação aos migrantes do litoral, algumas esferas sociais da população blumenauense consideravam que, além de serem negros, uma característica concebida como inadequada aos padrões de uma sociedade branca e industrial, carregam consigo as mazelas de "indolência" do litoral e se caracterizam como um "tipo específico que seria portador de características essencialmente negativas, como a incapacidade, a indolência, a decadência, o atraso, etc., o que contribuiu fortemente para criar um campo de verdades e justificar os desejos de intervenção tutelar das

elites"[136].

A relação com os chamados "brasileiros", representados principalmente por pessoas naturais do litoral, nem sempre era desejada pelos descendentes de alemães. A situação dos membros do time, em sua maioria negros, era dificultada, pois os afrodescendentes muitas vezes eram vistos como mais brutos, agressivos, incapazes para o trabalho livre que os descendentes de europeus, principalmente porque, após a abolição, não admitiram, de forma eficiente, a valoração positiva que se tentou dar à nova ordem trabalhista, pois desde a instituição da República, "desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social"[137].

No futebol nacional, a inserção de jogadores mulatos ou negros, provenientes das classes populares, nos clubes de elite ou nas ligas, gerou conflitos e desistências de jogadores e até de times inteiros. Mesmo com a tentativa de burlar as regras que restringiam a participação de atletas de cor nos campeonatos amadores, a aceitação de negros nos clubes de futebol ocorreu apenas quando o esporte tornou-se profissional e, mesmo assim, com diversas restrições, principalmente quando os times saíam do Brasil. As derrotas nas copas de 1950 e 1954 reavivaram o desprezo pelo futebol jogado pelos afrodescendentes, preconceito que só foi revogado após a vitória brasileira na Suécia, em 1958[138].

No ano seguinte à criação do Galeão Esporte Clube, decidiu-se formar uma escola de samba, visto que, enquanto não estavam em campo, os jogadores do Galeão tocavam samba. Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba "Protegidos do Galeão" foi o nome dado ao grupo que objetivava ações recreativas, esportivas, culturais, musicais e coreográficas. A diretoria era hierarquizada, contemplando produções voltadas à realização dos objetivos, através das direções de produção social, artística, cultural e de patrimônio[139].

Para que os trabalhadores migrados do litoral mantivessem sua própria cultura e identidade, preservando as práticas realizadas em suas

---

[136] ARAÚJO apud FERREIRA, Cristina. *Cidadania e Identidade na Sociedade Teuto-brasileira*: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) UFSC/SC, p.119.

[137] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 2005, p. 49.

[138] LOPES, op. cit., p. 133-149.

[139] Estatuto da Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba "Protegidos do Galeão", Banco de dados estatutário do NEPEMOS-FURB.

cidades natais, era necessário encontrar ou criar espaços nos quais pudessem exercer suas manifestações com liberdade e independência. Para essas pessoas, vindas de uma região historicamente estigmatizada por determinados grupos do Vale do Itajaí, a criação de um time de futebol e uma escola de samba lhes permitia viver uma cultura com a qual se identificam. Esta é uma situação em que é possível entender a "'cultura' [...] como uma espécie de recurso, de formas ou alternativas de conduta ou comportamento historicamente disponíveis aos membros de uma determinada comunidade ou classe social"[140].

A intervenção política de Astor David, que era comandante da Rádio Patrulha, certamente influenciou as lideranças locais, que logo perceberam a oportunidade de obtenção de votos, apoiando a nova sociedade e, inclusive, doando instrumentos e trajes para os desfiles. Os empresários metalúrgicos da cidade, patrões de vários sambistas, também contribuíram: "na Electro Aço [Altona] a gente ganhou apoio, no Figueiras nós ganhamos apoio, inclusive nosso chefe acompanhava os ensaios, o prefeito Félix Theiss acompanhava os ensaios, e, olha, dia de ensaio na Fortaleza tinha mais gente do que a festa do padroeiro da igreja"[141].

Este é um indicativo de que além de apoiar, o empresariado e o poder público estavam presentes nos ensaios, pois a institucionalização do lazer, mesmo que na forma de uma escola de samba, permitia um maior controle das atividades realizadas no tempo livre. Desde a libertação dos escravos, o samba sempre fora visto como o ritmo tocado pelos chamados "malandros", considerados "vadios" e praticantes da ociosidade, que no período da ditadura militar era repugnada. O conceito de "vadiagem" aparece como a inversão de todas as normas que devem ser praticadas pela classe trabalhadora, através da negação de "todos os predicados associados ao mundo do trabalho", reforçando o "mito da preguiça inata do 'trabalhador nacional'"[142]. Mas este controle não era fatal e os sambistas procuravam aproveitar as doações, e se divertir na companhia uns dos outros.

Protegidos do Galeão, Unidos do Palmeiras e Unidos de Blumenau eram as três escolas de samba que, durante o carnaval, por três anos desfilaram na XV de Novembro, principal rua do centro da

[140] CHALHOUB, op. cit. 2005, p. 255.
[141] DAVID, op. cit.
[142] CHALHOUB, op. cit., 2005, p. 73.

cidade. O incentivo ao samba pelo poder público, de incumbência da prefeitura municipal, se concretiza na organização do desfile de 1976, com a presença do prefeito Felix Theiss durante os ensaios e no espaço cedido para o armazenamento dos instrumentos da escola, no estádio Aderbal Ramos da Silva.

A gestão seguinte, comandada por Renato Vianna, manteve os desfiles por mais dois anos[143], mas, em geral, ocorria certa desvalorização do carnaval de rua e apreço pelo carnaval nos clubes. Durante os três anos em que ocorreram desfiles, diversas notícias a respeito do Carnaval veiculadas nos jornais locais enfatizavam as dificuldades das escolas de samba e o insucesso dos desfiles devido à falta de apoio do poder público e de particulares, à desorganização das escolas e, principalmente, à ausência de interesse e de participação dos blumenauenses, tanto enquanto plateia, quanto como membros das escolas. Por outro lado, ocorre uma valorização dos bailes de carnaval organizados pelas associações nos bairros, muitas vezes realizados nas sedes dos Clubes de Caça e Tiro.

A capa do Jornal de Santa Catarina do final de semana de carnaval em 1977 mostra um exemplo do escasso incentivo recebido pelas escolas:

[143] DAVID, op. cit.

Acervo: Jornal de Santa Catarina


Com a fraca e tímida apresentação das improvisadas escolas de samba, o blumenauense optou, como já de tradição, pelos bailes carnavalescos das sociedades, que tiveram seus salões e dependências totalmente lotadas desde sexta-feira, quando Momo iniciou seu reinado em Blumenau. Hoje o trânsito da Rua XV de Novembro será novamente interditado, para que os "Protegidos da Gaiola", e "Unidos do Palmiras", voltem a desfilar, tentando mais uma vez vez quebrar a apatia de público [illegible]

Figura 4: Foto do desfile de Carnaval de 1977[144].

Abaixo da imagem está escrito:

> Com a fraca e tímida apresentação das improvisadas escolas de samba, o blumenauense optou, como já é tradição, pelos bailes carnavalescos das sociedades, que tiveram seus salões e dependências totalmente lotadas desde sexta-feira, quando Momo iniciou seu reinado em Blumenau. Hoje o trânsito da Rua XV de Novembro será novamente interditado, para que

[144] *Jornal de Santa Catarina*, 22 e 23/02/1977, Capa (AHJFS).

> os "Protegidos do Galeão" e "Unidos do Palmeiras", voltem a desfilar, tentando mais uma vez quebrar a apatia do público (p. 9).

Na foto, apesar de o jornal contabilizar um pequeno número de expectadores muito tímidos, pode-se averiguar um desfile de rua com uma plateia numerosa e foliões fantasiados e animados. Embora houvesse um discurso negativo e, mesmo diante do empenho do poder público em divulgar as características da cultura germânica, durante este período ainda foram permitidas manifestações da cultura popular brasileira nas ruas de Blumenau. A participação de três escolas de samba nos desfiles de carnaval, e os encontros nos ensaios, permitia aos sambistas um divertimento diverso daquele majoritário no município.

José Nilton David conta que pouco tempo depois "uma pessoa que eu nem quero, nem quero mencionar o nome, disse que Blumenau é lugar de turista descansar no Carnaval"[145]. O ressentimento na fala de José Nilton pode ser caracterizado pela aversão a uma dominação e vem marcado por uma espécie de conflito[146], ou seja, existe uma animosidade concentrada em um representante do poder público, encarregado de anunciar a decisão de acabar com os festejos e desfiles públicos que davam prazer aos foliões.

O fato mencionado demonstra que na luta pelos poderes políticos e econômicos instituídos em Blumenau, vence uma decisão unilateral: a escolha pela cultura germânica, por isso, os desfiles carnavalescos simplesmente não foram mais realizados. Sabe-se que uma ação como esta é uma tática política do governo municipal e não uma decisão tomada apenas por um indivíduo. A pessoa sobre a qual José Nilton David projeta seu ressentimento era o chefe do Departamento de Turismo da época, Francisco Canolla Teixeira, um dos maiores incentivadores da tradição alemã em Blumenau. Em todo o período em que ocorreram os desfiles, as declarações de Canolla sempre foram contrárias à realização das paradas carnavalescas. Porém, mesmo sem desejar, o chefe do Departamento de Turismo auxiliou a promoção do evento até o ano de 1978. Em 1979, em matéria intitulada "Blumenauenses que gostam de carnaval vão a Florianópolis", o *Jornal de Santa Catarina* se limita a reproduzir o discurso do representante da

[145] DAVID, op. cit.
[146] ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 16.

pasta do Turismo municipal e anuncia:

> Parece que o Carnaval – principalmente o de rua – não "pega" em Blumenau. Já houve diversas tentativas, mas reconhecendo o insucesso, o próprio Departamento de Turismo deixou de se preocupar com o Carnaval, este ano. Segundo Canolla, titular do departamento, "quem gosta de Carnaval vai a Florianópolis". Acrescentou que turistas vem a Blumenau exclusivamente para "curtir" a cidade e descansar[147].

Este discurso representa uma reafirmação da posição dos governos deste período que acreditavam que Blumenau deveria privilegiar a tradição germânica e a promoção de festividades como o carnaval poderia conflitar com a proposta de divulgar a cidade como "um pedaço da Alemanha no Brasil". Por isso, dizer que o carnaval de rua não fazia sucesso entre os blumenauenses era afirmar que a população desta cidade não se divertia com os costumes populares brasileiros e quem gostasse deste tipo de manifestação deveria ir ao litoral, local em que as tradições açoriana e negra eram mais arraigadas.

A falta de condições econômicas e a pouca importância dada aos sambistas reflete-se até mesmo na escassez de fontes documentais sobre a Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba "Protegidos do Galeão". O estatuto revela muito pouco e no arquivo histórico de Blumenau, com exceção dos jornais, inexiste documentação a respeito. Os sambistas do Galeão não conseguiram continuar com seus festejos publicamente, pois "a escola ficou dois anos esperando uma oportunidade pra voltar, através da administração pública. [Mas] eles achavam que Blumenau era lugar de turista vir descansar e o turista gostou do carnaval de Blumenau. Só que na troca de prefeito, não foi"[148].

Astor David já estava idoso e doente e ficou impedido de auxiliar a sociedade de samba. Mas, o grupo continuou a se encontrar para jogar

---

[147] BLUMENAUENSES que gostam de carnaval vão a Florianópolis, *Jornal de Santa Catarina*, 25 e 26/02/1979, Caderno 2 (AHJFS).
[148] DAVID, op. cit.

futebol e tocar, mesmo sem desfilar no carnaval. Segundo José Nilton David, a situação se agravou em 1983, quando todos os instrumentos da sociedade se perderam devido à inundação no estádio Aderbal Ramos da Silva onde estavam guardados. Como os participantes eram trabalhadores, nem todos tiveram condições de recuperar ou comprar novos instrumentos, mas isso não os impediu de manter as rodas de samba e os jogos de futebol na "cidade alemã". Os sambistas do Galeão continuaram se encontrando nas casas de amigos e em bares, principalmente nos Bairros Fortaleza e Itoupava Norte, onde grande parte dos seus membros residia. "Depois, tinha um bar chamado Cabana, na Rua 25 de Julho, bem em frente ao Posto do Miguel, que ali o sambão rolava sexta e sábado. Nós nos encontrávamos ali nos finais de semana"[149].

O espaço público e os incentivos governamentais são facilitadores, mas não são determinantes para a preservação da cultura. Por isso, os sambistas do Galeão continuaram se encontrando em outros lugares. Trabalhadores que eram, encontraram brechas para quebrar o incentivo à maciça cultura germânica e continuaram tocando o seu samba. Esta associação é, portanto, reflexo de movimentos de luta pela possibilidade de optar pela ocupação do tempo livre que fosse mais agradável aos seus participantes, além de expressar a escolha pela manutenção da sua própria identidade.

[149] Idem.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico de Blumenau era marcada pela a dificuldade em aprender um novo ofício, a tentativa de controle e de vigilância do tempo livre, das sociabilidades e das ações e ideias políticas e a estigmatização étnica, às vezes praticada por antigos moradores identificados com costumes germânicos. Os registros deixados por eles demonstram que os metalúrgicos constituíam-se majoritariamente de homens, migrantes, com culturas diversas, vindos com suas famílias das pequenas cidades catarinenses. Eles formaram, ao longo dos anos mais repressivos da ditadura brasileira, uma categoria que, se não era diretamente combativa, encontrava brechas e meios para negociar avanços e criar ações que melhorassem, dentro do possível, a sua qualidade de vida. O processo histórico vivido esses operários sempre vinculava as esferas do social com a política, a economia e a cultura, que eram apreendidas, interpretadas e reelaboradas. A atuação governamental e empresarial procurava desenvolver o capitalismo no país sem incluir e valorizar os trabalhadores, impedindo greves e enfrentamentos mais diretos e agressivos, por isso, os mais pobres aproveitavam outros espaços em que pudessem agir.

Esses operários, em geral, eram migrantes que nasceram nas pequenas cidades do Estado de Santa Catarina e se transferiram para a cidade mais industrializada do Vale do Itajaí em busca de empregos, pois as pequenas propriedades nas áreas rurais, divididas a cada nova geração, já não produziam o suficiente para sustentar as famílias. Ao chegarem a Blumenau enfrentavam dificuldades de adaptação a uma nova rotina industrial, onde a principal forma de subsistência estava atrelada ao emprego na fábrica, o que gerava insegurança, pois os meios de produção estavam fora do seu domínio.

Eles muitas vezes plantavam e criavam animais nos seus terrenos ou faziam pequenos serviços (bicos) pela vizinhança, o que lhes assegurava ao menos a alimentação, pois no trabalho industrial a garantia do salário no fim do mês, uma vantagem em relação à produção agrária que era dependente de fatores naturais, estava condicionada à manutenção do emprego pela vontade do patrão. Além disso, a produção de alimentos no ambiente residencial ou a realização de trabalhos na

casa de vizinhos ou parentes, muitas vezes se misturava com outras tarefas do dia a dia e se tornavam, em parte, lúdicas e comunitárias.

Esses trabalhadores normalmente conseguiam residir próximo das fábricas em que trabalhavam e isso diminuía os tempos de deslocamento e facilitava a vida em comunidade e a solidariedade entre a classe, pois a grande maioria se instalou na região Norte da cidade. Os patrões também costumavam morar perto das fábricas e dirigiam-nas pessoalmente, o que gerou uma característica familiar às empresas que, em muitas interpretações, é estendia à relação entre patrões e empregados. Além disso, a raridade nas greves e a baixa combatividade dos trabalhadores, sobretudo neste período, fez com que muitos considerassem esta uma sociedade paternalista.

Mas, ao olhar de perto para a vida dos trabalhadores de Blumenau é possível descrevê-la por outros ângulos, porque a vida das pessoas não se desenvolvia harmoniosamente apenas em torno da "casa-grande". Os bares, a rua, as associações, as férias e a família ocupavam parte significativa da atenção dos moradores deste lugar, que possuíam interesses, cultura e política diferentes dos seus patrões. A ausência desta percepção traz consequências, porque a noção de "paternalismo" é normativa: sugere consenso, mutua admissão, afetividade, consciência dos deveres tanto do "pai", quanto dos "filhos", criando um conforto emocional, que provavelmente não existia de fato. Por outro lado, a noção de paternalismo possibilita entender também a mediação das relações sociais, que, sob uma interpretação dialética permite ver as ações dos empresários a partir de baixo e entendê-las, não como manipulação, mas como conquistas, apaziguamento, concessão[1].

O jogo político do qual os operários participavam incluía negociações com os donos das fábricas e, inclusive, retribuições através do voto, sempre atentos às conquistas recebidas. De forma geral, eles consideravam ganhar alguma vantagem na relação, sobretudo em comparação com mundo rural que haviam deixado para trás e com a realidade, bastante mais precária, de outras partes do país. A relação entre patrões e operários, que em um olhar superficial parece ser de simples obediência ou temor, em muitos casos era sentida pelos próprios operários a partir da noção de reciprocidade.

Na polarização de interesses, percebida pelos trabalhadores, havia uma negociação, sem a ameaça de greves, mas com disputas políticas e

[1] THOMPSON, Edward. P. "A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classe?" in FONTANA, Josep (org.). *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Crítica, 1979, p. 17-20.

determinada insubordinação. Essa proximidade e cordialidade não os impedia de ter ciência do jogo econômico e social a que estavam submetidos. A incerteza na garantia do emprego certamente amedrontava os novos funcionários, que preferiam negociar com o patrão a confrontá-lo e correr o risco de perder o emprego. Por isso, não faziam enfrentamentos diretos e eram dóceis no trato com seus superiores, mas agiam em benefício próprio e burlavam as regras impostas que lhes parecessem injustas. Caso fossem descobertos, o sindicato auxiliava na defesa dos operários, usando a ameaça das leis trabalhistas e em alguns casos, de fato, o apelo à justiça.

Isso ocorria porque, apesar dos limites impostos pelo governo federal à atuação dos sindicatos e dos juízes trabalhistas, o aspecto de constitucionalidade restringia as arbitrariedades, porque "a noção de domínio da lei impõe mediações ao uso da força pura como meio de dominação, e pelas suas características possibilita mesmo vitórias parciais dos dominados"[2]. O desempenho da Justiça do Trabalho durante os primeiros anos do regime civil-militar aponta uma "dificuldade do Tribunal [do Trabalho] em quebrar com certos procedimentos, já bastante arraigados na instituição trabalhista" e conhecidos pelos trabalhadores, "e ignorar a existência de uma jurisprudência que carregava direitos conquistados nas décadas anteriores"[3].

A censura, o assistencialismo e a propaganda do governo, que negava a falta de democracia e a violação aos direitos humanos, camuflavam a verdadeira situação dos pobres. Mas, mesmo com profundas restrições, a promulgação da constituição, a existência de eleições e de partidos políticos, o funcionamento do congresso, em alguns períodos, e as propagandas davam ao regime a aparência de um Estado de direito. A aprovação, no Congresso Nacional, da Constituição de 1967, que incorporava a maioria dos atos institucionais decretados até então, ajudava a assegurar a ordem social, mas também poderia limitar o autoritarismo. A manutenção da lei gerava certa segurança à

[2] FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. *História Social*. Campinas-SP, nº 2, 1995, p. 93.

[3] CORRÊA, Larissa R. A "rebelião dos índices": política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Militar (1964-1968). In: GOMES, Angela M. de C., SILVA, Fernando T. da (Org.). **A** *Justiça do Trabalho e sua história*: direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013a, p. 292.

grande massa dos cidadãos, que a utilizava para evitar que as práticas abusivas se tornassem vulgares, pois

> a retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas. Simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos. E muitas vezes é a partir dessa mesma retórica que se desenvolve uma crítica radical da prática da sociedade[4].

A ditadura civil-militar brasileira, mesmo nos seus anos mais duros, tentou manter uma aparência democrática e a realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico em Blumenau e a permissão para apresentar pautas reivindicativas reforça essa ideia. As leis, por mais proibitivas que fossem, limitavam a repressão, e quando a violência ultrapassava alguns limites, havia denúncias e manifestações populares. As resoluções do Congresso, de forma geral, permitem afirmar que a busca por direitos e a militância ainda faziam parte do cotidiano dos trabalhadores e das lideranças sindicais em 1968, porque embora estivessem constrangidos a evitar "manifestações públicas", "estudos demonstr[am] que a ação de militantes continuou existindo no interior das empresas, que se transformaram no campo de uma dura e silenciosa batalha pela rearticulação do movimento sindical"[5].

Se as questões comunitárias e identitárias ocupavam as preocupações dos trabalhadores metalúrgicos, as pautas trabalhistas não ficavam de fora do dia a dia dos operários, principalmente diante da realidade do país. Os confrontos eram diminuídos, mas as negociações eram permeadas de intimidações baseadas, principalmente, dos direitos trabalhistas que, ao menos formalmente, ainda eram mantidos. Os sindicalistas dos grandes centros brasileiros aproveitavam a "limpeza" que foi feita após o golpe de 1964. Já as lideranças locais usavam da

[4] THOMPSON, Edward. P. *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, p. 356.
[5] GOMES, Angela M. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 58.

proximidade de ideias que tinham com estes grupos para angariar vantagens e se projetarem nacionalmente, obtendo vantagens e instruções de como negociar de forma mais eficiente.

Os contatos com a estrutura sindical nacional se fortaleceram a partir do relação com o sindicalista Getúlio Reimer, que propôs a realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico em Blumenau. Se nas práticas do dia a dia do sindicato as negociações eram cordiais, neste evento, em meio a conflitos e pressionados tanto pelos anseios dos trabalhadores, quanto pela vigilância governamental, os representantes dos metalúrgicos realizaram um congresso que expõe, em seus anais, posições combativas em relação às mudanças na legislação trabalhista e a defesa dos interesses da classe trabalhadora. As discussões das comissões técnicas geraram relatórios críticos a respeito da situação das classes populares brasileiras, que, encaminhados para o plenário, continham resoluções que censuravam a política e a economia nacionais e buscavam melhorias para a vida dos metalúrgicos e dos trabalhadores em geral.

Estes trabalhadores manifestavam certa crença no diálogo, pois muitas das suas reivindicações buscavam a criação ou recuperação de leis que mediassem os conflitos sociais e acabassem com as arbitrariedades. Pelo conteúdo das teses e pela quantidade de advogados trabalhistas presentes no encontro, nota-se a preocupação com a legislação vigente, sobretudo a trabalhista e a previdenciária, e a tentativa de aproveitar os benefícios possíveis. A lei aparece como primeiro recurso de luta, através da pressão exercida sobre as autoridades (congresso, presidente e órgãos do governo), sendo que os protestos só eram previstos quando as normas não atendiam aos seus interesses, como nos casos da lei de greve e lei do arrocho salarial.

Demonstram-se, também, preocupados com os problemas enfrentados pelo país ao criarem uma comissão para discutir os problemas nacionais e, apesar de reconhecerem que grande parte da população não possui empregos formais e, por isso, não é sindicalizada, consideram os sindicatos os representantes legítimos do povo e dos seus interesses, ao pedirem a participação destas entidades nas instituições e programas de interesse dos trabalhadores e demandarem mais poder aos sindicatos para intervirem em questões da sociedade.

A atuação da direção do Sindicato da categoria em Blumenau buscava minimizar as adversidades, conquistando melhorias disponibilizadas pelo governo federal e negociando melhores salários e proteção para os operários. Em outro ponto, a diretoria também usava a estrutura sindical em beneficio próprio, acomodando-se na liderança da entidade, onde, por exemplo, José Carvalho da Silva permaneceu como presidente por quase vinte anos. O que se pode entender do conjunto de atividades produzidas pelo SINDTIMMMEB ao longo dos anos mais duros da ditadura é que os sindicalistas e os trabalhadores percebiam a oposição de interesses de classe, mas, mais que combater os interesses dos empresários, eles buscavam aproveitar as vantagens que pudessem tirar da situação.

Tentando evitar grandes mobilizações reivindicatórias, diante das políticas de arrocho e de retirada do povo das discussões políticas nacionais, o governo federal promoveu o assistencialismo e ajudou os sindicatos a se estruturarem. Isso permitia ao governo dizer que valorizava o trabalhador e o movimento sindical, sem prejudicar os objetivos de industrializar o país. As questões nacionais eram discutidas apenas nos congressos, quando pediam mais participação para resolver os problemas da nação. Mas era justamente contra isso, a república sindical, que os militares lutaram quando assumiram o poder. Os sindicalistas que assumiram após as intervenções desejavam a liberdade que existia antes do golpe, mas sem aqueles líderes que os impediam de vencer as eleições. Em Santa Catarina essas disputas eram menos claras porque os sindicatos eram pequenos e não havia oposição forte. Após o golpe o sindicalismo catarinense não sofreu grandes alterações, mas ganhou um impulso que o projetou nacionalmente e ajudou a ampliar suas atividades locais.

Houve ainda uma ampla intervenção do MTPS e da DRT nas questões e ações do sindicato e um controle das suas obrigações, pelo envio de ofícios e circulares informando as datas e métodos para os procedimentos. O governo desejava usar a estrutura já formada e incentivar a criação de novas instituições a partir de uma legislação que já tinha respaldo na sociedade, para dar uma aparência de legalidade aos seus mandatos. "Ao mesmo tempo que demonizou o "populismo" de seus antecessores, a ditadura não só manteve intactas, como também ampliou as estruturas corporativas herdadas". Ela também criou "um sistema previdenciário universal, sob controle do Estado"[6]. O governo

[6] MOTTA, Rodrigo P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In*: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo

criava ações para moldar o sindicalismo brasileiro e instituiu mecanismos, como o FGTS e o INPS, para inserir o trabalhador nacional no "mercado de trabalho" do capitalismo mundial.

A administração federal também soube usar a estrutura sindical como forma de aproximação com a sociedade. Os sindicalistas que não foram cassados e os que entraram depois das cassações aderiram aos programas governamentais e aproveitaram os benefícios concedidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, que ajudavam na organização e estruturação dos sindicatos. Estes fizeram uma resistência interna, lutando pela ampliação dos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que eram difusores das políticas de assistência e modernização do governo, em uma espécie de "jogos de acomodação, que transbordam a tipologia binária "resistência x colaboração""[7]. Tinham uma ação que não era de cooptação, nem de combatividade, mas de negociação, em que não sobreviveram nem a liberdade de ideias e nem a livre negociação, mas o incentivo às políticas assistencialistas buscando sempre manter um controle estatal.

Mas esse controle não era uma via de mão única e o sindicato soube aproveitar a tentativa de valorização destas instituições para ampliar suas políticas e seu poder, mesmo que nem sempre isso significasse aumento salarial ou melhores condições efetivas de trabalho. O SINDTIMMMEB aumentou seu patrimônio e a intervenção que realizava na vida de seus associados, oferecendo diversos serviços e reembolso de parte das despesas médicas e farmacêuticas. A necessidade de filiar novos sócios para oferecer mais assistência era um ciclo que nunca se completava, pois quanto mais sócios tinha, maiores eram as despesas, além dos gastos com a estrutura e modernização da sede.

Mas, se os sindicalistas aproveitavam as possibilidades de equipar o sindicato e oferecer assistência, também estavam atentos às negociações nacionais e, quando possível, apresentavam reivindicações de aumentos salariais e melhorias no trabalho. Assim, antes do endurecimento do regime e após a promessa de Geisel de distensionar a política nacional, o sindicato apresentou propostas de acordo e dissídio coletivos. Nos momentos de maior repressão, procuravam aumentar os

---

Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. 50.

[7] Idem, p. 55.

salários por outros meios, como nos pedidos de vistoria para pagamento de adicional por insalubridade e periculosidade. A entidade aproveitava suas relações com os órgãos de representação de classe nacionais, estaduais e mesmo com outros municípios e estava atenta às pautas apresentadas naqueles locais, para adaptar as reivindicações à realidade blumenauense.

No município, além das questões de trabalho, essa população tinha dificuldades quanto às estruturas públicas nos locais onde moravam. As pautas comunitárias faziam parte do cotidiano das classes populares, pois faltavam serviço de saúde, calçamento nas ruas, encanamento, iluminação, telefones públicos etc. Blumenau, durante a segunda metade do século XX, teve um alto desenvolvimento industrial, e, por isso, atraiu diversos trabalhadores, que chegavam em busca dos empregos disponíveis. Mas, muitas destas pessoas vindas de outras regiões passaram a ocupar as áreas da cidade impróprias para moradia. As ações dos governos do MDB, durante a ditadura, pretendiam garantir e aumentar a oferta de empregos sem ter como preocupação principal a qualidade de vida e o atendimento às necessidades fundamentais da população mais pobre. Essas pessoas encontraram formas de reivindicar políticas públicas e obras que considerassem mais importantes através do contato com vereadores e outros políticos que encontrassem. As associações desportivas e de lazer tiveram papel importante, pois durante os momentos de divertimento os trabalhadores discutiam as pautas sociais e comunitárias.

Com o intuito de atrair turistas, o poder público local também passou a divulgar uma cidade homogeneamente germânica, incentivando as manifestações que se pretendessem tradicionais. A construção de dessa identidade para a cidade de Blumenau camuflou os grupos que não representavam as manifestações culturais em destaque no período. Os clubes de caça e tiro tradicionais foram incentivados, tornando-se o lazer associativo oficial da cidade e ignorando as demais manifestações culturais. A busca pela modernidade, representada pela criação de novas associações, coexistiu com a tentativa de reavivar lazeres trazidos pelos imigrantes alemães. Todavia, a diversidade de opções das atividades de sociabilidade e desporto possibilitava aos indivíduos realizar as escolhas mais adequadas às suas necessidades, tornando-as desejadas e agradáveis. Os grupos que se identificavam com a cultura alemã aproveitaram o incentivo do poder público aos CCT's para fortalecer as suas associações e usá-las para angariar obras e outras melhorias para aquelas comunidades. Outras entidades, no entanto,

sofreram com a falta de apoio do poder público, permanecendo obscurecidas e conservando dificuldades na sua manutenção.

Todavia o espaço público e os incentivos governamentais não eram determinantes para a preservação da cultura. A falta de identificação com o associativismo local fez com que alguns dos trabalhadores criassem suas próprias entidades, ou frequentassem espaços não institucionalizados, o que indica uma busca pela liberdade de escolha das atividades realizadas no tempo livre, das opções identitárias e pela luta por melhores condições de vida.

# FONTES

## 1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS)

1.1. Documentos

1.1.1. Fundo: Câmara Municipal de Blumenau

Requerimentos dos Vereadores (1967-1976):

OLIVEIRA, Afonso de.

LIBERATO, Armando B.

MÜLLER, Carlos B.

NEVES, Jonas R. C.

SOARES, Luís A.

GONÇALVES, Manoel V.

SOUZA, Nelson J.

SASSE, Victor Fernando.

1.1.2. Fundo: Sindicatos

Estudos sobre: FGTS. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).

Estudos sobre: PEBE. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 15 (AHJFS).

Negociações Coletivas de Trabalho: acordos - dissídios. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 18 (AHJFS).

Aos congressistas metalúrgicos, aos trabalhadores em geral, às autoridades e ao povo brasileiro. Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Manifesto, aos trabalhadores e ao povo em geral. AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Regimento Interno do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico, AHJFS, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Relatório da 1ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Relatório da 2ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Relatório da 3ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

Relatório da 4ª Comissão Técnica, Fundo: Sindicatos, Grupo: Política Sindical, Encadernação nº 45 (AHJFS).

1.1.3. Fundo: Memória da Cidade

7.1.1.2.19. Doc 02. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS).

7.1.9.1. Doc-04. *Revista 90 anos da Sociedade Ipiranga*, Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).

7.1.4. Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).

7.4.1.1.Doc.-01. Fundo: Memória da Cidade. (AHJFS).

Confederação Brasileira de Bocha e Bolão. *Regra oficial sul-americana do desporto da bocha*, 1992. Fundo: Memória da Cidade (AHJFS).

1.1.4. Fundo: Processos Crime

Lista de Processos Crime (AHJFS).

1.2. Notícias de Jornais

ELEITA nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. *A Nação*, 1º/09/1968, 6ª Página (AHJFS).

SERÁ aberto hoje (20 horas) o VI Congresso Nacional dos Metalúrgicos, *A Nação*, 04/09/1968, 8ª Página (AHJFS).

CONGRESSO dos Metalúrgicos: hoje a solene instalação, *A Nação*, 05/09/1968, 8ª página (AHJFS).

METALÚRGICOS da América Latina e Caribe, inclusive dos quatro cantos do Brasil, reunidos em Blumenau, *Cidade de Blumenau*, 06/09/1968, Capa (AHJFS).

PALAVRA de um líder trabalhista. *A Nação*, 06/09/1968, 8ª Página (AHJFS).

*Jornal de Santa Catarina*, 22 e 23/02/1977, Capa (AHJFS).

BLUMENAUENSES que gostam de carnaval vão a Florianópolis, *Jornal de Santa Catarina*, 25 e 26/02/1979, Caderno 2 (AHJFS).

AS 50 maiores no ano de 1979. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 20 de agosto de 1980, p. 09. (AHJFS).

1.3. Relatórios de prefeitos

BLUMENAU. Prefeito (1977-1982: Vianna). *O Governo Vianna*: 20 meses de administração popular.

BLUMENAU, Prefeito (1977-1982). *O Governo Vianna*: Quatro anos que fizeram de Blumenau uma cidade ainda mais humana e desenvolvida (AHJFS)**.**

**2. Arquivo Público do Estado do Paraná APPR**

DOPS. Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Código de Referência BR PRAPPR,XX PB4.0.PT.333. Banco de Dados: Memórias Reveladas (APPR).

**3. Arquivo Público de São Paulo**

Doc. 50-Z-883-247 (AESP).

Doc. 50-Z-180-1267 (AESP).

Doc. 50.Z.9.10275 (AESP).

Prontuário 3362 (AESP).

**4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**

4.1. Notícias de Jornais

SÍNTESE: Blumenau. *O Estado*, 05/09/1968.

SÍNTESE: Blumenau. *O Estado*, 07/09/1968.

**5. Entrevistas**

DAVID, José Nilton. [outubro, 2008]. Entrevista concedida para a autora.

KRIEGER, Conrado. [fevereiro, 2011]. Entrevista concedida para a autora.

NETTO, Waldyr Pedro Del Prá. Porque o Congresso em Blumenau. Relato por escrito, enviado para Sara Krieger do Amaral, 2012.

NETTO, Waldyr Pedro Del Prá, [maio, 2014]. Entrevista concedida para a autora.

STÜPP, João. [julho, 2015]. Entrevista concedida para a autora.

TRIBESS, Roberto. O Centro Comunitário e Esportivo Fortaleza. Relato por escrito, enviado para a autora, em setembro de 2007, como fonte para o projeto "Cultura Simbólica no Associativismo Civil em Blumenau: contrastes e prazeres na história do tempo livre dos trabalhadores da cidade (1970-1984)", vinculado ao NEPEMOS da FURB e coordenado pela professora Cristina Ferreira.

VANSUIT, Rubens. [maio, 2014a]. Entrevista concedida para a autora.

VANSUIT, Rubens. [novembro, 2014b]. Entrevista concedida para a autora.

VANSUIT, Rubens. [janeiro, 2016]. Entrevista concedida para a autora.

**6. Legislação**

6.1. Legislação do Município de Blumenau

Lei nº 1762/71.

Lei nº 1959/73.

Lei nº 1980/73.

Lei nº 2387/78.

6.2. Legislação do Estado de Santa Catarina

Lei nº 5.601, de 25/10/1979, contido em http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-5601-1979-santa-catarina-da-denominacao-a-centro-social?q=fortaleza. Acesso em: 02/02/2016.

6.3. Legislação Federal

Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Decreto 57.870, de 25 de fevereiro de 1966.

Decreto nº 60.186 de 8 de fevereiro de 1967.

Decreto nº 60.501, de 14 de março de 1967.

Decreto 67.227, de 21 de setembro de 1970.

Decreto nº 71.577, de 19 de dezembro de 1972.

Lei 2.573/55.

Lei 5.451 de 12 de junho de 1968.

Lei 5.274 de 24 de abril de 1967.

**7. Recenseamentos (IBGE)**

Fundação IBGE. *Censo Demográfico 1970:* Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. I, Tomo XX. Rio de Janeiro. 1973.

Fundação IBGE. *Censo Industrial 1970*: Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Vol. IV, Tomo XX. Rio de Janeiro, 1974.

Fundação IBGE. *Censo Industrial 1975*: Santa Catarina. Série Regional, Vol. 2., Tomo 19. Rio de Janeiro, 1979.

Fundação IBGE. *Censo Industrial 1980*: dados gerais, Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil, vol. 3, Tomo 2, parte 1, número 21, Rio de Janeiro, 1984.

**8. Documentação eleitoral**

TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1969. Contido em http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc170534/ata_apuracao_arquivo_1969_170_51.pdf#search="blumenau". Acesso em: 01/08/2015.

TRE-SC. Ata final de apuração da 3ª zona eleitoral, Blumenau, 1972, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc181236/ata_apuracao_arquivo_1972_204_24.pdf#search="blumenau". Acesso em 01/08/2015.

TRE-SC. Ata final de apuração da eleição realizada para prefeito municipal e câmara de vereadores do município de Blumenau, 1976, contido em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc203093/ata_apuracao_arquivo_1976_264_2_24.pdf#search="blumenau". Acesso em 01/08/2015.

**9. Documentação cartorária – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais (NEPEMOS-FURB)**

Estatuto da Associação de Amparo aos Filhos dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Blumenau.

Estatuto da Associação Atlética Alusul.

Estatuto da Associação Atlética Grahl.

Estatuto do Centro Comunitário Esportivo Fortaleza.

Estatuto dos Quartaferinos da Bocha.

Estatuto Social da Casa Dr. Blumenau

Estatuto da Sociedade Recreativa e Cultural Lyra.

Estatuto da Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba "Protegidos do Galeão".

Estatuto Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga.

**10. Acervos privados**

10.1. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau (SINDTIMMMEB)

Livro de Registro de Associados do SINDTIMMMEB nº 3 (1976-1992).

Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº1.

Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 2.

Livro de Atas das Assembleias Gerais do SINDTIMMMEB nº 3.

Livro de Atas das Reuniões da Diretoria SINDTIMMMEB nº1.

Livro Para Termo de Presença do SINDTIMMMEB nº1.

10.2. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Santa Catarina (FTIMMMESC)

Livro de Atas do Conselho de Representantes da FTIMMMESC.

Livros de Atas das Reuniões da Diretoria da FTIMMMESC.

10.3. Electro Aço Altona S.A

Livro de Ouro da Electro Aço Altona S/A. Acervo da empresa.

10.4. Waldyr Pedro Del Prá Netto

Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil.

Preâmbulo, Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil.

Carta de Blumenau. Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Brasil.

10.5. Rubens Vansuit

Carteira Profissional de Rubens Vansuit. Data de abertura em 13/05/1957.

**11. Fontes on-line**

http://arquivodeblumenau.com.br/arqhistorico_2.html. Acesso em 20/03/2012.

http://www.arquivodeblumenau.com.br/museufamcolonial_1.html. Acesso em 20/03/2012.

Brasil Hoje - Edição nº 100, da Casa Civil da Presidência da República - Arquivo Nacional, Produção da Agência Nacional. Disponível em http://video.rnp.br/portal/video.action;jsessionid=9D33977722981A4CCFCB565A20F1E34F?idItem=3991. Acesso em 20/05/2014.

http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=11159. Acesso em 27/05/2012.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/armindo_doutel. Acesso em 20/05/2014.

Defesa civil de Blumenau. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/relacao_picos_enchente_defesa.pdf?201406081946. Acesso em: 03/08/2013.

http://kelerlucas.com.br/sc/garopaba.html. Acesso em: 25/02/2012.

Lira Circolo: História. Página do Lira Circolo Italiano di Blumenau. Contido em: http://circoloitalianodiblumenau.com.br/home/lira-circolo/. Acesso em: 15/11/2015.

PMB. Perfil dos Bairros. Contido em: http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-planejamento/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em 17/02/2015.

TRIBESS, Roberto. *Câmara concede título de cidadão blumenauense a três personalidades*. Contido em: http://www.camarablu.sc.gov.br/camara-concede-titulo-de-cidadao-blumenauense-a-tres-personalidades/. Acesso em 19/01/2916.

# BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís W. *O resgate da dignidade*: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

*ACIB***:** 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.

ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Bauru: Edusc, 2005.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In. AZEVEDO, Elenice, et. al. *Trabalhadores na cidade*: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____; SILVA Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BAUMGARTEN, Christina. *A forja do progresso*: a história da Indústria Metalúrgica, Mecânica e do Material Elétrico de Blumenau e a formação das lideranças sindicais. Blumenau: HB Editora, 2003.

_____. *A engenharia do sonho*: registro histórico dos oitenta anos da Electro Aço Altona S.A. Blumenau: HB Editora, 2004.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRANDÃO FILHO, Francisco de M. *Orientador Sindical*: interpretação e prática da legislação sindical vigente. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª Ed. São Paulo: UNICAMP, 2005.

_____; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*. V. 14, n. 26, 2009.

CORRÊA, Larissa R. A "rebelião dos índices": política salarial e Justiça do Trabalho na Ditadura Militar (1964-1968). In: GOMES, Angela M. de C., SILVA, Fernando T. da (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história*: direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2013a.

_____. *"Disseram que voltei americanizado"*: relações sindicais Brasil – Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Tese (Doutorado em História) UNICAMP. Campinas-SP, 2013b.

DESAN, Suzane. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

*Dicionário enciclopédico ilustrado Larousse*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

DUARTE, Adriano L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no Bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Portugal: Difel, 1997.

FABRÍCIO, Edson L. *A produção do espectro comunista*: imprensa, política e catolicismo (Blumenau, 1960-1964). Dissertação (mestrado em História), UFSC, 2011.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e Identidade na Sociedade Teuto-brasileira*: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado História) UFSC/SC.

_____. A vida dos trabalhadores nos Clubes de Futebol. *Blumenau em Cadernos*, t.XLVIII, nº. 11/12, nov./dez., 2007.

_____. Mundos do trabalho e regime autoritário: simbologia das celebrações e manifestações públicas no Primeiro de Maio. *In*: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. *Histórias na Ditadura*: Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

_____. *Nas malhas da história*: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

_____; ABREU, Anne C. P. Os clubes de caça e tiro. *Blumenau em Cadernos*, t.XLVI, nº. 11/12, nov./dez., 2005.

_____; SILVA; Evander R. S da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p355-385, jan-abr, 2014.

_____; LENZ, Tiago. O PTB e sua representatividade na Câmara de Vereadores de Blumenau. In: 7ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão - Mipe, 2013, Blumenau. *Anais da 7ª Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão - Mipe*, 2013.

FILGUEIRAS, Juliana M. A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 313-335, 2013.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. *História Social*. Campinas-SP, nº 2, 1995.

FRANCO JR, Hilário. *Dança dos Deuses*: futebol sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FROTSCHER, Méri; VEDANA, Lea M. F. *Viagens pela Cidade*: o transporte coletivo de Blumenau. Florianópolis: Insular, 1999.

GOMES, Ângela M. de C. A política Brasileira em Busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.), SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da Vida Privada do Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (vol. 4).

_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. Retrato Falado. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. The Right to the city. *New Left Review*, nº 53, September-October 2008.

HILLESHEIM, Jaime. *O Cenário Citadino de Blumenau*: imagens criadas e realidade vivida. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

_____; GOMES, Allan H. A trajetória do associativismo escolar em Blumenau In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara M. (Org.) *Associativismo civil em Santa Catarina*: trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de doña Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LOPES, José Sérgio Leite. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Identidade e

diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985) In: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Transformações econômicas no período militar (1964-1985) In: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVII, julho-setembro de 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Separata.

MARTINS, Eder Alexandre. Assimetrias dos sistemas coercitivos em uma trajetória particular. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História***.** São Paulo: ANPUH, julho de 2011.

MARTINS, Eder A. Entrevista: Alfredo J. Gonçalves. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 57, nº 1, jan./fev. 2016, p 65-73.

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e Minorias Sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

MOTTA, Rodrigo P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In*: REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

NEGRO, Antônio L. *Linhas de Montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José P. *Pequena história da ditadura brasileira* (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

NICOCELI, Vanessa; FERREIRA, Cristina. O regresso do colonizador: representações, usos da memória e mito fundador em Blumenau – 1974. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 52, nº 5, novembro e dezembro 2011.

OLIVEIRA, Mariana L. *A Construção da Ordem na Colônia Blumenau*: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional de Blumenau, 2009.

PAIM, Elison A. Educação: modernização, democratização do acesso e controle pedagógico. *In*: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. *Histórias na Ditadura*: Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

PETRY, Sueli M. V. *Os clubes de caça e tiro na região de Blumenau* (1959-1981). Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982.

_____; FERREIRA, Cristina; WEISS, Ula. *A Fibra Tece a História*: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau. Blumenau: Sintex, 2000.

PRADO, Luiz C. D.; EARP, Fabio S. O "milagre brasileiro": crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RENAUX, Maria Luiza. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. FURB, 1987.

RUSSOMANO, Mozart V. *Direito Sindical*: princípios gerais. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1975.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANNA, Denise B. *O Prazer Justificado:* História e Lazer. São Paulo: Marco Zero, 1996.

SAMAGAIA, Jacqueline; MENDONÇA, Elaine C. O associativismo civil em Blumenau: a trajetória das associações filantrópicas, assistencialistas e grupos de mútua-ajuda. In: ANDRADE, Edinara T.; SANTOS, Nelson A. G. *Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau*: história, organização e mecanismos de participação. Florianópolis: Insular, 2010.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí: os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L. *Cultura e identidade operária***:** aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero/Proed, 1987.

SILVA, Francisco C. T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, José F. da. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

_____. *Blumenau em Cadernos*, Tomo I, nº 1, 1957.

SIMÃO, Vilma M. *Blumenau*: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

_____. Blumenau no Período da Ditadura: um partido com apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada aos interesses econômicos. In: *Blumenau em Cadernos*, Edição especial de 50 anos. Blumenau: Cultura em Movimento, 2007.

THOMPSON, Edward. P. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classe? In: FONTANA, Josep (org.). *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona: Crítica, 1979.

_____, Edward P. *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa I* – A árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN, Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.